

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

GUILHERME LOPES DA CUNHA

**AS RELAÇÕES BRASIL-CHINA:
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO SÉCULO XXI**

RIO DE JANEIRO

2017

GUILHERME LOPES DA CUNHA

**AS RELAÇÕES BRASIL-CHINA:
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO SÉCULO XXI**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisitos parcial à obtenção do título de Doutor em Economia Política Internacional.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Ingrid Sarti

Rio de Janeiro

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

C972 Cunha, Guilherme Lopes da.
 As relações Brasil-China: Ciência, Tecnologia e Inovação no século XXI /
 Guilherme Lopes da Cunha. – 2017.
 278 p. ; 31 cm.

 Orientador: Ingrid Sarti
 Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de
 Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2017.
 Bibliografia: f. 252-278.

 1. Relações internacionais -Brasil. 2. Relações internacionais - China. 3. Inovação
 tecnológica. I. Sarti, Ingrid, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
 Instituto de Economia. III. Título.

CDD 327.81

GUILHERME LOPES DA CUNHA

**AS RELAÇÕES BRASIL-CHINA:
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO SÉCULO XXI**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisitos parcial à obtenção do título de Doutor em Economia Política Internacional.

Aprovada em: 16/03/2017

BANCA EXAMINADORA

Ingrid Sarti

Prof^ª. Dr^ª. Ingrid Sarti (Orientadora) – PEPI/UFRJ

Marcos Ferreira da Costa Lima

Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima – PPGCP/UFPE

Monica Esmeralda Bruckmann Maynetto

Prof^ª. Dr^ª. Monica Esmeralda Bruckmann Maynetto – IFCS/UFRJ

Williams da Silva Gonçalves

Prof. Dr. Williams da Silva Gonçalves - PPGRI/UERJ

Maurício Medici Metri

Prof. Dr. Maurício Medici Metri – PEPI/UFRJ

Isabela Nogueira de Moraes

Prof^ª. Dr^ª. Isabela Nogueira de Moraes – PEPI/UFRJ

À minha mãe, que sempre vibrou com meus anseios intelectuais, investigativos e antropológicos e que participou do processo de construção de todas as minhas pesquisas, bem de perto, desde as do maternal até a doutoral. Infelizmente, partiu um pouco antes de que esta pesquisa estivesse pronta. Aos meus avós Hamilton e Áurea que me ensinaram que o amor é combustível para o infinito.

RESUMO

Brasil e China têm contribuído para formar um núcleo inovador nas relações desenvolvidas no século XXI, cujo epicentro localiza-se no campo de Ciência Tecnologia e Inovação (CTI). Considerando que as teorias das Relações Internacionais (RI) que mais se dedicam a interpretar a China têm conteúdo etnocêntrico, elas mostram-se inadequadas para se analisarem as relações sino-brasileiras. Isso ensejou a utilização de um arcabouço teórico-metodológico que compreendesse enfoques pós-coloniais e contribuições de outros campos das Ciências Sociais. O contexto histórico em que se incorporam essas relações sino-brasileiras atingiu a etapa de uma Parceria Estratégica (1993) e evoluiu para uma Parceria Estratégica Global (2012) caracterizada por uma arquitetura cooperativa audaciosa e estruturada em diversos temas e escalas. No século XXI, essa sinergia sino-brasileira está resultando em um novo padrão de relacionamento que tem como pilar a co-produção de CTI e que tem demonstrado capacidade para desencadear uma dinâmica transformadora.

RESUMEN

Brasil y China han contribuido para formar un núcleo innovador en las relaciones desarrolladas en el siglo XXI, cuyo epicentro se encuentra en el campo de Ciencia, Tecnología e Innovación (CTI). Considerando que las teorías de las Relaciones Internacionales (RI) más dedicadas a interpretar China tienen contenido etnocéntrico, ellas se muestran inadecuadas para analizar las relaciones sino-brasileñas. Eso conllevó a la utilización de un marco teórico-metodológico que contemplara enfoques postcoloniales y contribuciones de otros campos de las Ciencias Sociales. El contexto histórico en el que se incorporan estas relaciones sino-brasileñas llegó a la etapa de una Asociación Estratégica (1993) y evolucionó hacia una Asociación Estratégica Global (2012) caracterizada por una arquitectura cooperativa audaz y estructurada en diferentes temas y escalas. En el siglo XXI, esta sinergia sino-brasileña está resultando en un nuevo marco de relaciones que tiene como pilar la coproducción de CTI y que ha demostrado capacidad para desencadenar una dinámica transformadora.

ABSTRACT

Brazil and China have been contributing to form an innovative core in the relations developed in the XXI century, whose epicenter is located in Science Technology and Innovation (STI) arena. Considering that the most dedicated International Relations (IR) theories for interpreting China have ethnocentric content, they are inadequate for analyzing Sino-Brazilian relations. This led to the use of a theoretical-methodological framework that included postcolonial approaches and contributions from other Social Sciences fields. The historical context in which these Sino-Brazilian relations are incorporated reached the stage of a Strategic Partnership (1993) and evolved into a Global Strategic Partnership (2012) characterized by a shrewd cooperation and structured on plenty of subjects and scales. In the 21st century, this Sino-Brazilian synergy is unleashing a new relationship pattern that has as a cornerstone the STI co-production and which has demonstrated capability to trigger a transforming dynamic.

AGRADECIMENTOS

A Deus

À minha mãe, que partiu de maneira tão inesperada e que participou de maneira tão intensa de todas as etapas da minha existência.

À minha avó Áurea, que me ensina a cada dia as coisas mais importantes da vida.

Ao meu avô Hamilton, que foi pai, amigo e professor, cujos superlativos sempre estarão aquém para caracterizar a maior referência de intelecto, de fraternidade, de valores que tive. Uma inspiração constante.

À Suellen Lannes, amiga-irmã, que tanto me ajudou a prever os obstáculos da vida acadêmica e que tanto contribuiu para alimentar a busca por ser melhor a cada dia, a quem os agradecimentos sempre serão insuficientes.

Ao meu amigo Tiago Appel, que foi tão presente nessa trajetória acadêmica.

Ao meu amigo Hélio Farias, sempre de prontidão para uma palavra amiga.

À minha orientadora, Ingrid Sarti, que confiou na minha capacidade de constante superação.

Ao professor Williams Gonçalves, que me ajudou a despertar para uma literatura científica das Relações Internacionais além do eurocentrismo.

Ao professor Maurício Metri, que acompanhou o meu desenvolvimento acadêmico e ajudou na tarefa de aprimorar-me.

Ao professor José Luis Fiori, cujos ensinamentos como pensador sempre serão um guia.

À Isabela Gama, tão amiga e companheira, que iluminou com carinho parte expressiva dessa trajetória no doutorado.

À Diana Camacho, sempre carinhosa e determinada.

Ao Fabio Bernardino, sempre solícito, em nome de quem saúdo os demais funcionários da secretaria.

Aos professores do PEPI, que me ajudaram a desenvolver ferramentas tão importantes: Franklin Trein, Raphael Padula, Carlos Medeiros, Franklin Serrano, Maria da Conceição Tavares, Ernani Torres Filho, Eduardo Crespo.

Aos estimados alunos no DGEI (UFRJ), com quem tanto aprendi durante meus primeiros anos de docência.

Ao queridos amigos colombianos, Luis Alexander Montero Moncada, Gustavo Puyo, Julián Vargas Cardona, Martha Isabel Hurtado Granada, Jesus Alberto Suárez Pineda Luis

Fernando Vargas Alzate, Hector Galeano David, com quem compartilhei momentos acadêmicos muito frutíferos, em nome de quem saúdo os pesquisadores da Escuela de Inteligencia y Contra Inteligência Charry Solano, da Escuela Militar de Cadetes General José María Córdova, da ACPPol e da Red Intercol.

Aos queridos amigos Gopal Chintan, Zubeen Niroula da Universidade de Tribhuvan, com quem muito aprendi sobre amizade.

Aos queridos amigos da Amity Law School Delhi, especialmente o professor Singh Sehgal, que tão bem me acolheu na comunidade acadêmica indiana.

Aos professores, funcionários e colegas da Academia de Direito Internacional da Haia, com quem tanto aprendi, em especial os professores Antonio Augusto Cançado Trindade, Yves Daudet e a amiga Monique Lagerman.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Composição da Pauta Exportada Brasileira para a China (1985-1991).....	85
Gráfico 2: Corrente de comércio Brasil-China entre 2004 e 2014 (US\$ milhões).....	86
Gráfico 3: Contribuição percentual da China para o superávit do Brasil com o Mundo.....	87
Gráfico 4: Participação da China no saldo comercial do Brasil com o Mundo (Jan-set de 2016).....	87
Gráfico 5: Distribuição setorial dos projetos anunciados e confirmados por valores – 2012-2013.....	95
Gráfico 6: Maiores receptores de investimento da China (US\$ milhões) em 2014.....	96

LISTA DE SIGLAS

ABS: Access on Benefit-Sharing
 ACS: Alcântara Cyclone Space
 AEB: Agência Espacial Brasileira
 AI: Artificial Intelligence
 AIIB: Banco de Investimento em Infraestrutura Asiático
 ALBA: Aliança Bolivariana
 AOSIS: Aliança dos Pequenos Estados-Ilha
 APEX-Brasil: Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
 ASEAN: Associação das Nações do Sudeste Asiático
 BASIC: Brasil, África do Sul, Índia e China
 BDB: Banco de desenvolvimento dos BRICS
 BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
 CAAS: Academia Chinesa de Ciências Agrícolas
 CAS: Chinese Academy of Sciences
 CASTED: Academia Chinesa de Ciência para o Desenvolvimento
 CATAS: Academia Chinesa de Ciências Agrárias Tropicais
 CBA: Centro de Biotecnologia da Amazônia
 CBD: Convention on Biological Diversity
 CBERS: China Brazil Earth Resources Satellite
 CBPF: Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
 CCPIT: Conselho Chinês para a Promoção do Comércio Internacional
 CCR: Convênio de Créditos e Pagamentos Recíprocos
 CDB: Banco de Desenvolvimento da China
 CEBC: Conselho Empresarial Brasil-China
 CELAC: Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos
 CENSIPAM: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
 CICIR: China Institutes of Contemporary International Relations
 CNAE: Comissão Nacional de Atividades Espaciais
 CNSA: China National Space Administration
 CSNU: Conselho de Segurança das Nações Unidas
 CNUMAH: Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano
 COP: Conferência das Parte
 COPPE: O Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
 COPUOS: Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior
 COSBAN: Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
 COSUCTI: Conselho de Ciência, Tecnologia e Inovação da Unasul
 CSG: Centro Espacial Guianês
 CT: Ciência e Tecnologia
 CTI / CT&I: Ciência, Tecnologia e Inovação
 CTNBio: Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
 CTTB: Conselho de Think Tanks do BRICS
 DAI: Divisão de Atos Internacionais
 DAO: Departamento da Ásia e Oceania
 DETER: Detecção de Áreas Desflorestadas em Tempo Real
 EMBRAPA: Empresa brasileira de Pesquisa Agropecuária

ESO: Observatório Europeu do Sul
EUA: Estados Unidos da América
FAO: Food and Agriculture Organization of the Nations Nations
FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos
FMI: Fundo Monetário Internacional
G-20: Grupo dos Vinte
G-4: Grupo dos Quatro
G-7: Grupo dos Sete
GATT: Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GNSS: Sistemas de Navegação Global por Satélite
GTG: Grupo de Trabalho Gestor
HKND: Hong Kong Nicaragua Canal Development Investing Company
ICM: Iniciativa Chiang Mai
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
INCT: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para o Carbono
INPE: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IoT: Internet of Things
LABEX: Laboratórios Conjuntos de Ciências Agrárias no Brasil e na China
LAC: Latin America and the Caribbean
LMMC: Grupo dos Países Megadiversos
LNLS: Laboratório Nacional de Luz Síncroton
LNNano: Laboratório Nacional de Nanotecnologia
MCTI: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MERCOSUL: Mercado Comum do Sul
MRE: Ministério das Relações Exteriores
N&N: Nanotecnologia e Nanociência
NRI: Nova Revolução Industrial
NOIE: Nova Ordem Econômica Internacional
NSSC: Centro Nacional de Ciência Espacial da Academia Chinesa de Ciências
NTC: nanotubos de carbono
OBOR: One Belt, One Road
OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OI: Organização Internacional
OIE: World Organization for Animal Health
OMC: Organização Mundial do Comércio
ONU: Organização das Nações Unidas
OPA: Operação Pan-Americana
OPEP: Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTCA: Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
P&D: Pesquisa e Desenvolvimento
PAC: Plano de Ação Conjunta
PCT: Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes
PEG: Parceria Estratégica Global
PEI: Política Externa Independente
PNAE: Programa Nacional de Atividades Espaciais
PNUD: United Nations Development Programme
PPA: Plano Plurianual
PRODES: Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite
PTP: Parceria Transpacífico

RCSSTEAP: Centro Regional na Ásia e no Pacífico para educação em Ciência e Tecnologia Espaciais
RI: Relações Internacionais
RIOS: Observatório Nacional, no Rio de Janeiro
RMB: Renminbi
RPC: República Popular da China
SAI: Secretaria de Assuntos Internacionais
SAIN: Secretaria de Assuntos Internacionais
SASTIND: Administração Estatal de Ciência Tecnologia e Indústria Nacional de Defesa
SCO: Organização de Cooperação de Shanghai
SGB: Sistema Geo-estacionário Brasileiro
STS: Science and Technology Studies
TIC: Tecnologia da Informação e Comunicação
TRIPS: Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights
TT&C: Sistema de Rastreamento, Telemetria e Controle
UFRJ: Universidade Federal do Rio
UNASUL: União Sul-americana de Nações
UNCTAD: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNFCCC: Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
UNIDO: United Nations Industrial Development Organization
VLS: Veículos Lançadores de Satélite
WIPO: World Intellectual Property Organization
ZGC: Parque de Alta Tecnologia de Zhongguancun
ZJP: Parque de Alta Tecnologia de Zhangjiang

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 - ETNOCENTRISMO NAS ANÁLISES DOMINANTES SOBRE A CHINA	20
1.1 A IMPORTÂNCIA DA CHINA NO SISTEMA INTERESTATAL	22
1.2 DEFICIÊNCIA NAS ANÁLISES INTERPRETATIVAS SOBRE CHINA.....	24
1.3 O PENSAMENTO POLÍTICO SOBRE A CHINA NOS ESTUDOS INTERNACIONAIS	27
1.3.1 Abordagens racionalistas	29
1.3.2 Interpretações sistêmicas que aceitam o eurocentrismo	30
1.3.3 Um viés interpretativo culturalista	31
1.4 A CONTESTAÇÃO PELA VIA CULTURAL	33
1.4.1 Orientalismo	34
1.4.2 Posição liminar	36
1.4.3 Hibridismo e heterogeneidade	39
1.4.4 Cultura: política e estratégica	43
1.5 A INTERPRETAÇÃO DA CHINA SOBRE SI MESMA: PODER, CIÊNCIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	47
1.5.1 O pensamento de Yan Xuetong	49
1.5.2 O pensamento de Qin Yaqing	52
CAPÍTULO 2 – AS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS	55
2.1 HISTÓRICO DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS	55
2.1.1 Primeiro vetor: perspectiva sociocultural	55
2.1.2 Segundo vetor: perspectiva jurídico-política contemporânea	61
2.2 AS RELAÇÕES BRASIL - CHINA (1974-2017).....	68
2.2.1 A Parceria Estratégica (1993)	73
2.2.2 A Parceria Estratégica Global (2012)	76
2.2.2.1 O Eixo Bilateral da Parceria Estratégica Global (PEG).....	84
2.2.2.1.1 Indústria e comércio	84
2.2.2.1.2 Investimento e finanças.....	92
2.2.2.2 O Eixo Plurilateral da PEG	106
2.2.2.2.1 BRICS	108
2.2.2.2.2 BASIC	116
2.2.2.2.3 G-20 da Organização Mundial do Comércio (OMC).....	121
2.2.2.2.4 G-20 Financeiro	126

CAPÍTULO 3 - A COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO ..	132
3.1 CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E PODER	133
3.2 A COOPERAÇÃO SINO-BRASILEIRA EM CTI	135
3.3 UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	137
3.4 A AGENDA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA PARCERIA ESTRATÉGICA....	141
3.5 CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA PARCERIA ESTRATÉGICA GLOBAL (PEG).....	144
3.5.1 O Eixo Bilateral da PEG e sua ênfase em CTI	145
3.5.1.1 Os Planos de Ação Conjunta e os Planos Decenais de Cooperação	148
3.5.1.1.1 O Plano de Ação Conjunta 2010-2014.....	150
3.5.1.1.2 O Plano Decenal de Cooperação Brasil-China 2012-2021	151
3.5.1.1.3 Plano Decenal de Cooperação Espacial 2013-2022.....	155
3.5.1.1.4 Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2015-2021	159
3.5.1.1.4.1 Energia	160
3.5.1.1.4.2 Agricultura	162
3.5.1.1.4.3 Área de Indústria e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	163
3.5.1.1.4.4 Área de cooperação espacial	165
3.5.1.1.4.5 Área de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI).....	167
3.5.2 O Eixo Plurilateral da PEG e sua ênfase em CTI	177
3.5.2.1 BRICS	178
3.5.2.2 BASIC	181
3.5.2.3 G-20 da Organização Mundial do Comércio (OMC).....	183
3.5.2.4 G-20 Financeiro	185
3.6 A DIFUSÃO DE CTI DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS PARA A AMÉRICA DO SUL	189
3.6.1 O processo de integração regional	194
3.6.2 O lugar da Pan-Amazonia	200
CAPÍTULO 4 - A GESTAÇÃO DE UM NOVO MODELO.....	210
4.1 PARA ALÉM DO RACIONALISMO: NOVAS FERRAMENTAS EPISTEMOLÓGICAS	212
4.1.1 Orientalismo	214
4.1.2 Posição liminar	215
4.1.3 Hibridismo e heterogeneidade	217
4.1.4 Cultura Política e Cultura estratégica.....	219
4.2 UMA TRANSIÇÃO DE MODELOS	222
4.2.1 Inconsistências na percepção da China como perifерizadora	222
4.2.2 Um novo horizonte	225
4.2.3 Difusão do novo modelo.....	228

4.3 CTI NO MODELO EM TRANSIÇÃO.....	231
4.3.1 O setor Espacial	233
4.3.2 O setor de Biotecnologia	237
4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	244
CONCLUSÃO	249
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	252

INTRODUÇÃO

O contexto político internacional do século XXI tem proporcionado um espaço bastante promissor para uma atuação conjunta entre Brasil e China. Historicamente, os dois países têm construído mecanismos de cooperação com a finalidade tanto de ampliarem a presença deles junto ao sistema internacional quanto de suprimirem as restrições que lhes são impostas. Nesse cenário, entre as principais limitações enfrentadas por Brasil e China está o acesso a recursos científicos e tecnológicos, o que tem incentivado os dois países a cooperarem na produção conjunta de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI).

Desde o estabelecimento das relações diplomáticas (1974), Brasil e China têm explorado as capacidades de atuação em torno do interesse comum de ampliar as suas participações no sistema internacional. Isso tem justificado o empenho sino-brasileiro em co-produzir CTI com a finalidade de superar essas restrições conjuntamente. Iniciando-se nos anos 1980, esse processo de cooperação em CTI progressivamente converteu-se em uma dinâmica transformadora no século XXI e tem proporcionado a identificação de um padrão inovador nas relações entre Brasil e China.

A partir dessa constatação, formulou-se a hipótese de que, no século XXI, as relações Brasil-China resultam na construção de um novo padrão, cujo cerne é a cooperação em CTI. As perguntas epistemológicas que funcionam junto a essa hipótese questionam: quais são as características desse novo padrão de relações baseado em CTI? Quais são os principais marcos sociopolíticos dessa trajetória? Há base empírica para que se verifiquem os estágios de cooperação sino-brasileira em CTI? O que isso representa em termos de uma estratégia sino-brasileira no século XXI?

Embora haja uma crítica a uma suposta relação de subordinação do Brasil - e conseqüentemente da América do Sul - aos interesses da China, essa argumentação demonstrou-se pouco persuasiva. No decurso da pesquisa, constatou-se que os debates sobre uma ameaça chinesa não faziam sentido, frente aos projetos sino-brasileiros de co-produção em CTI, em grau de estado da arte. Isso fortaleceu a decisão de trabalhar com a hipótese proposta.

O objetivo desta tese é propor uma discussão sobre, em que medida, a cooperação sino-brasileira em CTI comprova ou repudia a construção de um novo padrão de relações entre Brasil e China no século XXI. Isso se justifica, porque essa cooperação evoluiu de uma Parceria Estratégica (1993) para uma Parceria Estratégica Global (2012) e porque tem sólida

fundamentação no campo de CTI, tornando frágeis os argumentos de que a China atua como uma potência perifерizadora. A análise mostra que as pautas de comércio e de investimento são importantes, contudo a rede de acordos em CTI revela uma engenharia política audaciosa contribuindo para relações sino-brasileiras sob um novo padrão no século XXI.

As análises sobre esse cenário demonstram a necessidade de se reconhecer as características culturais envolvidas, a fim de que se possa contextualizá-las no processo político, econômico e social historicamente dado. Isso é um elemento fundamental para que se entenda a natureza das relações sino-brasileiras no século XXI e a sua relação com o campo de CTI. Por esse motivo, identificou-se que as principais correntes teóricas das Relações Internacionais (RI) que se dedicam a refletir a China, as quais se orientam por uma perspectiva racionalista, desconsideram aspectos culturais na composição de suas análises.

Ao se ignorarem as particularidades culturais, psicossociais e sociopolíticas, as tendências racionalistas demonstram-se frágeis para interpretar o sentido dos empreendimentos políticos que perfazem as relações entre Brasil e China. Isso ensejou a investigação sobre as debilidades das teorias racionalistas nas RI e fomentou uma pesquisa sobre quais ferramentas epistemológicas seriam adequadas para conferir credibilidade e coerência na investigação sobre as relações sino-brasileiras, considerando a respectiva ênfase em CTI.

Inicialmente, no primeiro capítulo, a investigação orientou-se a refletir essas interpretações racionalistas sobre a China que se expressam sobretudo por meio do Realismo e do Liberalismo. Embora essas vertentes teóricas sejam importantes para a compreensão de diversas circunstâncias sistêmicas, elas revelam debilidades, quando utilizadas para investigar as relações sino-brasileiras, pois o conteúdo etnocêntrico que carregam as impede de uma interpretação adequada sobre os propósitos de uma cooperação sino-brasileira em CTI. Isso demandou a utilização de fontes que propusessem um viés alternativo às análises racionalistas das RI sobre a China, contribuindo para a identificação de fragilidades e a propositura de soluções.

Posteriormente, o segundo capítulo foi dedicado a contextualizar as relações sino-brasileiras historicamente. Identificaram-se dois vetores: o primeiro referente à perspectiva sociocultural, que resgata os primeiros contatos entre o Brasil em formação e a China assediada, tendo Portugal servido como uma ponte entre os dois países; o segundo relativo a uma perspectiva contemporânea, em que Brasil e China já se encontram incorporados

formalmente no sistema interestatal. Baseando-se em fontes documentais e em análises de discursos¹, buscou-se compreender o sentido do lançamento da Parceria Estratégica (1993) e sua evolução para uma Parceria Estratégica Global (PEG) (2012), que vai demonstrar a existência de um eixo bilateral e outro eixo plurilateral. Isso reforça a importância em se pensar a PEG como um planejamento político-estratégico denso, que fortalecerá os argumentos da cooperação científico-tecnológica verificada subsequentemente.

Nesse sentido, o terceiro capítulo investiga o núcleo central da pesquisa: a cooperação sino-brasileira em CTI. Constituindo a espinha dorsal da investigação, o campo de CTI nas relações entre Brasil e China descortina uma vultosa rede de acordos que foi sendo tecida desde os anos 1980 e que se intensificou nas décadas seguintes, compreendendo um conjunto de setores de alta-tecnologia no qual Brasil e China têm desenvolvido pesquisas conjuntas. A análise documental² possibilitou verificar que a cooperação em CTI serve de base empírica para o reconhecimento de um novo padrão de relações entre Brasil e China no século XXI. Nesse cenário, avaliam-se a capacidade de disseminação de CTI para a América do Sul, considerando o processo de integração regional e a relevância da Pan-Amazônia, como núcleo das mudanças no continente.

Tendo sido feitas as reflexões sobre a cooperação e o projeto de co-produção em CTI, o quarto capítulo destina-se a verificar a coerência teórica, histórica e empírica dos argumentos utilizados. Isso é crucial para que se possa analisar a comprovação ou a rejeição da hipótese. Considerando uma reapreciação teórica, a discussão resultará na apuração sobre a existência ou ausência de um novo padrão de relações entre Brasil e China no século XXI, em que CTI tem relevância central nessa perspectiva transformadora.

¹ A análise documental das relações sino-brasileiras, viabilizada por intermédio da disponibilidade de acesso à Divisão de Atos Internacionais (DAI) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e da Biblioteca da Presidência da República, oferece acesso facilitado a um valioso acervo.

² A pesquisa junto às bases de dados já mencionadas proporcionou acesso a um número expressivo de documentos, acordos, notas diplomáticas, principalmente no que se refere a mobilização política junto a CTI. Isso fundamentou o exame empírico e a densidade da cooperação sino-brasileira.

CAPÍTULO 1 - ETNOCENTRISMO NAS ANÁLISES DOMINANTES SOBRE A CHINA

As relações entre Brasil e China ganham proeminência por demonstrarem elevado pragmatismo. Os dois países reconhecem a necessidade de construir padrões que diferem da lógica implementada historicamente. Isso parece apontar para a existência de um novo padrão de relações internacionais. Para se verificar essa trajetória, inicialmente, amparando-se em uma perspectiva teórica pós-colonialista, parte-se da premissa de se discutir a dominância de concepções eurocêntrica nas Ciências Sociais, procurando incluir novas categorias, tornando a ciência mais plural. Essa ideia está alicerçada na concepção de que as explicações eurocêntricas podem ser insuficientes para explicar algumas particularidades nas Relações Internacionais. Um exemplo desse contexto são as relações sino-brasileiras, as quais podem ser mais bem compreendidas além de um pensamento euro-americano, por meio de iniciativas nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI), dando mostras de que há um perfil de cooperação que se diferencia dos modelos históricos associados à lógica centro-periferia. Conforme Immanuel Wallerstein (1996, p.132) propõe:

Devemos começar por dizer que o que temos para oferecer não são fórmulas simples e acabadas, mas antes de mais um conjunto de propostas provisórias que nos parecem apontar na direção correta.

Em uma primeira etapa, é importante esclarecer o motivo pelo qual as teorias racionalistas das RI podem ser insuficientes para se analisar a atuação da China no sistema interestatal. Essa tendência teórica baseiam-se estritamente em uma mentalidade euro-americana, que apresenta categorias, conceitos e teorias as quais não fornecem uma compreensão adequada sobre a China. Como ressalta Wallerstein (2007), a Europa foi propulsora de processos de dominação cultural, política e econômica em territórios, como a China, que eram estruturados com outras lógicas de poder.

O reconhecimento do domínio cultural europeu nas Ciências Sociais proporciona uma reanálise das relações sino-brasileiras. A partir do momento em que se demonstra que as teorias racionalistas têm cunho universalista e etnocêntrico, abre-se espaço para se apreciar a possibilidade de se pensar as relações entre Brasil e China a partir de conceitos e categorias diferentes.

Nesse processo, a cooperação tecnológica sino-brasileira contribuiu para elucidar as insuficiências das categorias tradicionais das Relações Internacionais no que tange à dicotomia entre os interesses estatais, categoria tradicional do Realismo, e a cooperação internacional. Não só a cooperação política, por meio de coalizões internacionais protagonizadas por Brasil e China no âmbito multilateral, tem sublinhado uma convergência entre os dois países; um vetor de desenvolvimento tecnológico tem estado presente nas declarações conjuntas e nos acordos de cooperação firmados desde os anos de 1980. Em 1993, por ocasião da visita presidencial de Jiang Zemin, estabeleceram o pacto que forjava uma parceria estratégica.

O ímpeto sinérgico não se desfez ao longo das décadas. Ao contrário, aprofundou-se. A relação bilateral ganhou proeminência quando elevaram a cooperação a uma Parceria Estratégica Global (PEG) e estabeleceram o Diálogo Estratégico Global, em 2012³. Nesse processo, a cooperação e a co-produção em Ciência Tecnologia e Inovação, enfatizadas nos acordos de 2015⁴, contribuíram para aprofundar a parceria sino-brasileira. Ao se analisar as iniciativas realizadas nos setores espacial, de biotecnologia e de nanotecnologia, percebe-se que isso demonstra a existência de uma cooperação *sui generis*.

A co-criação de programas de pesquisa e a produção científica conjunta têm estado entre as tônicas desse projeto. Por meio dessa parceria em cooperação horizontal, tem-se gerado, em alguns casos, um novo padrão de relacionamento, diferente da histórica relação centro-periferia nas relações latino-americanas com os Estados Unidos e com alguns países da Europa. Além da estreita articulação política, China e Brasil não se propõem simplesmente a doar ou transferir tecnologia, como ocorreu em alguns episódios no contexto euro-americano, mas sim produzir, conjuntamente, tecnologia em grau de inovação.

³ O item 4 da Declaração conjunta de 17 de julho de 2014, no Brasil, por ocasião da Visita de Estado do Presidente Xi Jinping ao Brasil reforça esses elementos: “4. Os dois Mandatários observaram que a elevação das relações bilaterais ao nível de Parceria Estratégica Global e o estabelecimento do Diálogo Estratégico Global refletem a crescente importância da agenda sino-brasileira no plano bilateral e em sua crescente dimensão plurimultilateral. Comprometeram-se a manter contatos frequentes, com vistas a nortear o relacionamento sino-brasileiro, e reiteraram o compromisso com o contínuo fortalecimento da Parceria Estratégica Global, num momento em que ambos os países constroem sociedades mais justas e prósperas e são crescentemente chamados a desempenhar papel ampliado na esfera internacional.” Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/5712-declaracao-conjunta-entre-brasil-e-china-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-xi-jinping-brasilia-17-de-julho-de-2014>.

⁴ Em maio de 2015, durante a visita do Primeiro Ministro da China ao Brasil, foram assinados 35 acordos. Os dois países lançam iniciativas em diversos setores e consolidam outros, como o de CTI. Anteriormente, já tinham sido criados o Centro Brasil-China de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia (2012), o Centro Brasil-China de Biotecnologia (2012), o Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres (CBERS) (1988). Disponível em 22 de maio de 2016, em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/9694-declaracao-conjunta-e-plano-de-acao-conjunta-visita-do-primeiro-ministro-do-conselho-de-estado-da-republica-popular-da-china-li-keqiang-brasilia-19-de-maio-de-2015>

Não há a pretensão de se propor uma nova análise sobre o conceito de poder sob a perspectiva chinesa, nem a intenção de se verificar todas as abordagens teóricas existentes. O que se almeja é reconhecer e dimensionar as tendências estabelecidas que mais se destacam e, propor uma reflexão sobre as relações entre Brasil e China a partir de outras categorias, procurando fugir de concepções eurocêntricas e hegemônicas, complementando as interpretações, já existentes, sobre China. Por meio dessa argumentação, percebe-se a criação de oportunidades tanto para uma nova apreciação teórica quanto para uma verificação acurada em que caiba interpretar as relações da China com o Brasil sob novos alicerces.

1.1 A IMPORTÂNCIA DA CHINA NO SISTEMA INTERESTATAL

Embora o enfoque principal desta pesquisa recaia sobre a China contemporânea, não se pode deixar de mencionar o contexto em que ela, assim como outras unidades políticas, foi inserida no sistema interestatal, de maneira forçada. De acordo com Kissinger (2011) e Gelber (2012), entre outros, ainda que se mantivesse algum grau de interação direta com os portugueses, desde o século XVI, a China foi insistente em sua posição de insularidade e de auto-suficiência até a primeira parte do século XIX. No entanto, o afã da *intelligentsia* estratégica britânica em incluir a China em seus domínios ultramarinos ensejou o empreendimento de reiteradas investidas, primeiro por iniciativas supostamente diplomáticas e, *a posteriori*, pelo uso da força.

Esse processo resultou em uma inserção coagida da China no decurso do projeto sistêmico europeu liderado pelos britânicos. Frente à negação chinesa em abrir-se espontaneamente, engendraram-se políticas de uso da força que ocasionaram relações sob novo eixo: entre outras consequências diretas, a China foi compelida a ceder território, a aceitar a presença de embarcações de guerra de outros países, a respeitar a lei estrangeira aplicada a estrangeiros em seu território, a recepcionar legações e missionários religiosos estranhos ao seu credo (FAIRBANK & GOLDMAN, 2006).

Assim, consoante essa lógica impositiva, o anseio expansionista dos europeus, por meio da engenharia política que resultou na criação do sistema interestatal, prosperou em engolfar a China. Baseando-se na mentalidade europeia do século XIX, toda a soldagem do sistema, por meio da violência, da guerra e da submissão, materializou-se não somente na Guerra do Ópio (1839) e nos subsequentes tratados desiguais - facilmente acessíveis nos dias

de hoje⁵ - que foram impostos pelas potências líderes do sistema no século XIX, mas também nos diversos episódios de convulsão social causados, direta ou indiretamente pelo interesse europeu em sobrepujar a China (KISSINGER, 2011)

A transição do século XIX para o XX contribuiu para o reconhecimento da necessidade de uma correção de rumos para a China. Havendo sofrido intervenções de grandes potências da época (Inglaterra, França, Alemanha, Rússia) e pelos recém-adeptos do sistema europeu (Estados Unidos e Japão), uma China combalida perdeu partes do seus territórios e assistiu à destruição e à violência causadas pelo estrangeiro, que são verificáveis quando se pensa na perda humana, na imposição cultural e religiosa, na depredação, na humilhação. Somente na metade do século XX, a China, ainda que em condições frágeis, consegue organizar-se, paulatinamente, e criar as bases para a realidade contemporânea que se intensifica a partir dos anos de 1970.

Ao se dedicar atenção à trajetória da China nos séculos XX e XXI, o pensamento de Fernand Braudel, no livro *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII, o tempo do mundo* (2009), soa bastante pertinente: o autor afirma que a História é como um Amazonas que desemboca no presente. É neste sentido que se deve considerar a ascensão de uma China que, em 1935, passou a exaltar em seu hino nacional, chamado de *A marcha dos voluntários*, que o seu povo nunca mais seria escravizado e, em 1978, promoveu uma redefinição capaz de gerar mudanças estruturais. Em meio à complexa reorganização sociopolítica⁶, ganha ênfase uma nova abordagem que teve alguns marcos, entre os quais se podem citar i) a Política das Quatro Modernizações (1978), que incidiu sobre os setores da agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia, ii) a implementação de Zonas Econômicas Especiais (1979), iii) a intensificação das reformas econômicas na década de 1990 e iv) o compromisso da China com o processo de globalização.

Quando pensamos na expansão da China dentro do sistema interestatal contemporâneo, alguns teóricos merecem especial atenção. Evocando, mais uma vez, a *longue durée* braudeliana, em que se reconhece a macro-temporalidade de um processo lento

⁵ Os tratados a que China foi compelida constituem fonte primária para comprovar a humilhação causada pela expansão sistêmica baseada na violência. Os tratados de Nanjing (1842), suplementar a Nanjing (1843), Wanghia (1844), Whampoa (1844) Tientsin (1858), Convenção de Pequim (1860), entre outros, estão disponíveis por meio do projeto Avalon, da Universidade de Yale, acessível na página <http://avalon.law.yale.edu>, disponível em 20 de fevereiro de 2017.

⁶ Lucian Pye (1988) advoga que a mudança modernizadora, a partir da ascensão de Deng Xiaoping, não foi tão inimaginada como parte da historiografia contempla. É mais coerente interpretá-la como uma recondução de uma linha de pensamento presente na tradição chinesa. Mais do que uma ruptura, a transição da administração Mao Zedong para a Deng Xiaoping representa uma alternância no pensamento chinês entre duas correntes que são milenares e que, comumente, revezam-se na história do país.

e contínuo de transformação sociopolítica, econômica e cultural, percebe-se a importância da análise de autores como Niall Ferguson (2012), William Gonçalves (2011) e José Luis Fiori (2007 e 2008), entre outros, que acreditam que a Ásia é o novo centro dinâmico do sistema⁷. Ferguson (2012) conclui que a China teve a maior e mais rápida de todas as revoluções industriais, o que permite identificar não só o contexto em que acontece a sinergia entre as empresas e o Estado, mas também sublinha como ocorre a formação de companhias que representam os interesses estatais e que se comportam como próteses do Estado, o que poderia caracterizá-las como espécie de ciborgues empresariais⁸.

Se a história do país é formada por complexas nuances que se projetam por milênios, esse replanejamento da administração contemporânea ensejou uma China que é pouco compreendida. A pluralidade de opiniões divergentes e de análises contraditórias sobre a China explica, em parte, a profusão de trabalhos científicos presentes em livros e revistas acadêmicos. As persistentes formulações de perguntas epistemológicas refletem a sede por conhecimento científico sobre a China, embora muitas conduzam a conclusões bastante dispare e, algumas, tão descoladas da realidade. É nesse contexto que, entre outros objetivos, pretende-se identificar uma interpretação teórica menos euro-americana e mais coerente sobre a abordagem chinesa frente ao sistema contemporâneo de Estados, para que se possa repensar o sentido das relações sino-brasileiras.

1.2 DEFICIÊNCIA NAS ANÁLISES INTERPRETATIVAS SOBRE CHINA

Uma parcela expressiva das interpretações sobre a China no sistema interestatal não é coerente. Autores de diversos matizes traçam análises, por intermédio de suas próprias culturas, de suas maneiras de conceber o poder, a riqueza, as ameaças e todo o universo a sua volta. Muitos dos principais pensadores das Ciências Sociais aderiram correntes teóricas que espelham a mentalidade do Ocidente, acreditando que ela é a única chave na procura de uma lei científica universal que traduza o comportamento de todos os Estados. Assim,

⁷ Para Chengxin Pan (2014), esse argumento deve ser analisado com cautela, pois, entre outros elementos, os estrangeiros participam do capital e da gestão de empresas chinesas importantes, o mercado pressiona preços (como no caso de um monopólio que remete à empresa Walmart) e o acúmulo de reservas em dólar é uma vantagem mais para os EUA do que para a China. Neste ponto, o autor corrobora outros argumentos de Fiori, Serrano e Medeiros (2008) sobre o mito do colapso do poder americano, em que os Estados Unidos seguem em franca expansão estrutural no sistema interestatal contemporâneo.

⁸ O conceito de ciborgue refere-se a aparatos tecnológicos agregados ao corpo humano. Ao se considerarem as empresas como instrumentos de atuação do Estado, elas podem ser consideradas como próteses do Estado. Da mesma maneira em que *“o ciborgue anuncia a imagem de um homem “melhorado” com a acoplagem da tecnologia”* (KIM, 2004, p. 210), a empresa funciona sob interesses de um estado que se adapta e que se recria.

desconsideram que aspectos culturais possam ensejar relações políticas diferentes, excluindo das análises as potenciais variações na maneira de se conceber o mundo.

Comumente, algumas tendências dominantes tendem a aplicar, nessas relações analíticas, uma espécie de *ceteris paribus*⁹. Se, por um lado, essa abstração teórica das ciências econômicas é útil para ponderar o efeito de uma variável específica em um contexto complexo, por outro lado, no campo das análises sociopolíticas, o potencial analítico desse conceito é limitado, pois a variável “cultura” abrange ramificações multifacetadas e raízes subterrâneas. Não é coerente que tudo o mais seja constante, se a cultura é outra. Por basear-se em elementos subjetivos, a cultura altera, de maneira contundente, a percepção de cada povo sobre o mundo, como pode ser ressaltado pela visão de Benedict (1976, p.19), para quem “*as lentes através das quais uma nação olha a vida não são as mesmas que uma outra usa*”.

Ao conceber aspectos antropológicos e psicológicos, a cultura contempla elementos sobre um comportamento singular, associado à identidade de cada grupo social. As características socioculturais projetam, em cada núcleo populacional, uma maneira de interpretar o mundo. Os valores cultivados em cada unidade política ensejam diferentes formas de agir, de planejar, de administrar, de pensar. Os povos do que se convencionou chamar de Ocidente iniciaram, a partir do século XV¹⁰, projetos colonialistas associados à expansão de poder e de riqueza (METRI, 2007), o que resultou na difusão da maneira europeia de entender o mundo. Entre outros formatos, difundiram por meio da guerra e da violência uma concepção que ajudou a consolidar um modelo desigual e assimétrico, expansivo e competitivo (FIORI, 2007 e 2008), resultando no sistema interestatal contemporâneo.

A emergência e o desenvolvimento das relações entre os Estados, portanto, priorizaram a interpretação da política internacional sob a perspectiva ocidental, iniciada sob

⁹ A expressão em latim significa “mantendo inalteradas todas as outras variáveis”. Essa ferramenta analítica auxilia na percepção que um fator, isoladamente, provoca em uma relação em que constam diversos elementos motivadores.

¹⁰ Ainda que seja válida a proposição de Amitav Acharya sobre um processo de globalização inaugurado pelos árabes, no contexto da dominação da Península Ibérica, o recorte temporal que se propõe toma por base a expansão europeia no contexto das grandes navegações. Na esteira dessa revolução tecnológica, a dinâmica competitiva europeia ganha projeção científica, econômica e militar, por intermédio das regras estabelecidas nos Tratados de Münster e de Osnabrück (1648), conhecidos como Tratados de Westfália, os quais criaram conjunto de valores que moldariam a atuação das unidades políticas estatais e fundariam os pressupostos de funcionamento do sistema interestatal.

a égide europeia e, posteriormente, sob a americana¹¹. Como observou Wallerstein (2007), isso contribuiu para que essa versão sobre o mundo fosse reputada como única e verdadeira, criando um autêntico universalismo europeu. Dessa maneira, essa noção particularista passou a ser o parâmetro central para interpretar o comportamento de todos os Estados, como se, para compreender todas as realidades políticas existentes bastasse a mentalidade cultural europeia, como se ela fosse uma Pedra de Roseta¹². Ken Booth, no livro *Strategy and Ethnocentrism* (1979), é esclarecedor nesse sentido:

Ethnocentrism is one cultural variant of this universal socio-psychological phenomenon: societies look at the world with their own group as the centre, they perceive and interpret other societies with their own frames of reference, and they invariably judge them inferior. Ethnocentrism is a phenomenon which has ramifications in most if not all areas of intergroup relations. (BOOTH, 1979, p. 13)

Nesses termos, Booth (1979) relata os elementos motivadores e o contexto em que surge o etnocentrismo. Para o autor, este conceito, portanto, seria usado como: i) termo para descrever sentimentos de centralidade e superioridade; ii) termo técnico para descrever métodos falhos nas Ciências Sociais; iii) sinônimo de restrição cultural. Assim, feita a crítica às análises internacionais etnocêntricas, Booth (1979) enfatiza a importância do relativismo cultural, com o sentido de considerar a perspectiva do Outro.

Portanto, o etnocentrismo e o universalismo europeu contribuíram para que incoerências fossem reproduzidas ao longo do tempo. Como observou Edward W. Said nos livros *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (1996) e *Cultura e Imperialismo* (2011), quando propôs a ideia de dominação cultural como elemento geopolítico, com o passar dos séculos, a intensificação da presença europeia e americana no planeta ocasionou a consolidação da cultura dos povos ocidentais, promovendo o paulatino sufocamento de

¹¹ A Teoria do *Enfant Gaté*, presente nos escritos de Gary Becker (1991), incentiva uma reflexão sobre o legado inglês para a formação identitária estadunidense. Embora Backer não analise os Estados Unidos e o que hoje constitui o Reino Unido, a ideia central aqui é a noção de que o ente ascendente pode moldar o comportamento dos descendentes. Assim, há o reconhecimento de que os Estados Unidos desencadearam uma revolução liberal mesmo antes da Europa, demonstrando o caminho em que a colônia se torna independente. No entanto, aquele que "se liberta" segue os parâmetros transmitidos por quem fez parte da sua gestação, no caso dos Estados Unidos, a Inglaterra. Isso cria, portanto, a imagem dos Estados Unidos como produto europeu, que seguem os traços da personalidade daquela que os criaram e forjaram sua essência.

¹² A Pedra de Roseta é um fragmento de rocha onde se encontra texto que permite a compreensão dos hieróglifos do Egito antigo. Quando se compara à mentalidade europeia, faz-se a crítica: seria esta maneira europeia de pensar fundamental, de fato, ou imprescindível para se compreender todos os fenômenos políticos do mundo? Por se acreditar em uma resposta negativa, considera-se que há outras maneiras de admitir interpretações diversas sobre as relações entre os povos.

características culturais individuais dos povos. Isso projetou e difundiu a noção de que a única verdade seria propagada pelo filtro do pensamento dito ocidental.

Entre as discrepâncias, está a interpretação do comportamento de outros grupos civilizacionais sem considerar as particularidades de cada unidade sociocultural¹³ (BENEDICT, 1976). Não é coerente, por exemplo, prever o comportamento do Japão baseando-se na maneira de agir ou na experiência cultural da Angola; nem é razoável, no mesmo sentido, interpretar a *Raison d'Être* da França baseando-se na concepção de mundo e nos valores sociais do Yemen, do Sri Lanka ou da Costa do Marfim. Então, por que interpretar o comportamento de todos os Estados por imagem e semelhança da Europa e dos Estados Unidos? A resposta reside no argumento de Said (1996): uma estratégia de dominação cultural.

1.3 O PENSAMENTO POLÍTICO SOBRE A CHINA NOS ESTUDOS INTERNACIONAIS

Múltiplas matrizes de pensamento esforçam-se para interpretar a China na contemporaneidade. Concepções que se guiam por diferentes perspectivas teóricas compõem uma literatura científica que almeja identificar o comportamento chinês. Isso remete ao pensamento de Robert Cox, segundo o qual “*theory is always for someone and for some purpose*” (COX, 1986, p. 207), demonstrando a necessidade de senso crítico sobre considerações teóricas. Assim, o autor lança luz sobre as fragilidades do pensamento racionalista nas RI, de cunho universalista, que têm sido identificadas por crescente grupo de autores¹⁴. Essa tendência tem ganhado expressão e reconhecimento por parte da academia, como se pode observar nos trabalhos de Amitav Acharya e Barry Buzan (2010, p.10), sobretudo no livro *Non-Western International Relations Theory: perspectives on and beyond Asia*:

¹³ Um exemplo de consciência e de algum reconhecimento sobre as distorções causadas por etnocentrismo ocorreu no final da Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos precisaram compreender mecanismos psicossociais básicos da civilização japonesa, sobretudo devido a ocupação do território no período do imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Contudo, o conhecimento sem base antropológica e psicológica de pouco servia para que se pudesse compor uma estratégia de atuação. Essa necessidade resultou no incentivo governamental a um estudo antropológico publicando por Ruth Benedict, no livro *O crisântemo e a espada* (1976), que se converteu em elemento fundamental para se compreender a cultura japonesa, para se analisar os valores japoneses, e, enfim, para viabilizar planejamento estratégico dos Estados Unidos naquele país, naquele contexto.

¹⁴ Entre outros autores, pode-se mencionar Hoffman (1977), Acharya e Buzan (2010), Noesselt (2012), Leite & Máximo (2013), Kristensen & Nielsen (2013).

There is, of course, an important sense in which the ideas within Western IRT [International Relations Theory] are universal. But looked at in any other light, they can also be seen as the particular, parochial and Eurocentric, pretending to be universal in order to enhance their own claims.

O argumento contra o universalismo racionalista recebe críticas contundentes, frente à perspectiva mais ampla que abrange o elemento cultural. Na mesma obra, Acharya e Buzan (2010, p. 16) defendem que *“There is little doubt that Western IRT [International Relations Theory] is massively dominant, and it is important to understand why this is so”*. Isso enfatiza o pensamento de Stanley Hoffman (1977, p.59), que, em crítica à influência americana nas RI, já havia defendido que a evolução deste campo disciplinar carecia de distanciamento de uma mentalidade de superpotência. Portanto, a identificação de uma influência euro-americana sobre o corpo teórico das RI tem atraído críticas e incentivado novas abordagens.

Nesse contexto, a retomada da percepção de Hoffman (1977) criou a oportunidade para que Acharya e Buzan (2010) oferecessem possíveis explicações sobre a dominação teórica ocidental nas RI. No contexto do capítulo introdutório do livro, os autores enumeram as causas potenciais para a prevalência da teoria produzida no Ocidente frente às demais iniciativas ou à inexistência delas. Entre explicações reconhecidas como mais ou menos prováveis, os autores elaboraram grupos de hipóteses refletidas criticamente: i) a teoria das RI ocidentais descobriram o caminho certo para se compreenderem as RI; ii) a teoria das RI ocidentais adquiriram status hegemônico em um sentido gramsciano. iii) as RI não-ocidentais existem, mas estão escondidas; iv) condições locais discriminam produção de teoria das RI; v) o Ocidente promoveu uma ignição, e o que se vê é um processo de salto de produtividade.

As diversas possibilidades elencadas pelos autores são úteis na percepção sobre a natureza frágil da perspectiva universalista nas Ciências Sociais. Essas hipóteses reforçam não somente a identificação de que há amplo reconhecimento da academia sobre o predomínio das ideias euro-americanas na formação e no desenvolvimento das teorias das RI; elas também destacam as disparidades teóricas e a ineficiência explicativa das RI, que incidem sobre a interpretação generalizada dos diversos povos e que afetam os estudos sobre a China contemporânea, o que, neste último caso, tem estado presente na crítica sustentada por Scobell (2008), Johnston (1995), Booth (1979) e Qin (2010a).

Portanto, não se pode desdenhar das críticas e das inconsistências teóricas nas análises sobre a China. Com o intuito de investigar os caminhos falhos e de encaminhar uma solução, observa-se a existência de um grupo bastante expressivo de analistas, das mais variadas tendências teóricas, que pensam o papel da China no mundo contemporâneo. Correndo o risco

a que se submetem as sínteses, não se abordando um expressivo número de interpretações teóricas significativas, esta pesquisa confere maior ênfase às tendências teóricas das RI que se destacam nas análises sobre a China. Assim, avaliam-se não só as abordagens racionalistas, mas também interpretações sistêmicas que aceitam o eurocentrismo e as perspectivas que propõem a inclusão de considerações culturais. Dessa maneira, em princípio, considera-se o pensamento teórico existente nas RI, excetuando-se os autores e as escolas de pensamento chinesas, que serão abordados no final do capítulo.

1.3.1 Abordagens racionalistas

O pensamento racionalista nas RI que se dedica a refletir a China encontra a sua síntese, sobretudo, em duas matrizes teóricas: Realismo e Liberalismo. Grande parte das análises internacionais sobre a China tomam por parâmetro central essas abordagens teóricas, que se fundam em uma concepção de que as Ciências Sociais podem alcançar uma aplicabilidade científica universal. Embora essa duas perspectivas teóricas constituam a base sobre a qual se estabeleceram as RI, formando um corpo teórico sólido, elas têm sido interpretadas com ceticismo e desconfiança, enfrentando críticas na academia.

No que concerne especificamente à China, essa evidência pode ser encontrada por meio de Qianqian (2010, p.90): avaliando o comportamento da China no processo de integração asiático, a autora afirma que Realismo, Liberalismo e Construtivismo, sozinhos, são inadequados para uma ampla compreensão sobre a China. No mesmo sentido, se reconhece claramente que *“Neither China nor Japan fit comfortably into realism or liberalism. China is trying to avoid being treated as a threat to the status quo as its power rises, and the moves to develop a Chinese School of IR are focused on this problem”* (ACHARYA E BUZAN, 2010, p. 3). Como se observa, autores e ideias afiliam-se a essa tendência crítica para interpretar a China no sistema interestatal contemporâneo.

No que se refere ao Realismo e ao Liberalismo, optou-se por trabalhar com os autores que dedicaram maior atenção a China. Objetivando sintetizar a essência do debate e de não fugir à linha de raciocínio proposta, escolheram-se dois autores que demonstram a maneira pela qual esses eixos de pensamento refletem a China. Assim, a avaliação recai sobre o conteúdo das análises de John Mearsheimer e John Ikenberry .

Os dois autores assumem pontos de vista bastante contundentes e discordantes. Se, para Mearsheimer, tanto no livro *The tragedy great power politics* (2001) quanto nos textos científicos em Mearsheimer (2006; 2010; 2013), a China contemporânea demonstra a

existência de elementos políticos de que se tornará uma potência hegemônica regional, assumindo comportamentos violentos; para Ikenberry, principalmente por meio das ideias contidas no artigo *The rise of China and the future of the West: can the Liberal system survive?* (2008), o autor acredita que as instituições internacionais exercem controle sobre o comportamento chinês.

Os dois autores representam uma síntese das teorias a que se indentificam. O principal argumento que se pretende sublinhar é que, de acordo com o raciocínio dos autores, o comportamento da China ocorre segundo a mesma maneira de agir euro-americana, tomando-a como universal: expressam observações que tentam compreender, por meio de abordagem etnocêntrica, o aumento da expressão chinesa no sistema interestatal liderado pelos Estados Unidos.

Em uma abordagem mais específica sobre o envolvimento da China na América Latina e, por conseguinte, na América do Sul há as pesquisas de Robert Evan Ellis. Sustentando suas análises sob a égide do Realismo, o autor tem recebido atenção do círculo acadêmico, quando avalia os movimentos estratégicos da China na região. Evan Ellis (2014), avalia a China como potencial ameaça aos interesses estadunidenses, por influir em seu quintal: isso demonstra o etnocentrismo que aflora nas análises do autor.

1.3.2 Interpretações sistêmicas que aceitam o eurocentrismo

Em uma corrente menos polarizada, encontra-se o pensamento de uma gama de autores cuja vinculação teórica não se enquadra diretamente no Realismo ou no Liberalismo. Assim, trazendo contribuições importantes, mas concebendo posições heterogêneas, Henri Kissinger (2011), José Luis Fiori (2007 e 2008), Herry Gelber (2007), Niall Ferguson (2012), Carlos Medeiros (1999, 2007 e 2015), Alice Amsden (2001), Fareed Zakaria (2008), entre outros, analisam a China de maneira bastante profícua, mas não contestam as bases euro-americanas de pensamento científico sobre o sistema interestatal.

Ao não aderirem vinculação teórica purista, esses autores acrescentam elementos novos em maior grau de liberdade propositiva. Em um caráter geral, analisam uma China que ganha projeção em uma espiral competitiva, em um mundo em transformação, e não definem um comportamento pré-estabelecido. A riqueza analítica, nessas ideias, se projeta na tentativa de compreensão dos movimentos estratégicos da China, segundo a evolução sistêmica em permanente expansão e competição.

A desconsideração de características identitárias nas análises sobre a China é a principal fragilidade dessa linha de pensamento. Embora seja muito coerente o reconhecimento de um ambiente de competição sistêmica, esses e outros autores aceitam o eurocentrismo e a argumentação onisciente, sem maiores contestações. O insuficiente ou inexpressivo questionamento sobre o impacto dos matizes culturais que potencialmente influenciam ou guiam as decisões chinesas interfere na capacidade interpretativa desses autores.

1.3.3 Um viés interpretativo culturalista

Um terceiro eixo analítico confere maior importância a aspectos culturais que singularizam a China. Excetuando-se autores chineses, que se dividem entre os que defendem e os que rechaçam a existência de uma futura escola chinesa de RI, dos quais se falará adiante, há um restrito número de pesquisadores que consideram aspectos da cultura ou da mentalidade chinesa em estudos de política internacional. Entre outros autores, sobressaem as análises de Lucian Pye (1985 e 1988) e Martin Jacques (2009), os quais expandem a densidade analítica ao estabelecerem argumentos que sopesam fatores culturais chineses nos estudos que contemplam política internacional e China.

Para Pye (1988), há um conjunto de padrões culturais gerais que podem ser úteis para compreender o comportamento popular chinês e que, por conseguinte, ajuda a compreender as decisões tomadas por seus líderes. Isso permite que se possa compreender o raciocínio chinês com maior fidelidade, aceitando nele a existência de uma mentalidade civilizacional, a qual possibilita identificar as características da cultura chinesa e da flexibilidade comportamental desse pragmatismo.

Portanto, elementos antropológicos e psicológicos são cruciais para se entender os contornos da política chinesa. Pye (1985) acredita que a habilidade chinesa para preservar autoridade baseia-se na combinação de fatores culturais: i) o ideal do grande homem como líder, no modelo confucionista, em que há o pai como autoridade máxima na família; ii) o senso de identidade racial, que hoje se traduz em unidade nacional; iii) o ideal de poder centralizado, caracterizado pela aversão à desordem social; iv) a importância da liderança para a ideologia e o simbolismo. Assim, embora prevaleçam elementos sobre a política interna, essas análises fornecem sugestões sobre a maneira de pensar dos chineses em uma perspectiva interestatal.

Por sua vez, a ideia-síntese de Jacques (2009) revela que a China não reproduz o comportamento ou a cultura política ocidental. O conceito de Estado-nação, vinculado à lógica Westfaliana, diferencia-se do conceito de Estado-Civilização, que caracteriza a tradicional abordagem política chinesa, baseada no confucionismo, nos estados tributários, na valorização dos aspectos culturais. Para o autor, a China é resultado de um processo contínuo de evolução sociocultural. Ao longo da história chinesa, observam-se coerência e continuidade em traços culturais que permaneceram até o presente.

A principal característica que permite agrupar esses autores em uma mesma categoria é o fato de investigarem o comportamento da China com base em pressupostos que dão atenção à forma de pensar daquele povo: uma maneira de lidar com a política que está imbuída de uma herança cultural milenar e em constante mutação.

Essas pesquisas descortinam um amplo espectro teórico ainda pouco explorado. Elas provocam e incentivam cientistas sociais e analistas a tomar posições de maneira a corrigir as distorções aqui identificadas. Junto a um movimento contestatório de autores que reivindicam estudos internacionais coerentes com a cultura analisada, a incorporação do elemento cultural tem impulsionado um frutífero debate nas RI, como se observa quando se reconhece que:

Despite the effective dominance of system-level theorizing in IR, it is clear that if pushed to an extreme, the logic of exceptionalist claims would deny the possibility of universal theories - or indeed any universal social theory. If cultural differences are strong enough, then shared features at any system level will be too thin to support universal theories. (...) If all theory is for someone and for some purpose, this effectively makes universal theory impossible other than as a disguise for the secular interests of those promoting it. (ACHARYA E BUZAN, 2010, p. 5).

É nesse espectro teórico que se fundamenta esta análise. Se as diferenças culturais são expressivas, uma teoria universal europeia e etnocêntrica apresenta deficiências explicativas. Partindo desse pensamento, a identidade cultural da China pode ser considerada como elemento relevante nas análises internacionais. O fator identitário constitui elemento basilar para se refletir o passado, o presente e o futuro da China. Essas análises, sobretudo as de Pye (1985 e 1988), por meio de ferramentas da Antropologia e da Psicologia, contribuem para incluir elementos culturais na averiguação de significados recônditos sobre o comportamento político chinês. Dessa maneira, o eixo culturalista de Pye e de Jacques dá ênfase à busca chinesa por sua própria versão das RI, o que se verá adiante, por meio dos argumentos dos dois principais teóricos das RI na China: Yan Xuetong e Qin Yaqing.

1.4 A CONTESTAÇÃO PELA VIA CULTURAL

Seguindo essa linha de raciocínio, pretende-se identificar imperfeições e incoerências teóricas nas análises sobre a China. Isso possibilita uma análise sobre a cooperação da China com o Brasil, procurando evitar distorções do universalismo das teorias racionalistas. Nesse sentido, é válido considerar a crítica de Chengxin (2014) sobre a inexistência de uma concepção que permita analisar de maneira coerente como a China compreende as relações de poder no sistema interestatal. O argumento desse autor se comprova tanto pela gama de análises que divergem sem abordar o tema quanto por aquelas que ignoram que isso é algo bastante particular em cada contexto lógico-cultural. Poder, portanto, depende do local, do tempo e da cultura.

Mas o que é cultura? Ken Booth, no livro *Strategy and Ethnocentrism* (1979), esclarece que se trata de um conceito nebuloso, dotado de múltiplas definições, mas, baseando-se na aceção que Levi-Strauss manifestou no capítulo *Social Structure* do livro *Anthropology today*, editado por A. L. Kroeber, em 1953, Booth afirma:

Culture is a notoriously nebulous concept: why else would there be over two hundred definitions? For present purposes, however, the following is a useful beginning: 'A culture is a set of patterns, of and for behavior, prevalent among a group of human beings at specified time period and which... presents... observable and sharp discontinuities' [Levi-Strauss]. Within the sense of this definition culture embraces different modes of thought, implicit and explicit behavioral patterns and social habits, identifiable symbols and signals for acquiring and transmitting knowledge, distinctive achievements, well-established ideas and values, particular ways of adapting to the environment and solving problems, and significant discontinuities in all these respects as between one group and another. Culture is one of the key factors determining *who* is *whom* in the social universe. (BOOTH, 1979, p. 14)

Portanto, a cultura é fundamental para diferenciar o comportamento do povos. A inobservância dela tende a macular as análises internacionais, tornando-as frágeis. Nessa busca por refletir as inconsistências teóricas, os argumentos que ganham expressão identificam-se em uma perspectiva multidisciplinar em torno do tema identidade cultural. Isso cria a necessidade de se construir uma estruturação conceitual que funcione como fundamento teórico para se verificar os equívocos apontados anteriormente. Com essa intenção, encolheram-se quatro tópicos como ferramentas epistemológicas que sinalizam a fragilidade das teorias arraigadas no etnocentrismo euro-americano:

1. Orientalismo, com base em Edward W. Said

2. Hibridismo e heterogeneidade, com base em Homi Bhabha e Sheila Jasanoff
3. Posição Liminar, com base em Bahar Rumelili
4. Cultura Política, com base em Lucian Pye, e Cultura Estratégica, com base em Alastair Johnston.

1.4.1 Orientalismo

O conceito de Orientalismo, de Edward Said, é bastante útil para se compreender algumas deficiências da interpretação que comumente autores ocidentais fazem sobre o Oriente. O autor trabalha essa ideia no livro *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (1978), demonstrando uma estratégia de um grupo de países ocidentais para interpretar o Oriente de maneira que não corresponde à realidade. Para tanto, defende a existência de uma dominação cultural do Ocidente, em que poder e conhecimento são elementos imbricados em uma estratégia de incorporação global: “*Orientalismo... é antes uma distribuição de consciência geopolítica...*” (SAID, 1996, p. 24).

Embora o livro tenha como tema central as imperfeições analíticas, sobretudo no que se refere ao Oriente Médio e ao imaginário historiográfico e analítico euro-americano, a crítica aborda temas muito caros à reflexão sobre a China. Baseando-se nessa consciência, o eixo de análise do autor - que contempla a atuação britânica, francesa e norte-americana - funciona como peça fundamental na expansão de poder euro-americana em seu aspecto ideológico. É nesse sentido que Said (1996, p. 18) denuncia a imposição de uma versão cultural:

(...) orientalismo é mais particularmente válido como um sinal do poder europeu-atlântico sobre o Oriente que como um discurso verídico sobre o Oriente (que é o que, em sua forma acadêmica ou erudita, ele afirma ser).

Said expressa, portanto, uma crítica a uma maneira universalista de compreender o mundo. Apreciar com um monóculo europeu-atlântico toda a diversidade sociocultural que possa existir, revela mais do que uma esterilidade analítica: descortina uma peça chave em um projeto geopolítico. Esse empreendimento ganha força quando, na prática, um grupo de países define a compreensão universal sobre as demais partes do mundo, fazendo valer a interpretação desses poucos sobre as culturas de todos os povos existentes.

Para Said (1996 e 2011), essa diretriz resulta em uma lógica de submissão que ocorre de maneira bastante consciente. A percepção acerca de uma subjugação da Ásia por algumas

grandes potências ocidentais, conforme denunciou K. M. Pannikar, no livro *A dominação Ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias* (1959), serve para compreender não somente a interpretação viciada sobre o Oriente, mas também para realçar como essa noção abrange e afeta o que se pensa sobre a África e as Américas, contribuindo para a difusão da ideia de inferioridade dos povos que foram dominados formal ou informalmente¹⁵. Portanto, o modelo civilizador propagou a ideia de modernidade, de maneira imbricada aos propósitos geopolíticos.

A reflexão que converge com esse pensamento é aquela que questiona uma parcialidade existente no campo das RI. A necessidade de se expandir conhecimento fora da matriz estritamente ocidental encontra projeção atualmente, embora não seja recente a opinião de que as RI sejam uma ciência europeia e americana. Isso ganha bastante evidência não somente nas críticas de Hoffman (1977, p.59), como já foi mencionado, mas também no texto de Martin Wight sob o título *Why there is no International Theory?* (1966), em que o autor reconhece falhas no reconhecimento de uma teoria internacional, quando reflete a teoria política.

No mesmo sentido, a parcialidade e a dominação ocidental teórica nos campo das RI também é reconhecida em Acharya e Buzan (2010, p.6):

There are two obvious, and partly reciprocal, ways in which the Western dominance of IRT [International Relations Theory] manifests itself. The first is the origin of the mainstream ITR in Western philosophy, political theory and/or history. The second is the Eurocentric framing of the world, which weaves through and around much of this theory.

Isso mostra que o pensamento de Said (1996 e 2011) mantém intertextualidade com Acharya e Buzan (2010). Esses autores acreditam que as RI formam um campo científico segundo uma leitura enviesada do mundo. Especificamente, vale mencionar Said (1996, p.35), uma vez mais:

Talvez a tarefa mais importante de todas seria o estudo das alternativas contemporâneas para o orientalismo, que investigue como se podem estudar outras culturas e outros povos desde uma perspectiva libertária, ou não-repressiva e não-manipulativa. Nesse caso, porém, teríamos de reestudar todo o complexo problema de conhecimento e poder.

¹⁵ A historiografia entende por dominação política ou econômica direta, quando determinado território é absorvido como um apêndice do colonizador; já a modalidade indireta, ocorre quando há influência crucial na gestão de determinado grupo social.

É nesse contexto que a obra deste autor constitui um dos pilares do que se convencionou chamar de teoria pós-colonista das RI. O convite de Said (1996) para se analisar outras culturas sem manipulá-las se enquadra na proposta que se sustenta neste texto. Embora o interesse do autor seja versar sobre a perspectiva médio-oriental, a carga epistemológica contempla espectro que supera esse recorte geográfico, abrangendo tudo o que compreendia o universo colonial europeu. Assim sendo, aqui, deve-se conceber o "colonial", como qualquer forma de intervenção, o que inclui a maneira de pensar, os valores, a cultura, entre outras manifestações.

Por apostarem os colonizadores na superioridade de suas culturas, acreditaram que seria conveniente para o projeto geopolítico garantir que houvesse a aceitação generalizada delas, ainda que tivesse que ser de maneira forçada. O exame dessa difusão cultural sob pretexto político-estratégico pode ser verificado no livro *Cultura e Imperialismo* (2011), de Edward Said que, assim como nos estudos de Homi Bhabha (1985), que serão analisados adiante, muitos Estados, por imposição ou por conveniência, implementaram o mimetismo da cultura euro-americana em diferentes graus. Na perspectiva de Said (1996), isso se pode analisar por meio da exaltação das artes em todas as suas manifestações, dos modelos políticos, da religião em diversos países, em todos os continentes.

Esse processo ensejou uma adaptação global à cultura do Ocidente. Tendo em consideração a incapacidade de resistir ou contrapor-se a essa lógica cultural imposta por um grupo de países que representa o núcleo ideológico Ocidental, passa a haver uma incorporação cultural seguindo uma dualidade entre cultura externa e cultura autóctone, em diferentes dosagens. Considerando a dificuldade de resistência à maneira de pensar dos líderes do sistema interestatal, sendo muito difícil rechaçar a influência cultural deles, as unidades políticas que sofreram alguma intervenção absorveram-na parcialmente, adotando valores oriundos do processo de globalização, ensejando algo que se manifesta com o rótulo de uma cultura universal, junto a valores particulares de determinada cultura. Isso abre espaço para refletir dois conceitos: o hibridismo (BHABHA, 1985) e a posição liminar ou liminaridade (GENNEP 1908; TURNER, 1969; RUMELILI, 2012).

1.4.2 Posição liminar

Um elemento epistemológico bastante útil para verificar as incongruências teóricas das correntes dominantes nos estudos internacionais é o conceito de posição liminar ou de liminaridade. A aplicação do conceito para o campo das RI, por meio de Bahar Rumelili

(2012), mostra que o ator liminar é visto com desconfiança, cuja mudança ou transição é tomada como ameaça e, portanto, seria potencialmente subversiva. A ideia é verificar em que medida a China pode ser interpretada como ator liminar e como isso influencia as relações sino-brasileiras.

O conceito de posição liminar foi formulado na Antropologia, por Arnold van Gennep, no livro *Rites de passage* (1908). O autor buscava interpretar um estado de transição definido nos ritos sociais¹⁶. Victor Turner, no livro *The ritual process: estruture and anti-structure* (1969), aprofundou as pesquisas de Gennep (1908), dedicando-se, assim, a elaborar análises sobre rituais que marcam várias fases de transição social.

Dessa maneira, o conceito de posição liminar redesenhado por Turner (1969) é caracterizado quando há ambiguidade e indeterminação que inviabiliza uma classificação na estrutura. Nesse contexto, os atores liminares são percebidos como ameaças, pois minam distinções categóricas das quais as estruturas sociais dependem, o que faz com que as manifestações de comunidades liminares sejam concebidas como perigosas e anárquicas. Turner (1969), portanto, estava interessado em analisar como essa liminaridade afeta a estrutura, concluindo que grupos liminares não somente têm qualidades anti-estruturais mas também detém potencial revolucionário. O fator anti-estrutural deriva da presença marginal ou periférica de determinado ator em um sistema. Portanto, a posição liminar em Turner (1969), é um conceito descritivo que ajuda a compreender os limites e contradições de uma estrutura.

A elaboração conceitual de Turner (1969) encontra interface entre a Ciência Política e as RI, conforme advoga Rumelili (2012). Esta autora descreve a posição liminar como a adoção de uma posição política, cultural, filosófica ou identitária que destoa de categorias dominantes. Com isso, o conceito oferece reflexões valiosas sobre a maneira pela qual a China interage com o sistema interestatal, tanto globalmente quanto nas suas relações bilaterais, o que proporciona espaço para se refletir uma *rationale* que se afasta do pensamento estritamente ocidental.

Rumelili (2012), portanto, traz a perspectiva da posição liminar de Turner (1969) para as RI. Isso cria meios para se analisar os limites e contradições na estrutura social internacional, sobretudo nas distinções entre o Eu e o Outro. A autora observa que pesquisas

¹⁶ Para o autor, verifica-se a existência de transições que, amiúde, viabilizam certa autonomia. Exemplos dessas margens são observadas no noivado, na gravidez, no luto (GENNEP, 2008, p.264)

sobre identidades em estudos internacionais têm sido insuficientes e que atores liminares nas RI são percebidos como instáveis e vulneráveis à subversão.

A contribuição da autora ajuda na proposição de diferentes possibilidades. A passagem que se segue é bastante elucidativa com relação à determinação do que é liminaridade e de como pode ser utilizada como uma ferramenta de análise. Nas palavras de Rumelili (2012, p. 496):

Turner stressed that liminals have antistructural effects not only because of their presence as peripheral and in-between actors, but because of the ways in which they act on their positions. He observed that these groups form *communitas*, a community which is characterised by the absence of social structural positions and status, and which breaks in through the interstices of structure, transgressing the norms that govern structured and institutionalized relationships. [...] The existing literature on identities in International Relations (IR) has failed to pay due attention to the actors that elude the identity categories constituted by discourses on international politics, such as, Western/non-Western, developed/ under-developed, democratic/non-democratic.

Essa passagem reitera a validade de uma análise sobre a posição liminar chinesa, bem como do seu par oposto, o Ocidente. Nesse contexto, posição liminar possui características que não são domesticadas, como é o caso da China, que em dados momentos parece não se enquadrar e que, segundo a lógica racionalista, é acusada de tentar subverter a ordem internacional.

Como a estrutura social da política internacional baseia-se em discursos múltiplos, sobrepostos e competitivos, muitos atores adotam posição liminar em relação a esses discursos. Nesse sentido, adotar posição liminar significa não aderir a um suposto comportamento esperado universalmente. Assim, a posição liminar prevê meios para se analisar a constituição e a contestação da estrutura social internacionais, as quais Rumelili (2012) identifica que podem surgir por meio de dois processos: 1) quando há discurso liberal universalista que possibilita a criação de espaço liminar, porque constrói os outros não com anti-Eu ou não-Eu, mas com menos-Eu, ou 2) quando há sobreposição de discursos e identidades. Assim, esclarece que, como resposta, as estruturas sociais da política internacional respondem à posição liminar tentando domesticar o ator liminar.

O conceito tem sido usado em pesquisas para se analisar as características de uma identidade periférica. A posição liminar, portanto, desencadeia um processo de domesticação e de subversão. Rumelili (2012) conclui que, se, por um lado, o emprego da posição liminar

como ferramenta teórica envolve a identificação de espaços liminares nos discursos da política internacional; por outro lado, traz a noção de um processo de domesticação e de subversão.

A China se enquadra nesse aspecto quando o discurso universal a trata como um intruso ou uma ameaça. É vista como um ator que cultiva valores diferentes e que se encontra em posição liminar, desejosa de abandonar condição periférica para ocupar posição central. As teorias racionalistas tomam como fator universal que a ascensão chinesa tem traços de subversão sistêmica, como se observa na carga da alcunha de "perigo amarelo", entre outras classificações. A posição liminar da China, trazendo a ambiguidade de ter características de potência média e de grande potência, causa receios de atuação que possa romper a estabilidade do sistema construído por intermédio de esforços euro-americanos. Ao mesmo tempo que fragiliza os argumentos racionalistas, essa liminaridade tem a capacidade de reforçar os receios do etnocentrismo Ocidental, no sentido de criar a necessidade de uma reação para que seja evitada a subversão. Essa ferramenta complementa as reflexões propostas tanto por Said (1996 e 2011), quando se difunde a necessidade de se reverter um universalismo ocidental que resultou em uma interpretação cultural com propósitos geopolíticos, quanto por Bhabha (1985), quando propõe o conceito de hibridismo, o qual comporta elementos que podem fortalecer uma resistência.

1.4.3 Hibridismo e heterogeneidade

A necessidade de se refletir a mistura de características nas relações sociopolíticas contemporâneas tem aumentado o interesse de autores pelo desenvolvimento de um conceito de hibridismo. Esse esforço tem-se projetado em diferentes concepções de hibridismo, demonstrando, de um lado, a necessidade de revelar uma falsa uniformidade global, e, de outro lado, o reconhecimento científico de que é preciso compreender as causas e as consequências dessa mistura. Entre outros autores, dois se destacam nessas reflexões acerca das RI que se deseja refletir com ênfase na China: Sheila Jasanoff (2012) e Homi Bhabha (1985).

Para Jasanoff (2012, p.6), a ausência de homogeneidade cultural e normativa enseja que o exercício de poder seja concebido de maneira complexa. A autora demonstra como a heterogeneidade e o hibridismo reforçam movimento díspares, que ora diferenciam, ora integram uma população controlada por uma lógica dominante. Assim, iniciativas destinadas

a estabelecer ordem e regularidade são elementos motivadores de tensões. Isso tende a justificar, por que motivo o pensamento racionalista interpreta a China como um ator desviante e formador de ameaça, sobretudo quando ocorre uma resistência chinesa à adoção indiscriminada da ordem, das normas e da racionalidade ocidental.

No entendimento de Bhabha (1985), o conceito de hibridismo foi elaborado para se refletir a mescla cultural que ocorre entre os povos e para avaliar os efeitos no encontro entre colonizador e colonizado. Aqui vale mencionar, também, o sentido da colonização cultural, que produz diversos efeitos em ambas as partes: o convívio entre estes dois lados implica em possíveis modificações nos dois lados envolvidos nessa relação. Um desses efeitos é o que o autor chama de ambivalência, que, *grosso modo*, seria o sentimento ambíguo entre colonizador e colonizado. Essa ambivalência corrobora um sentimento dual em ambas as partes e em suas respectivas identidades: ela pode ser notada, por exemplo, na literatura colonial ou pós-colonial, que acaba por possuir traços do colonizado e do colonizador, o que Bhabha chama de hibridismo.

Assim, as abordagens selecionadas sobre o hibridismo demonstram algumas deficiências das teorias racionalistas. Se, em Bhabha (1985), trata-se de fenômeno que caracteriza uma interpenetração cultural e que enseja traços de absorção e resistência identitária, mostrando uma absorção ambivalente da cultura do colonizador e do colonizado (formal ou culturalmente), por outro lado, de maneira complementar, em Jasanoff (2012), o conceito traz em sua essência a noção de resistência a uma expressão homogênea.

Há, portanto, um esforço intelectual presente na teoria pós-colonialista das RI que legitima a densidade da compreensão sobre hibridismo. Isso se comprova tanto em Jasanoff (2012) quanto em Bhabha (1985), que fortalecem um movimento teórico que aponta para a necessidade de construção teórica autônoma e endógena. Nesse contexto, Acharya e Buzan (2010, p.15) esclarecem que:

A stronger claim for an indigenous theory is post-colonialism. There is a discernible IR [International Relations] variant in which Indian scholars have played a prominent role in developing 'subaltern studies': Homi Bhabha... and Arjun Appadurai... are rebelling against Orientalism and Western dominance, and hence are largely negative in their aspirations.

O trecho mostra a importância da crítica pós-culturalista e enfatiza a importância na criação de meios para se realizar uma associação direta entre o conceito de hibridismo e o de posição liminar. Isso acontece porque a posição liminar expõe as brechas estruturais do sistema internacional, pois um ator, ao operar de maneira liminar, tanto reforça seu desejo por

um sistema heterogêneo quanto oferece resistência a discursos hegemônicos e homogêneos. Para avaliar esse pensamento, vale considerar as palavras de Rumelili (2012, p. 500-501):

Bhabha has stressed that colonial discourse does not produce the colonised as an Other anti-thetical to Self, but rather as a hybrid, 'discriminating between the mother culture and its bastards, the self and its doubles'. According to Bhabha, in addition to manifesting the extent of transculturation between colonizer and colonised societies, hybridity also enables a unique form of effective resistance against the coloniser. Having (seemingly) adopted the knowledge of the master, the natives are at once complicit in its reproduction, but also simultaneously misappropriating and perverting its meaning, thereby circumventing, challenging, and refusing colonial authority. (...)

Rumelili (2012) demonstra a interseção entre os conceitos de posição liminar e de hibridismo. Nesse sentido, o hibridismo em Bhabha (1985) contempla os elementos externos absorvidos por uma cultura específica, os quais promovem alteração nas características culturais de determinada sociedade. No caso da China, enfatiza-se a ocorrência de intercâmbio que reordena a lógica sociocultural, a ponto de promover a construção de novos traços identitários. Isso é visível no contexto pós-1978, tanto nas reformas quanto na abertura, quando se promove, com mais ênfase a busca pela modernização da China. Um exemplo disso é visto no fato de que Deng Xiaoping procura imitar, em alguma medida, o modelo de abertura implementado por Cingapura¹⁷.

Ao se aplicar essa ferramenta teórica na realidade chinesa, esse conceito possibilita definir constatações bastante particulares. Entre outras características, o hibridismo na versão chinesa demonstra dosimetria em que se concentram mais traços próprio do que externos. Se, por um lado, a China aceita participar do sistema interestatal - que representou mais uma coação, por meio dos tratados desiguais do século XIX, do que ato voluntário -, por outro lado, há um interesse latente de preservar uma herança identitária milenar, quando não adere totalmente ao mimetismo da trajetória expansiva à maneira ideológica europeia.

Portanto, há um movimento duplo. Ao mesmo tempo em que se impõe a "camisa de força westfaliana" na China (ACHARYA e BUZAN, 2010, p.17), compelindo-a a participar do sistema, há também a permanência de traços culturais indevassáveis. Assim, demonstra-se a adoção do sistema ocidental, pois não há como negá-lo, embora isso venha *pari pasu* com uma resistência quanto à lógica expansiva europeia, gerando uma reação que toma forma e

¹⁷ Deng traz ideias do Ocidente nas reformas. Entre outras fontes, isso pode ser visto no interesse de Deng pelo pensamento de Lee Kuan Yew, primeiro ministro de Cingapura entre 1959 e 1990 (MAHBUBANI, 2008).

aparecia de um anti-corpo, que rejeita o modelo de expansão baseado em guerra e violência. Contudo, isso não significa uma aversão irrestrita à guerra, que segue sendo, *par excellence*, um instrumento necessário como último recurso à defesa de interesses, quando a diplomacia não é suficiente.

A rejeição chinesa (e, neste caso, também brasileira) refere-se aos parâmetros euro-americanos que justificam a atividade beligerante. Repudia-se a Guerra enquanto um modelo de expansão de poder e de riqueza, conforme concebido sob perspectiva europeia. Isso quer dizer que a China não adota a guerra como uma maneira de submeter outros povos: rechaça, portanto, um comportamento associado à lógica hegemônica ocidental de submissão de outras unidades políticas à força, como fundamento à reprodução de poder e de riqueza. Não se quer dizer que a China rejeita a guerra para manter seus interesses, mas sim que os interesses dela não necessariamente são os mesmos que os de países ocidentais¹⁸. Há, portanto, que se considerar que povos utilizam-se da guerra baseando-se em uma maneira própria de conceber o mundo, sob pressupostos culturais próprios¹⁹.

Dessa maneira, propõe-se pensar na tentativa de se estabelecer uma dimensão “colonizada” do pensamento chinês. Isso ocorreria, sobretudo, quanto à percepção de necessidade premente de modernização²⁰, que se desdobrou enquanto ato de resistência a partir de uma identidade híbrida. Nesse contexto, aliás, o dilema do hibridismo está presente na psiquê chinesa desde as primeiras investidas britânicas do *Oitocento*, na China, em que a interferência incutiu no povo a necessidade de resistência e de reforma modernizadora. Segundo Qin (2010a, p.37) isso foi tão forte para a China que chega a haver a disputa entre duas escolas de pensamento: a chinesa e a ocidental, sendo a última a vencedora²¹.

¹⁸ Isso não significa que a China se abstenha de fazer guerra, quando julga estrategicamente necessário, como comprovam i) a possibilidade de conflito armado na reintegração de Taiwan ii) as potenciais atividades beligerantes no Mar do Sul da China, iii) a disputa pelas ilhas Diaoyu e iv) as guerras por definição de fronteira com a Índia em 1962, 1967 e 1987.

¹⁹ Entre outros autores que corroboram esse argumento, Mirzoeff (2009, p.1) afirma que "*In the era of United States global policing, war is counterinsurgency, and the means of counterinsurgency are cultural. War is culture.*" Portanto, para o autor, a intervenção armada dos Estados Unidos em diferentes parte do mundo tem sido considerada pelos americanos como uma medida contra-insurgente, pois a globalização equipara os conflitos interestatais a guerras civis, o que permite uma intervenção militar legítima na política internacional. Por um lado, isso demonstra que a discussão sobre diferentes percepções culturais da guerra perfaz não somente a realidade dos séculos precedentes, mas também se projeta na contemporaneidade; por outro lado, isso indica que povos concebem a guerra de maneira diferente, o que, por extensão, enfatiza uma interpretação afastada da matriz de pensamento chinesa.

²⁰ Qin (2010b) afirma que esse sentimento surgiu por ocasião das Guerra do Ópio e do Tratado de Nanjing (1842).

²¹ As reformas iniciadas por Kang Youwei e Liang Qichao (1898) e a Revolução de 1911, de Sun Yat-Sen procuraram mudar o sistema político e as instituições (FAIRBANK e GOLDMAN, 2006). Isso durou até Movimento Quatro de Maio (1919), que testemunhou a maior autorreflexão dos chineses, questionando

A dicotomia autóctone-ocidental criou sentimentos que se interpenetram, ainda que subsista um ato de resistência por sentir-se “colonizada” pelo pensamento de modernidade ocidental. A China torna-se cada vez mais assertiva contra essa ideia de dominação, embora aceite que o encontro traz, em si, a leitura simultânea da criação de intermediações identitárias, em que o “eu” não será mais o mesmo, nem o “outro”: o encontro da diferença produz alterações. Assim, o universalismo ocidental e o particularismo chinês se criam e se recriam, sem que permaneçam os mesmos na continuidade de suas interações.

É nesse contexto que a abordagem da China sobre si mesma, na política internacional, posiciona-se pela incongruência dos que a interpretam seguindo parâmetros estritamente ocidentais universalistas. Por isso, quando o discurso oficial chinês afirma que a hegemonia não está no DNA do país²², isso significa que a China reconhece sua maneira autêntica de pensar e de decidir, seguindo pressupostos baseados na herança sociocultural que se encontra arraigada em valores diferentes daqueles do Ocidente. Ao mesmo tempo em que há a ocorrência de uma condição híbrida, em que a China contemporânea deriva, em parte, dos sistema de Estados criado pelo Ocidente, o qual foi imposto à força; por outro lado, há um núcleo duro autóctone na maneira de conceber o mundo, que a diferencia do Ocidente

1.4.4 Cultura: política e estratégica

O sistema interestatal contemporâneo é resultado da evolução sociopolítica e econômica que se intensificou nos últimos dois séculos sob liderança europeia. Por meio de expansão garantida por meio da força e da violência, essa liderança cultural resultou em tentativa que obteve êxito em graus variados, a depender de cada país. Em alguns casos, como o da China, muitas características civilizacionais foram preservadas, o que se expressa na maneira específica de lidar com base em aspectos culturais.

Os conceitos de cultura política e de cultura estratégica enfatizam as fragilidades do universalismo europeu. Eles demonstram a importância de se evitar o etnocentrismo euro-

tecnologia, sistema político e econômico, cultura chinesa e confucionismo. Qin (2010a) assevera que, nesse contexto, dois campos surgiram: i) a escola de aprendizado chinesa, representada pelos modernos pós-confucionistas, que defendia transformar o confucionismo como base para a modernização e ii) a escola de aprendizado ocidental, que acreditava que o problema fundamental na falha da modernização era a cultura chinesa.

²² O Presidente Xi Jinping, em discurso, em 15 de maio de 2014, ao esclarecer a posição do país quanto ao Mar do Sul da China, afirma “*in Chinese blood, there is no DNA for aggression or hegemony*”. Informação disponibilizada pelo jornal South China Morning Post, disponível em 20 de junho de 2016, em <http://www.scmp.com/news/china/article/1514570/president-xi-jinping-vows-peace-pla-top-brass-talks-tough-and-vietnam>

americano nos estudos de política internacional. O elemento em comum nos dois conceitos, a cultura, constitui o ingrediente basilar na argumentação sobre os vícios nas teorias racionalistas existentes sobre a China. Subestimar a projeção do elemento cultural na política e na estratégia significa formar crenças e tomar decisões com base em algo imaginário.

Se, no conceito de cultura política, a cultura importa na análise sobre aspectos antropológicos e psicológicos na maneira de atuar politicamente; na cultura estratégica, a cultura molda a compreensão do que é estratégico e a maneira pela qual se deve agir para alcançar esse objetivo estratégico (JOHNSTON, 1995). Essas duas ferramentas irão ajudar a enfatizar duas conclusões: i) a percepção sobre o equívoco das teorias racionalistas baseadas no pensamento do Eu, para prever o comportamento do Outro, ignorando uma identidade própria do Outro, e ii) a necessidade de estudo de uma interpretação chinesa das RI, demonstrando que a perspectiva interestatal precisa ser reformulada, de maneira desassociada à noção euro-americana, para se interpretar tanto as consequências de sua ascensão quanto o sentido da cooperação com o Brasil.

A Cultura Política

Na Ciência Política, o interesse pelos estudos de cultura política ganhou expressão entre os anos de 1950 e 1960. Naquele momento, a comunidade científica reconhecia a necessidade de ampliação de técnicas de pesquisa que considerassem elementos da Psicologia e da Antropologia. Tomava-se em consideração que a essência do nacionalismo tinha fundamento na crença de que cada cultura é única. Segundo Pye (1988, p. 2), no início da Revolução Behaviorista, nas Ciências Sociais, a academia recebeu com atenção o debate sobre a diferença cultural, no qual se assumiu que os pesquisadores americanos teriam a tendência de se basearem em modelos etnocêntricos, de maneira insensível ao relativismo cultural.

No entanto, como descreve o autor, ainda nos anos de 1970, havia dissensões. Os intelectuais, de maneira geral, escreviam como se todos os povos de todas as culturas se comportassem como se fossem americanos. A tendência intelectual dominante comportava-se como se o mundo fosse monocultural. Isso gerou iniciativas mais enfáticas para que pesquisas que primassem por abordagens baseadas em diferenças culturais pudessem ganhar mais expressão.

Paulatinamente, foi ganhando expressão a ideia de que os processos políticos não podem ser compreendidos empiricamente em sua totalidade. A natureza das ciências humanas traz essa subjetividade como elemento inerente. É nesse contexto que a cultura política passa

a considerar que uma tentativa de analisar ou discutir a vida política deve envolver elementos da Psicologia e da Sociologia.

Assume-se, portanto, a premissa de que não existe uma racionalidade universal. Clifford Gertz, no livro *A interpretação das culturas* (1973), ao reconhecer a importância da densidade da cultura, chega a afirmar que “*Não há natureza humana que independa de cultura*” (GEERTZ, 2008, p. 49). Isso corrobora o pensamento de que a consideração da cultura possibilita um dos caminhos mais eficientes para se entender e prever mudanças. Isso fornece a chave para se compreender que os padrões da China não são estáticos ou passíveis de serem alterados somente de fora; ao contrário, continuam moldando o curso da modernização da China, que não é uma cópia do Ocidente (PYE, 1988, p. 25).

A cultura política, portanto, é um elemento teórico que fragiliza as teorias etnocêntricas da Ciência Política e das RI que interpretam a China até os dias de hoje. Há que se contemplar fatores culturais que indicam características antropológicas e psicológicas. Pode-se considerar o propósito da cultura política nas análises internacionais, enfatizando as atitudes e os valores que moldam tanto os processos quanto os comportamentos políticos, considerando consciência sociocultural, hábitos intelectuais e atos individuais, entre outros elementos (PYE, 1988, p. 29). É nesse sentido que o pensamento de Pye, quanto à cultura política, é valioso para auxiliar na percepção das fragilidades das teorias.

Cultura estratégica

Cultura e identidade têm importância crucial nos estudos de estratégia e segurança. O papel relegado desses dois elementos, considerados componentes basilares nos estudos internacionais, tem sido percebido com frequência por pesquisadores que se dedicam a investigações sobre cultura estratégica (SCOBELL, 2008; JOHNSTON, 1995; BOOTH, 1979; MARQUES, 2008). Contudo, antes mesmo dessa crítica ganhar expressão, a criação do conceito de cultura estratégica já recebia atenção, por meio do estudo empreendido por Jack Snyder, sob o título *Soviet strategic culture: implications for limited nuclear operations* (1977). Considerado artigo seminal para os estudos em cultura estratégica, inaugura espaço para se contestar um *Homo Strategicus Universalis*, embora ainda se encontre dissenso atualmente, como se observa em Carriço (2016, p. 61, grifo do autor):

Para Snyder não existe um ‘*homo strategicus universalis*’, pois fatores materiais e imateriais específicos de um determinado Estado modelam o

pensamento e a ação dos seus decisores políticos. (...) Michael Handel desvaloriza esta diferenciação estratégica com base na cultura argumentando que ‘a estratégia tem uma lógica e objetivos globais’ (i.e. homo strategicus universalis) colocando-se no extremo oposto ao de Jack Snyder e Ken Booth.

O autor revela um dissenso sobre a concepção de cultura estratégica, que recebe reiterada atenção no círculo acadêmico desde os anos 1970. Embora o enfoque analítico de Snyder (1977) estivesse voltado para a reflexão de estratégias americanas eficazes contra a União Soviética, havia a necessidade de se romper com o predomínio de uma “racionalidade estratégica universal” (SNYDER, 1990, p. 3). Portanto, as análises estratégicas careciam da incorporação do elemento cultural, para que as atitudes e as crenças que delineiam a reflexão sobre questões estratégicas pudessem ser sopesadas (MARQUES, 2008, p. 12).

É nesse contexto que surgem outros estudos para o desenvolvimento do conceito de cultura estratégica. Um dele foi realizado por Ken Booth (1979), que corrobora o entendimento de que a perspectiva racionalista e a consequente ausência do elemento cultural podem trazer problemas, quando se realizam análises teóricas sobre estratégia:

Ultimately strategy is a continuation of philosophy with an admixture of firepower. (...) Cultural distortions, like other perceptual mechanisms, are important because there is no clear dividing line between image and reality: the reality of our strategic world is inextricably interconnected with our manner of conceiving it (BOOTH, 1979, p.9)

A estratégia de um povo, portanto, está condicionada a maneira com que ele concebe o mundo. Distorções culturais nas análises estratégicas, nesse contexto, ampliam a distância entre imaginário e realidade. Esse descolamento do real tem associação com o conceito de etnocentrismo, o qual já foi abordado em seção anterior, em referência a Booth (1979, p. 13).

De um modo geral, um grupo expressivo de autores reconhece a maior penetração de ideias não-Ocidentais nos estudos estratégicos. Isso perfaz um espectro analítico que ultrapassa o horizonte Leste-Oeste ou Ocidente-Oriente, como se pode observar em Acharya e Buzan (2010, p. 7):

Strategic Studies is rooted in the tradition of the Western way in warfare and its classics: Clausewitz... Mahan... and a host of responses to developments in Western military technology (tanks, aircraft, nuclear weapons etc.) (...) But here at least we was some non-Western input with Mao Zedong and Che Guevara acquiring status as writers on guerrilla war, and Sun Tzu on strategic thinking.

Surgem, assim, nesse contexto de expansão dos estudos sobre cultura estratégica, algum espaço para uma matriz de pensamento chinesa. A relevância de se compreender a mentalidade cultural da China nos estudos estratégicos foi percebida por Johnston (1995 e 1996) Scobell (2005), Twomey (2006), Carriço (2016), entre outros. O pensamento desses autores auxilia na reflexão sobre os elementos que influenciam os estrategistas chineses, de acordo com a mentalidade, a tradição, os aspectos antropológicos e psicológicos da sociedade chinesa.

Esses estudos condenam o etnocentrismo presente nas análises sobre a China. A crítica recai sobretudo na atenção insuficiente que as RI, de maneira generalizada, prestam a fatores culturais, ou seja, incide, sobretudo, sob a abordagem racionalista nos estudos internacionais. A crescente atenção a esses argumentos tem ocasionado mais evidência ao pensamento sobre a China produzido na China. A proposta da academia chinesa de RI aponta para a busca de análises mais consistentes e coerentes, enfatizando relativismo cultural, tradições chinesas e comportamento baseado em uma lógica civilizacional.

1.5 A INTERPRETAÇÃO DA CHINA SOBRE SI MESMA: PODER, CIÊNCIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Embora esteja se popularizando o nome 'Escola Chinesa de IR', há o entendimento pacífico de que ela não existe. Ainda assim, tem-se debatido, amplamente, na academia, o surgimento de análises que sugerem a construção dessa escola no futuro. Noesselt (2012), esclarece que, já nos anos de 1990, difundem-se pesquisas usando a nomenclatura 'Escola Chinesa', inspiradas no reconhecimento consagrado da Escola Inglesa das RI. Contudo tanto para essa autora quanto para Kristensen & Nielsen (2013) e Qin (2010a e 2010b), entre outros, esta escola está em fase de gestação.

Alguns pesquisadores apontam o desenvolvimento de uma Escola Chinesa de RI como sendo parte de um projeto estatal. Em análise sobre a evolução histórica e institucional do esforço chinês de se compreender e de contribuir para uma teoria das RI autóctone, Leite & Máximo (2013) mencionam iniciativas governamentais nesse sentido. Os autores demonstram como esse esforço tem sido induzido pelo Estado e identificam uma segmentação de estudos em RI, em que as universidades de Fudan, Renmin e Beijing constituem a espinha dorsal desses estudos. Esses argumentos convergem, em certo sentido, com a percepção de Kristensen & Nielsen (2013), para quem a emergência de uma Escola Chinesa de RI resulta

da ascensão geopolítica da China, da crescente ambição política chinesa e do descontentamento com a hegemonia ocidental.

No processo de reflexão sobre os autores que seriam mais significativos para a formação desse pensamento de origem endógena, foram levados em consideração a consistência teórica, o reconhecimento da academia internacional e o grau de inovação. Os dois autores escolhidos, Yan Xuetong e Qin Yaqing têm sua formação em universidades americanas. No entanto, aplicando o conceito de hibridismo de Bhabha, esses autores tendem a utilizar o conhecimento adquirido na perspectiva euro-americana para reformular as abordagens teóricas e adaptá-las a um pensamento autóctone, mais coerentes com a realidade cultural chinesa. Qin (2010a, p.38) não deixa de reconhecer isso, quando afirma que “ *in such a context, no matter what you theorize about, its soul is Western* “. Portanto, não se perde de vista que a essência, a alma, é Ocidental.

Esse esforço intelectual, ainda que mantenha interação com o pensamento ocidental, significa uma iniciativa para se romper a dominação do etnocentrismo euro-americano nos estudos internacionais. Empenhando-se nessa direção, embora adotem pensamento divergentes, Yan e Qin, convergem quanto ao reconhecimento sobre a necessidade da inclusão do elemento cultural nos estudos sobre as RI da China e na reflexão sobre o lugar da China no mundo.

A ênfase, portanto, recai sobre o momento por que passam os estudos internacionais, imersos no etnocentrismo euro-americano e sobre como a China se encontra em meio a isso. Segundo Scobell (2005, p. 1), “ *a significant challenge confronts those scholars and analysts who believe that culture matters in International Relations (IR). A large number of IR theorists remain disdainful of the concept of culture and dismissive of area studies* “. Esse descaso aqui denunciado tem encontrado paulatina modificação, e a produção científica que acompanha o processo de formação de uma escola chinesa de RI é um exemplo disso.

As referências teóricas utilizadas até aqui abriram espaço para se analisar que há algo equivocados nos estudos internacionais, quando se interpreta a China. O comportamento da China perante o mundo não necessariamente se adapta a rótulos racionalistas ocidentais. Demonstrou-se, anteriormente, que a identificação de uma interpretação ilegítima sobre a China encontra fundamento em alguns conceitos, como o da posição liminar, do hibridismo, da cultura política e da cultura estratégica.

Pye (1988) é uma valiosa referência para se compreender a lógica de poder na China. O confucionismo constitui matriz cultural importante para alguns povos da Ásia, embora cada um deles tenha particularidades que os identificam especificamente em suas culturas. O que

parece insuficiente é a análise sobre como a China concebe poder para fora da órbita doméstica, em uma perspectiva sistêmica. O discurso da negação à hegemonia e o reconhecimento da harmonia encontram muita coerência quando se reflete a lógica interna. No entanto, ao se pensar na macro-escala do sistema interestatal, há poucas análises sobre isso. Chengxing Pan (2014) fornece elementos importantes para se interpretar as falhas analíticas que permeiam os debates nessa direção, embora o autor reconheça que não há uma interpretação contemporânea coerente sobre poder que englobe o comportamento da China.

Não se tem a intenção de propor uma reinterpretação do poder sob a perspectiva chinesa. O importante aqui é identificar, em concordância com Chengxin Pan (2014), Noesselt (2012), Leite e Máximo (2013) e Qianqian (2010), entre outros, que a análise racionalista que se faz sobre a China não oferece mecanismos satisfatórios de compreensão da realidade, devido ao seu caráter excessivamente ocidental. Ao mesmo tempo, há um consenso na academia sobre a impossibilidade, neste momento, de se pensar uma lógica de poder interestatal em uma versão chinesa.

É com base na impossibilidade de se reinterpretar o poder segundo a matriz de pensamento chinesa que se destaca a necessidade de se avaliar como os próprios chineses concebem a necessidade de elaborar teorias que contemplem abordagens menos ocidentais. Essa dimensão que tenciona descobrir a identidade política chinesa no plano externo pode ser observada por meio das ideias de Yan Xuetong e Qin Yaqing, os quais encontram sintonia no que afirma Acharya e Buzan (2010, p. 2), em que *“Western IRT [International Relations Theory] is both too narrow in its sources and too dominant in its influence”*. Assim, esses autores deixam pistas sobre a elaboração e o desenvolvimento de novos aportes teóricos de natureza chinesa.

1.5.1 O pensamento de Yan Xuetong

Yan Xuetong exerce uma liderança teórica na Universidade de Tsinghua, na China. Parte dos estudos acadêmicos de Yan foram realizados na Universidade de Berkeley, onde concluiu doutorado em Ciência Política, em 1992. Uma das principais marcas do autor é propor a existência de análises que contemplem relativismo cultural junto a universalismo científico: identifica-se com a abordagem realista, mas acredita na necessidade de se ampliar o escopo teórico das RI.

Yan Xuetong defende a existência de um realismo com características chinesas e discute a dificuldade de a China definir o lugar dela no mundo. Assim, sustenta que as RI

precisam não somente desenvolver mais os valores universais, mas também abandonar o apego à cultura ocidental, o que resultaria no aprofundamento de estudos que considerassem mais as culturas próprias de cada povo.

Para Yan Xuetong, há três eixos temáticos que constituem a parte mais importante das RI, no que concerne à China. 1º) A relação entre os Estados Unidos e a China, em que há o pensamento de que é impossível que o crescimento da China resulte em guerra mundial. Para o autor, um dos principais motivos para essa impossibilidade é a dissuasão nuclear. 2º) O debate sobre se a China pode tornar-se uma superpotência pacífica. Na concepção de Yan, o perigo do uso da guerra como instrumento de ascensão é muito pequeno, pois a relação parece mais com uma partida de futebol do que um torneio de boxe (YAN e QI, 2012). 3º) Refere-se ao debate sobre se a China seria um hegemom convencional, como os Estados Unidos, ou se exerceria um novo tipo de hegemonia (YAN, 2011).

Quanto a esse terceiro eixo, o autor conjectura os possíveis cenários de atuação da China, na perspectiva do realismo chinês. Assim, ensina que a hegemonia, em geral, poderia ser compreendida em três tipos de atuação: i) uma hegemonia tirânica, em que o autor defende que a China nunca será uma superpotência com essas características; ii) uma hegemonia convencional, a qual também estima não ser razoável, pois a China tem perfil de comportamento bastante diferente dos EUA; iii) uma hegemonia por meio do que chama de 'autoridade benevolente', em que essa autoridade seria baseada no poder material e político. Por meio dela, haveria um outro tipo de liderança mundial. Nesse sentido, o fato de haver mais Estados amigos significaria receber mais apoio, o que demandaria ter um bom sistema político que pudesse mobilizar apoio doméstico e internacional. De acordo com essa perspectiva, a China poderia deslocar uma sociedade baseada no desenvolvimento econômico para uma outra baseada na harmonia, com mais ênfase em responsabilidade internacional e em normas morais.

Para diferenciar a hegemonia convencional da hegemonia benevolente, Yan Xuetong (2011) argumenta que um *hegemon* convencional, como os Estados Unidos, atua de duas maneiras: i) a norma é um princípio de atuação com os amigos; ii) a política de potência, com os inimigos. O fato de ser um amigo, significa que se pode errar. Quando não se é amigo, há sempre oposição assertiva. Em uma abordagem diferenciada, a autoridade benevolente atua de acordo com princípios e critérios unânimes. A China pode oferecer um projeto desse tipo de autoridade benevolente, e nesse processo importam a transparência e a credibilidade. Por isso, Yan acredita que China deve ter política externa que contemple alianças, pois o apego à

posição de não fazer alianças, inaugurada em 1982, por meio dos 5 princípios de coexistência pacífica²³, não é vantajoso para o país: sem compromisso, não se pode testar credibilidade.

Nesse contexto analítico, Yan Xuetong (2011) acredita que os três tipos de liderança hegemônica baseiam-se em poder militar. No Realismo, a moralidade é importante como elemento de poder, e os interesses políticos são mais importantes do que os interesses econômicos. No entanto, nenhum país está apto para criar um governo mundial²⁴. As normas são o elemento fundamental para a sociedade, como é visto por meio das potências que hoje as usam para regular comportamento, não governando, mas constrangendo (YAN, 2011).

Na perspectiva de Yan Xuetong, é preciso que novas normas internacionais sejam criadas. Nesse caminho, há três abordagens: i) dar o exemplo para que seja respeitado e para que se incentive o uso das normas; ii) punir os violadores das normas, coibindo a prática desviante, e iii) prestar o oferecimento de proteção àqueles que aceitam as normas internacionais definidas em sociedade.

A elaboração de uma teoria chinesa das RI não é viável para Yan Xuetong. A diversidade da população e do pensamento chinês impossibilita essa propositura, pois não se concebe uma teoria que contemple a pluralidade do pensamento chinês. O autor critica os pesquisadores chineses que adotam o construtivismo, em que há uma evolução linear da cultura hobbesiana, para a lockena e depois para uma kantiana. Para Yan, ao invés disso, há uma evolução não linear, em formato de árvore, com ramos em todas as direções.

Yan identifica que a história que precede a Dinastia Qin (221-206 a.C.) tem similaridades com o sistema contemporâneo. Para ele, há três milênios, a Dinastia Zhou (1122-256 a.C.) tinha o mesmo papel hegemônico que os EUA têm depois da Guerra Fria. O autor incentiva o desenvolvimento das teorias das RI que se baseiem na história antiga e na arqueologia: poucos pensadores de RI leem filosofia chinesa, o que também vale para outras nações dotadas de arcabouço histórico longínquo, como a Índia.

Segundo o autor, há dois pensadores que se destacam na China: Qin Yaqing e Zhao Tingyang²⁵. Em relação a Qin, Yan reconhece que há similaridades com o seu pensamento,

²³ Sousa e Oliveira (2013) defendem que os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, indicados, em 1955, por Zhou Enlai, estão entre os pilares da política externa chinesa. São eles: não agressão, não intervenção nos assuntos internos, respeito mútuo pela integridade territorial, cooperação e benefício mútuo e coexistência pacífica.

²⁴ Isso pode ser observado como uma crítica a autores como Martin Jacques (2009), cujo livro tem o título "Quando a China governar o mundo". Em um sentido convergente com Yan, há o pensamento de Ho-Fung Hung (2016), sobretudo no livro *The China Boom: why China will not rule the world*.

²⁵ Tingyang (2006) propõe a filosofia do Tian-xia, uma forma de neo-universalismo. Trata-se de uma reelaboração filosófica de um antigo universalismo chinês.

sobretudo onde se afastam de Tingyang, pois este propõe reflexões como filósofo que não pensa relações do mundo real. Pesquisadores em RI, na China, não compartilham do pensamento de Tingyang. Assim sendo, Yan e Qin têm afinidades, mas seguem abordagens diferentes. Ambos valoram o pensamento chinês antigo como recurso à produção teórica, porém, diferente de Yan, Qin acredita que se pode desenvolver uma teoria chinesa das RI.

1.5.2 O pensamento de Qin Yaqing

Qin Yaqing é professor na Universidade de Relações Exteriores da China. Concluiu doutorado em Ciência Política na Universidade de Missouri-Columbia, cuja tese analisou a teoria da estabilidade hegemônica, baseando-se no realismo estrutural. Ao retornar à China, engajou-se na difusão das RI ocidentais no país. A atuação no processo de integração da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático) despertou em Qin a percepção sobre as limitações das teorias ocidentais, pois elas têm dificuldade de explicar por que há mais de 30 anos de paz e desenvolvimento econômico na Ásia do Leste. Considerando que muitas análises apontam que a China é produto do Ocidente e que as RI são enviesadas por interesses, instituições e ideias ocidentais, Qin pesquisa sobre a ampliação de uma abordagem chinesa das RI. Nesse contexto, o elemento principal nos argumentos de Qin é a necessidade de haver pluralismo e diversidade nas RI.

Para Qin Yaqing, a dominação do discurso Ocidental sobre as RI e as Ciências Sociais é um grande desafio a ser superado. O autor considera que o debate mundial tem se movido para uma interação mais pluralista, em que, frequentemente, há o uso de abordagens diferentes, considerando muitas teorias, culturas, civilizações, ideias e um amplo conhecimento humano. Nesse contexto, ideias, culturas e narrativas chinesas podem contribuir para a construção de conhecimento mais amplo das RI e das Ciências Sociais.

No seio da academia chinesa, esse debate também contempla se teorias sociais são universais - como defende Yan (2011) - ou não universais cientificamente. Qin (2010a) acredita que devem ser universais, desde que não se ignore que suas origens são locais, onde o elemento cultural é bastante forte. Ao se acompanhar o debate atual das RI, observam-se pesquisadores dedicados a temáticas mais pluralista, mas, na prática, na pesquisa empírica, a dominação do discurso do Ocidente é bastante enfática. Contudo, diferentes comunidades, com diferentes narrativas, podem contribuir para novas abordagens teóricas das RI, oferecendo um caminho alternativo para uma compreensão empírica da realidade. A reflexão

enseja que os seres humanos são iguais, mas por serem de culturas diferentes, têm diferentes maneiras de pensar.

Qin Yaqing acredita na importância do caráter relacional das RI. Para o autor, isso acaba sendo uma das falhas nos paradigmas e teorias dominantes no Ocidente, sobretudo Realismo, Liberalismo e Construtivismo, porque não discutem relações ao se fecharem no racionalismo, que não se aplica a todos os casos. O autor defende que há dois tipos de sociedade: as mais individuais e as mais relacionais. As sociedades orientais, sobretudo as de matriz confucionista, são mais relacionais: nelas a governança funciona menos em termos puramente legais²⁶ e mais em um sentido de governança relacional, onde a unidade de análise está nas relações entre indivíduos e não neles especificamente. No núcleo desse processo, está a coordenação e a harmonização das relações. Na perspectiva contrária, ou seja, na tipologia individualista ocidental, sobressaem os interesses. A abordagem relacional incentiva a China a praticar um tipo de "diplomacia de parceria", sublinhando ênfase cultural nas relações.

Para Qin (2010b) as mudanças teóricas precisam estar além do dualismo Leste-Oeste dos debates de RI. A cultura ocidental chegou definitivamente na China e tornou-se influente desde o Movimento Quatro de Maio (1919)²⁷. Qin não vê lógica no interesse em derrubar o sistema internacional atual, pois isso geraria desordem, o que é indesejado. O autor defende que as reformas são necessárias, embora não pode haver uso excessivo de regras na mudança da governança global. É importante combinar regras e relações.

O autor argumenta que aquilo o que chama de teoria chinesa das RI não é influente e nem está estabelecido. O sentido é que as ideias contidas nessas meta-teorias valham de incentivo para alterar a marginalização do discurso não-ocidental. Esclarece que o único motivo para usar o rótulo "escola chinesa" é chamar a atenção, pois não se pode usar a tradição de um país para se criar uma escola de pensamento próprio: é por isso que não concorda com Tingyang (2006) que defende somente as tradições chinesas.

No entanto, ainda que Qin (2010a) reconheça a inexistência de uma matriz teórica chinesa das RI, acredita em potenciais fontes para que ela possa surgir. O autor acredita que seja provável que a China desenvolva diferentes noções teóricas das RI durante o período de transformação por que passa o país. Nesse sentido, discute três possíveis fontes para uma

²⁶ Por meio do artigo *Rule, rules and relations: toward a syntetic approach to governance*, Qin (2011) defende que as regras são muito importantes, incluindo instituições e regimes internacionais, mas essas mesmas regras não podem ser explicadas somente pela abordagem racionalista.

²⁷ Esse movimento foi desencadeado por estudantes em Beijing. Protestava-se contra as deliberações abusivas em desfavor da China, decorrentes do Tratado de Versalhes (1919). Entre os elementos motivadores, estava a ocupação japonesa de territórios chineses. Ver nota 21.

teoria chinesa de RI, cada uma constituindo um par de pensamento e prática: i) a 'Visão de mundo Tianxia e o sistema tributário'; ii) o 'Pensamento de modernização e as revoluções chinesas' e iii) o 'Pensamento reformista e a integração no sistema internacional'. Cada uma dessas meta-teorias aborda a maneira como a China interpreta a sua própria atuação no sistema interestatal.

A primeira se refere à 'Visão de mundo Tianxia e o sistema tributário'. Tianxia significa espaço sob o paraíso, mas na tradição chinesa significa combinação de natureza, deus e moralidade. Ao se identificar mais com um sistema de moralidade, alguns aspectos sobressaem: a) uma abordagem holista, em que Tianxia é a combinação do inteiro, não havendo dicotomia entre o Eu e o Outro. b) o maior ideal é o pensamento sobre a grande harmonia, em que o mundo é o lugar onde se encontram a natureza e a humanidade. c) percepção de que as relações sociais ocorrem em desigualdade, porém, uma desigualdade confucionista, comparada àquela entre pais e filhos na família, que é desigual e benigna.

A segunda trata sobre o 'Pensamento de modernização e as revoluções chinesas'. Qin (2010a) afirma que a China passou a ter concepção de modernidade quando se iniciou a Guerra do Ópio. O malogro da reforma implementada, em 1898, fez da revolução a prática mais importante. Nessa ebulição revolucionária, houve três conflitos, os quais ajudaram a moldar a subsequente geração de chineses: a) entre o sistema tributário e o sistema westfaliano, com a derrota do primeiro, b) entre, de um lado, a filosofia chinesa centrada em ordem e em racionalidade introvertida que governa relações humanas e, de outro, a tradição intelectual ocidental em competição e em racionalidade extrovertida, baseada no materialismo, c) entre a abordagem holística chinesa de entender o universo e a do caminho individualista ocidental de descobrir o mundo.

A terceira delinea o 'Pensamento reformista e a integração no sistema internacional'. Tanto a reforma quanto a abertura iniciada nos anos de 1970 trouxeram grande desenvolvimento econômico e social à China, desencadeando mudanças práticas na vida chinesa, influenciando a mente do povo e deixando um legado para o desenvolvimento de uma teoria chinesa das RI. Nesse contexto, três mudanças têm importância particular: a institucional, a social e a ideacional. Neste último caso, a reforma e a abertura marcam o começo de uma era não-revolucionária, fazendo da mudança ideacional um fato mais importante do que a visível mudança no desenvolvimento econômico e no crescimento nas capacidades nacionais.

CAPÍTULO 2 – AS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS

2.1 HISTÓRICO DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS

Quando se pensa na história das relações entre Brasil e China, geralmente, remete-se a um passado recente, marcado pelas relações interestatais contemporâneas. No entanto, caso se resgate o contato entre esses dois povos, constata-se um passado comum que remete ao século XVI, em que a política expansionista de Portugal contribuiu para a criação de vínculos entre esses dois povos. Ainda que a autocompreensão do Brasil sobre si mesmo seja mais recente, resultado de um lento processo que se delineia ao longo dos últimos cinco séculos, foi no ambiente das grandes navegações europeias que o Brasil e China se encontram pela primeira vez.

Assim sendo, uma história comum entre Brasil e China pode ser concebida a partir do momento em que se identificam convergências sociopolíticas. Esse vínculo pode ser percebido em dois vértices: o primeiro marcado pela perspectiva sociocultural, induzido por Portugal, em que, por meio do empreendimento expansionista presente no ímpeto colonizador, atuou como uma ponte entre a China que começava a sofrer intervenção ocidental e o Brasil que se constitua em território recém associado à política europeia, incorporado como colônia daquele continente. O segundo vértice refere-se a um passado recente, cuja proeminência se deve i) à perspectiva jurídico-política de dois Estados independentes, integrantes do sistema concebido na lógica westphaliana, ii) inseridos no sistema interestatal criado pelas principais potências europeias e iii) identificados pela insatisfação com uma estrutura sistêmica marcada pela cristalização de valores que lhes desfavorece, por seu caráter majoritariamente etnocêntrico, e que os incentiva a mobilizarem-se politicamente para que possam contribuir com a formação de novas regras. A torrente que desagua na contemporaneidade marca o florescimento de uma cooperação em que as ferramentas epistemológicas propostas (Orientalismo, Hibridismo, Posição liminar, Cultura Política e Cultura Estratégica) auxiliam na verificação de um construto autóctone, o que converge com a perspectiva proposta por Yan (2011) e Qin (2010a e 2010b).

2.1.1 Primeiro vetor: perspectiva sociocultural

Um viés sociocultural foi construído em uma perspectiva histórica que remete a mudanças estruturais na China e à formação identitária do Brasil. Por meio do viés cultural e

sociológico, mais do que um fenômeno para designar fluxos de indivíduos, a mobilidade de pessoas no Império Português pôs em contato, de um lado, os habitantes da colônia brasileira que estavam por se descobrir existencialmente²⁸ e, de outro, os chineses que formavam uma civilização constituída. Dessa maneira, as migrações representaram para o Brasil e para a China uma interpenetração cultural que proporcionou, pela primeira vez, o contato entre os dois povos.

As sementes para essa relações foram lançadas a partir do século XVI. Os primeiros elementos de ligação ocorreram, quando a administração portuguesa, participando como reguladora na transmigração de pessoas entre o Império Português, pôs em contato Brasil e China. Isso ocorreu, de fato, tanto por meio do deslocamento de funcionários da administração ultramarina quanto pela tripulação desses países que, sendo formada por pessoas de diferentes lugares, desembarcava em portos longe de sua terra natal. Conforme enfatiza Leite (1992), há, ainda, a teoria historiográfica sobre a dificuldade de combater o comércio irregular de navios supostamente atracados para reparos e abastecimento, a qual é fundamental para explicar a presença de migrantes de outras partes do Império Português, no Brasil²⁹.

As pesquisas de Gilberto Freyre, no livro em Sobrados e Mucambos (2003), demonstram que essas fissuras ampliavam uma influência Oriental, sobretudo indiana e chinesa, sobre a sociedade brasileira em formação³⁰. Costumes, hábitos, gostos, difundiram-se no Brasil até meados do século XIX, quando as influências inglesa e francesa ganharam proeminência e passaram a deslocar e a afastar as afinidades do Brasil com o Oriente. Esses argumentos também compõem as pesquisas de Leite (1992).

Esse contato primário ensejou um intercâmbio sociocultural bastante expressivo. Freyre (2003) defende que, ao se analisar o perfil da administração portuguesa, em comparação com outros povos europeus, Portugal manifesta maior predisposição à interpenetração cultural, o que favorece ao estabelecimento desse vínculo inicial entre Brasil e

²⁸ A sociedade que compunha a América Portuguesa passou por intensa miscigenação. O território colonizado por Portugal era influenciado por tendências culturais de diversas contribuições sociais. A população que habitava o Brasil Colônia estava em um momento incipiente no processo de formação, o que contrasta com a China.

²⁹ Essas embarcações traziam marujos provenientes do comércio de longa distância e, além de Leite (1992) também são categoricamente identificadas por Freyre (2003).

³⁰ A metodologia adotada por Gilberto Freyre neste livro confere solida fundamentação. Documentos históricos, desde o século XVI, constituídos não somente por leis administrativas e criminais editadas pelo Império Português mas também por exaustiva pesquisa em jornais da época investigada, provêm dados empíricos valiosos para os argumentos aqui apresentados.

China. No mesmo sentido, a tese de doutorado de José Roberto Teixeira Leite, sob o título *A China no Brasil* (1992), demonstra que não somente o intenso e constante trânsito de escassas autoridades coloniais portuguesas, que se alternavam entre as principais cidades do império ultramarino - Salvador (depois de 1763, Rio de Janeiro), Goa e Macau -, contribuíram para o intercâmbio de influências culturais³¹; houve também a utilização de tripulantes de todas as etnias do mundo português, que trabalharam nas embarcações.

No entanto, essa permeabilidade sociocultural não foi ocasionada sem máculas. Um dos traços desse intercâmbio é o papel dos escravos nessas relações e, embora se discuta com mais veemência aspectos sobre a escravização de indivíduos provenientes da África, a presença de cativos asiáticos no Brasil, segundo Leite (1992), incluindo chineses, também foi marcante. Araújo (2013, p. 69) chega a mencionar que *“o século XVIII parece ter sido o marco temporal do contato entre o Brasil e os chineses. Foram escravos... os que aqui primeiro desembarcaram”*. No entanto, ainda que concebido por meio dessa mancha, a presença de estrangeiros contribuiu para a composição da identidade brasileira.

O Brasil consistia, portanto, em um entreposto basilar no percurso entre Portugal e a Ásia. Embora o Exclusivo Metropolitano, também conhecido como Pacto Colonial³², buscasse restringir, com maior ou menor sucesso, o acesso direto dos estrangeiros às colônias portuguesas, um intercâmbio sociocultural aconteceu. Conquanto seja difícil a verificação sobre a existência de brasileiros na China, além das autoridades lusas nos empreendimentos coloniais entre os séculos XVI e XX, por outro lado, o fluxo de bens e de pessoas provenientes da China no Brasil constituiu dinâmica que ajudou sobremaneira na construção sociocultural do Brasil Colônia. É nesse sentido que Leite (1992, p.13) descreve que:

Com efeito, ao longo de quatro séculos - do segundo terço do século XVI até pelo menos o segundo quarto do século XIX (quando o país de repente e quase à força se converte ao Ocidente, afrancesando-se e se inglesando da noite para o dia, arrependido de ter permanecido por tanto tempo índio, africano e asiático e envergonhado de ter sido se não na epiderme mentalmente vermelho, negro e amarelo antes de tentar ser branco), ponderável influência chinesa atingiu o Brasil, assumindo entre nós formas específicas e conotações inconfundíveis, que se traduziriam no devido tempo em hábitos, modos de viver e fazer mesmo hoje longe estão de se terem esgotado, fundamentalmente arraigados como se acham na alma nacional.

³¹ Além de Freyre (2003) e Leite (1992), a relação intercolonial na expansão portuguesa e a consequente troca de influências culturais são traços que podem ser verificados nas pesquisas de Lapa (1968), Pires (1988 e 1995), Teixeira (1963).

³² A política portuguesa sobre o “exclusivo metropolitano”, que consistia em restringir o comércio estrangeiro com suas colônias (FAORO, 1987; RICUPERO, 2016), a fim de otimizar suas políticas fiscal e produtiva, nem sempre obtinha êxito.

Essa propositura do autor soa como um alerta, quando contraria explicações sociológicas simplistas que formam a tendência dominante sobre a formação nacional brasileira. Além da contribuição chinesa no Brasil, Leite (1992) exorta que se deveriam considerar as influências socioculturais árabe, indiana, malaia, entre as de outros povos submetidos ao cetro português³³.

Essa reapreciação realista e coerente considera a existência de um cosmopolitismo bastante intenso naquela parte do território português que hoje corresponde ao Brasil. Isso demonstra a expressiva importância de Portugal na movimentação de bens e de pessoas, que teve por consequência direta o trânsito de estrangeiros no Brasil e que amplia o escopo da história comum de China e Brasil, dando mostras de que essas influências precisam ser revisitadas. Leite (1992) chega a apresentar documentos históricos dos arquivos da ex-capital brasileira (Salvador) que comprovam a profusão de estrangeiros que trabalharam como serviçais nas embarcações do império português e que ficaram no território brasileiro, influenciando os costumes brasileiros. Ademais, Lapa (1968, p.284) descreve a frequente população do Oriente no porto de Salvador³⁴, comprovando a presença sociocultural asiática na América Portuguesa.

Segundo esses autores, essas contribuições deixaram marcas materiais e imateriais na sociedade que se formava no Brasil Colônia. Ainda que tenham sido diluídas ao longo dos séculos e, por isso sendo difícil identificá-las com precisão, há provas cabais de sua existência: na arquitetura de algumas cidades, em costumes sociais, no gosto da população aristocrática pelos produtos chineses comercializados a partir dos seiscentos. Esse período retrata momentos cruciais nas histórias desses países e prenunciam os desafios que constituiriam os anos subsequentes.

No entanto, no que concerne à interação Brasil-China, aquele momento tem importância crucial na história das relações entre esses dois povos: um milenar e outro em processo de formação. A inserção tanto de chineses no Brasil quanto a de brasileiros na China contribuiu para construção de expressiva densidade sociocultural. Hoje, Brasil abriga uma das maiores comunidades de chineses na América Latina (Shoji, 2004), aproximadamente, 120

³³ Leite (1992), de maneira indireta, demonstra a necessidade de se repensar o mito da Três Raças (indígena, africana e europeia), que se constituiu em pedra angular da versão oficial sobre a identidade brasileira, como defende, entre outros, Darcy Ribeiro, em *O povo Brasileiro* (2006).

³⁴ Lapa (1968, p.284) descreve que “*Dadas as condições em que se apresentavam as tripulações do Oriente no porto de Salvador, foi permitida com frequência a colocação na capitania das fazendas conduzidas pelos marinheiros dentro do regime de liberdades. Em 1672 permitiu-se às populações que iam partir na monção para o Oriente que tivessem liberdade para comerciar...*”

mil chineses vivem no Brasil (MARTINS, 2012); em contrapartida, 16 mil brasileiros vivem na China, segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil³⁵.

As migrações, portanto, construíram os primeiros laços entre Brasil e China. Quando Portugal transferira sua capital para o Rio de Janeiro, antes de o Brasil tornar-se independente, tem-se registro de um grupo de chineses que se deslocou de Macau para o Brasil, em 1812 (MARTINS, 2012). Segundo Affonso Ouro Preto (2011, p.23), nesse período que antecede a independência do Brasil, imigrantes se destinaram a uma missão técnica ao Brasil, para a organização de uma obra de arte, a realização do Jardim Botânico; na mesma época, um outro grupo de chineses foi destinado à introdução do cultivo de chá. Portanto, antes mesmo de o Brasil existir como uma unidade estatal, enquanto ainda era um apêndice da política ultramarina portuguesa, se verificariam interações entre esse dois povos.

Isso demonstra as que as relações entre Brasil e China têm raízes socioculturais profundas. As sementes das relações entre Brasil e China se situam, *a priori* pela circulação de pessoas, de acordo com os interesses da administração imperial, e, *a posteriori*, pela relações formais entre os dois países, sobretudo quando o Brasil lidava com a carência de mão de obra e a China sofria constrangimento euro-americano. Assim, naquele contexto dos séculos XVI-XVII, enquanto o Brasil engatinhava na formação de sua identidade sociopolítica e demandava alterações do modo de produção da economia escravista (FURTADO, 2003), a China era forçada a interagir com o Ocidente (KISSINGER, 2008; FAIRBANK E GOLDMAN, 2006; GELBER, 2012).

As políticas sobre importação de mão de obra estiveram entre as preocupações da administração imperial brasileira. Embora os debates parlamentares no Brasil absorvessem o cientificismo racista e reprodutor da eugenia (LIMA, 2005), sobretudo no fim do século XIX, a existência de chineses no Brasil está documentada na descrição do diplomata Lisboa (2016, p.28-29), enviado pelo Império do Brasil, em missão especial à China, em 1880:

No momento em que nos retirávamos fui surpreendido por um celestial de longo rabicho e cabeça frescamente rapada, o qual, chamando-me pelo meu título, indagou da minha saúde em bastante bom português. Com dificuldade reconheci o João, cozinheiro de bordo, transformado da cabeça aos pés e rodeado de amigos que festejavam o seu regresso à pátria. Com efeito, o João Chin tinha saído havia 15 anos de Hong Kong para o Peru e daí para o

³⁵ Informações disponíveis na planilha sob título *Estimativas populacionais das comunidades brasileiras no Mundo - 2015 (números atualizados em 29/11/2016)*, disponibilizada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em 25 de fevereiro de 2017, em <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Estimativas%20RCN%202015%20-%20Atualizado.pdf>.

Brasil, onde depressa identificou-se com os hábitos europeus. Ao ter notícia da partida de uma missão à China, ofereceu-se para cozinheiro, com o único objeto de voltar à sua terra, e essa manhã tinha desembarcado com sentimento geral de oficiais e marinheiros, que devidamente apreciavam as suas qualidades morais e culinárias. (...) Ao despedir-me de tão simpático companheiro de viagem, ouvi com satisfação as suas palavras de gratidão pela hospitalidade que tinha recebido no Brasil e as seguranças que me deu do seu concurso para o objeto da nossa missão, prometendo induzir os seus amigos a emigrar para um país onde ele tinha vivido prosperamente durante longos anos, chegando a ajuntar uma pequena fortuna.

Esse registro histórico demonstra uma relação entre uma autoridade diplomática brasileira e um súdito chinês no contexto migratório das duas sociedades. O documento demonstra conteúdo desprovido de hierarquia, racismo ou preconceito. Não obstante Freyre (2003) e Leite (1992) sopesem a discriminação contra os asiáticos desde a História que perfaz o *Seicento*³⁶, o relatório etnográfico elaborado pelo diplomata revela características do encontro amistoso entre duas realidades socioculturais extremamente diferentes.

Assim, o Brasil acolheu uma população chinesa em diferentes etapas. Para Shoji (2004, p.75-76), ainda que não tenha prosperado a migração da força de trabalho chinesa durante o período do Império do Brasil, houve ondas de migração em 1854, 1882 e 1893, o que permitiria identificá-los como os mais antigos imigrantes do Extremo Oriente no Brasil e que, no futuro, constituiria uma das maiores concentrações de chineses na América Latina.

Ademais, o Tratado de amizade entre Brasil e China, contrariando diretriz da Inglaterra, repudiava venda de ópio à China (Shyu & Jye, 2008, p.216). Brasil foi o primeiro a reconhecer formalmente a República da China, em 1913, seguido por Estados Unidos e Bélgica (Shyu & Jye, 2008, p.216; Araújo, 2015, p. 72) Dessa maneira, formou-se um contexto político e social que serviu como fator de repulsão para muitos chineses que se destinaram ao Brasil, o que recebeu novo ímpeto durante a Guerra Sino-Japonesa que insere a China na Segunda Guerra mundial (1931-1945), quando, de acordo com Araújo (2015, p. 74), chineses de regiões costeiras transferem fábrica de têxteis e de oleaginosas, além de plantações de soja para o Brasil.

Quanto ao período histórico recente, ainda que seja difícil o acesso a dados que contemplem a existência de brasileiros que migraram para China, o oposto pode ser verificado. Entre os fatores de atração e de repulsão, pode-se mencionar o conflito entre comunistas e nacionalistas (1949), o qual constituiu um expressivo fator de repulsão que

³⁶ No que se refere à migração de asiáticos ao Brasil, no século XIX, Shoji (2004) identifica que se pode identificar a ocorrência de racismo, preconceito e extrema pobreza daqueles migrantes cujos registros históricos são escassos.

intensifica a diáspora chinesa. Nessa época, um intenso fluxo de chineses buscou a migração como solução, inclusive no Brasil. No entanto, conforme defende Araújo (2015, p.76), durante o período da Revolução Cultural (1966-1976), a saída da China passou a ser considerada um ato de traição para a administração maoísta, sendo normalizada sobretudo a partir de 1979.

Nesse contexto, ganha expressão a migração promovida via Taiwan. Não somente pelo temor acerca de uma investida bélica, potencialmente promovida pela República Popular da China (RPC), mas também pela convergência de profissionais qualificados: os migrantes insulares se destacaram durante a Guerra Fria. Esse fluxo cessa a partir do anos de 1980, tanto pela Década Perdida vivida pelo Brasil quanto pela ascensão tecnológica e produtiva dos Tigres Asiáticos (Taiwan, Coreia do Sul, Cingapura e Hong Kong), o que inibe o fluxo migratório. Mesmo assim, ainda que marcado por imprecisão metodológica, verifica-se, de acordo com o censo taiwanês de 1987 (Hui, 1992, *apud* Shoji, 2004:76) a presença de 100 mil chineses no Brasil, o que se amplia para 190 mil (2004), sendo 120 mil somente em São Paulo.

2.1.2 Segundo vetor: perspectiva jurídico-política contemporânea

O segundo vetor tem-se construído durante os últimos 200 anos. Considerando a escala de tempo que marca a existência de Brasil e China, sobressai a noção de que esses dois séculos são apreendidos de maneira bastante diferente em cada um desses Estados. Para uma civilização milenar, como a chinesa, duzentos anos significa um curto lapso em termos históricos; enquanto para o Brasil, representa expressiva parte de sua existência. Nesse sentido, os ensinamentos de Fernand Braudel, no livro *Écrits sur l'Histoire* (2009), fornecem contribuições valiosas sobre como as micro e macro escalas temporais importam em diferentes representações.

O objetivo desse sub-tópico é clarificar que a compreensão contemporânea de Brasil e de China deriva da concepção de Estado moderno, forjado sob inspiração europeia, por meio da coerção e da violência. A inserção dos dois países no sistema de Estados coordenado pelas potências líderes europeias e americana, ocorreu em tempo e condições diferentes. Ainda que o Brasil e a China contemporânea resultem da expansão desse sistema, cada um dos países vivenciou contextos diferenciados. Se, para o Brasil, essa inserção iniciou-se no decurso da política ultramarina portuguesa, no século XVI, por outro lado, a participação da China no

sistema interestatal começou a partir do Tratado de Nanjing (1842), na esteira da Guerra do Ópio (1839-42).

Nessa sentido, Brasil e China seguem trajetórias bastante diferentes. O Brasil viverá com relativa passividade uma inserção automática à lógica europeia. Considerado *res nullius* (terra de ninguém), o território do que, hoje, constitui o Brasil foi agregado ao sistema europeu no século XVI. Disputado por potências dominantes nos séculos subsequentes, a administração portuguesa submeteu esse e outros territórios como apêndices de sua economia política. Segundo uma terminologia etnocêntrica, no início do século XVI, teria ocorrido a “descoberta do Brasil”, termo tão impreciso que tanto reforça compreensão equivocada quanto reproduz com insistência e com pouca contestação uma mácula histórica. Isso encontra estreita convergência com o pensamento de Memmi (1971, p.165), quando menciona que o deslumbramento do colonizado pelo colonizador leva à negação de si mesmo e que o colonizado territorial ou culturalmente admira as características de quem o submete.

Somente após três séculos de intervenção europeia, o Brasil alcança a possibilidade de autogerir-se dentro das regras sistêmicas sobre as quais estava atado. Ainda que essa autogestão tenha ocorrido de maneira subordinada ao núcleo do sistema, ela decorreu da crise na administração do colonizador português, junto à convulsão europeia causada pelas disputas expansionistas entre Inglaterra e França. Assim, o Brasil Colônia começa a alcançar uma suposta independência política, passiva à coordenação sistêmica liderada por europeus, cuja essência se encontrava no eixo Londres - Paris - Amsterdam. A ousada estratégia portuguesa de transferir a capital do Império para a colônia do Brasil foi fundamental para retroalimentar e acalantar, nos trópicos, os anseios pela autonomia. Segundo Dias (2009), a migração da Corte Portuguesa constituiu incentivo aos ideais de independência no Brasil³⁷.

No entanto, se, para o Brasil, ocorreu uma adesão tácita às regras do sistema interestatal, a experiência da China foi assaz diferente. Até o início do século XVI, o Império do Meio gozava de total distanciamento do sistema europeu e das regras por ele criadas. Além da ausência total de afinidade com interesses ocidentais e da crença de superioridade relatada

³⁷ Contudo, o próprio termo “independência” enseja reflexão, pois, se por um lado, parece acertado quanto à lógica de ruptura com a noção de dominação hierárquica, por outro lado, não somente ignora influências socioeconômica e culturais que permanecem ativas e que criam laços de dependência, mas também menospreza o fato de que o novo Estado - em sua essência, um conceito europeu - não está livre de restrições impostas pelo sistema. Uma autonomia em plenitude resultaria, inclusive, na opção de desconectar-se do sistema, como eram a China e outros povos: nunca foi nem nunca teria sido uma opção.

por europeus³⁸, a China encontrava-se em situação de considerável autonomia, cuja administração provia todas as necessidades por via autóctone, desconectada do sistema interestatal europeu que evoluía *pari passu*. Essa condição foi alterada, quando o núcleo mais dinâmico do sistema, liderado pela Inglaterra, desenvolveu tecnologia logística que proporcionava novo *warfare*, ampliando uma ambição expansionista ocidental até o extremo Leste de seus mapas.

A China, portanto, foi compelida a inserir-se no sistema, por intermédio do uso da força e da violência. O insucesso em lidar com o poderio militar ocidental e o empreendimento de esforços para resistir ao expansionismo europeu oitocentista, resultou em uma sequência de acordos, conhecido como Tratados Desiguais, os quais definiam os termos do cessar fogo. Nesse sentido, tanto as cláusulas de cessão territorial, quanto as de livre trânsito no território administrado pela China contribuíram para o desencadeamento dessa inserção provocada. No entanto, no que se refere à aproximação com o Brasil imperial, embora tenha ocorrido em momento de adversidades para a China, dar-se-ia sem sobressaltos.

Uma primeira convergência sino-brasileira é verificada formalmente, no Tratado de Amizade, Comércio e Navegação celebrado entre o Brasil e a China, em 3 de Outubro de 1881. Ainda que a primeira iniciativa tenha sido promovida pelo Brasil em 1843, quando houve a abertura do Consulado do Brasil em Cantão, o primeiro do País na China (GARCIA, 2005, p.67), um acordo expressivo somente foi negociado em 9 de outubro de 1879, sobre o qual haveria a necessidade de alterações, o que resultou no texto do tratado de 1881, cujo conteúdo demonstra tanto um grau de simetria entre os dois Estados, como um todo, quanto, especificamente, reforça o repúdio ao comércio de ópio (cláusula 14)³⁹. Ademais, tanto Shyu & Jye (2008) como Araújo (2015, p. 72) verificam que o Brasil foi o primeiro a reconhecer formalmente a República da China, em 1913, seguido por Estados Unidos e Bélgica,

³⁸ Kissinger (2011, p.49) descreve que “no crepúsculo do século XVIII, a China estava no auge de sua grandeza imperial... a China ocupava uma posição predominante na Ásia: poderia no mínimo rivalizar com qualquer império da terra.” Isso permite compreender a elevada auto-estima dos líderes chineses do século XVIII, o que resultou no rechaço à Missão MacCartney (1793), em que a Albion demonstrou pretensão inequívoca de estreitar laços com o Império do meio. O processo repetiu-se, igualmente, na Missão Amherst (1816), que obteve o mesmo desfecho. Kissinger (2011, p.56) reporta que o desprezo teve impacto tão grande no brio inglês, que foi absorvido não somente como um insulto, mas, “como se veria, era uma das mensagens mais humilhantes dos anais da diplomacia britânica”.

³⁹ Embora Shyu & Chen (2008, p.216) sopesem que Brasil repudiava a venda de ópio à China, contrariando diretriz da Inglaterra, seria mais coerente tratar o assunto de maneira menos heróica. A dinâmica aponta mais para uma precaução chinesa ou para conferir dignidade a uma China combalida, do que, de fato, para contradizer ou protestar contra a potência líder da época, a Inglaterra.

Ainda que haja outros episódios importantes no decurso da História, a essência das relações contemporâneas é compreendida de maneira mais adequada por intermédio dos desdobramentos do século XX, sobretudo por meio das guerras mundiais. Conforme leciona Vaz-Pinto (2014, p.111-112), a China foi o primeiro país asiático a constituir-se na forma de República (1912) e via na Grande Guerra a possibilidade de proteger-se e superar fragilidades:

Tendo como pano de fundo esta ameaça nipônica a China entrou na I Guerra Mundial com um duplo objectivo: não só tentar estancar esta ameaça como reverter a sua situação de inferioridade resultante dos tratados desiguais, ou seja, atingir a soberania plena. (...) No entanto, comprovando a sua posição de país «pequeno» e periférico foram atribuídos à China dois lugares na Conferência de Paz, um lugar a menos que outros países como o Brasil. A exposição inicial da delegação chinesa comprovou os seus objectivos e a sua visão do que deveria ser o pós-guerra: o fim da ocupação do seu território simbolizado pela devolução de Shandong. Shandong era para a China um território muito importante não só pela sua posição geográfica face a Pequim, mas porque é considerado o berço da civilização chinesa e a terra natal de Confúcio e Mêncio. (...) Devido à posição intransigente do Japão e com o receio de que Tóquio não participasse na Liga das Nações, o Presidente Wilson acabou por entregar Shandong aos japoneses.

A renúncia às reivindicações chinesas desencadearia mobilizações de forças sociais internas. Como consequência imediata, mesmo tendo participado dos esforços de guerra e das reuniões do pós-guerra, a China negou-se a assinar o Tratado de Versalhes. Entre outras consequências, o assunto tanto geraria protestos como os da Praça Tianmen (1919) e do Movimento Quatro de Maio⁴⁰ quanto galvanizaria tendências políticas: é nesse contexto que nasce o Partido Comunista (1921), em Shanghai. O Brasil, embora tenha participado na Conferência de paz da Grande Guerra, tinha capacidade de influência reduzida na delimitações estabelecidas.

Na esteira daquelas decepções, os anos subsequentes traziam à China o desafio de lidar com a invasão japonesa. Se o temor pela postura assertiva do Japão causava desconforto e dúvidas durante a Grande Guerra, a face asiática da Segunda Guerra Mundial constituiu outro divisor de águas para a China: considera-se que foi o país que enfrentou esta guerra por mais tempo, haja vista não somente a intervenção japonesa, sobretudo em Nanjing, mas também a colonização formal do território chinês e a instauração de um de um Estado subordinado, uma Manchukuo subserviente⁴¹.

⁴⁰ Ver nota 21.

⁴¹ Segundo Ikegami (2011), a criação do Estado fantoche de Manchuko (1932) foi um dos elementos que conduziu à Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-45).

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, diferente do que ocorreu no Tratado de Versalhes que punha fim à Grande Guerra, a China ganhou status privilegiado. A institucionalização que marca a evolução da Sociedade das Nações para as Nações Unidas conferiu destaque à China em seu órgão decisório máximo, incluindo-a no Conselho de Segurança como membro permanente. Contudo, o cisma entre nacionalistas e comunistas resultou na criação da República Popular da China (RPC), em 1949, o que motivou o governo nacionalista a migrar de Beijing para Taipei, compelindo o líder nacionalista Chiang Kai-Shek a retirar-se para o território insular.

A reorganização do mundo sob o contexto de Guerra Fria demonstra os desafios na construção da agenda global e aponta para oportunidades na superação de adversidades. Esse foi o contexto em que se fundaram os passos inaugurais da organização política da China contemporânea, mas não sem incertezas entre os que compunham o sistema interestatal. Iniciou-se, então, uma divisão entre os Estados que, de um lado, passaram a considerar a existência de duas Chinas - uma continental; outra insular - e os que, de outro lado, reconheciam a existência de uma só China.

Naquele ano de 1949, a posição do Brasil foi encerrar a missão diplomática que havia sido transferida para Shanghai e demonstrar repúdio à República instaurada por Mao Zedong. Conseqüentemente, promoveu-se a abertura da embaixada que funcionaria em Taipei, entre 1952-1974 (GARCIA, 2005, pp.171 e 210). No âmbito das recém-criadas Nações Unidas, essa alteração na política interna chinesa foi interpretada com receios, fazendo com que a administração da RPC não ocupasse as funções junto àquela instituição até os anos de 1970.

Quanto ao Brasil, entre os anos 1960 e 1980, migrando de um milagre econômico para uma década perdida, o País ampliou sua expressão em meio aos países não desenvolvidos. O protagonismo na contestação das desigualdades sistêmicas coadunou-se com o deslocamento de uma abordagem americanista para outra universalista, quando o Brasil deslocou a sua política externa para além do entorno geográfico e empreendeu investidas diplomáticas que contemplaram uma política externa mais abrangente e mais equidistante dos núcleos ideológicos das superpotências. Isso se confirma nas pesquisas de Cervo e Bueno (2002) e de Vizentini (2005), os quais acrescentam que os pressupostos da Operação Pan-americana - OPA (1958), ganharam densidade na Política Externa Independente - PEI (1961) e demonstraram esforços diplomáticos contundentes na busca por desassociar-se das convicções trombeteadas pelas superpotências.

Por meio desse comportamento, o Brasil dos anos 1960 demonstraria interesse em buscar traços de afinidades com outros povos, independentemente de coligações ideológicas.

Ainda que a Política Externa Independente (PEI) inaugurada por Jânio Quadros e Afonso Arinos tenha recebido interpretações polarizadas⁴², ela criou valiosos nichos de interlocução com a China. A visita do Vice-Presidente João Goulart à China (1961), no auge da Guerra Fria, simbolizou parte da estratégia política: foi realizada quando os dois países não possuíam relações diplomáticas, mas revelava uma empatia mútua por países cuja política externa ambicionava autonomia, o que resultou em um acordo interbancário e em uma autorização para abertura de escritório comercial chinês no Brasil (BIATO JR., 2010, p. 39)⁴³.

Para Li (2003) esse encontro sinalizou um novo horizonte para Brasil e China. Afinal, foi a primeira visita de alto nível de um Estado latino-americano à RPC. Isso demarcava a aproximação entre os dois países, criando lastro para um acercamento que seria articulado de maneira mais eficiente nas décadas seguintes. Segundo Li (2003, p.70), os efeitos daquela visita seriam sentidos durante a presidência de João Goulart, em período subsequente:

Após sua posse como presidente, João Goulart procurou promover relações amistosas com a China. Graças aos seus esforços, a agência de notícias Xinhua abriu escritório no Brasil em dezembro de 1962, o primeiro na América Latina. Em junho de 1963, o Conselho Chinês para a Promoção do Comércio Internacional (CCPIT) enviou ao Brasil uma equipe encarregada de preparar exposição, equipe que foi pessoalmente recebida pelo Presidente Goulart. No início de 1964, a CCPIT enviou nova equipe de trabalho de três membros, também recebida pelo Presidente Goulart.

Li (2003), portanto, reconhece o quanto era favorável o estreitamento de laços diplomáticos naquele momento. No entanto, a reviravolta por que passou a política interna do Brasil, nos anos seguintes, alterou o rumo da aproximação, levando a um contratempo diplomático, conforme descreve Li (2003, p.72):

⁴² O artigo escrito por Manzur (2014), ao estudar os antecedentes e a evolução da PEI, descreve os meandros das principais cisões que polarizaram a política externa nos governos Jânio Quadros e João Goulart. Essa polarização é observada quando havia interpretações associadas tanto a relações especiais com o Ocidente quanto a um nacionalismo que contemplava aproximação com comunistas e socialistas. Para a autora, *“A partir dos embates entre as diferentes correntes...houve uma radicalização entre, por um lado, os que preconizavam relações especiais com a potência norte-americana, o ocidentalismo... e, por outro, os que veementemente lutavam contra o “imperialismo ianque”, a dependência em relação aos Estados Unidos e a favor do nacionalismo, mesmo em política exterior, da autonomia internacional do Brasil, da abertura a relações mais próximas com países socialistas e comunistas. (...) Era, portanto, aparentemente complexo e contraditório com a realidade internacional trabalhar na perspectiva da independência em relação aos blocos, mas foi isso que Quadros e Goulart procuraram empreender com a PEI. Essa aparente discrepância foi um dos fatores que levaram ao declínio da referida política, uma vez que grupos sociais e econômicos prevalentes na sociedade brasileira da época encontravam vasta justificação para a adesão ao bloco ocidental em detrimento de qualquer autonomia que o governo propusesse.”* (Manzur, 2014, p. 170).

⁴³ Segundo o mesmo autor, as medidas foram anuladas durante a intervenção militar em 1964, ocasião em que integrantes da missão comercial chinesa foram presos. O governo do Brasil pediu desculpa formais *a posteriori*.

Era intenção das duas partes discutir projeto de abertura de escritórios comerciais nos dois países. De sua parte, o governo brasileiro vinha ainda considerando a possibilidade de convidar para uma visita ao Brasil o chanceler Chen Yi. Tudo indicava claramente a intenção do governo brasileiro de seguir aprofundando suas relações com a China, intenção esta vista com grande receptividade pelo lado chinês, que iniciava então preparativos, a cargo do Sr. Lin Ping, para a abertura de seu escritório comercial no Brasil. Naquele momento, contudo, iniciou-se o golpe de estado militar no Brasil (1.4.1964), com a deposição do governo Goulart. No dia 3 de abril daquele ano, o novo governo militar do Brasil deteve, com base em acusações fabricadas, os nove chineses que estavam trabalhando no Brasil, ao que o governo reagiu formalizando protesto. As boas relações estabelecidas entre os dois países no início dos anos 1960 foram suspensas pelo governo militar brasileiro e sofreram sensível retrocesso.

No entanto, o momento de turbulência na política brasileira e as consequências que afastaram os dois países seriam contornados adiante. No decurso do tempo, seria perceptível que o estreitamento de laços com a China faria parte de uma política de Estado que se materializaria, mais cedo ou mais tarde. No fim dos anos de 1960, tanto o Brasil quanto a China percebiam significativa convergência em alguns temas da agenda global.

Nessa época, representantes da diplomacia brasileira propagavam uma agenda política favorável aos países não desenvolvidos e recusavam-se a aceitar uma agenda que beneficiava somente aos países mais influentes no sistema. Isso se refletiu, por exemplo, não somente em uma participação mais assertiva nos fóruns multilaterais, mas também na total liberdade em discordar sobre os termos do Tratado de Não-Proliferação, por acreditar que ele serviria para consolidar uma segregação tecnológica (STUENKEL, 2010).

Essa situação se prolongou até os anos 1970, em que o contexto internacional parecia pouco favorável a uma interpretação otimista. A principal marca dos anos de 1970 foi a instabilidade. Entre outros acontecimentos, a euroesclerose e a oscilação econômico-financeira que ensejou a alcunha “serpente monetária europeia” causavam incertezas, junto aos choques de preço do petróleo coordenados pela OPEP, em 1973 e 1979, e a elevação das taxas de juros do Federal Reserve (1979), comandado por Paul Volker: esse acontecimentos alterariam a lógica financeira mundial (MOFFIT, 1984; SARAIVA, 2007; GARCIA, 2005).

No entanto, ainda que houvesse um ambiente enigmático, aquela década seria bastante frutífera para a RPC, pois, em 1971, teve reconhecido o seu assento nas Nações Unidas, quando foi reconhecida como a legítima China. No mesmo ano em que ocorria a erosão do sistema Brenton Woods⁴⁴, as Nações Unidas reconheceram a legitimidade da RPC e,

⁴⁴ Nesse mesmo cenário, os Estados Unidos abandonavam a conversibilidade entre o dólar e o ouro. Isso ocorreu um ano antes deste país estabelecer relações diplomáticas com a RPC (1972) (MOFFIT, 1984).

consequentemente, impunham a Taiwan a obrigação de deixar a instituição (GARCIA, 2005, p.168 e 204). Nessa votação, em que se decidiu pelo reconhecimento da RPC na ONU, o Brasil foi um dos 35 Estados que se opuseram. Para Biato Jr. (2010, p.39):

Com a recuperação, pela China, de seu assento na ONU, em 1971 (em votação na qual o Brasil perfilou-se ao lado de 34 outros países contrários à entrega àquele país do assento até então ocupado por Taiwan), e sobretudo com a visita à China em 1972 do Presidente Richard Nixon, o Itamaraty abandonou quaisquer dúvidas sobre a necessidade de operar uma mudança radical em nossa política "chinesa". Defrontou-se, entretanto, com obstáculos de ordem ideológica, que limitavam a capacidade da política externa brasileira de trabalhar abertamente em prol do estabelecimento de relações diplomáticas. Viu-se o Itamaraty então forçado a lançar mão do imperativo da busca de mercados para as exportações brasileiras, o que justificou a organização de uma missão comercial à Feira de Cantão, no final de 1971, liderada pelo empresário Horácio Coimbra.

O fato de o Brasil ter votado junto a outros 34 países contra o reconhecimento da RPC, nas Nações Unidas, não invalidaria o futuro das relações sino-brasileiras. Esses passos foram essenciais para que o Brasil percebesse a importância de se iniciar um processo de ruptura das polarizações ideológicas internas, pois alguns setores da sociedade ainda se posicionaram em favor de uma ou de outra superpotência, como menciona Mansur (2014). Nesse contexto, ainda que permanecessem as dificuldades impostas por alguns setores da sociedade brasileira, os quais temiam que a associação do Brasil com a China tivesse conteúdo ideológico, as condições para o estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e China ocorreriam vagarosamente.

2.2 AS RELAÇÕES BRASIL - CHINA (1974-2017)

Durante a década de 1970, Brasil e China vivenciaram ambiente político interno bastante complexo. Enquanto, no Brasil, o contexto ensejava uma mudança expressiva nas diretrizes da administração militar, que aos poucos se deslocou da repressão e do americanismo ao universalismo de Geisel, a China estaria engolfada na Revolução Cultural, em que o governo de Mao Zedong tencionava depurar os valores da sociedade. Contudo, mesmo nesse ambiente, seriam lançados os primeiros alicerces da sinergia que seria alavancada nos anos seguintes.

Mesmo antes do estabelecimento de relações diplomáticas, que ocorreram em 1974, já era possível constatar traços de convergência entre Brasil e China. Entre os mais significativos, pode-se mencionar o compartilhamento de opiniões na Conferência das Nações

Unidas para o Meio Ambiente Humano (CNUMAH), realizada em Estocolmo, em 1972, conforme afirmam Castro Neves e Delaqua (2012, p.14):

Os delegados brasileiros reconheciam a ameaça representada pela poluição ambiental, mas afirmavam que era preciso diferenciar os problemas ambientais existentes nos países periféricos – relacionados com o grande número de pessoas vivendo na pobreza – da poluição gerada por uma falta de planejamento nas grandes economias industriais... Esta visão brasileira era compartilhada pela China que, junto com o Brasil, liderou a aliança dos países periféricos em Estocolmo. Este grupo político defendia que o crescimento econômico dos países em desenvolvimento não deveria ser limitado por medidas ambientais, as quais deveriam ser, primeiramente, de responsabilidade dos países desenvolvidos.

Embora ainda não houvessem relações diplomáticas entre Brasil e China, a delegação dos dois países na CNUMAH perceberam o espaço para uma atuação conjunta. Portanto, naquele evento que constituía um marco nas discussões ambientais em âmbito multilateral, Brasil e China consolidaram um posicionamento que seria bastante relevante nos anos subsequentes, pois criava um conteúdo desenvolvimentista à aproximação sino-brasileira: a poluição em forma de pobreza não poderia ser equiparada a das economias industriais. A Política Ambiental Internacional não poderia favorecer aos mais industrializados, em prejuízo do desenvolvimento dos países mais pobres.

Em 1974, os próprios militares estabeleceram as relações diplomáticas com a China comunista⁴⁵. Como já havia sido evidenciado na CNUMAH, em 1972, um dos eixos centrais de convergência entre esses dois países teria sido o fato de que se enxergavam como atores insatisfeitos com a regras estabelecidas⁴⁶. No âmbito do comércio, especificamente nas discussões junto ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), as regras permaneciam concentradas em favor dos países desenvolvidos. Embora conquistas importantes tenham sido alcançadas na Rodada Tóquio (1973-79), como o Sistema Geral de Preferências, concedendo favorecimento a países subdesenvolvidos sem necessidades de contrapartida, por outro lado, os temas elencados na Rodada Uruguai seguiam o mesmo padrão de reforçar os interesses dos mais fortes.

⁴⁵ O mesmo grupo - cujo *esprit de corps* havia convergido para o desejo de destituição de um presidente afeito a demandas sociais sob a suposta verve socialista, por suas convicções potencialmente revolucionárias aos olhos dos conservadores e dos alinhados ideologicamente à causa capitalista - foi o responsável pela constituição de um vínculo formal com a China comunista.

⁴⁶ Uma das tônicas do estabelecimento dessa relações diplomáticas está no fato de que Brasil e China participaram de intensa mobilização em que reivindicavam maior participação no cenário internacional. Entre outros exemplos, pode-se mencionar a mobilização do Brasil junto à UNCTAD, desde seu início, em 1964, mostrando protagonismo junto a essas demandas.

Frente a esse contexto, a atuação do Brasil no cenário internacional dos anos de 1970 foi marcada por notável pragmatismo. A gestão diplomática do Brasil demonstra total desapego a amarras ideológicas: além do estabelecimento das relações diplomáticas com a RPC, em 1974 (15 de agosto), e a subsequente suspensão de relações com Taiwan (16 de setembro), uma série de decisões sensíveis foram tomadas de maneira muito independente, em um curto espaço de tempo. Convém observar algumas dessas deliberações em uma dimensão cronológica (GARCIA, 2005), entre os anos de 1974 a 1977:

27/04/1974: o Brasil foi o primeiro a reconhecer governo português após Revolução dos Cravos, cuja constituição superveniente teria tendência socialista para a época;

01/05/1974: o Brasil aderiu declaração e programa da Nova Ordem Econômica Internacional - NOIE, que se baseava na agenda dos países pobres;

16/06/1974: o Brasil foi o primeiro país ocidental a reconhecer Guiné Bissau;

27/07/1974: o chanceler Azeredo da Silveira assinou acordo nuclear com a República Federal da Alemanha;

13/11/1974: o Brasil reconheceu a Organização para Libertação da Palestina - OLP como o único legítimo representante do povo palestino;

24/03/1975: o Brasil adquiriu da União Soviética 5 turbinas para a Hidroelétrica de Sobradinho, na Bahia;

10/11/1975: Brasil, em votação na ONU, reconheceu o sionismo como forma de racismo;

11/11/1975: Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência da Angola, sob governo do partido de orientação socialista, o MPLA;

31/12/1976: o Brasil reconheceu a independência de Moçambique, sob o governo da FRELIMO, de tendências socialistas;

11/03/1977: o Brasil renunciou o Tratado de Assistência Militar com os Estados Unidos, que vigorava desde 1952.

Essa livre mobilização em lapso bastante estreito revela um Brasil que se posiciona com firmeza no cenário hostil da Guerra Fria. Isso vai despertar na China uma percepção de que o Brasil estaria à altura para uma aproximação diplomática mais intensa. Nas palavras do Embaixador chinês Gao Kexiang⁴⁷:

Nessa época, começamos a ver o Brasil não apenas como um parceiro potencial, mas como um país com o qual poderíamos efetivamente desenvolver uma aproximação real. Por quê? O fato de o Brasil ter uma economia sofisticada, uma grande população, recursos naturais abundantes, todos esses fatores eram importantes, mas não suficientes em si mesmos para estabelecer uma parceria privilegiada. Afinal, tal parceria requeria também afinidade de pensamento, a disposição de o país ter uma política própria, não subserviente às grandes potências. E foi isso que verificamos no caso do Brasil. Assistimos, por exemplo, ao Presidente Geisel afrontar o Presidente

⁴⁷ Entrevista concedida a Biato Jr. (2010, p.337).

Jimmy Carter e denunciar o acordo militar com os EUA; vimos esse mesmo presidente assinar um acordo nuclear com a Alemanha, a despeito da oposição dos EUA. Ninguém podia duvidar da independência do Brasil. O Brasil não era como a Argentina, ou até o México: tinha voo próprio.

Assim, na década de 1980, as relações entre China e Brasil ganhavam maior densidade. O ambiente contestatório dos anos 1970 e a crise desencadeada nos 1980 foram cruciais para fundamentar a construção de uma aliança que pudesse lidar com as restrições sistêmicas. E, ainda, nesse cenário, a China observava os movimentos do Brasil, tentando aprender com os erros e acertos, como demonstra o exemplo das visitas de chineses ao Brasil para compreender o funcionamento da Zona Franca de Manaus, antes de implantar as suas Zonas Econômicas Especiais, da qual Shenzhen foi a primeira (1980) (P. Pakdeenurit, 2014). Isso fica bastante compreensível, nas palavras da Embaixadora Vera Machado⁴⁸:

Então, já desde meados dos anos 1980, começávamos a receber enorme quantidade de visitas e missões de estudos chinesas, interessadas, por exemplo, em saber como funcionava a Zona Franca de Manaus, cujo modelo inspirou, pelo menos parcialmente, as "Zonas Econômicas Especiais" criadas na época pela China.

Enquanto Brasil, junto à América Latina, vivia uma de suas maiores crises econômicas, a China engatinhava em uma nova etapa, rumo a metas de êxito incerto. Assim, ainda que houvesse contexto impreciso, Brasil e China observaram a possibilidade de atuar conjuntamente na superação dessas restrições. A convergência de posicionamentos nos fóruns multilaterais, junto à percepção de que uma aliança sino-brasileira seria útil não somente na potencialização dos interesses comuns naqueles fóruns, mas também a superação de restrições impostas pelo sistema foi incentivando, paulatinamente, uma agenda estratégica entre Brasil e China.

Para por em prática essa agenda, de maneira mais estreita, convinha ampliar o conhecimento recíproco entre Brasil e China. Se, hoje, muitas vezes, parece faltar conhecimento mútuo nas relações sino-brasileiras, o momento subsequente ao estabelecimento das relações foi marcado por uma necessidade de interpretação mais adequada de um país pelo outro. Como descreve Prates (1996), não se tratava somente da ausência de um efeito-espelho⁴⁹, mas também de uma maior consciência sobre a mentalidade

⁴⁸ Trecho da entrevista concedida a Biato Jr. (2010, p. 298).

⁴⁹ Para o autor, baseando-se no pensamento do professor Ignacy Sachs, o conceito de efeito-espelho estaria relacionado ao fato de que "o conhecimento dos problemas de países nossos semelhantes melhora consideravelmente nossa própria capacidade de introspecção e de resolução de problemas afins que padecemos." (Prates, 1996, p. 40)

cultural um do outro. Um exemplo desse ânimo é revelado, quando, avaliando os primeiros passos após o estabelecimento das relações diplomáticas, Li (2003, p.73) indica um misto de ansiedade e de parcimônia, ao reproduzir a afirmação do Embaixador David Silveira da Mota, quando, em 1975, *“declarou ao Embaixador Zhang Dequn que a normalização das relações era de grande importância para ambas as partes, mas que teria de avançar lentamente, como a marcha de um elefante, o qual segue adiante com passos firmes e pode sentar-se por vezes, sem contudo jamais retroceder”*⁵⁰. Portanto, as condições para o adensamento dessas relações requereriam serenidade, para que amadurecessem.

Esses passos firmes foram bem representados nas visitas do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro (1982) e do Presidente João Figueiredo (1984) à China. Quando o Embaixador Roberto Abdenur, que foi o interlocutor central no estabelecimento da parceria estratégica, como se verá adiante, menciona que os primeiros momentos políticos de maior significado ocorreram nos anos de 1980⁵¹, ele se refere a essas visitas. A primeira iniciou uma aproximação gradual efetiva: assinaram o Acordo de Cooperação Científico-Tecnológica. Por sua vez, a segunda visita estabeleceu outro marco, como afirma o Embaixador Gao Kexiang⁵²:

Esse período se iniciou auspiciosamente com a visita à China, em 1984, do Presidente João Figueiredo, num gesto de alto significado político, pois foi a primeira visita de um Chefe de Governo brasileiro a um país comunista, e para a qual vínhamos trabalhando há dez anos. A paciência chinesa no período de 1974 a 1984 acabou dando frutos. De 1984 a 1992, construiu-se a base para as futuras relações sino-brasileiras.

Após essa primeira fase de comunicação imediata, um segundo ciclo de visitas pavimentou o caminho para os traços que percebemos hoje. Em 1985, a visita do Primeiro Ministro Zhao Ziyang resultou, entre outras deliberações, i) no estabelecimento de mecanismo de consultas políticas⁵³, ii) na assinatura do Acordo Cultural que tornava possível abertura de consulado em São Paulo e iii) nos acordos na área de Ciência e Tecnologia, complementares ao acordo de 1982. Por sua vez, a visita do Presidente Sarney (1988), entre outros acordos, como os na área de tecnologia industrial, farmacêutica e energia, teve como

⁵⁰ Embaixador Gao Kexiang se refere a mesma argumentação, mas afirma que o Chanceler Azeredo da Silveira foi o autor do comentário. Ver entrevista em Biato Jr. (2010, p.335)

⁵¹ Ver entrevista em Biato Jr. (2010, p. 273)

⁵² Trecho extraído da entrevista com o Embaixador Gao Kexiang, disponível em Biato Jr. (2010, p.336)

⁵³ Estudo do Itamaraty demonstrar que China e Brasil convergiam em 94,5% na Assembléia geral da ONU, naquele ano (BIATO JR., 2009, p.47)

ponto alto a assinatura do Protocolo de Pesquisa e Produção Conjunta de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres, o projeto CBERS.

Um dos elementos nucleares que sublinhou esse planejamento estratégico foi o projeto CBERS (*China Brazil Earth Resources Satellite*). As limitações no desenvolvimento de tecnologias vinham fragilizando os países que não as tinham. Cientes de suas capacidades, Brasil e China se propuseram a somar forças para que pudessem superar essas restrições e, no ano de 1988, criaram o Projeto CBERS, com 70% de investimento chinês e 30% de investimento brasileiro. Posteriormente, o projeto passou a contemplar a contribuição de 50% para cada sócio, mas o importante, aqui, é destacar o desabrochar das relações políticas⁵⁴.

De fato, os dois Estados atinaram para as vantagens de uma atuação conjunta, com geração de benefícios para todos os países não desenvolvidos. Ao lidarem com as restrições no acesso a imagens de satélites, Brasil e China perceberam que dispunham de condições materiais e intelectuais para desencadear esse processo sem auxílio externo. O sucesso deste programa foi fundamental para a percepção de que uma parceria estratégica seria desejável e lhes conferiria legitimidade frente ao Terceiro Mundo. Assim, nesse contexto de restrições ao acesso à tecnologia, lançam-se as bases para a criação de uma parceria estratégica, anunciada em 1993.

2.2.1 A Parceria Estratégica (1993)

A Parceria estratégica Brasil-China foi formalizada em 1993, e a elevação do status dessas relações surge em contexto bastante complexo. Se o Brasil vinha enfrentado desafios de ordem econômica junto à transição democrática, desde os anos 1960, por sua vez, a China vinha sendo rechaçada pelos episódios da Praça da Paz Celestial de 1989. Enquanto governos de países ocidentais expunham afastamento, a China encontrou no Brasil as portas abertas. Nesse cenário sociopolítico e econômico, considerando os passos realizados anteriormente, emerge a parceria estratégica.

Essa elevação do grau de cooperação foi anunciada por meio de declaração unilateral do Presidente da China, Jiang Zemin. Assim, a iniciativa de parceria estratégica surge em meio a restrições vividas pelo Brasil, que teve dificuldades em pagar sua quota-parte no projeto CBERS e sentia-se ameaçado a ser eliminado do projeto. Face à pressão exercida, Roberto

⁵⁴ A evolução desse e de outros projetos em Ciência Tecnologia e Inovação serão avaliados em capítulo à parte, de maneira pormenorizada, identificando os desafios e as potencialidades de atuação do dois países nesses setores.

Abdenur, Embaixador brasileiro em Pequim entre 1989 e 1993, encorajou os chineses a serem pacientes, pois haveria um conteúdo estratégico naquelas relações. Segundo a entrevista concedida a Biato Jr. (2010, p.271), Roberto Abdenur, o chefe da Missão Diplomática brasileira naquele momento, afirma:

Cheguei a Pequim no início de 1989, com a missão, que me foi dada pelo então Presidente José Sarney de assegurar o cumprimento dos acordos por ele assinados durante sua visita um ano antes à China (1988), em especial o referente ao Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Sensoriamento Remoto (CBERS), que era o acordo mais expressivo dentre aqueles firmados quando estive em Pequim. Pouco depois de eu chegar à China, assumiu o governo Collor no Brasil e começaram a faltar sistematicamente, durante anos a fio, as verbas necessárias para cumprir as obrigações brasileiras comprometidas nesse projeto. (...) Creio, assim, que minha maior realização nesse período em Pequim foi conseguir sustentar esse projeto, praticamente, me perdoe a expressão, "no cuspe". Justamente para facilitar essa tarefa, comecei a defender desde o primeiro momento em que cheguei a Pequim a ideia de que havia um elemento estratégico nas relações Brasil-China. (...) No fundo, empreguei a ideia de uma relação estratégica mais como fator de convencimento, para evitar a ruptura do projeto CBERS, do que propriamente porque havia um planejamento brasileiro nesse sentido.

Complementarmente ao mencionado pelo Embaixador Abdenur, o Embaixador Sérgio Serra esclarece aspectos importantes sobre aquele contexto. Ocupando a função de Diretor do Departamento da Ásia e Oceania no Ministério das Relações Exteriores, entre 1990 e 1996, conforme relatado em entrevista a Biato Jr. (2010, p.286), Serra esclarece que *"o Itamaraty teve a preocupação, entretanto, de não dar muita publicidade a esse fato, que poderia reduzir a importância"* da iniciativa, *ao dar impressão de que o uso do termo não fora cuidadosamente planejada, pelo menos naqueles exatos termos*". A confiança no Brasil resultaria, inclusive na realização de esforços mais contundentes para cumprir obrigações financeiras no CBERS.

Desencadeou-se, então, a busca incessante para a compreensão sobre o *leitmotif* da parceria. Mesmo havendo falta de uniformidade nas interpretações de diplomatas brasileiros que estiveram em posições-chave, eles ajudam a refletir esse significado especial da parceria. Se, para Roberto Abdenur, que foi o Embaixador promotor da parceria estratégica, ela não ocorreu a partir de um planejamento de longo prazo⁵⁵, para a Embaixadora Vera Machado,

⁵⁵ O Embaixador Roberto Abdenur afirma que *"Assim, ao invés dessa "percepção estratégica" convencional, construída a partir de um planejamento de longo prazo, a construção da relação bilateral naquele momento surgiu a partir de um jogo de percepções recíprocas entre os setores políticos dos dois Governos, deixando em segundo plano, pelo menos no início, os interesses comerciais."* Trecho extraído da entrevista disponível em Biato Jr. (2010, p.274).

que era Chefe do Departamento da Ásia e Oceania (DAO), entre 1984 e 1986, e Diretora do DAO, entre 1996 e 1999, a parceria estratégica resultou de um cálculo pensado⁵⁶. Isso se contrapõe, parcialmente, ao que entende o Embaixador Sergio Serra, que foi Diretor do DAO, entre 1990 e 1996, para quem uma das motivações mais claras da China era o suprimento de matérias primas, sobretudo o minério de ferro, fundamental para o desenvolvimento industrial chinês, enquanto que o tema da multipolaridade era uma preocupação mais do Brasil que da China⁵⁷.

Avaliando a posição chinesa daqueles anos, por intermédio de uma perspectiva temporal contemporânea, Biato Jr. (2010, p. 35-37) oferece uma interpretação que contempla essas relações de maneira mais ampla. Para o autor, essa visão chinesa se baseava em quatro aspectos: i) a dimensão geográfica, demográfica e avanço industrial de ambos os países; ii) a crença mútua nos benefícios de sistema internacional baseado em multilateralismo, tendo as Nações Unidas como pedra angular; iii) os dois países defendiam uma política externa independente, sem receios de discordar dos EUA; iv) a China reconhecia o desenvolvimento econômico do Brasil até o final dos anos de 1970.

Para Cervo (2008), o termo parceria estratégica careceria de reflexão mais precisa, mesmo passados 15 anos entre o anúncio oficial da parceria estratégica e o momento em que publica o livro. O principal motivo para essa conclusão seria o fato de que a relação não haveria encontrado a robustez que se poderia alcançar. Por esse motivo, essa cooperação seria mais bem compreendida por meio do conceito de 'parceria ascendente', conforme elabora Cervo (2008, p.279) no trecho a seguir:

Cientes de que o termo de parceria estratégica deve ser repensado, chamamos aquela que se põe em marcha entre Brasil e China um tipo de parceria ascendente, construída à base da vontade nacional, potencial similar e nível emparelhado de desenvolvimento alcançado. Ascendente porque transfere para o futuro o adensamento que pode torná-la, um dia, tão robusta e de impactos econômicos tão relevantes para o destino da nação brasileira quanto a parceria estabelecida entre Brasil e Estados Unidos.

⁵⁶ A Embaixadora Vera Machado afirma: *"Eu achava muito difícil entender o porquê da Parceria Estratégica, do ponto de vista de um e de outro país. Do ponto de vista chinês, certamente não foi um arroubo, foi algo pensado."* Trecho extraído da entrevista disponível em Biato Jr. (2010, p.299).

⁵⁷ Para o Embaixador Sergio Serra, *"Acho que o tema da multipolaridade é um discurso paralelo à Parceria. A conotação geopolítica dessa relação era mais frisada por nós do que pelos chineses, até porque a China despontava como uma grande potência nesse período, e ter uma "aliança política" com eles era mais vantajoso para nós do que vice-versa. Existiam benefícios estratégicos em termos políticos a serem colhidos pela China e pelo Brasil. Mas é preciso entender que para um país como a China, carente de recursos naturais (como também é o caso do Japão), a questão de assegurar suprimento dessas matérias-primas era e é uma questão vital."* Trecho extraído da entrevista disponível em Biato Jr. (2010, p. 286).

Para Cervo (2008), essa parceria ascendente tem três pilares: comércio bilateral, cooperação tecnológica e percepção sobre interdependência nos negócios internacionais. O primeiro pilar, o comércio bilateral, possui como maior marca uma assimetria que contribui para manter desigualdades estruturais. O segundo pilar, a cooperação tecnológica, ganhou ímpeto quando potências negam ao Brasil o acesso a tecnologias; por sua vez, o terceiro pilar, a interdependência, é notável na lógica produtiva contemporânea, em que China investe em infraestrutura que facilite o transporte dos bens primários que compra, enquanto o Brasil monta filiais de suas empresas na China para se beneficiar dos baixo custo produtivo.

O conceito de parceria ascendente mostra, portanto, as potencialidades de uma efetiva parceria estratégica pensada para o futuro da época em que Cervo (2008) escreve. Se, por um lado, esse tripé traz uma carga de ceticismo quanto à espiral virtuosa da parceria Brasil-China, por outro lado, o horizonte político em 2008 conferia traços do que seria inaugurado nos anos subsequentes, como se verá adiante: o que se via como ascendente mostrava um processo em gestação. Vale ressaltar que o autor não menospreza o potencial da sinergia, o que se torna compreensível quando afirma que *“em torno de tais elementos tomará forma a parceria ascendente, uma obra cujos alicerces estão postos, mas cujo soerguimento fica para as novas gerações”* (Cervo, 2008, p.284).

2.2.2 A Parceria Estratégica Global (2012)

A evolução das relações entre Brasil e China mostrou-se um empreendimento tão profícuo que os dois países decidiram replanejar a cooperação para potencializar as oportunidades. O decurso da história mostrou que, por mais que situados em continentes distantes e dotados de características diferentes, o compartilhamento de interesses tem proporcionado o desenvolvimento de relações tão proveitosa que têm motivado o aperfeiçoamento da aproximação entre os dois maiores países em desenvolvimento do hemisfério Leste e Oeste. Os pilares que consolidam o relacionamento têm contemplado a importância que as relações ganharam desde 1974, apontando para a construção de uma cultura estratégica própria, que se comprova por meio de uma arquitetura política autêntica e que se forma progressivamente.

As administrações Lula da Silva e Hu Jintao tiveram um papel fundamental nessa otimização. Há um salto qualitativo bastante expressivo que pode ser verificado, entre outros exemplos, por meio da mudança na comunicação entre os líderes dos dois países. Se, antes desses governos, predominavam os discursos presidenciais individuais, a partir de 2004, passa

a haver, amiúde, pronunciamentos em Comunicados Conjuntos, que exprimem aproximação enfática entre os dois Estados.

A convergência dos líderes é tão estreita e as afinidades são tão bem concatenadas que os dois representantes passam a encontrar uma só voz em documentos formais. Isso não diminui a expressividade dos discursos presidenciais anteriores e futuros, tanto chineses quanto brasileiros; contudo, isso dissemina o claro e inequívoco sentido de uma parceria com substância e densidade mais significativos do que era antes. O primeiro veículo dessa modalidade “comunicado conjunto” ocorreu por ocasião da visita do Presidente Lula à China, em 2004.

Por meio desse mesmo instrumento uníssono - o comunicado conjunto -, outro dispositivo estratégico de crucial relevância na cooperação bilateral foi a criação da COSBAN - Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação. Esse órgão de coordenação política teve função central na elaboração de um encadeamento mais amplo e eficiente. Portanto, houve a percepção de que uma nova estrutura cooperativa estava sendo arquitetada.

Houve, ainda, no mesmo comunicado conjunto, a declaração de princípios gerais definidos para orientar a parceria entre Brasil e China. Conforme previsto no documento⁵⁸, os dois governantes consagrariam: i) o fortalecimento da confiança mútua; ii) o aumento do intercâmbio econômico; iii) a cooperação internacional e iv) o intercâmbio sociocultural. O estabelecimento desse conteúdo axiológico foi útil para balizar o sentido da revitalização da parceria.

A COSBAN, portanto, foi lançada como uma nova marca das relações. A celebração do 30º aniversário das relações diplomáticas dotava a cooperação de uma espécie de conselho diretor das relações bilaterais. Destinada a operacionalizar as linhas-mestras definidas pelos dois países, a COSBAN sedimentou a criação de um lastro de institucionalidade nas relações bilaterais, propondo-se a remover empecilhos, dinamizar atividades, esclarecer desafios. Assim, baseando-se no conjunto de valores definidos por Lula e Hu Jintao nos Quatro Princípios, em 24 de março de 2006, ocorreu, em Pequim, a primeira Sessão Plenária daquela comissão (LIMA, 2016, p.143), o que representou um novo marco na Parceria Estratégica.

⁵⁸ No Comunicado Conjunto de Lula e Hu Jintao, disponível em Lima (2016, p.279), afirmam “*Para maior adensamento dessa parceria, ambos os lados coincidiram em que as relações entre os dois países se orientem pelos seguintes quatro princípios: 1) fortalecimento da confiança política mútua, com base em um diálogo em pé de igualdade; 2) aumento do intercâmbio econômico-comercial com vistas ao benefício recíproco; 3) promoção da cooperação internacional, com ênfase na coordenação das negociações; 4) promoção do intercâmbio entre as respectivas sociedades civis, de modo a aprofundar o conhecimento mútuo.*”

Contudo, as adversidades do sistema interestatal testariam os alicerces desses empreendimentos. Um ano após a implementação do Dialogo Estratégico (2007)⁵⁹, as turbulências de origem econômico-financeira desencadeadas por intermédio da crise do subprime (2008) fortaleceram a sinergia sino-brasileira e ofereceram oportunidade de consolidação à parceria estratégica. Esse ambiente hostil possibilitou mais um salto de qualidade nas relações Brasil-China, resultando em fecunda coordenação. É nesse sentido que paira a análise do Embaixador Francisco Mauro Brasil de Holanda (2016, p.45):

Ao afirmar-se como novo polo de poder mundial, a China, ao lado do Brasil e de um grupo de países emergentes, saiu da crise de 2008 com peso relativo fortalecido: foram chamados a assumir responsabilidades ampliadas em grandes temas da agenda internacional e passaram a desempenhar papéis protagônicos nos mecanismos de geometria variável – Brics, G20 e Basic – que se constituíram desde então.

A conjuntura crítica deixou lições aos dois países tanto no plano bilateral quanto no multilateral. No âmbito bilateral, isso demonstrou aos dois países as vantagens de atuação conjunta para driblar a crise. Por um lado, o Brasil, entre outros motivos, encontrou, no comércio e no investimento os mecanismos para a redução de infortúnios que a crise poderia ter causado : isso contribuiu para que a China se convertesse no principal parceiro comercial do Brasil em 2009 (ROSITO, 2016, p.64). Por outro lado, a China continuou tendo acesso às matéria primas e ao alimento que necessitava para dar seguimento ao seu processo de industrialização. No ambiente multilateral, os dois países reforçaram suas percepções acerca do valor das instituições internacionais e das alterações que elas precisam experimentar.

No decurso do fortalecimento da parceria, outro mecanismo destinado a operacionalizar as relações bilaterais foi a figura do Plano de Ação. Esse formato de planejamento tem o condão de indicar os caminhos que os líderes governamentais escolheram para a cooperação bilateral. Constituem, portanto, diretrizes presidenciais, delimitando os trabalhos a serem realizados com a participação da COSBAN. Até o presente, foram definidos três planos com essas características, mostrando a consolidação e a reestruturação constante dos rumos que se quer dar, avaliando os avanços, as dificuldades, os desafios e planejando as próximas etapas, por meio de organização institucionalizada e programada. Estabelecem-se princípios, objetivos, prazos e agendas. A criação desses planos organizaram, em um eixo

⁵⁹ Segundo informa a *China Radio International*, em 29 de novembro de 2007, a primeira reunião do Diálogo Estratégico ocorreu em Beijing, co-presidida pelo Vice Chanceler chinês e pelo Embaixador Roberto Jaguaribe. Informação disponibilizada em <http://portuguese.cri.cn/101/2007/11/30/1@79904.htm> , em 1 de dezembro de 2016.

multitemático, de maneira dinâmica e eficiente, a coordenação bilateral e multilateral das relações entre a China e o Brasil, adaptando os acordos à necessidade dos países na contemporaneidade.

O primeiro deles foi o Plano de Ação Conjunta 2010-2014, assinado em 16 de abril de 2010, entre Lula e Hu Jintao. Nesse instrumento, definiu-se que a COSBAN adotaria o Plano de Ação Conjunta (PAC), que *“fornece orientações estratégicas e abrangentes para o desenvolvimento da Parceria Estratégica bilateral e de cooperação em áreas relevantes”*⁶⁰. Esse primeiro Plano de Ação Conjunta cria um marco na evolução das relações entre Brasil e China, porque representa uma mudança qualitativa virtuosa. Nesse sentido, como afirma o Embaixador Mauro Brasil de Holanda (2015, p.44), Diretor do Departamento de Ásia do Leste do MRE:

O pioneirismo dos dois países no estabelecimento da parceria estratégica e do programa espacial teve sequência na elaboração de dois documentos de referência para a condução das relações em uma perspectiva de curto, médio e longo prazo: o Plano de Ação Conjunta 2010-2014 – cujo escopo está sendo atualizado – e o Plano Decenal de Cooperação 2012-2021. É também sobremaneira facilitada pela robusta estrutura institucional do relacionamento, na qual se sobressai o papel da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível e Concertação (COSBAN), que conta no momento com 11 Subcomissões temáticas, que cobrem praticamente todo o conjunto da agenda.

O resultado dessa articulação, por meio de Planos de Ação, foi tão positivo que contribuiu para que essa estratégia fosse aprimorada. Isso explica a reedição dessa política, trazendo atualização do planejamento e criando uma estrutura cada vez mais abrangente, mais complexa e mais efetiva, sem, contudo, engessar o processo de cooperação em um acordo rígido. Além da estruturação desse planejamento da COSBAN, contando com suas 11 Subcomissões⁶¹, essa evolução se materializou no Plano Decenal de Cooperação Brasil-China 2012-2021, no Plano Decenal de Cooperação Espacial 2013-2022 e no Plano de Ação Conjunta 2015-2021.

Nesse processo de superação e fortalecimento, a articulação que se desencadeava já contava com mecanismos criativos e modernos de cooperação. Conforme foi verificado, por

⁶⁰ Trecho extraído do documento disponível em Lima (2016, p. 361)

⁶¹ As subcomissões são: Subcomissões Econômico-Financeira; de Inspeção e Quarentena; Educacional; Política; de Cooperação Espacial; Econômico-Comercial; de Agricultura; Cultural; de Ciência e Tecnologia; de Energia e Mineração; e de Indústria e Tecnologia da Informação. Informações disponíveis em <http://blog.itamaraty.gov.br/24-brasil-china/45-concertacao-e-cooperacao-entre-brasil-e-china-a-3-reuniao-da-cosban>, em 20 de fevereiro de 2017.

intermédio do lançamento da COSBAN e dos Planos de Ação Conjunta, Brasil e China constatavam convergência e objetivos comuns, seguindo a percepção de que essas relações são expressivas. Isso incentivou esses dois países à criação de mecanismos mais eficientes na consecução de seus projetos bilaterais e plurilaterais. Observa-se que a presidenta Dilma, por ocasião da visita presidencial à China, em 2011, exorta as relações a irem além da complementaridade. Isso serviu de força motriz para o passo seguinte, a elevação das relações entre Brasil e China ao Patamar de Parceria Estratégica Global (PEG). Por isso, vale apreciar o contexto em que a PEG emerge, conforme descrevem Pereira e Neves (2011, p.3):

But, it is in the trade exchange that bilateral relations have strengthened in the past decade. Fueled by the impressive economic growth, Chinese demand for natural resources pushed the price of commodities to record-high levels, a process that greatly benefited Brazil's economy. Brazilian exports to China went from \$1.1 billion in 2000, to \$21 billion in 2009. Of this, approximately 78 percent accounts for basic goods (soy, iron ore, and oil). Imports from China also went up, from \$1.2 billion in 2000, to \$15.9 billion in 2009. In the first two quarters of 2010, China became the number one buyer of Brazilian exports, ahead of the United States, and number two source of Brazilian imports, behind the United States. Over-all, in terms of total trade flows, China is Brazil's main trading partner. The winners of this partnership are easy to point out on Brazil's side. Agribusiness (soy and other crops) experienced a boost in productivity and record-levels of export. Vale became, in the past decade, one of the largest mining companies in the world. Petrobras benefited, not only from China's demand for oil, but also from much-needed Chinese investment in the company amidst plans to explore deep-sea oil fields off the coast of Brazil. Embraer opened its first air-plane factory overseas in China and the country became the company's second largest consumer, behind the United States. Furthermore, Brazil's infrastructure benefited from Chinese investments in the steel sector (Companhia Siderurgica do Atlantico), a major gas pipeline (Gasoduto Gasene), and a thermoelectric power plant (Candiota).

É nesse contexto que a elevação da Parceria Estratégica à Parceria Estratégica Global (PEG) deve ser percebida. Todo esse contexto corrobora a percepção antecipada de Haibin (2010, p.190-191), que, dois anos antes do lançamento da PEG, chama a atenção para os indícios da projeção global da parceria sino-brasileira:

With an institutionalized dialogue and cooperation, the global dimension of the bilateral strategic China/Brazil partnership will appear gradually... during the two terms of President Lula's administration, the global dimension of the strategic partnership between Brazil and China has been emerging... the current bilateral strategic relationship is becoming full-fledge with an increasing international agenda.

As constatações de Haibin (2010) se consolidariam nos anos subsequentes. Em 2011, ocorre a visita de Estado da Presidenta Dilma, junto à primeira edição do Diálogo de Alto

Nível Brasil-China sobre Ciência Tecnologia e Inovação. Em 2012, durante o Comunicado conjunto feito por Dilma e Wen Jiabao, por ocasião da visita do Primeiro-Ministro chinês ao Brasil, há o lançamento da PEG, conforme o texto reproduzido em Lima (2016, p. 315-316):

A Presidenta Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Wen Jiabao anunciaram a elevação do relacionamento sino-brasileiro ao patamar de Parceria Estratégica Global. Assinalaram que essa decisão atesta o reconhecimento da crescente influência estratégica e global dos dois países, cuja cooperação será cada vez mais abrangente, numa conjuntura internacional marcada por mudanças profundas. Decidiram estabelecer Diálogo Estratégico Global a ser efetuado por pelo menos uma reunião anual em nível de Chancelares.

Verifica-se, portanto, que as relações ascenderam a um patamar mais amplo e abrangente do que aquele identificado em 1993, quando se criou a Parceria Estratégica. Nesta nova etapa, a densidade da cooperação tem ambições globais que não se esgotam no núcleo bilateral da sinergia Brasil-China: abrange projetos de extensão global. A maturidade da parceria, por meio do lançamento da PEG, serve também para verificar uma transformação que está relacionada à posição liminar (Rumelili, 2012), construída pela China. Assumindo a sua condição de ator liminar, a cooperação com o Brasil fortalece a liderança chinesa na construção de novas normas internacionais, o que também atende ao que defendem Yan (2011) e Qin (2010a e 2010b).

Essa é, aliás, uma das características da atuação sino-brasileira, em que parte da agenda se destina à geração de benefícios que contemplam interesses de povos marginalizados no sistema interestar. Isso está presente no discurso de Li Jinzhang (2014, p.2), atual embaixador da China no Brasil, por ocasião da celebração do 40º aniversário das relações Brasil-China, para quem houve, durante esses anos, *“um aumento da confiança mútua no campo político e uma estreita coordenação nos assuntos internacionais em defesa dos interesses comuns dos países em desenvolvimento”*.

Esse benefício coletivo será constatado não somente por meio das relações no plano bilateral, mas também no plurilateral. No primeiro caso, isso será verificado por intermédio do compartilhamento global de avanço científico promovido na sinergia Brasil-China, como é o caso do CBERS para África (*CBERS for Africa*), que consiste no compartilhamento de imagens de satélites a países subdesenvolvidos ou em subdesenvolvimento, conforme se verificará no capítulo seguinte. No segundo caso, nas relações plurilaterais, os dois Estados se unem a outros na atuação coordenada em temas específicos, avaliados neste capítulo, quando se analisam o surgimento e as pretensões da lógica das coalizões. O pensamento de Lyrio e Pontes (2016, p.138) corrobora essa avaliação, quando os autores afirmam que:

(...) o Brasil trabalha para a construção de uma ordem cada vez mais plural e multipolar, em que os países em desenvolvimento contem com regras e instituições mais justas e tenham maiores oportunidades de veicular suas principais demandas. Como vimos, as condições atuais são propícias para que isso ocorra. Nossa participação em grupos como o Brics, o G4 e o G20 comercial tem enfatizado esse aspecto de reforma e democratização da ordem internacional. (...) Cumpre registrar que a reforma da governança mundial é relevante não apenas para o Brasil, mas para a comunidade internacional como um todo. Sem ela, vários dos problemas no campo da paz e da segurança internacionais permanecerão sem solução.

Assim, a reforma dos mecanismos de governança global ocorrem em benefício que não se esgota na sinergia Brasil-China. Como os autores salientaram, a atuação diplomática plurilateral incisiva se converte em benefício comum para os países não desenvolvidos. Essa atividade conjunta que impacta em âmbito sistêmico tem constituído um dos pontos nodais da lógica desenvolvida por Brasil e China, que se baseiam em argumentos práticos e evidentes na defesa de seus propósitos.

No discurso proferido por Li Keqiang, em 19 de maio de 2015, no Brasil, o Primeiro-Ministro relata avanços pragmáticos nas relações. Ele assevera que: *“o reforço da cooperação entre a China e o Brasil, cujo objetivo é a realização do benefício recíproco e win-win, vai tanto aumentar a confiança dos países em desenvolvimento e emergentes, como beneficiar o processo da recuperação econômica mundial.”* Posteriormente, no mesmo discurso, aponta três ênfases: i) fortalecimento na cooperação em capacidade produtiva, contando com a criação de um fundo bilateral; ii) a ampliação da escala comercial, que seguirá com recursos minerais, mas vai ampliar para outros mercados como o da carne; iii) reforço da cooperação financeira, visando à estabilização de mercados financeiros: o *swap* de moedas e a liquidação de comércio vai reduzir riscos de volatilidade.

Nesse contexto, conforme elucida o Embaixador Roberto Abdenur⁶², a China da Parceira Estratégica (1993) era um país em desenvolvimento; a China da Parceria Estratégica Global (2012) é uma grande potência. O contexto dessa evolução vai mostrar, sobretudo, que a PEG consiste na ampliação da magnitude da Parceria Estratégica. Uma das principais características da PEG é a maior abrangência setorial em que China e Brasil passam a atuar. Além do campo de Ciência Tecnologia e Inovação, a PEG contempla uma gama de frentes de cooperação, de escopo tanto bilateral quanto plurilateral, as quais se dispersam em diferentes grupos temáticos.

⁶² Entrevista concedida a Biato Jr. (2010)

A PEG, portanto, projeta-se em dois eixos: um bilateral e outro plurilateral. No âmbito bilateral, a PEG aprofunda uma agenda multitemática que contempla ambições nas mais diferentes áreas. Alguns setores se destacam, por seu grau de desenvolvimento avançado dentro da parceria, como se verifica em comércio, finanças, investimento e ciência e tecnologia. Essas vertentes das relações bilaterais são delimitadas, mas não restritas, aos Planos de Ação Conjunta e coordenadas por meio da COSBAN.

Em uma perspectiva plurilateral, China e Brasil manifestam sua convergência de aspirações por meio de coalizões internacionais. Entre os agrupamentos mais proeminentes, encontram-se o BRICS, o BASIC, o G-20 Financeiro e o G-20 da Organização Mundial do Comércio (OMC). Um dos pontos nevrálgicos que constitui um traço comum entre esses projetos políticos é a participação na criação de normas de adaptação do sistema interestatal. As coalizões em que fazem parte Brasil, China e os outros membros anunciam que a participação de países em desenvolvimento é fundamental para se alterar o nexos lógico que caracteriza o sistema interestatal. O maior engajamento sino-brasileiro no plano multilateral tem como objetivo gerar mais legitimidade. Em uma perspectiva jurídica, pretende-se deixar de ser *rule taker* para ser *rule maker*, participando da criação de regras e valores, não somente adotando as normas criadas por outros. É necessário que se reconheçam novas maneiras de coordenar o sistema, e a emergência de novos interlocutores, entre eles Brasil e China, demonstra que uma nova distribuição geográfica do poder não pode seguir quando Estados importantes são preteridos.

Na esteira dessas análises, convém avaliar de que maneira a PEG contempla os dois eixos: um bilateral e outro plurilateral. Embora haja um liame entre os dois eixos, já que ambos satisfazem aspirações que se projetam no espectro nacional e sistêmico, essas duas vertentes da PEG serão analisadas separadamente. O sentido da reflexão desses eixos é verificar a direção seguida por Brasil e China e traçar um retrato do panorama da relação no presente. Isso irá possibilitar que a cooperação tecnológica, investigada no capítulo seguinte, seja compreendida dentro dessa perspectiva macroscópica das relações Brasil-China.

2.2.2.1 O Eixo Bilateral da Parceria Estratégica Global (PEG)

Compreendem-se por eixo bilateral da PEG os temas que competem exclusivamente à cooperação Brasil-China ⁶³. Julgou-se conveniente, portanto, selecionar os assuntos concernentes a Comércio, Indústria, Investimento e Finanças, sendo o tema de CTI investigado em capítulo à parte. A intenção é avaliar quais são as perspectivas que sobressaem nas discussões referentes a essas temáticas.

Conforme verificado previamente, os anos de 1980 representam um divisor de águas nas relações Brasil-China. Para Cervo (2008, p.278), somente a partir dos anos de 1980 há uma convergência dos modelos entre Brasil e China, quando as relações deixarão de ser irrelevantes. Isso é corroborado tanto por Li (2003, p.73) quanto por Biato Jr. (2010, p.41): nas palavras deste último, o plano de desenvolvimento decenal anunciado pela China em 1978, *“incluindo construção de complexos siderúrgicos, portos, troncos ferroviários, usinas de eletricidade, entre outros que implicariam importação de insumos, serviços e tecnologia do exterior”* representou maior dinamismo nas relações comerciais entre os dois países.

Nesse contexto, a análise dessas relações mostra um retrato mais fidedigno do panorama da relação no presente. Entre outros momentos-chave nessas relações, o período pós-crise (de 2008 em diante), mostra uma China que impulsiona sua projeção, quando se comporta como âncora econômica e reduz efeitos negativos em diversos países, como acontece na América do Sul. Além disso, há a crença de que existe um “efeito China”, o que Pinto (2013) relaciona a transformações promovidas pela demanda de produtos primários e pela oferta de investimentos chineses nas áreas dotadas de recursos naturais, as quais têm importância basilar na estrutura produtiva dos seus parceiros comerciais.

2.2.2.1.1 Indústria e comércio

O Brasil dos anos 1970 e 1980 importava quase exclusivamente petróleo e exportava classe extensa de produtos. Foi por intermédio da compra desse produto da China, nos anos 80, que se alavanca um primeiro impulso comercial. Nesse contexto, China importava do Brasil bens de baixo valor agregado, semi-manufaturados e manufaturados, conforme mostra a tabela a seguir:

⁶³ O objetivo desta sessão é conhecer os atributos gerais da PEG. Isso possibilita compreender a dimensão da cooperação em CTI e, posteriormente, avaliar se ela induz a novo padrão.

Gráfico 1: Composição da Pauta Exportadora Brasileira para a China (1985-1991)

Ano	Export. Básicos/ Export. totais	Export. Semi-manufaturados/ Export. totais	Export. Manufaturados/ Export. totais
1985	6,0%	30,1%	63,9%
1986	10,1%	39,5%	50,4%
1987	21,5%	28,0%	50,5%
1988	17,1%	14,0%	68,9%
1989	11,7%	27,5%	60,8%
1990	19,6%	48,8%	31,5%
1991	42,1%	25,6%	32,4%

Fonte: MDIC/SECEX

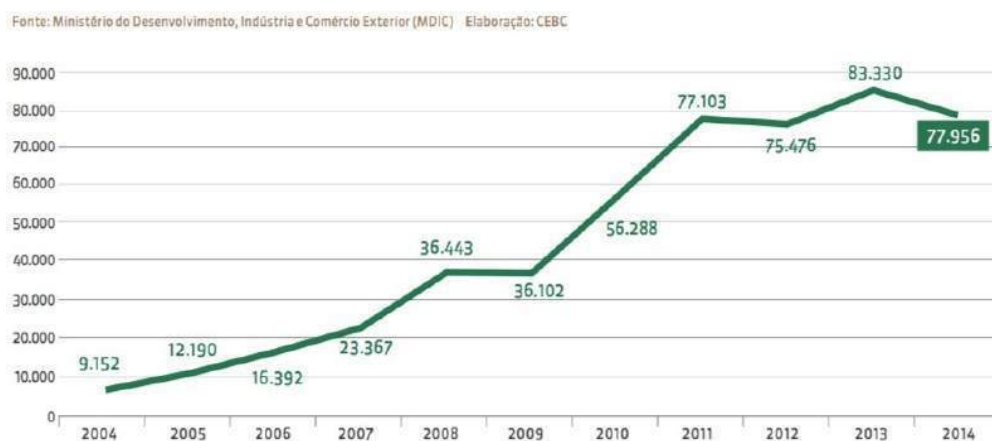
No início das relações bilaterais, a China era importante fonte de suprimento para a matriz energética do Brasil. Biato Jr. (2010) recorda que, entre outros produtos, um dos primeiros a compor o comércio entre Brasil e China foi o petróleo. No entanto, esse quadro se inverteu. A modernização estrutural promovida pela China, desde os anos 1970, causou intensa transformação e, um dos reflexos, nos dias de hoje, é uma China fortemente industrializada.

Isso se faz sentir na pauta comercial Brasil-China. De acordo com as pesquisas divulgadas pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC, 2015), as estatísticas referentes ao ano de 2014 mostram que 48,4% dos bens exportados pela China para o Brasil estão concentrados nos setores de máquina, aparelhos elétricos e mecânicos. Isso constitui um elemento facilitador de acesso do Brasil a bens de capital que possam expandir a sua matriz produtiva. Por sua vez, o mesmo relatório aponta que 71,2% dos produtos exportados pelo Brasil com destino à China foram soja e minério de ferro, sem contar petróleo, que é o terceiro item dessa lista.

Isso demonstra que o quadro comercial do último decênio não tem passado por alterações substanciais nesse quesito. Como já haviam mencionado Leite e Lira (2011, p.31), a demanda de insumos, de alimentos e de energia decorre do efeito da evolução na matriz produtiva chinesa na sua história recente. Isso pode ser concebido, seguindo o relatório de Frischtak et al (2015), pois, se o minério de ferro reflete investimento chinês em infraestrutura e em construção civil, a soja se enquadra no processo de urbanização acelerada que aponta que, em 2020, a China vai necessitar importar 80% do seu consumo somente deste produto.

Esses elementos corroboram o silogismo de que esse bens são estratégicos. Caso se considere que o contexto impõe ao governo chinês não somente o provimento de subsistência a 1.3 bilhões de pessoas mas também a reprodução do crescimento econômico para nutrir uma política de ascensão continuada, essas relações comerciais são associadas mais facilmente a fatores estratégicos (CUNHA E APPEL, 2014). Assim, esse interesse específico não deveria surpreender, pois, segundo o Embaixador Roberto Abdenur, nos anos 1980, a China já manifestava claramente interesse por matérias-primas brasileiras: o Brasil era um país confiável naquele contexto de isolamento (BIATO JR., 2010, p.276).

Gráfico 2: Corrente de comércio Brasil - China entre 2004 e 2014 (US\$ milhões)



Fonte: CEBC, 2005, p.1

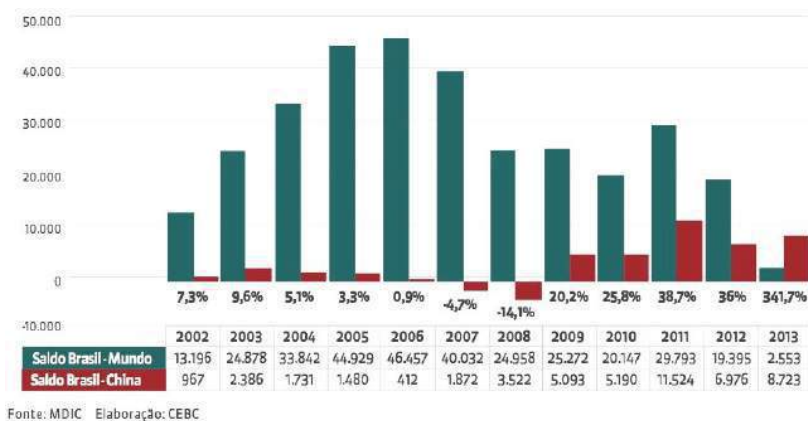
Ao analisar esses dados, observamos uma ampliação substancial do comércio entre Brasil e China no decênio 2004 e 2014. Essas informações enfatizam o contexto em que as relações comerciais se acentuaram, pois, de acordo com o relatório de Frischtak et al (2015, p.5),

As exportações brasileiras para a China tiveram um crescimento acentuado na última década, mesmo nos primeiros anos da grande crise econômica mundial iniciada em 2008, em razão de aumentos nos preços das commodities resultantes de programas de estímulos à economia chinesa

No entanto, como observado, a maneira pela qual se concentra o comércio entre os dois países evidencia disparidades. Embora isso tenha gerado críticas contundentes sobre a dependência comercial e o esfacelamento industrial do Brasil, o contexto desfavorável ao Brasil decorre mais das fragilidades que enfrenta o setor industrial brasileiro. Uma análise

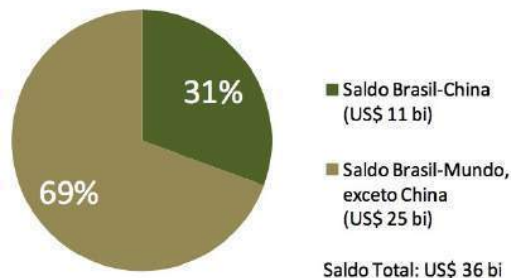
sobre a participação da China no saldo comercial do Brasil entre janeiro e setembro de 2016 demonstra parte dos argumentos enumerados pelos críticos.

Gráfico 3: Contribuição percentual da China para o superávit do Brasil com o Mundo



Fonte: Frischtak et al., 2015, p.6

Gráfico 4: Participação da China no saldo comercial do Brasil com o Mundo (Jan-Set de 2016)



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços / Elaboração: CEBC

Fonte: CEBC, 2016, p.2

Em outras palavras, o gráfico demonstra que quase 1/3 do superávit do Brasil com o mundo teve a China como protagonista. Se isso pode significar algum grau de dependência, por outro lado significa uma valiosa fonte de receita. Enquanto parte do mundo tem vivenciado uma crise, o comércio Brasil-China tem-se mostrado frutífero, ainda que com as ressalvas já enumeradas, quanto à hipertrofia dos bens de baixo valor agregado.

Há um item que merece atenção especial: a exportação de aeronaves produzidas pela Embraer. Segundo Frischtak et al (2015, p.8), "entre 2008 e 2013, foram exportadas 88 aeronaves para a China no valor de US\$ 2,7 bilhões, posicionando o país asiático como um dos principais mercados para exportações de aviões." Assim, em contraste com o comércio

concentrado em *commodities* agroflorestais e minerais, a liderança da Embraer no segmento de aeronaves mostra um produto de elevado grau de valor agregado e com alta capacidade de aceitação na China.

A principal crítica reside no cruzamento entre os dados anteriores e os disponíveis no gráfico. O dinamismo excessivo do comércio em bens primários e o deslocamento que a China tem causado aos tradicionais mercados de produtos manufaturados do Brasil denunciam a excessiva participação dos bens primários para a composição do comércio exterior do País. Essa reflexão tem sido abordada como um vício que pode consolidar a condição de periferia do continente, já que o Brasil continuaria a ser fornecedor de bens de baixo valor agregado (SILVA & DATHEIN, 2012). No entanto, essa ênfase excessiva no setor de bens primários não acomete somente as relações com a China: o relevo hiperbólico das *commodities* nas exportações brasileiras é notável no comércio com outros países, sobretudo no setor de alimentos, em que o Brasil sobressai internacionalmente. Quanto a China, conforme recorda o Embaixador Roberto Abdenur⁶⁴, “*Não se pode condicionar uma parceria estratégica à condição superavitária do Brasil. Se formos abandonar a parceria por isso, mostramos que nunca foi estratégica para nós*”.

Teme-se, portanto, uma desindustrialização brasileira para a qual a China estaria contribuindo. Contudo, conforme afirma Roberto Jaguaribe, ex-Embaixador do Brasil na China e atual presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), esse parece ser um fator mais relacionado às dificuldades brasileiras em lidar com uma correção de rumos no reordenamento da estrutura interna. Dessa maneira, a questão seria mais bem conduzida caso fosse tratada como um necessário *aggiornamento* na política industrial brasileira, ao invés de conceber o problema de maneira conflitiva. Culpar a China pelos efeitos nefastos da desindustrialização não vai fazer surgir nenhum avanço qualitativo ou quantitativo na matriz fabril brasileira. Citando uma vez mais o Embaixador Roberto Abdenur⁶⁵, observa-se que a origem dos desequilíbrios são resultantes de dificuldades internas:

Para o futuro, o que precisamos agora é que o Brasil faça o seu “dever de casa”, ou seja, implemente as reformas necessárias para que nossa economia ganhe maior dinamismo, o que tenderá a tornar nosso intercâmbio bilateral com a China qualitativamente melhor para nós. Não podemos nos queixar de apenas exportar matérias-primas para a China, se a nossa competitividade em produtos manufaturados é prejudicada por dificuldades internas (como o custo Brasil, altos juros, câmbio sobrevalorizado, infraestrutura deficiente) e

⁶⁴ Entrevista concedida a Biato Jr. (2010, p.280).

⁶⁵ Entrevista concedida a Biato Jr. (2010, p. 283).

externas (como a falta de uma promoção efetiva de nossos produtos no exterior).

O Embaixador enfatiza a necessidade de um comportamento autônomo, interno, que compete ao Brasil realizar. O que de fato surpreende positivamente e que ajuda a compreender a dimensão de uma Parceria Estratégica Global está no comportamento de uma China que se tem mostrado sensível às demandas do Brasil.

Isso pode ser percebido na participação chinesa na reestruturação industrial brasileira. Um dos exemplos mais marcantes da mobilização chinesa é observado por meio da Cooperação no Acordo Quadro para o Desenvolvimento do Investimento e da Cooperação na Área de Capacidade Produtiva (2015), junto ao Memorando sobre Promoção de Investimento Industrial e Cooperação (2014), ambos mencionados no artigo 5º do Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2015-2021. Isso vai demonstrar que tem havido, de fato, uma convergência ampla a ponto de um país se motivar a contribuir para a reestruturação industrial do outro.

Ao longo das últimas décadas, diferentemente da China, o Brasil não acompanhou a dinâmica evolutiva dos países que mais avançaram na modernização industrial. Um dos exemplos desse efeito pode ser verificado na indústria de transformação, que, no Brasil dos anos 1970, era mais expressiva do que a da China, contudo, nos anos 1980, enfrentaram paulatina perda de vitalidade, como afirma Marcelo Arendt (Apud Holanda, 2016, p.47), pois *“ ... em 1970 a indústria de transformação do Brasil era 10% maior do que o conjunto das indústrias da China, Malásia, Coreia do Sul e Tailândia; em 1980, nosso parque industrial equivalia ao somatório dos quatro; e em 2010, a apenas 7% do total dos quatro ”*. Complementarmente, Holanda (2016, p.47) fornece informações sobre a defasagem industrial brasileira, em comparação com a China:

A reversão, na década de 1980, decorreu de um conjunto de fatores, com destaque para: as duas crises do petróleo, de 1973 e 1979; a consequente crise de balanço de pagamentos, que levou à moratória dos pagamentos da dívida externa, em 1986, associado a um processo de hiperinflação; a emergência de um novo paradigma tecnológico, centrado nas tecnologias da informação, com grande potencial de geração de riqueza, ao qual o Brasil (ao contrário da China) tardaria a inserir-se; e a um processo de internacionalização das cadeias produtivas, no qual a China voltaria uma vez mais a passar na nossa frente. (...) o eixo dinâmico da atividade industrial migrou do setor automobilístico para o complexo eletrônico, cujo peso nas matrizes produtivas da China e dos EUA supera hoje 50%. Essa alteração de paradigma tecnológico repercutiu no comércio internacional: entre 1980 e 2011, a participação dos produtos agrícolas declinou de 15% para 9% das importações mundiais.

Verifica-se, portanto, que o Brasil não acompanhou a evolução da dinâmica industrial. Holanda (2016) provê indicações precisas nessa direção, mostrando que o cenário e as opções com os quais o Brasil lidou afastaram-no da alteração que se promovia no paradigma tecnológico. Isso repercutiu na falta de dinamismo de hoje e gerou dificuldades em competir com as matrizes industriais de Estados que apostaram em caminhos mais profícuos, como foi o caso da China. Esse é um dos motivos pelo qual o comércio entre Brasil e China encontra críticas acerca de uma direção desfavorável do Brasil.

Outra ponderação é feita no que concerne à perda de vigor da ascensão chinesa, sobretudo devido a uma exaustão do modelo econômico. Embora haja analistas céticos quanto a estabilidade chinesa nos dias de hoje⁶⁶, o crescimento deste país manteve-se consolidado em torno de 10 por cento ao ano, nos últimos 30 anos. Ferguson (2012, p. 358) chama a atenção para o fato de que *“a China teve a maior e mais rápida de todas as revoluções industriais. No espaço de 26 anos, seu Produto Interno Bruto (PIB) decuplicou”*. Isso contribuiu para fazer da China a maior economia mundial (STIGLITZ, 2015), posicionando-a como fábrica do mundo e como potência influente junto a mercados globais.

Sob essa lógica, as empresas chinesas funcionam de maneira coordenada com o Estado. Comportam-se como ciborgues empresariais⁶⁷, pois, atuam como se fossem próteses do Estado. Do ponto de vista chinês, isso se faz necessário, porque bens naturais e energia passam a ser considerados insumos basilares para a segurança nacional e para a sobrevivência do projeto de desenvolvimento do Estado chinês. Nesse contexto, Leite e Lira (2011, p.34-35) asseveram que:

A necessidade cada vez maior de importar recursos energéticos a fim de garantir a fabricação de produtos de alta tecnologia e crescimento econômico tem provocado ansiedades, tornando o assunto tema de segurança nacional. A partir de 2008, essas ansiedades foram agravadas com a subida dos preços de energia e das matérias primas industriais. (...) desta forma, energia e recursos naturais passam então a ser incluídos na sua agenda estratégica econômica.

Para esses autores, o crescimento econômico chinês tem como um dos elementos

⁶⁶ Angang (2015) defende que a China perpassa um momento de adaptação, o qual classifica como um *“Novo Normal”*. Essa reflexão se deve ao fato de que, pela primeira vez em um quarto de século, o Produto Interno Bruto (PIB) da China cresce menos do que 7.4, o que causa preocupações em diversos analistas. Todavia, ao contrário do que Paul Krugman comenta acerca de uma derrocada chinesa, Angang afirma que a China passa por um reequilíbrio econômico, que se traduz em diversificação econômica, crescimento sustentável e melhor distribuição de benefícios: *“The Chinese century is not at the beginning of the end; it is at the end of the beginning”* Angang (2015, p.8).

⁶⁷ Ver nota nº 8.

centrais o setor produtivo-industrial. Esse seria um dos mecanismos responsáveis por grande parte do consumo de energia e por isso, entre outros motivos, a parceria com o Brasil é tão importante para a China, já que o acesso a esses bens fundamentais ao seu desenvolvimento estão localizados em uma região estável, livre de conflitos, de poluição, de tensões políticas acirradas. A segurança do setor fabril é um dos pontos fortes da associação entre Brasil e China, principalmente quando as diretrizes governamentais apontam para a manutenção desse comércio.

O que atrai a atenção, nesse sentido, é uma mobilização sino-brasileira para que se reduzam as disparidades industriais ou alterem a perspectiva estrutural do Brasil. A presença chinesa no setor de produção e de transmissão de energia tem demonstrado a disponibilidade para contribuir nessa direção, como defende D'Atri (2016, p.21). Aliás, esse aspecto da cooperação está presente de maneira formal no artigo 5º do Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2015-2021:

As duas Partes continuarão a trabalhar em conjunto para promover o crescimento sustentável dos fluxos bilaterais de comércio e investimentos. Envidarão esforços para aumentar e diversificar os fluxos bilaterais de investimentos e aprimorar e elevar a cooperação econômica e comercial entre os dois países. As duas Partes trabalharão juntas pela cooperação industrial em áreas prioritárias... e serviços (especialmente em setores de alta tecnologia e de alto valor agregado). Além disso, as duas Partes encorajarão também as empresas a empreenderem uma cooperação mutuamente benéfica em parques industriais. As duas Partes identificarão medidas e políticas no nível bilateral para expandir a participação de produtos de alto valor agregado no comércio bilateral; especialmente entre as exportações brasileiras, as quais são concentradas em produtos básicos (*commodities*)... As duas Partes encorajarão a implementação do Acordo-Quadro... para o Desenvolvimento do Investimento e Cooperação na Área de Capacidade Produtiva, assinado em 2015, bem como a implementação do Memorando de Entendimento... sobre Promoção de Investimento Industrial e Cooperação, assinado em 2014.

Essa atuação conjunta na superação dos desníveis industriais entre Brasil e China, embora seja muito relevante, tem sido um tema pouco explorado nas análises políticas contemporâneas. Se a China, de fato, fosse um competidor por mercados manufatureiros do Brasil, haveria o risco de que impusessem restrições ao comércio de bens de capital e de insumos industriais: ao contrario dessa conjectura, os dois países têm tratado o assunto sem restrições.

De qualquer maneira, é preciso adaptar-se à realidade imediata, pois essas transformações levarão algum tempo para se alterarem. Além de carecer de tempo para que surtam efeitos sensíveis que viabilizem operacionalidade, há, também, a necessidade de um

intenso esforço de reestruturação autóctone do Brasil, que favoreça uma política industrial. E, mesmo quando esses projetos estiverem em alto grau de maturação, o Brasil continuará a suprir a China com bens em um perfil de baixo valor agregado i) porque China segue processo de urbanização que demanda alimentos e outros bens de consumo de massa, ii) porque o Brasil tem alto desenvolvimento tecnológico no setor da agricultura, como comprova a Embrapa, gerando crescentes ganhos de produtividade e iii) porque projetos de infraestrutura seguem em expressiva intensidade na China, demandando minérios.

É importante refletir que as preocupações de reestruturação e relançamento de uma política industrial mais adequada deve ser uma preocupação do Brasil, não podendo ser a sua ineficiência imputada à China. O dados do relatório de Frischtak et al (2015, p.9) também são valiosos nesse sentido: *“não há projeção de quebra estrutural no padrão das exportações brasileiras no curto e médio prazo, mas um possível ganho relativo dos produtos do agronegócio, acompanhando a tendência de aumento e qualificação do consumo alimentar de uma grande classe média emergente”*. Portanto, face à impossibilidade de corrigir os rumos em curta escala temporal, os setores de agronegócios e extrativismo continuarão sendo uma forte vertente do dinamismo das relações Brasil-China, pelo menos em um futuro próximo.

2.2.2.1.2 Investimento e finanças

As empresas são os principais veículos do comércio, da indústria, dos investimentos. Nas relações Brasil-China, elas vão se comportar de uma maneira simbiótica com o Estado. Assim, manifestam postura agressiva na internacionalização de suas posições e representam interesses estatais. Isso ganha expressiva relevância, sobretudo, quando se concebe que elas são um meio importante para a reprodução de uma espiral virtuosa que tem sido perseguida pelo Estado.

Oliveira (2012), em sua dissertação de mestrado sobre o investimento das empresas chinesas no Brasil, esclarece aspectos teóricos da evolução do Investimento Externo Direto chinês. Utilizando como base os estudos de Buckley et al (2010), menciona 5 diferentes estágios: i) entre 1979-1985, há a internacionalização cautelosa, em que investimentos estão condicionados à aprovação governamental; ii) entre 1986-1991, o governo restringe limitações, desde que metas econômicas e objetivos políticos fossem cumpridos; iii) entre 1992-1998, empresas foram incentivadas a expandir-se em setores produtivos, ainda que a Crise Asiática de 1997 tenha contribuído para arrefecer essa política de expansão; iv) entre

1999-2001, a política *Go Global* incentivou as empresas a exportarem, sobretudo os setores de máquinas, componentes industriais, têxteis e equipamento elétrico; e v) de 2001 em diante, com base na participação da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), a diretriz foi formular uma política liberal para incentivar investimentos no exterior.

Essa engenharia de poder, unindo aspectos empresariais a interesses político-econômicos estatais, faz parte de um contexto estratégico. Um dos elementos que permite visualizar esses pressupostos é o conceito de política *Go Global*: a formação, o desenvolvimento e a expansão internacional de empresas é influenciada pelo suporte governamental, o qual cria mecanismos que facilitam esses objetivos. Trata-se de um aspecto geopolítico que deve ser contemplado, porque constitui elemento determinante para o Estado chinês, conforme defendem Acioly, Alves & Leão (2009), principalmente quando oferece resultados junto ao sistema interestatal e porque utiliza as empresas como ferramenta de articulação da política externa⁶⁸.

Isso pode ser observado por meio dos empréstimos subsidiados e dos aportes diretos concedidos pelo governo. Segundo Silas (2013), há diretrizes estratégicas do governo chinês por meio das suas empresas, no sentido de garantir reservas e mercados por meios não-concorrenciais. As empresas estatais chinesas, portanto, são atores híbridos, formadas com características estatais e entidades privadas, e que utilizam a diplomacia para atingir seus objetivos empresariais. Ademais, o fato de o Estado criar oportunidades no exterior, contribui para a criação de uma estratégia próxima do que Cervo & Bueno (2002) conceituam como Estado logístico⁶⁹.

Ainda que houvesse estrutura e suporte governamental para investimento das empresas chinesas no Brasil, até o ano de 2010 essa relação não tinha significado expressivo. Oliveira (2012) explica que, embora o Brasil seja importante receptor de investimento da China nos dias de hoje, uma dinâmica representativa somente ocorreu em 2010, quando foram anunciados 24 projetos de investimento por empresas chinesas no Brasil. Segundo o autor, esse ano representou o estabelecimento de um marco para os investimento chineses no Brasil, quando “o volume anunciado em 2010 é 40 vezes maior que o estoque de 1990-2009”

⁶⁸ A internacionalização das empresas chinesas tem dado mostras de que essa expansão empresarial tende a surtir efeitos no relacionamento da China com o mundo. A política denominada “*Go Global*”, em que o Estado chinês incentiva a formação de empresas internacionalizadas e facilita a elas a realização de investimentos, pode ser interpretada como dotada de teor geopolítico (ACIOLY, ALVES & LEÃO, 2009).

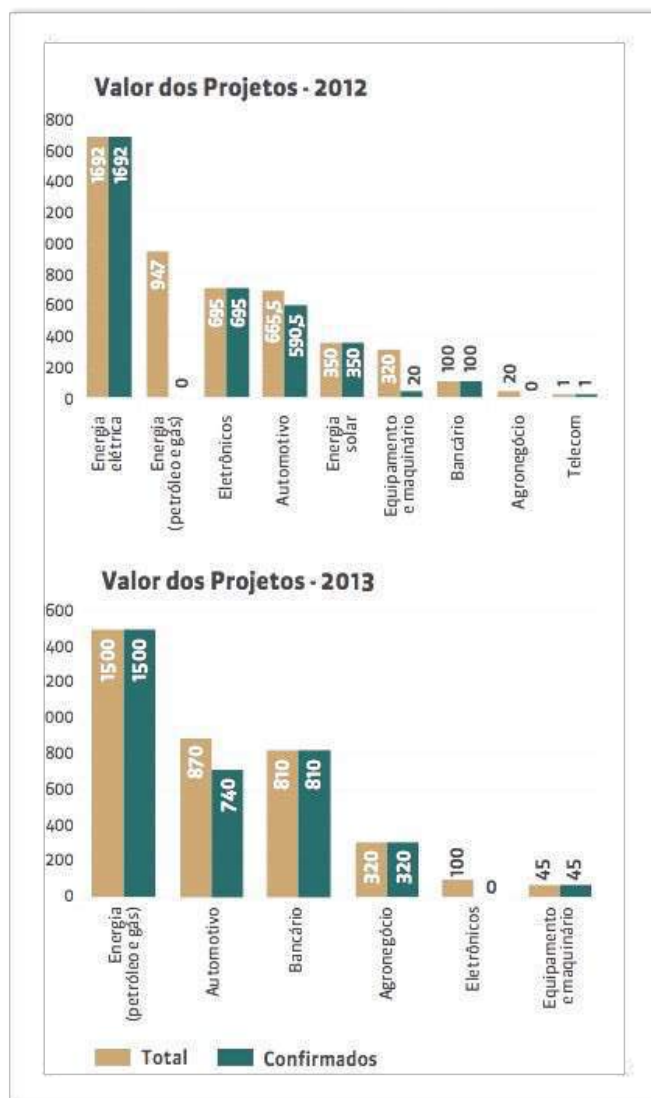
⁶⁹ Ao analisar a abordagem em que o Estado serve de interlocutor importante na inserção internacionais de empresas nacionais, Cervo & Bueno (2002) forjam o conceito para caracterizar a postura do governo brasileiro em uma política comercial exterior ativa.

(OLIVEIRA, 2012, p.9). Segundo D'Atri (2016), o ano de 2010 teria sido o ano que as empresas chinesas descobriram o Brasil.

Os investimentos brasileiro na China, comparados a outros países, são bastante tímidos. Frischtak et al (2015) revelam que, segundo dados do Ministério de Comércio da China, os investimentos brasileiros na China representam 0,04% do estoque dos investimentos estrangeiros, razão composta por 80 empresas que se distribuem em 3 setores: prestação de serviço, produção de manufaturas e recursos naturais. Ademais, entre as 17 empresas presentes no campo fabril, aproximadamente a metade delas funciona com base em componentes fabricados por outras empresas.

Por outro lado, os investimentos chineses no Brasil são bastante robustos. Isso pode ser visualizado nos dados quantitativos abaixo, indicando os valores correspondentes a cada setor nos anos de 2012 e 2013:

Gráfico 5: Distribuição setorial dos projetos anunciados e confirmados por valores - 2012-2013

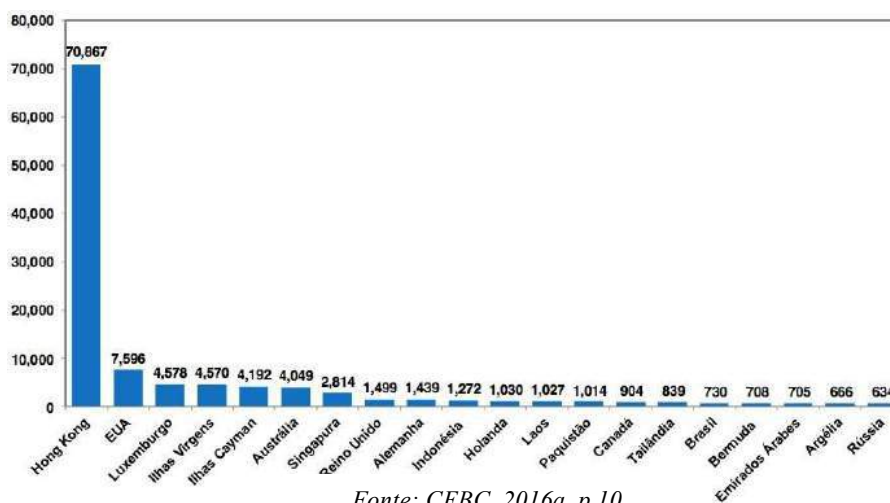


Fonte: CEBC, 2014, p.10

Segundo o Ministério do Comércio da China, em dados mencionados por D'Atri (2016), durante o ano de 2014, a China mais investiu do que recebeu investimentos estrangeiros. Nesse contexto, para os anos de 2014 e 2015, o setor de energia liderou os investimentos, seguido pelos setores de máquinas e equipamentos, mas houve também investimento no setor de serviços, sobretudo financeiros, dando destaque tanto ao projeto de internacionalização do *renminbi* quanto a inversões no setor tecnológico, entre outros. Essa atração de investimento estrangeiro foi facilitada pela depreciação da moeda brasileira e, nesse contexto, a produção e a transmissão de energia, por meio de aquisição de controle de

hidroelétricas e da construção da linha de transmissão de Belo Monte receberam expressivo destaque.

Maiores receptores de investimentos da China (US\$ milhões) em 2014



Fonte: CEBC, 2016a, p.10.

Nesse cenário, analistas argumentam que, desde 2010, há uma preferência do investidor por setores onde as exportações do Brasil para a China são dinâmicas. O Embaixador Abdenur afirma que nos anos de 1990, convinha para a China tanto sair do isolamento quanto ter acesso a matérias primas (*apud* BIATO JR., 2010. p. 276). Uma versão contemporânea desse impulso se confirma no argumento de que os investimentos da China no Brasil estão concentrados em infraestrutura que haja conteúdo estratégico para a China. Assim, não somente D'Atri (2016) acredita nesse silogismo; para Lira e Leite (2011, p.47):

No que se refere a investimentos chineses, os setores que mais tem-se beneficiado com os investimentos chineses na região são os setores de infraestrutura e transporte, tais como a modernização de portos, rodovias, gasodutos e canais, além de investimentos chineses na manutenção de rotas de transporte de petróleo e matérias primas.

Isso pode ser comprovado quando se verifica a territorialização de capital não somente nos setores aludidos, mas também em outros projetos de expressiva monta, os quais corroboram essa análises. Alguns projetos em que se destaca essa perspectiva merecem ser citados: i) a construção do sistema de gasodutos que constitui o Gasoduto da Integração Sudeste-Nordeste, o Gasene, ampliando a malha dutoviária desse recurso energético no

Brasil⁷⁰; ii) a rede de transmissão em ultra e alta tensão, que se estende por aproximadamente 2500 Km entre a região Norte e os maiores centros consumidores na região Sul-Sudeste, em que a China é o país mais importante na tecnologia de transporte de energia à longa distância⁷¹; iii) a Ferrovia Transcontinental ou Ferrovia Bi-oceânica⁷², que cria um novo caminho interligando os oceanos Pacífico e Atlântico, entre portos do Peru e do Brasil, perpassando os Andes, as franjas da Amazônia e o *hinterland* sul-americano, atravessando as regiões mineradoras no Peru, os cinturões da sojicultura no Centro-Oeste e os pontos nodais do Petróleo na costa brasileira, executando uma proposta que constitui um marco na logística e nas relações entre Brasil e China.

A China está disposta a participar ativamente da construção de relações multitemáticas tanto com vizinhos tradicionais quanto com Estados extraterritoriais. A iniciativa OBOR (*One Belt, One Road*) é um dos projetos que objetiva a criação de dinamismo para o entorno geográfico que compunha a antiga Rota da Seda. Como ensina Zhao (2016, p.9), a iniciativa foi estruturada em dois vértices: o Cinturão Econômico da Rota da Seda (*Silk Road Economic Belt*), que contempla a ampliação da malha viária no território terrestre, e a Rota da Seda Marítima (*Maritime Silk Road*), que articula o projeto pela via marítima. Para Pop (2016, p.9) a criação da iniciativa em 25 de março de 2015 revela uma iniciativa compatível com o crescimento da China, mas também deve ser contemplada uma perspectiva estratégica com traços geopolíticos. A essa iniciativa se juntou o Banco de Investimento em Infraestrutura Asiático (AIIB), que amplia as possibilidades de atuação ampla em investimentos em infraestrutura, sob coordenação chinesa.

O AIIB é um exemplo da intensidade do vigor chinês em interagir de maneira mais incisiva frente a uma sedenta demanda de investimentos. De acordo com informações oficiais

⁷⁰ Alguns autores demonstram os impactos multidimensionais desse projeto. Acebron (2006) descreve os impactos sócio-ambientais da infraestrutura dutoviária no Brasil, e menciona as projeções do projeto Gasene. Castro e Felix (2008) oferecem projeções sobre o desenvolvimento regional causado pela expansão da oferta de gás natural em regiões periféricas. Lins (2011, p.75) reforça a importância do investimento chinês na consecução do projeto Gasene.

⁷¹ As análises de Conceição et al (2016) descrevem os desafios técnicos da implantação da rede de ultra e alta tensão, referenciando a liderança da China nessa modalidade: as dificuldades de transportar energia das áreas produtoras às consumidoras, percorrendo longas distâncias, levou o país a desenvolver tecnologias de transmissão para suprir a carência da urbanização e da industrialização por energia elétrica.

⁷² O Plano Brasil de Infraestrutura Logística - PBLLog, coordenado por Mello e Silva (2013, p.28), esclarece que, perfazendo um trajeto de aproximadamente 4400 Km, a EF-354, também conhecida como Ferrovia Transcontinental, interliga Peru e Brasil, tornando acessíveis os oceanos Pacífico e Atlântico. Silveira (2015) contextualiza o impacto dessa ferrovia frente a outras modalidades, como Canal de Panamá, Estreito de Magalhães e pelo modal rodoviário. Em uma chave crítica, Aline Cunha (2015, p.17) esclarece que China é o maior investidor em minério peruano (83% das exportações do Peru a China); a Ferrovia iria dinamizar essa relação, trazendo benefícios às cadeias produtivas regionais, mas, além da inviabilidade econômica, o projeto tende a ocasionar impacto sócio-ambiental indesejável.

do AIIB⁷³, seguindo uma trajetória que se inicia em outubro de 2014, quando há a assinatura do Memorando de Entendimento assinado por representantes de 22 países, o acordo técnico somente entrou em vigor em 25 de dezembro de 2015, após haver a ratificação do acordo por 17 membros (totalizando 50.1% do capital). Adotando o lema “enxuto, limpo e verde” (*lean, clean and green*), o AIIB se dispõe a prover desenvolvimento de infraestrutura e outros setores produtivos, complementando e cooperando com outros bancos de desenvolvimento. Concebido como uma iniciativa multilateral, o projeto está aberto a todos os Estados, sejam países em desenvolvimento ou desenvolvidos, regionais e não-regionais. Enfatizando o potencial controlador chinês e indiano, os quais possuem em torno de 55% dos ativos, o valor total do fundo está estimado em 100 bilhões de dólares americanos: Nassiry e Nakhoda (2016) descrevem parte do ineditismo do AIIB:

As a new multilateral development bank (MDB) conceived to tackle pressing development challenges of the 21st century, the AIIB has an opportunity establish a new approach to infrastructure investment that prioritizes renewable energy, climate resilience and sustainable development. Indeed, the AIIB has the potential to exceed the practices of other MDBs in these areas by finding new approaches that resonate with member needs and priorities.

A oposição dos Estados Unidos ao projeto tem levado a questionamentos. Para Etzioni (2016, p. 190) , há uma contenção multifacetada (*multifaceted containment*), que consiste em constrangimento econômico, em que, inclusive, pressionou aliados para que não aderissem, o que foi ignorado. O resultado mais proeminente foi a adesão da Inglaterra ao AIIB, ignorando o apelo estadunidense, o que, para Martin Jacques⁷⁴ cria uma expressiva fissura na histórica aliança atlântica, um dos pilares do sistema interestatal contemporâneo.

Para alguns analistas, a mobilização chinesa cria desafios para os Estados Unidos. Essa competição, no entanto, não aponta para a substituição do dólar como moeda central no contexto atual: para Cintra e Pinto (2015, p.19) “... *há zero de chance que o renminbi substitua o dólar como principal moeda-reserva do mundo nas próximas décadas... no horizonte visível, sua expansão ocorrerá no âmbito do sistema monetário global dominado pelo dólar flexível.*” Por outro lado, para Maher (2016, p.5) “*Institutions like the China-led Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) and the New Development Bank (NDB) are*

⁷³ Informação disponibilizada na página eletrônica do AIIB, disponível em <http://euweb.aiib.org/html/aboutus/introduction/aiib/?show=0> , em 20 de novembro de 2016.

⁷⁴ Ver entrevista sob título *The Chinese World Order*, produzida por VPRO Backlight e publicada em 23 de março de 2016, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Jh8-ytVmN3Y>

designed to compete directly with U.S.-led institutions such as the World Bank and, with Japan, the Asian Development Bank (ADB)”. Ao acreditar na legitimidade das pretensões lideradas pela China, o Brasil engajou-se como membro do AIIB e é co-promotor do Banco de Desenvolvimento do BRICS, como será visto em sessão adiante.

Não se identifica uma provocação. Mais do que uma afronta aos líderes do sistema contemporâneo, sobretudo aos Estados Unidos, isso pode ser mais bem compreendido como um contragolpe frente à pseudo-ameaça de um ator liminar. Ademais, essa expansão nos mecanismos multilaterais de financiamento demonstra a capacidade da atuação sino-brasileira na construção de regras para o mundo contemporâneo, uma racionalidade que remete às análises de Yan (2011) e de Qin (2010a e 2010b) e que incentiva o aprofundamento de uma cultura política desenvolvimentista.

Embora, inicialmente, o AIIB não abranja projetos fora da Ásia no momento, o Brasil julgou ser vantajosa a participação da iniciativa coordenada pela China. Segundo a Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN, do Ministério da Fazenda do Brasil⁷⁵, o País assinou o Acordo Constitutivo do AIIB em 29 de junho de 2015, sendo, portanto, um membro fundador, junto com os outros membros do BRICS. No entanto, ainda que manifeste apoio inequívoco ao projeto, até a presente data, o Brasil não ratificou o acordo.

Outra iniciativa importante a ser mencionada é a proposta de criação do Banco de Desenvolvimento da Organização de Cooperação de Shanghai (SCO), que está em andamento⁷⁶. Moraes (2010, p.40) relata que a OSC é uma instituição destinada à segurança regional e decorre da aproximação sino-russa, após acordo de fronteiras (1991), abrindo espaço para a formação do grupo conhecido como Os Cinco de Shanghai (China, Rússia, Cazaquistão, Tadjiquistão e Quirguistão) e que se tornaria SCO, em 2001, após o ingresso do Uzbequistão.

O aprofundamento da OSC significará uma expansão da segurança regional de maneira autônoma, ou seja, sem a participação dos Estados Unidos. Essa autossuficiência objetiva reprimir, sem ingerência externa, sobretudo estadunidense, problemas transnacionais, como drogas, terrorismo, entre outros, em uma região que está no entorno imediato (*near*

⁷⁵ Informações obtidas em 20 de dezembro de 2016, em <http://www.sain.fazenda.gov.br/assuntos/politicas-institucionais-economico-financeiras-e-cooperacao-internacional/banco-asiatico-de-investimentos-em-infraestrutura>

⁷⁶ O Premier chinês Li Keqiang, no 14º Encontro de Primeiros-Ministros, realizado em 25 de dezembro de 2015, em Zhengzhou, na China, faz referência a criação do Banco da SCO, segundo informação obtida na rede de notícias oficial do governo chinês, Xinhua, disponível em http://news.xinhuanet.com/english/2015-12/15/c_134920075_2.htm, em 23 de novembro de 2016.

abroad) de duas potências nucleares, detém recursos em hidrocarbonetos e malha dutoviária de gás, e abriga expressiva densidade demográfica. A criação de um banco e de um fundo de desenvolvimento, conforme incentivado na Declaração de Tashkent (2016)⁷⁷, junto a constituição de outros bancos de investimento angariados pela China, alinham-se ao comentário de Cintra e Pinto (2015, p.17), para quem o carácter intergovernamental de bancos de desenvolvimento contribuem para dissipar temores sobre dependência financeira da China.

Assim sendo, retomando o tema das finanças, convém enfatizar que a projeção financeira da PEG deve ser pensada nas perspectivas bilateral, plurilateral e multilateral. Nesse sentido, se, por um lado, em uma perspectiva restrita à cooperação Brasil-China, discutem-se as maneiras para se concretizarem os projetos suscitados entre as duas partes; por outro lado, os dois países nutrem entendimento no plano multilateral, em que compartilham anseios de uma coordenação efetiva junto ao sistema financeiro global.

Na perspectiva bilateral, verifica-se o interesse chinês em articular os ganhos win-win. Essa busca de medidas financeiras para a maximização dos benefícios mútuos tem acontecido de diferentes maneiras. Entre outras modalidades, as mais emblemáticas são i) a concessão de empréstimos para pagamento feito em matérias primas, tendo como exemplo mais expressivo os empréstimos concedidos à Petrobras para pagamento em petróleo em médio a longo prazo, ii) o financiamento de projetos de infraestrutura executado por empresas chinesas, em que o governo chinês provê recursos para investimento público ou privado, cuja finalidade é a concretização de projetos diversos iii) a articulação de utilização de moeda local, o *swap* de moedas, que facilita e dinamiza as operações creditícias entre os dois países, iv) a criação de fundos para a viabilização de projetos de grande monta, como o Fundo de Cooperação Produtiva. Constituem-se, portanto, diferentes engenharias financeiras para a viabilização dos ganhos mútuos.

A oferta de recursos financeiros tendo bens primários como contrapartida, tem gerado êxitos que justificam os benefícios mútuos. Entre as principais vantagens dessa modalidade para as duas sociedades, os contratos de empréstimos que têm *commodities* como meios de pagamento futuro viabilizam objetivos de uma diplomacia chinesa que necessita prover alimento, energia e matérias primas para a população e para a indústria. Ao mesmo tempo,

⁷⁷ A Declaração de Tashkent, apresentada durante o 15º Aniversário da Organização de Cooperação de Shanghai, em 24 de junho de 2016, reforça o incentivo ao estabelecimento do Banco de Desenvolvimento da SCO e do Fundo de Desenvolvimento da SCO, como se pode consultar em <https://ccdcoe.org/sites/default/files/documents/SCO-160624-TashkentDeclaration.pdf>, disponível em 23 de novembro de 2016.

oferecem meios de captação de recursos por meio de mecanismos que significam uma compra antecipada do produto.

A concessão de empréstimos em troca de fornecimento de petróleo tem sido uma alternativa à captação de recursos junto ao mercado financeiro. Em 2009, a China concedeu empréstimo à Petrobras, no valor de 10 bilhões de dólares, a serem pagos por meio de fornecimento de petróleo. Em 2016, segundo informou a Folha de S.Paulo⁷⁸, assinou-se termo de compromisso repetindo a operação, com as mesmas características.

Um dos aspectos positivos nessas transações financeiras com a China é a ausência de condicionalidades. Em oposição ao que comumente se observa nos empréstimos de instituições multilaterais ou estatais diversas, a China não impõe condições de nenhuma ordem para a concessão desses recursos, o que se traduz como uma autêntica observância ao respeito a soberania dos Estados, um pensamento que não só está presente nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica⁷⁹, mas também vem sendo gestado em sintonia com o espírito de Bandung⁸⁰. Esse não é um perfil de atuação exclusivo com o Brasil: como asseveram Appel e Costa (2014), é uma característica chinesa não fazer exigências a quem se empresta. O trecho destacado em Mendes (2010, p.41-42) é elucidativo disso:

Em coerência com os Princípios da Coexistência Pacífica, que também servem para justificar a recusa em aceitar interferências nos já referidos assuntos que considera internos, a China põe em prática uma política de *no-strings-attached*. Assim, a sua Ajuda Pública ao Desenvolvimento é incondicional, não exigindo o respeito de normas de boa governação ou respeito pelos direitos humanos. Esta incondicionalidade da ajuda constitui um importante veículo do *soft power* da RPC na África e na América Latina, tendo em conta que se tornou um dos principais dadores nestas regiões. O impacto que estes princípios «com características chinesas» têm fora da China é conhecido por *Consenso de Pequim*, pois Pequim apresenta uma

⁷⁸ Informações disponíveis no banco de dados do Jornal Folha de S. Paulo, em 17 de dezembro de 2016, em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/02/1743929-banco-chines-dara-emprestimo-de-us-10-bi-a-petrobras-em-troca-de-petroleo.shtml>

⁷⁹ Formando parte dos pilares da política externa chinesa, conforme se aponta nas pesquisas de Sousa e Oliveira (2013), um desses 5 princípios é a "não intervenção dos assuntos internos". Ver nota de nº 23.

⁸⁰ A Conferência de Bandung (1955) constitui um marco para os países afro-asiáticos que buscavam meios de desassociarem-se das tensões causadas pela bipolaridade da Guerra Fria. A essência daquela reunião constituiu um marco que surte efeitos na contemporaneidade, conforme se pode observar em Dellios (2016), que reforça essa noção, asseverando que o conteúdo temático difundido em Bandung serve de parâmetro e inspira o comportamento de Estados até o presente. A China enviou representantes a essa conferência e, portanto, participou da construção do Espírito de Bandung, baseado em unidade, independência e amizade. A política chinesa de empréstimo de recursos, que não contempla exigências, pode ser concebida por meio dessa racionalidade, encontrando raízes nesse espírito e sendo coerente com o respeito a soberania dos Estados. A descrição sobre a posição oficial da China na conferência está disponível na página do Ministério das Relações Exteriores da China, disponível em http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/ziliao_665539/3602_665543/3604_665547/t18044.shtml, em 10 de fevereiro de 2017.

fórmula para atingir o desenvolvimento radicalmente diferente da proposta pelo Consenso de Washington. O sucesso limitado das instituições de Bretton Woods na África e na América Latina e a postura arrogante de que Washington sabe melhor como é que os outros se devem governar contribuíram para a boa aceitação da abordagem de desenvolvimento chinesa, que defende a total independência, soberania e igualdade do mundo em desenvolvimento.

O Consenso de Beijing, descrito pela autora, mostra uma das particularidades do comportamento chinês, que difere do *mainstream* ocidental. Isso evidencia de que maneira uma cultura política chinesa se opera, na prática, junto a outros Estados. A inexistência de restrições tem repercutido positivamente aos destinatários dos recursos: frente a uma demanda extensa por recursos e uma oferta escassa, mundialmente, a China tem exercitado o seu pragmatismo, obtendo resultados positivos.

Um instrumento que proporciona dimensão tanto bilateral como multilateral é o uso de moeda local, o *swap* de moeda. Ainda na dimensão bilateral, o assunto tem sido frequente no discurso e na atuação diplomática entre Brasil e China⁸¹. Dessa maneira, o acordo começou a ser esboçado desde 2012, durante as reuniões do Rio+20⁸², todavia, somente em março de 2013, Brasil e China assinaram acordo de *swap* de moeda, no montante de 60 bilhões de reais. No Brasil, o acordo ficou regulamentado pela Resolução nº 4.200 de 26 de março de 2013, expedida pelo Banco Central⁸³.

Contudo, tanto o Brasil quanto a China já operacionalizavam esse tipo de acordo com outros Estados anteriormente. Portanto, ainda que inovador dentro da cooperação bilateral, não é algo inédito para os dois países, conforme esclarece Arraes (2015). Na América Latina, o Convênio de Créditos e Pagamentos Recíprocos (CCR) surge, em 1982, no contexto da ALADI, funcionando como i) mecanismo de compensação multilateral de pagamento, ii) sistema de garantias e iii) financiamento transitório dos saldos de compensação multilateral. A primeira versão do CCR foi originada no Acordo do México (1965). O mecanismo perdeu relevância com as sofisticações financeira e o avanço tecnológico, mas legou aos países da região a experiência da articulação nesse campo.

⁸¹ O tema está presente nos seguintes documentos: Comunicado conjunto na visita de Primeiro Ministro Wen Jiabao ao Brasil, em 2012 (LIMA, 2016, p.319); Declaração Conjunta na Visita de Estado do Presidente Xi Jinping ao Brasil, em 2014 (LIMA, 2016, p.329); Ata da Terceira Sessão Plenária da COSBAN, em 2013 (LIMA, 2016, p.226); Ata da Quarta Sessão Plenária da COSBAN, em 2015 (LIMA, 2016, p.255).

⁸² Informação veiculada pelo Jornal Valor Econômico em 23 e março de 2013, disponível em <http://www.valor.com.br/imprimir/noticia/3060458/financas/3060458/brasil-e-china-assinam-acordo-de-swap-de-moeda-de-r-60-bilhoes>

⁸³ Documento disponível para consulta em 11 de dezembro de 2016, em http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2013/pdf/res_4200_v1_O.pdf

No caso do Brasil, esse mecanismos foram importantes para avançar em alguns pontos específicos. Arraes (2015, p.33) relata a experiência brasileiro-argentina e conta que, inspirando-se no mecanismo de liquidação com uso de moeda nacional do processo de integração europeu, as discussões técnicas para o acordo foram incentivadas pela relevância do fluxo comercial bilateral, que, em 2007 e 2008, foi o segundo maior destino de exportações brasileiras. Assim, o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) com a Argentina iniciou operações em 2008 e, no ano seguinte, introduziram-se as negociações com o Uruguai, cuja vigência se deu a partir de 2015.

As experiências da China antecederam às brasileiras no uso de moeda local. No contexto da crise financeira asiática (1997), tendo fracassada a proposta do Japão para a criação de um Fundo Monetário Asiático, a China, junto a Japão, Coreia do Sul e demais Estados da ASEAN propuseram criar mecanismos para evitar instabilidade no futuro: surgiu a Iniciativa Chiang Mai (ICM), em 2000 (Park e Wang, 2002, p. 91), que consistia no Acordo de Swap da ASEAN incluindo ou outros países do 'Grupo do Mais Três' (China, Japão e Coreia do Sul). Garcia-Herrero e Xia (2013, p.8) explicam que, por meio dessa estratégia, esses países estabeleciam acordos de *swap* bilateral, denominados metade em USD e metade em moeda chinesa, *Renminbi* (RMB), o que conferia um papel central ao dólar; contudo, desde 2008, a China iniciou a denominação dos acordos de *swap* em RMB, como parte do planos de internacionalização de sua moeda.

A articulação em torno da ICM foi considerada fundamental, porém insuficiente para afastar com riscos financeiros em países asiáticos. Isso contribuiu para uma expansão da ICM, que se transformou na Iniciativa Multilateral Chiang Mai⁸⁴: como explica Sussangkarn (2010, p.210-211), apesar da previsão expressa na declaração da 10ª Reunião de Ministros das Finanças do ASEAN+3, em kyoto (2017), somente em 2010, na 13ª Reunião de Ministros das Finanças do ASEAN+3 chegou-se a um acordo multilateral sobre *swap* de moeda e sobre o Escritório de Pesquisa Macroeconômica do ASEAN+3, com sede em Cingapura, com objetivo de monitorar os riscos e coordenar a atuação dos Estados em caso de crises.

Isso demonstra que os acordos de *swap* de moedas estão incorporados na política externa chinesa. De acordo com Garcia-Herrero e Xia (2013), os acordos bilaterais de *swap* têm um papel central na internacionalização da moeda chinesa, o RMB. A coordenação entre

⁸⁴ Esse mecanismo é considerado por Arraes (2016, p.22) como um aprofundamento dos acordos de 2000 e, portanto, o denomina como Acordo de Chiang Mai versão 2010.

Brasil e China, no uso de *swap* de moeda, indica que, além das vantagens transacionais de não se usar a moeda de um terceiro país, o Brasil não se opõe a essa política chinesa.

Contudo, o assunto referente ao uso de moeda local está presente no plano plurilateral, como se observa nos BRICS. De acordo com Arraes (2015, p.34), já, em 2009, a China manifestava interesse em adotar o uso de moedas locais, o que não foi bem acolhido pela Índia e pela Rússia naquele momento. O Embaixador Roberto Jaguaribe, por ocasião da Segunda Cúpula dos BRICS em Brasília (2010)⁸⁵ esclarece sobre a existência de discussões técnicas sobre uso de moeda local desde os primeiros passos do grupo, revelando ainda que se contemplavam possibilidades de uma unidade monetária dos BRICS em um horizonte futuro.

Essa mobilização evidencia uma arquitetura política financeira mais complexa. Para Papadavid (2016), com reservas estimadas em 4 trilhões USD, China tem-se preparado há bastante tempo para a internacionalização da moeda chinesa, o Renminbi (RMB): tem posicionado suas reservas em títulos estadunidenses e em investimento estrangeiro direto, tem sua participação no comércio internacional em torno de 10% de todas as operações, mercados de títulos denominados em RMB estão crescendo em volume e liquidez em expressivos centros, como ocorre na City londrina, criando oportunidades para que o RMB seja utilizado como moeda de reserva. Para Cervo (2008, p.280) essas reservas chinesas, exercem pressão sobre dirigentes americanos, criando a possibilidades de torná-los dependentes dessa dinâmica. Contudo, para o Papadavid (2016), esse quadro tende a viabilizar um mundo monetário tripolar (*tripolar currency system*), em que o RMB insere-se no espaço ocupado pelo Dólar e pelo Euro como moeda de reserva: isso possibilita verificar o fortalecimento de uma posição liminar da China.

É nesse sentido que as alterações do que se tem chamado de governança global, da qual Brasil e China são incentivadores, aponta para mudanças estruturais no sistema. A inoperabilidade do G-7 e a proeminência do G-20 financeiro exemplificam um deslocamento geopolítico que altera o poder econômico das economias ocidentais e fortalece o RMB. Avaliando as posições estratégicas dos atores envolvidos, Papadavid (2016, p.13) acredita que o novo multilateralismo proposto pelo BRICS e pelo AIIB pode representar para o RMB o mesmo que Breton Woods significou para o dólar. O autor assevera que o Banco de

⁸⁵ Durante aquele evento, o Embaixador Roberto Jaguaribe era Subsecretário-Geral Político II do Ministério das Relações Exteriores. Ao conceder entrevista coletiva no Palácio Itamaraty sobre a IV Cúpula do IBAS e a II Cúpula do BRIC, que ocorreu em Brasília, nos dias 15 e 16 de abril de 2010, esclarece, entre outros assuntos, a existência do tema financeiro no engajamento do grupo. Entrevista disponibilizada pelo Ministério da Relações Exteriores do Brasil, na página eletrônica <https://www.youtube.com/watch?v=yWaU4jj6XYc> , em 21 de novembro de 2016.

Desenvolvimento do BRICS e a AIIB fazem parte da estratégia chinesa de internacionalização do RMB, contribuindo para a construção de uma nova arquitetura político-financeira, o que auxilia, também, em uma atuação frente à alteração normativa defendida por Yan (2011) e Qin (2010a e 2010b).

Junto a outros países, Brasil e China demonstram insatisfação com o multilateralismo euro-americano desenhado no século XX. Esses países acreditam que as estruturas criadas e administradas no contexto pós-Segunda Guerra Mundial não são eficientes para lidar com as relações sociopolíticas contemporâneas. A Política Internacional do século XXI demanda correções de rumos que são obstadas pelos Estados que representavam recursos de poder no século passado, como aconteceu com as instituições de Breton Woods (FMI e Banco Mundial): China, Brasil e outros Estados têm reivindicado maior participação nessas instituições, mas, como tem sido negada, buscam-se outras alternativas, como o G-20 financeiro.

Nesse cenário, China tem-se portado como uma liderança na construção de um multilateralismo sob novas características. Para Yan Xuetong⁸⁶, a China tem-se proposto a liderar instituições como AIIB, OBOR, Banco do BRICS, Banco da desenvolvimento da OCS, entre outras iniciativas, justamente, porque Estados Unidos e outros países negam a readequação das instituições multilaterais. Esse argumento é compartilhado por Amitav Acharya, para quem a China tem buscado encontrar mecanismos de maior participação na governança global, o que tem sido encarado com desconfiança pelos Estados Unidos, porque tendem a rechaçar um ator liminar e porque têm dificuldades em aceitar a diminuição de sua importância⁸⁷. Essa análise também pode ser verificada por meio do discurso de Jin Liqun, presidente do AIIB, na Cúpula Global de Gurajat, em 10 de janeiro de 2017, em que recorda que pela primeira vez na história há um banco de desenvolvimento administrado por países em desenvolvimento⁸⁸.

O comportamento da China frente à rejeição em sua maior participação na construção de regras no sistema tem constituído um ponto de convergência com o Brasil. O caso do AIIB é significativo, haja vista que o Brasil é um dos membros fundadores, mesmo não sendo um

⁸⁶ Yan Xuetong manifesta esse pensamento no documentário sob o título *The Chinese world order*, conduzido por Jacques Martin e dirigido por Jos de Putter. Informação disponibilizada junto ao canal de informações Vpro Backlight, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Jh8-ytVmN3Y>, em 15 de agosto de 2016.

⁸⁷ Aula proferida pelo professor Amitav Acharya, em 16 de outubro de 2014, na abertura anual do Programa de Doutorado em Estudos Europeus, da Universidade Livre e Bruxelas. Disponibilizada em <http://www.iee-ulb.eu/en/phd-school-in-european-studies>, em 23 de novembro de 2016.

⁸⁸ Discurso disponível em 27 de fevereiro de 2017, em <https://vibrantgujarat.com>.

país na área de abrangência do banco. Ademais, como se investigará na sessão seguinte a este tópico, Brasil e China tem compartilhado expectativas quanto ao futuro do multilateralismo, o que tem resultado em uma ampla atuação conjunta e projetos plurilaterais, como BRICS, BASIC, G-20 Financeiro e G-20 da OMC. Os dois Estados mostram-se insatisfeitos com o multilateralismo construído e controlado por algumas potências ocidentais. Por isso, por intermédio de uma Parceria Estratégica Global, agem de maneira coordenada, desejosos em participar da construção de novas regras (Yan, 2011; Qin 2010a e 2010b), como protagonistas em um novo multilateralismo que ganha forma paulatinamente.

2.2.2.2 O Eixo Plurilateral da PEG

A articulação coordenada entre Brasil e China se projeta também em uma perspectiva plurilateral. A atuação em coalizões de geometria variável, com a finalidade de construir um multilateralismo marcado por novas características, tem ocasionado resultados bastante contundentes no cenário internacional. Assim, Brasil e China tem feito parte de coalizões que tendem a representar eixos multitemáticos, abrangendo várias facetas da agenda contemporânea.

Alguns teóricos se esforçam para compreender os benefícios a serem ceifados por meio desses projetos. Observando o lado do Brasil, a inserção internacional multifacetada elevam-no à condição de aliado importante pela capacidade de articulação multilateral e, seguindo a interpretação de Lessa (1998, p.34), isso faz do País *“o parceiro ideal para ultrapassar e redimir os constrangimentos do momento”*. Examinando as vantagens chinesas, Mendes (2010, p.42), afirma que *“a China cria ou participa em organizações multilaterais, um instrumento de soft power, para gerir interesses de realpolitik, usufruindo das vantagens do multilateralismo sem assumir as obrigações geralmente inerentes a este tipo de diplomacia”*. Assim, já que não se verificam ausência de responsabilidade, a China demonstra buscar no multilateralismo as ferramentas que possibilitem romper as restrições que o sistema interestatal hierárquico e assimétrico impõe a ela.

Os avanços da Parceria Estratégica Global na sua interface plurilateral tem-se manifestado por meio das iniciativas que pretende explorar neste tópico. BRICS, BASIC, G-20 Financeiro e G-20 comercial compõe esse esforço de articulação frente às afinidades e às convergências que Brasil e China desenvolvem para promover um multilateralismo sob novas características. As palavras do Embaixador Graça Lima (2016, p.33) são esclarecedoras nesse sentido, quando declara que *“No plano plurilateral, nossa participação conjunta no Brics,*

Basic e G20 imprimiu nova relação de forças na arena internacional e expandiu sobremaneira as oportunidades de desenvolvimento doméstico e de projeção dos interesses de ambos os países no plano internacional.”

É nesse sentido que se deve interpretar as coalizões que levam o componente sino-brasileiro, como uma unidade. Embora BRICS, BASIC, G-20 Financeiro e G-20 comercial, entre outros projetos, sigam abordagens específicas, em que cada uma dessas coalizões concentra-se em um assunto específico da agenda política internacional, pode-se identificar um propósito comum que os une, transparecendo um grau de hibridez, já que constituem uma rede de assuntos que se interpenetram para formar uma estrutura sólida, em busca do novo perfil de multilateralismo que se deseja construir. Essa convergência multitemática em associações por meio de coalizões está também presente nas investigações de Biato Jr. (2010, p.248):

O símbolo maior - mas não único - dessa recente convergência na esfera internacional é inegavelmente a iniciativa BRIC, no âmbito do qual Brasil e China, em conjugação com a Índia e a Rússia, atuam em prol de mudanças nas instituições globais de governança financeira. Mantendo uma coordenação estreita no âmbito do BRIC, mas atuando operacionalmente por meio de um reforçado G-20 financeiro, Brasil e China vem tendo voz cada vez mais ativa em foros que representam o âmago do sistema financeiro internacional: o FMI e Banco Mundial. Algo semelhante se passa na esfera ambiental, com Brasil e China se coordenando dentro do agrupamento BASIC para levar aos foros internacionais uma posição comum dos emergentes. Coroou esse esforço o êxito na recente Conferência do Meio Ambiente de Copenhague, cujos entendimentos finais foram acordados essencialmente entre o Grupo BASIC e os EUA, em que pese o tradicional protagonismo europeu. (BIATO JR., 2010, p. 248)

A intensa atividade diplomática entre Brasil e China e as consequências disso para a articulação bilateral e plurilateral se expressam, dessa maneira, no Diálogo Estratégico Global. O conteúdo dessa sinergia encontra definição no próprio Ministério das Relações Exteriores do Brasil⁸⁹:

Em 2009, a China tornou-se o principal parceiro comercial individual do Brasil, e tem no país o quarto principal destino de seus investimentos externos. O portfólio de inversões se estende por ramos tão diversos quanto veículos (leves e pesados), tecnologia da informação e comunicação e serviços (de bancos a serviços aéreos). Da parte do Brasil, empresas de peso, como Embraer, Vale, Weg, Embraco, Brfoods e Votorantim, entre outras, têm atuação marcante na China. As iniciativas estratégicas diversificadas e

⁸⁹ Diálogo Estratégico Brasil-China. Disponível em: <http://blog.itamaraty.gov.br/24-brasil-china/68-dialogo-estrategico-global-brasil-china>. Acessado em: 01/11/2016.

as densas relações econômicas bilaterais se refletem em visões comuns sobre os principais temas da agenda internacional, e, sobretudo a respeito da forma como os diversos mecanismos de governança global devem se adaptar à realidade contemporânea. Brasil e China coordenam sua atuação nos grandes organismos e foros internacionais e nas discussões sobre o funcionamento desses órgãos: na ONU, insistem na prevalência do multilateralismo e da resolução pacífica de conflitos; no G20, trabalham para adaptar os processos decisórios no FMI e no Banco Mundial; finalmente ambos os países participam ativamente das discussões da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. Os dois países participam, ademais, de importantes mecanismos de concertação plurilateral, tais como BRICS (foro que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e BASIC (no qual Brasil, África do Sul, Índia e China coordenam posições para as discussões de mudança do clima). No âmbito institucional, o Diálogo Global vem somar-se a diversos outros mecanismos de concertação bilateral, tais como a COSBAN (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação), que reúne o Vice-Presidente da República e o Vice-Primeiro-Ministro do Conselho de Estado encarregado de temas econômicos e financeiros, e a planos plurianuais de cooperação, inclusive um plano decenal na área aeroespacial adotado em 2013.

As observações argutas de analistas coadunam-se a informações expressas por órgão governamentais e convergem no reconhecimento da relevante mobilização política plurilateral entre Brasil e China. Esses projetos são fundamentais para a consecução do multilateralismo que os dois países buscam, fazendo com que o anseio por legitimidade faça parte do processo de consolidação de uma Parceria Estratégica Global que está sendo gestada. A seguir, portanto, apresentam-se análises sintéticas sobre o processo de formação desses empreendimentos políticos plurilaterais.

2.2.2.2.1 BRICS

A trajetória oficial dos BRICS atesta que o nascimento do grupo tem o seu cordão umbilical na percepção dos analistas do mercado financeiro. Segundo esse entendimento, nos anos de 1990, os prognósticos sobre as economias de Brasil, Rússia, Índia e China apontavam para um crescimento acelerado que atraia a atenção de analistas internacionais. Com base em projeções econômicas, Goldman Sachs, em 2001, por meio dos relatórios de O'Neil (2001), teria identificado um extraordinário potencial econômico e sugeriu a sigla BRIC para se referir ao papel dessas economias no mundo financeiro (HOUNSHELL, 2011). Alguns anos depois, O'Neil (2005) realizou novas investigações que o faziam crer que os países BRIC, em 2025, poderiam tornar-se um poderoso dinamismo para a economia global. Purushothaman (2003) complementaria a análise, asseverando que a lista das dez maiores economias do mundo poderia parecer bastante diferente em 2050.

Porém, embora a versão oficial do grupo se apoie em uma percepção do mercado financeiro, o debate acadêmico no Brasil, durante anos de 1990, apresentava estudos que contemplavam cálculos políticos na associação desses países. Entre estes trabalhos, há as análises de Prates (1996), que parecem, à época, mais revolucionárias do que as de O'Neil (2001): meia década antes, Prates (1996) escreveu o artigo sob o título *O Brasil e a coordenação entre os países de porte continental numa perspectiva atual*, em que não somente identificava uma ação coordenada entre Brasil, Rússia, Índia e China, como mencionava aspectos que mais se parecem com o BRICS de hoje do que o prenunciado por O'Neil (2001).

Prates (1996) projeta esses países em um contexto multitemático, como tem sido construído atualmente. Relembrando a alusão a esses países no discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso e baseando-se no conceito de "países de porte continental", atinava para a possibilidade de articulação i) em fóruns internacionais diversos, inclusive na OMC - mesmo antes do ingresso da Rússia e da China; ii) em maior participação na coordenação das atividades econômicas mundiais, conclusões elaboradas durante a década em que se desencadearam crises financeiras pelo mundo, mas antes do G-20 financeiro e mais distante ainda do Banco dos BRICS e do AIIB; iii) em estratégias de desenvolvimento e iv) em conciliar globalização com orientação sociopolítica. Prates (1996, p. 43-44), no entanto, alertava que:

(...) a cooperação dos quatro [Brasil, Rússia, Índia e China] poderia ser interpretada como tendente ao confronto com outros países desenvolvidos... Desenvolvida, portanto, de modo descuidado, irrefletido, qualquer iniciativa neste sentido poderia ser contraproducente e acarretar consequências fortemente indesejáveis para cada um dos quatro países(...) (PRATES, 1996, p.43-44)

Essa prudência sugerida pelo autor teria sido parte de uma articulação cuidadosa. Um silêncio estratégico que só seria interrompido por O'Neil (2001), concebido como protagonista, mas que teve a função essencial de servir como bode expiatório: alguém de um país desenvolvido teria sugerido a coalizão. Contudo, ainda antes da iluminação de O'Neil (2001), há outra pesquisa importante: Lessa (1998), em seu estudo sobre o conceito de universalismo seletivo, dimensiona a política externa brasileira em um esforço por descartar quaisquer relações exclusivas e excludentes, o que contribuía para a construção de grandes eixos de atuação geográfica. Entre outros, o autor menciona o eixo das potências regionais, que assim descreve:

O eixo das potências regionais - é multicentrado nos ângulos do quadrilátero Pequim-Moscú-Nova Dheli-Pretória, e encerra realidades políticas diversas e níveis de cooperação distintos. Estas são relações estabelecidas com países com os quais o Brasil mantém inúmeras afinidades, uma vez que as nações enfrentam os mesmos tipos de problemas no cenário internacional, além de desempenharem o mesmo papel protagônico de potências regionais.

Portanto, confere-se um protagonismo excessivo aos relatórios de O'neil (2001), que não inventou a roda: apenas empurrou uma que já havia sido concebida. A história reproduzida sobre o processo de formação do BRICS tem reconhecido, de maneira exagerada, a participação do banco Goldman Sachs. A ausência de ineditismo de O'neil (2001), no entanto, não invalida as dimensões, êxitos e expectativas em relação ao BRICS; ao contrário, sopesam a presença de perspicácia e sagacidade da *intelligentsia* política que esperou o tempo certo e o tabuleiro favorável para que se movessem as peças na direção mais proveitosa. As características dos membros do BRICS fornecem apresentação acurada sobre a relevância do grupo.

Além de solidez financeira, este bloco se destacou por ter uma importância em termos de população, território e localização estratégica, inserindo o grupo em um eixo que faz a diferença no mapa político tradicional e que lhes permite influenciar os rumos da política global. Arkhangelskaya (2015, p.2) esclarece os atributos dessa coalizão:

Today BRICS combines three billion people (43% of the population) in the territory of 39.7 million sq.m. (more than a quarter of global land surface), producing almost 13 trillion. U.S. gross domestic product per year (21% of world production). Each of these five countries on three continents has influence in their respective regions in particular and in the world. (...) BRICS members are characterized as the most rapidly developing major economies of the world. Large number of important resources for the global economy provides an advantageous position for the states. The main common feature was that they are all developing countries with growing economies and influence, and they all strive for a free and more equitable agreement on global leadership, in which they and others will play an important role.

O caminho sugerido pelos analistas ajudou a impulsionar a criação da coalizão. Em 2009, reunidos em Ecatimburgo, Rússia, esses estados emergentes realizam a primeira cúpula do BRIC, com o objetivo de mobilizar esforços diplomáticos multi-dimensionais. Em 2011, a África do Sul se juntou ao grupo, e o nome foi mudado para BRICS. O grupo justifica-se como uma forma de complementar os esforços multilaterais existentes, que refletem em instituições internacionais de desenvolvimento (CHIN, 2014).

O grupo propôs unir-se para discutir e planejar parcerias colaborativas em torno da economia global e outras questões candentes de desenvolvimento global. No seu primeiro ano

de operação, o grupo concentrou esforços diplomáticos sobre temas econômicos do mundo e, especificamente, nas economias do grupo (JYRKI, 2014, p.86). Em 2012, passou-se a considerar a criação de um banco de desenvolvimento, “*mobilizando recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países BRICS e em outras economias emergentes, além de outros países em desenvolvimento.*” (CHIN, 2014, p.366). Na sequência do pensamento anterior, o mesmo autor refere-se aos acontecimentos, durante o ano de 2013, em que o grupo anunciou a intenção de criar um banco dos BRICS:

Nós temos a ambição de estabelecer o novo banco de desenvolvimento (...) em agosto de 2013, os governos concordaram que o Banco de desenvolvimento dos BRICS (BDB) começaria com um capital inicial subscrito de US \$ 50 bilhões (...) um mês mais tarde, foi relatado que os líderes do BRICS fizeram progressos na negociação de estrutura de capital do banco, sociedade, participação e governança. (CHIN, 2014, p.366).

O grupo declarou oficialmente que a missão do BDB é promover o desenvolvimento.

Quando o grupo dos BRICS foi criado, os centros tradicionais de finanças globais enfrentavam estagnação ou baixo crescimento, enquanto os países emergentes experimentaram um crescimento econômico significativo. O discurso alardeado pelos países do BRICS enfatizou medidas econômicas, e sua organização foi baseada em quatro pastas: Agricultura, Finanças, Saúde e Comércio⁹⁰. Jyrki (2014, p.91) salientou que este bloco tem três características a considerar: 1) eles são economicamente diversificados e complementares, o que pode ser considerado como vantagens comerciais para os países membros; 2) todos esses países deram as costas para a modernização ocidental tradicional; 3) eles diferem da visão liberal do Ocidente, o que faz com que sejam mais ousados na busca por satisfazer expectativas sociais. Nos casos 2 e 3, isso mantém intertextualidade com o Orientalismo de Said (1996 e 2011).

O BRICS elevou as expectativas para o potencial econômico e político mundial. Por um lado, em termos econômicos, estes países registraram um crescimento significativo⁹¹, quando o PIB mundial cresceu 3,6% em 2010 e 2,5%, em 2014, como foi estimado pelo

⁹⁰ Dados informados na página oficial do BRICS, disponível em <http://brics5.co.za/academic-papers/ibsa-past-brics-future/>, em 27 novembro de 2016.

⁹¹ Em 2000, o Brasil teve um crescimento do PIB de 4,4% em 2010 e 7,6% em 2014. No caso da Rússia, o crescimento do PIB em 2000 foi de 10%, em 2010 de 4,5% e em 2014 de 0,6%. A economia da Índia, por sua vez, teve um crescimento do PIB ainda maior: em 2000 de 7,6%, em 2010 de 10,3 e em 2014 de 11,5%. A economia da China apresentou um crescimento do PIB em 2000 de 8,4%, em 2010 de 10,6% e em 2014 de 7,4%. Finalmente, a economia Sul-Africana cresceu 4,2% em 2000, 3% em 2010 e 1,5% em 2014. (BRICS, 2015)

Banco Mundial. Outra característica econômica dos países do BRICS é a diversidade de indústrias e a previsão de crescimento delas:

China and India are the major global suppliers of technology and services. On the other hand, Brazil will occupy a leading position in biodiversity, iron ore, ethanol and food while Russia will in arms industry and as a supplier of oil and natural gas. (DELAGE, 2011, p.8)

Outro aspecto a considerar, além dos atributos econômico, é que mais do que adotar um discurso, o BRICS tem a busca pelo desenvolvimento em sua essência. As declarações oficiais demonstram os esforços para construir uma cooperação multilateral, além do financiamento para o desenvolvimento e para a economia verde (BRICS, 2015). Note-se que esta visão de desenvolvimento está alinhada com a visão das Nações Unidas, estabelecida na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento, conhecida como Cúpula do Rio de Janeiro, de 1992, quando 172 países concordaram que o desenvolvimento não deve ser feito à custa do meio ambiente. Pelo contrário, "*that environment can be protected via responsible economic development patterns and that approach would ensure a healthier society in human beings which could fulfill their potential while living in harmony with nature and in relative prosperity*" (UN, 2012).

Banco de desenvolvimento dos BRICS

O Novo Banco do BRICS, ou também conhecido como Banco de Desenvolvimento do BRICS (BDB), é uma iniciativa com o objetivo de complementação. Oficialmente, dotado de natureza complementar⁹², o BDB não se propõe a substituir as instituições multilaterais tradicionais, representadas pelas instituições de Breton Woods, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). O banco que emerge do esforço plurilateral surge em 2014, em acordo assinado por Brasil, Rússia, China e África do Sul, durante a VI Cúpula dos BRICS, realizada em Fortaleza. Para Graça Lima (2016, p.11), isso mostra maturidade dos BRICS, que, ao criar o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR), passa a ser a primeira instituição do BRICS com personalidade jurídica internacional.

As finanças compõem uma face bastante proativa do BRICS. Tendo a sua sede em Shanghai, o BDB oferece financiamento a projetos que favoreçam o desenvolvimento sustentável de economias emergentes. Um exemplo desse tipo de proposta é o mencionado

⁹² Informações disponíveis em <https://www.ndbbriics.org/br.html>, em 15 de agosto de 2016.

ACR, que tem o objetivo de disponibilizar recursos a países membros que apresentem risco de instabilidade no balanço de pagamentos⁹³. Além disso, o ACR poderá também atuar como fundo global em outras economias emergentes⁹⁴. O ACR fora ratificado na Cúpula de Ufá, na Rússia em 2015, a qual estabeleceu um novo roteiro para a intensificação de trocas comerciais e de investimentos entre o BRICS, além de acordos para trocas culturais⁹⁵.

Segurança

Junto à crescente influência em questões financeiras, o tema relativo a segurança tem-se mostrado uma interface sensível do grupo. A convergência do BRICS em uma agenda de segurança internacional é bastante complexa, haja vista a singularidade do contexto geopolítico e da trajetória sociocultural de cada um dos países membros. Nesse quesito, a elaboração de consenso torna-se intrincada, havendo dificuldades quanto a um consenso sobre qual é a forma mais apropriada para atuarem no cenário internacional em termos de segurança.

A disparidade de recursos de poder dos membros causa percepções e responsabilidades diferentes. Rússia e China são potências nucleares e possuem assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, enquanto a Índia, também possuidora de armamento nuclear, não é membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), mas, junto ao Brasil e à África do Sul, aspiram tal posição nas Nações Unidas. Ademais, cada um desses Estados possui relacionamentos diferenciados com segurança, muito em decorrência de seus respectivos entornos geográficos; contudo, todos os cinco são grandes defensores da soberania, bem como do multilateralismo no âmbito da segurança internacional (HERZ et al, 2011).

Apesar de diferenças de interesses, identidades, questões domésticas e materiais, que não podem ficar encobertas, os cinco países alcançam certa convergência em segurança internacional. Da mesma maneira que o BRICS se coloca enquanto um grupo, em determinadas situações, de contrapeso às potências ocidentais, como é o caso da criação do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS, entre outros projetos conjuntos, acredita-se que em termos da segurança internacional o caso seja similar. Assim como ocorre nos outros

⁹³ Informações disponíveis em <http://brics.itamaraty.gov.br/> em 22 de novembro de 2016.

⁹⁴ Informações disponíveis em: <http://blog.itamaraty.gov.br/32-brics/152-vii-cupula-do-brics-o-novo-banco-de-desenvolvimento-e-o-acordo-contingente-de-reservas-prestes-a-entrar-em-vigor>, em 22 de novembro de 2016.

⁹⁵ Informações disponíveis em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>, em 22 de novembro de 2016.

temas da agenda, o BRICS oferece mais legitimidade na coordenação em segurança, devido a sua natureza participativa, geográfica e demográfica.

Ainda que se reconheçam sensibilidades a serem superadas, o multilateralismo está entre os elementos mais contundentes da concertação e cria projeção nessa agenda. Isso é constado quando os cinco membros defendem que toda situação envolvendo a segurança internacional deva ser respondida pela comunidade internacional, sem deixar de enaltecer a soberania, podendo ser percebida como um dos pilares da estrutura fundacional do BRICS.

O BRICS não tem interesses em usurpar a ordem contemporânea. A existência da arquitetura institucional e multilateral é conveniente aos BRICS, excetuando-se algumas ressalvas, entre as quais se pode citar uma centralização excessiva quanto ao funcionamento dessa ordem. Sem a propositura de uma reforma revolucionária, o grupo defende uma pauta razoavelmente "idealista" com relação à segurança internacional: atém-se a temas como não-proliferação, combate ao terrorismo, construção de um sistema de segurança internacional mais inclusivo e mais justo, sem adentrar em outras temáticas que podem ser sensíveis a alguns membros do grupo.

Outro tema que não passa despercebido é o pleito brasileiro de ingressar como membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A China não se opõe ao ingresso do Brasil no CSNU: ao contrário do que concluem Biato Jr. (2010) e Bijos e Ferreira (2016), para quem a China teria virado às costas para o Brasil, é mais sensata a percepção do Embaixador Roberto Abdenur, para quem o G-4 (Brasil, Índia, Japão e Alemanha)⁹⁶ não recebe apoio da China, devido à presença do Japão no grupo, país com o qual a China tem rivalidade histórica.

Uma vertente adicional que pode ser identificada na cooperação intra-BRICS objetiva fomentar o conhecimento mútuo entre os países. Os Estados membros consideram importante o aumento de capacidade de reflexão sobre si mesmos, incentivando a formulação de uma perspectiva do BRICS sobre o BRICS. Com esse propósito, são realizadas, desde a Cúpula de Brasília, em 2010, edições anuais do Foro Acadêmico do BRICS, que reúne grande número de acadêmicos de destaque dos cinco países. Em 2013, foi estabelecido ainda o Conselho de *Think Tanks do BRICS (CTTB)*, composto por um *think tank* de destaque de cada país

⁹⁶ A reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) conhecida por G-4 consiste na ampliação do número de membros permanentes. Além do Japão - que é a maior reserva da China em relação a esse grupo - Brasil, Índia e Alemanha defendem as suas candidaturas para ocuparem assento permanente, adequando o órgão à realidade contemporânea e conferindo maior legitimidade ao sistema de segurança internacional.

membro⁹⁷, o qual produz relatório anual de recomendações a serem apresentadas aos líderes (LIMA, 2016, p.24).

Dessa maneira, o BRICS compreende uma agenda multitemática, por intermédio de diferentes modalidades de coordenação. Como se pode observar nos veículos de informação do Ministério da Relações Exteriores do Brasil⁹⁸, além do tema Ciência Tecnologia e Inovação, que será avaliado com mais profundidade em um capítulo adiante, os principais nichos de cooperação no BRICS compreendem agricultura e desenvolvimento agrário, comunicações, educação, finanças, saúde, indústria, projetos de inclusão da população, comércio e trabalho. Essa articulação é construída por meio de arquitetura jurídica flexível, em um conteúdo obrigacional brando (*soft law*), que se materializa por intermédio de declarações, comunicados conjuntos, reuniões ministeriais em temas diversos, acordos, pronunciamentos e memorandos de entendimento.

No que se refere ao campo de Ciência Tecnologia e Inovação (CTI), a arquitetura política tem avançado com bastante vigor. Como se verificará adiante, a Cúpula de Durban (2013), cria mecanismos para avançar na cooperação em Ciência Tecnologia e Inovação, expressa em Reuniões Ministeriais (RM) que selam diretrizes por meio de Declarações: Declaração de eThekweni (1ª Reunião Ministerial, em 2014), Declaração de Brasília (2ª Reunião Ministerial, em 2015), Declaração de Moscou (3ª Reunião Ministerial, em 2015). Ademais, o Memorando de Entendimento em Ciência Tecnologia e Inovação foi lançado na RM de Brasília, criando um lastro de institucionalidade ao planejamento nesse campo temático.

O acompanhamento dessa estrutura multifacetada do BRICS aponta para um contexto próximo da Poliarquia de Dahl (2005), caso se pense em uma versão ampliada desse conceito, concebida em escala sistêmica. Nessa projeção, estruturas legítimas, adaptadas a competição política e seguindo uma evolução pacífica, por meio de processo evolutivo - não conflitivo -, resultaria em uma alteração paulatina de uma essência transformadora da política internacional. O BRICS, portanto, soma esforços para a ampliação de legitimidade dos mecanismos multilaterais e, por conseguinte, acaba por se unir na motivação de contrabalancear o sistema interestatal criado pelas grandes potências, onde atores fora do

⁹⁷ O CTTB é formado por centros de pesquisa dos países membros. O IPEIA é think tank oficial do Brasil, prestando informações sobre a mobilização operacional junto a esse canal diplomático. Informações disponíveis em 26 de fevereiro de 2017, em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21734.

⁹⁸ Informações disponíveis em <http://brics.itamaraty.gov.br/declarations-action-plans-and-communicues/secdocsmenu>

núcleo líder não conseguem ter voz (Troitskiy, 2015). Desse modo, o grupo em formato de pentarquia, tem como busca permanente as questões afeitas a desenvolvimento.

2.2.2.2.2 BASIC

As discussões globais sobre como coordenar o enfrentamento das mudanças climáticas tem ocorrido de maneira bastante intensa e intrincada. Em 1992, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) buscava meios para limitar o crescimento da temperatura global. Em 1995, lançaram-se as negociações que resultariam no Protocolo de Kyoto (1997), que estabelecia metas de emissão, obrigatórias aos Estados-Parte, entrando em vigor em 2008 e vigendo até 2012. O protocolo foi renovado em 2013, com término previsto para 2020. No entanto, a falta de consenso entre países e as disparidades no processo decisório tem sido motivo para discussões acirradas e tem impedido o comprometimento global com medidas efetivas.

O principal fórum de discussão sobre esse assunto tem sido a Conferência das Parte (COP). Esse é o órgão supremo da UNFCCC, que se reúne anualmente, definindo os passos a serem realizados para que se reduzam, sobretudo, os Gases de Efeito Estufa, os quais contribuem para a alteração das condições climáticas no planeta. É, nas reuniões da COP, que as delegações dos países aprovam as diretrizes que irão alterar o comportamento dos Estados em relação a suas políticas nocivas a mudanças climáticas. Brasil e China se destacam nessa temática por compartilharem percepções sobre o destino dessa agenda.

Um dos grupos que tem sido influente nesse processo é conhecido pelo acrônimo BASIC. A primeira vez que se mencionou essa sigla foi em um grupo de pesquisa fundado pela União Europeia. Esse grupo funcionou entre 2005 e 2007 e se referia ao projeto *Building and Strengthening Institutional Capabilities on Climate Change in Brasil, India, China and South Africa*. Entre 7 e 9 de agosto de 2006, durante um *Workshop* apresentado pelo Projeto BASIC, financiado pela União Europeia e reunindo 40 indivíduos, a maioria de Brasil, África do Sul, Índia e China, de 25 instituições políticas e de pesquisa, junto a especialistas de outras partes, lançou-se a Proposta de São Paulo para uma Futura Política Climática Internacional. O texto produzido⁹⁹ enumerou 20 elementos aos quais os países BASIC estariam dispostos a

⁹⁹ Disponível em <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/equipe4projetobasic.pdf>, em 27 de novembro de 2016.

empreender mudanças no Protocolo de Kyoto. De acordo com Maguire e Jiang (2015, p.221), é nesse contexto que se identifica a emergência do BASIC como uma aliança política.

O acrônimo, portanto, refere-se aos países membros dessa política plurilateral: Brasil, África do Sul, Índia e China. A partir de 2009, durante a 15ª Conferência das Partes (COP-15), em Copenhague, sob a liderança da China instaurou-se o BASIC, estabelecendo uma nova dinâmica negociadora, em face da rejeição generalizada ao Texto Dinamarquês¹⁰⁰. Foi nesse cenário que o BASIC passa a atuar de maneira mais incisiva, buscando capitalizar as demandas dos países em desenvolvimento e conseguindo realizar o Acordo de Copenhague.

Uma das tônicas do BASIC é servir como grupo mediador entre interesses dos países mais desenvolvidos e dos menos desenvolvidos. De acordo com Roman et al (2011), esse é um dos grandes feitos do BASIC, acomodando posições, quando há percepções contrapostas e ressentimentos de exclusão do debate por parte dos países menos desenvolvidos, em meio a opiniões divergentes. O desenvolvimento das negociações na COP-15 criaram um cisma que teve reflexos nas tensões Norte-Norte, Norte-Sul e Sul-Sul, em que países menos desenvolvidos, grande parte dos Estados Africanos e países membros da Aliança dos Pequenos Estados-Ilha (AOSIS) se sentiram alijados do processo decisório. No entanto, isso seria corrigido na COP-16, realizada em Cancun, em 2010.

Entre os avanços significativos da COP-16 esteve a articulação do BASIC com os demais grupos do Sul. Frente às dificuldades em Copenhague, o BASIC buscou construir uma posição sólida junto a G-77, AOSIS e africanos, realizando consultas antes de fazer as propostas. Isso foi tão positivo que facilitou o surgimento do BASIC-plus, também conhecido por BASIC+, que foi lançado na 10ª Conferência Ministerial do BASIC (2012), em que todos esses grupos mencionados, formados por países fora do núcleo desenvolvido, tiveram a chance de participar e atuar em uma presidência rotativa, o que, para Maguire e Jiang (2015, p.231-232) melhorou a transparência e a inclusão, mostrando que o BASIC ia além de interesses individuais dos membros.

Ao refletir sobre o Brasil e o BASIC, Pecequillo (2012) analisa que as relações do País com o mundo são formadas em dois eixos: um vertical, formado pela Cooperação Norte-Sul; outro, horizontal, alinhado pela Cooperação Sul-Sul. Se, de um lado, a Cooperação Norte-Sul tem o seu cerne nas relações tanto com a União Europeia e nas parcerias bilaterais na Europa Ocidental, de outro lado, o eixo horizontal baseia-se em projetos, entre os quais, encontram-se

¹⁰⁰ Esse documento foi preparado previamente e proposto por Dinamarca, Inglaterra e Estados Unidos. Por meio deste instrumento, desejava-se aprovar um texto sem a participação dos demais Estados.

aqueles representados nas coalizões BRICS, BASIC, IBAS. No caso do BASIC, Pecequillo (2012, p. 329-330) explica que:

Em sua realização, a CoP-15 apresentou o mesmo padrão das conferências anteriores, de ausência de compromissos, que se estendeu nas reuniões seguintes. Em tal contexto, permaneceram as cisões Norte-Sul, a ausência de compromissos concretos dos EUA, com o encontro ocorrendo ainda em um momento de crise econômica dos países do núcleo ocidental. A reunião de Copenhague marca, igualmente, o surgimento do BASIC como grupo negociador (Brasil, África do Sul, Índia e China) em questões ambientais, cuja parceria desde então tem se estendido a outras áreas (e que se sobrepõem e se soma a outros grupos como o IBAS, BRICS e diversas alianças de geometria variável).

Diferentemente do BRICS e do G-20 financeiro, o BASIC ambiciona um conteúdo monotemático, ao invés de uma agenda em constante expansão. Para estes quatro países, o BASIC significa questões diferenciadas dentro de um mesmo tema. Alguns pontos tocam a todos, pois os quatro países, ao se agruparem, caminham conjuntamente de maneira reativa junto ao G-77, e não mais são apenas *norm takers*: têm o propósito de contribuir para a formação de regras de maneira mais pluralizada e menos concentrada, posicionando-se, portanto, como *rule makers*¹⁰¹. No âmbito multilateral, acabam criando a vantagem de estarem negociando em grupo, e, além disso, acabam por se distinguirem de outros grupos de Estados com a agenda que defendem. Distinguem-se dos países industrializados, mais ainda, por terem perspectivas diferenciadas: se isso pode ser interpretado como um aspecto negativo, por outro lado, pode constituir uma heterogeneidade benéfica, mais representativa da diversidade global.

Tanto Brasil quanto China têm posicionamentos bem estabelecidos quanto ao meio ambiente. O Brasil mantém convicção em política que garanta soberania estatal e não aceita qualquer forma de ingerência sobre a Amazônia, frisando sempre a responsabilidade histórica dos países mais desenvolvidos, o que remete a convergência sino-brasileira identificada na Conferência de Estocolmo (1972). O governo chinês, por sua vez, possui atitude reativa quando pressionado à aceitação de metas de emissão, convergindo com o Brasil sobre a importância do desenvolvimento. As declarações do presidente Xi Jinping na Reunião da

¹⁰¹ Brasil e China, em seus projetos bilaterais, plurilaterais ou multilaterais, objetivam participar da criação de regras, normas e valores internacionais. Dominguez (2010) evidencia a criação e difusão de normas e valores europeus que são aceitos globalmente, revelando um processo histórico que trata culturas extra-europeias como tomadores de normas ou *norm takers*. Conforme constata Duggan (2015) BRICS, BASIC, G-20 financeiro, entre outros projetos, propõem nova agenda que possa refletir legitimidade mais ampla na composição de normas e valores globais. Nesse sentido, para Kennedy (2012), a China é uma unidade política fundamental nesse processo e, portanto, fortalece os argumentos de Yan (2011) e Qin (2010a e 2010b).

APEC, em Lima, em, outubro de 2016, mostra uma China comprometida em alavancar tecnologia e desenvolvimento, em que uma matriz energética limpa tem papel basilar.

O BASIC é um importante componente de articulação política da China e do Brasil. Junto a outras iniciativa multilaterais, o BASIC contribui para uma dimensão global da parceria sino-brasileira. Nas palavras de Haibin (2010, p.184):

Globally, the dialogue with G8, African countries and Middle Eastern countries, the creation of G20, IBSA and BRIC summits, the WTO Doha round negotiation, the role of BASIC in climate change negotiation in Copenhagen and efforts on solving UN security issues like Iran's nuclear program have been led by Brazil. These diplomatic efforts made by Lula administration transformed Brazil from a nation representing 2.86% of world GDP to an influential emerging worldwide power.

Para o autor, a cooperação sino-brasileira, no BASIC e em outras plataformas de cooperação, tem proporcionado ao Brasil expressivo capital diplomático. Assim, apesar de representar 2,86% do PIB mundial, tem-se tornado uma potência emergente no cenário global, contribuindo para ampliação do papel do País no cenário internacional e fazendo visíveis as suas reivindicações.

A articulação por meio do BASIC tem buscado uma agenda mais coesa. A realização de reuniões em nível ministerial demonstra o grau de organização que contribui para aprimorar a unidade do grupo. Desde o momento da criação do BASIC, tem havido encontros dos representantes dos países membros: a análise do conteúdo dessas declarações ajudam a esclarecer o desenvolvimento da iniciativa: nesse sentido, o pronunciamento conjunto realizado na 8ª Reunião Ministerial do BASIC, em 2014, em Nova Delhi, Índia¹⁰², é significativa:

The Ministers noted that considerable progress has been achieved by their countries in reducing poverty. Despite the massive scale of development challenges still faced by them, the governments of all BASIC countries are undertaking extensive and ambitious voluntary mitigation actions to pursue low carbon pathways including through the development and deployment of renewable energy, improving energy efficiency through improved technologies, REDD+, Etc. (...) They urged developed countries to honour their obligations to provide new, additional and predictable financial support to developing countries in a measurable, reportable and verifiable manner. They reiterated that public financial sources should be the mainstay of climate finance and that private finances could only be expected to play a supplementary role.

¹⁰² Disponível em: <http://www.moef.nic.in/sites/default/files/press-releases/Joint-statement-18th-BASIC-New-Delhi.pdf>.

A política desenvolvida por meio do BASIC cria mecanismos mais incisivos para política internacional almejada por Brasil e China. A declaração do grupo manifesta que, mesmo havendo uma atuação leniente por parte dos países desenvolvidos, que deveriam liderar as iniciativas, haja vista que foram os beneficiários das emissões em termos históricos, o BASIC tem oferecido medidas voluntárias visando ao propósito de reduzir emissões. O mesmo tom de crítica é assumido na declaração conjunta após a 20ª Reunião Ministerial do BASIC, em Nova York, em 2015¹⁰³:

Os Ministros coincidiram em que o acordo deve oferecer uma moldura equitativa, inclusiva e eficaz no âmbito da qual as Partes poderão fortalecer ações para manter o mundo em um caminho que limite o aumento da temperatura média global a abaixo de 2 graus Celsius, e permita a adaptação em resposta aos efeitos adversos inevitáveis da mudança do clima. Os Ministros destacaram que os compromissos sob o Acordo de Paris estarão em conformidade com os princípios e dispositivos da Convenção... Com relação à mitigação, os Ministros enfatizaram que os dispositivos do acordo devem refletir plenamente as diferentes responsabilidades e estágios de desenvolvimento dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, com os países desenvolvidos assumindo a liderança por meio da adoção de metas ambiciosas e absolutas de redução de emissões para o conjunto de suas economias e da provisão de apoio financeiro e técnico aos países em desenvolvimento... Instaram os países desenvolvidos a honrarem suas obrigações de prover apoio financeiro novo, adicional e previsível para os países em desenvolvimento, de maneira mensurável, reportável e verificável.

O chamamento da responsabilidade dos países desenvolvidos perpassa a essência das duas declarações conjuntas, conforme se destaca nos trechos selecionados. Ao manter as críticas aos mais desenvolvidos, o BASIC ressalta a possibilidade de criação de uma identidade de grupo, sobretudo quando conformam uma voz em uníssono. Testando essa variável identitária, a declaração conjunta do BASIC na 23ª Reunião Ministerial do BASIC, realizada no dia 17 de outubro de 2016, no Marrocos¹⁰⁴ ressalta:

Ademais, os Ministros do BASIC reiteraram seu compromisso com o fortalecimento da unidade do Grupo dos 77 e a China e com a promoção de seus interesses comuns. (...) Os Ministros reiteraram que os países desenvolvidos devem prover recursos financeiros, desenvolvimento e transferência de tecnologia e capacitação aos países em desenvolvimento, voltados à implementação eficaz e a ações ambiciosas sob o Acordo de Paris por parte destes... Os Ministros sublinharam, ademais, a necessidade de apoio aos países em desenvolvimento para a implementação eficaz de suas

¹⁰³ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/tags/tag/516-grupo-de-paises-basic-brasil-africa-do-sul-india-e-china>.

¹⁰⁴ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14966-declaracao-conjunta-emitida-na-conclusao-da-23-reuniao-de-ministros-do-basic-sobre-mudanca-do-clima-marrakesh-marrocos-17-de-outubro-de-2016>.

ações de mitigação e adaptação por meio da aceleração dos trabalhos no âmbito do novo Quadro de Tecnologia e do Mecanismo de Tecnologia. Isso inclui a avaliação para disseminação, transferência e emprego de tecnologias, de forma significativa e tangível, de países desenvolvidos aos países em desenvolvimento. Eles enfatizaram também o papel da inovação e da cooperação internacional em tecnologias relacionadas à mudança do clima para o fortalecimento de ações globais.

A unidade expressa no comunicado reflete uma perspectiva sólida de um BASIC que se identifica como representante de um grupo mais amplo. Constatando-se uma atividade que atesta uma convergência identitária, o BASIC apresenta-se como um mecanismo de cooperação estratégica que, em alguma medida, se beneficia da sintonia dos membros em outras instâncias, como ocorre na lógica sino-brasileira. O que se ressalta aqui é a convergência de uma Parceria Estratégica Global entre China e Brasil, que impulsiona uma articulação que possa contrabalancear as grandes potências.

2.2.2.2.3 G-20 da Organização Mundial do Comércio (OMC)

O estabelecimento de regras no comércio internacional tem passado por intensa transformação desde o século passado. Em 1995, após significativo empenho para a composição de mecanismos regulatórios que pudessem aprimorar as relações comerciais, criou-se a Organização Mundial do Comércio (OMC), como resultado de esforços que vinham desde a tentativa de criar a Organização Internacional do Comércio (OIC), por meio da Carta de Havana (1948), conforme esclarece Almeida (1994, p. 254). A adoção do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) adotou o sistema de rodadas, sendo a última delas a Rodada do Uruguai, em que se obteve, entre as principais conquistas, o estabelecimento da OMC.

Nesse cenário de surgimento da OMC, um dos principais temas que interessava aos países em desenvolvimento e aos países em menor desenvolvimento relativo era a agricultura. Portanto, a Rodada do Uruguai marca não somente a transição do GATT para a OMC; destaca, também, o esforço de países que desejavam regras mais favoráveis àqueles cuja matriz produtiva tinha a agricultura como importante componente econômico. Nesse contexto, surgiu o Grupo de Cairns¹⁰⁵, que, em 1986, sob a liderança da Austrália, estabelecia articulação entre os países interessados em criar regras que liberalizassem o comércio de bens

¹⁰⁵ Formado por Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Paquistão, Paraguai, Peru, Filipinas, África do Sul, Tailândia, Uruguai e Vietnã. Informação obtida em <http://cairnsgroup.org/pages/default.aspx> em 27 de novembro de 2016.

agrícolas. Tanto para Woll (2008) quanto para Akande (2014), esse grupo tem relevância nas negociações sobre agricultura até os dias de hoje e foi importante para negociações no setor.

Na evolução desse processo de negociações, no tema da agricultura, surge um novo ator com ambições desenvolvimentistas: o G-20. Tendo o Brasil como principal articulador, o G-20 comercial foi criado em 20 de agosto de 2003, durante as reuniões preparatórias da Conferência Ministerial de Cancun, como parte da Rodada Doha, a Rodada do Desenvolvimento. O principal objetivo do grupo foi impedir que Estados Unidos e União Europeia seguissem deliberando sobre o tema da agricultura, sem a participação dos países a quem mais interessava o tema. Como relata o Embaixador Clodoaldo Huguene (2004, p.2): *“No one could lightly dismiss a group that represented almost 60% of the world population, 70% of world’s farmers and 26 % of world trade in agriculture. The creation of the Group was a political statement”*. Isso conferia autêntica legitimidade ao grupo.

O G-20 é formado por países em desenvolvimento. Os atuais membros do G-20¹⁰⁶, juntos, são responsáveis por expressiva parcela de toda a produção agrícola mundial e tem, como objetivo, defender a liberalização de comércio em agricultura, por isso interessa ao Brasil e à China, entre outros países. Os interesses tanto na liberalização agrícola quanto do sentido desenvolvimentista que ela têm, (e isso é uma das tônicas do G-20) incorre em alto valor estratégico para o Brasil, que é um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, e para a China, que, junto com a Índia¹⁰⁷, são os maiores consumidores de alimento do mundo.

O setor agrícola brasileiro é altamente competitivo. Há um empenho tecnológico que se dedica desde a modificação na estrutura biológica das plantas, por avanços na biotecnologia, como pelo maquinário empregado e o clima favorável. Essa competitividade é uma das razões pelas quais o Brasil se destaca com protagonismo nesse projeto político, tendo em vista que este é um Estado de grande porte de exportação de produtos agrícolas e bens relacionados à agricultura (VEIGA, 2005). Esse dinamismo vai encontrar implicações na parceria sino-brasileira, já que ela tem um papel basilar em algumas iniciativas dentro da PEG em sua perspectiva plurilateral, em que o pleito do G-20 da OMC é significativo.

Embora a ênfase tecnológica da PEG seja aprofundada em momento subsequente, é válido mencionar que avanços tecnológicos, como a biotecnologia, têm impacto tanto em

¹⁰⁶ Segundo informações fornecidas pela OMC, são membros do G-20: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Equador, Egito, Guatemala, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Peru, Filipinas, África do Sul, Tanzânia, Tailândia, Uruguai, Venezuela, Zimbábue. Dados disponíveis em https://www.wto.org/english/tratop_e/dda_e/negotiating_groups_e.pdf em 27 de novembro de 2016.

¹⁰⁷ A Índia, no entanto, tem uma política mais conservadora que outros membros, pois defende uma liberalização conservadora, haja vista a população rural que precisa da intervenção do governo.

agricultura quanto em energia verde. A co-produção de alta tecnologia em biotecnologia se materializa por meio do Centro Brasil-China de Biotecnologia (2012), contado com a expertise da Embrapa e do Centro de Biotecnologia da Amazônia, contribuindo para melhorias na engenharia genética e na produção, além do aumento de produtividade, que estão no cerne desses projetos. Outra iniciativa - e, aqui, traz-se um significando multi-temático que incorpora e funde os temas de agricultura, tecnologia e mudanças climáticas - é a Plataforma para o Biofuturo, lançada em 16 de novembro de 2016, durante a COP 22, em Marrakech, em que países membros¹⁰⁸ se propõe a incentivar uso de biocombustíveis que podem reduzir em 90% a poluição causada por transporte: esse setor corresponde a 23% das emissões de gases de efeito estufa no planeta.

Sendo a segurança alimentar da China um tema bastante sensível, a participação dela no esforço liberalizante é acompanhada com bastante atenção. O Protocolo de Acesso, que marca a entrada da China na OMC, em 2001, foi motivo para intenso debate interno naquele país. Conforme comentam Chunlai e Duncan (2008, p.22), já havia, em 2001, a percepção de que a mudança estrutural do país, causada pelo crescimento econômico, iria ampliar a renda e alterar o consumo das famílias: o setor de *commodities* será cada vez menor na economia chinesa, em relação às necessidades daquele país. Isso mostra que a segurança alimentar, frente à ampla densidade demográfica, também interferiu na decisão chinesa em integrar a OMC.

Roberto Abdenur¹⁰⁹ acredita que a entrada da China na OMC tem significado tão grande quanto foi o seu reconhecimento na ONU:

Nos últimos anos o Brasil tem ganho maior projeção internacional, mas essa projeção se dá em decorrência de nossa capacidade de atuação diplomática, como se vê na OMC, onde lideramos o G-20, por exemplo, e não com base num crescimento econômico vertiginoso, como o vivido pela China... Nesse contexto, a entrada da China na OMC, em 2001, está se revelando um evento de significado quase tão grande quanto foi, trinta anos antes, sua entrada na ONU e no seu Conselho de Segurança, como membro permanente.

A proposta facilitada pelo Brasil, por meio do G-20, afeta consideravelmente a dinâmica negociadora na OMC. De acordo com Veiga (2005), o posicionamento de liderança do Brasil representa uma importante mudança paradigmática da política externa brasileira,

¹⁰⁸ Os membros dessa iniciativa são: Argentina, Brasil, Canadá, China, Dinamarca, Egito, Finlândia, França, Índia, Indonésia, Itália, Marrocos, Moçambique, Holanda, Paraguai, Filipinas, Suécia, Estados Unidos, Reino Unido e Uruguai. Informações disponíveis em <https://www.biofutureplatform.org/launch-statement-1-1/> em 1 de dezembro de 2016.

¹⁰⁹ Trecho da entrevista concedida em Biato Jr. (2010, p.281).

que reverbera ainda na criação de laços e de políticas comuns entre Estados que, historicamente, não logram levar adiante políticas comuns facilmente, como acontece com Argentina e Índia.

Na consecução desse projeto, no entanto, a liderança brasileira no G-20 foi condicionada à limitação de suas ambições individuais. Essa postura conciliatória do Brasil pode ser avaliada por intermédio de Veiga (2005):

Brazil had to reduce its ambition in market access issues in order to gather the support of India and China for its demands against developed countries' domestic and export subsidies. It had also to emphasize the idea of proportionality of concessions to be made during the negotiations: developing countries were supposed to pay less than the developed ones in the agricultural negotiations. (...) the group met frequently at the level of heads of delegation in Geneva prior to Cancún. The group also met (and continues to meet) at the technical level to discuss specific proposals in the context of the WTO agriculture negotiations, and to prepare technical papers in support of the group's adopted common platform. The frequent contacts and meetings at the ministerial level in Cancún further consolidated the group and made it possible for the G20 to resist the strong pressure to break its common position.

A atribuição do Brasil, nesse contexto, vai além de questões técnicas. Segundo o autor, tem sido importante a moderação de expectativas exclusivas, o que tem proporcionado espaço para que o G-20 possa aglutinar parcerias de relevância, como a China. No presente, isso tem um significado assaz expressivo no contexto da Parceria Estratégica Global. De acordo com Pereira e Neves (2011), trazer a China para o lado do Brasil, no âmbito do G-20 da OMC, aprimora também o relacionamento dos dois países em outros níveis bilaterais e multilaterais, como vem acontecendo.

Brasil demonstra, muitas vezes, assumir um papel de elemento de conexão. Buscando alternativas multilaterais, o Brasil consegue conciliar interesses entre Estados com histórico de rivalidade, como, por exemplo, colocando em um mesmo bloco China e Índia. Além disso, tendo bom relacionamento com Estados de diferentes perfis, tornam-se aplicáveis as ideias contidas na teoria de Burges (2013), para quem o Brasil serve de ponte entre antigas e novas potências. No caso sino-brasileiro, isso vai impulsionar a capacidade de alterar a dinâmica das relações comerciais e políticas em escala sistêmica, por serem países de posicionamentos relevantes no cenário internacional.

Essa ponte ganha visibilidade quando Brasil e China demonstram convergência na dissolução do protecionismo agrícola junto à OMC. Conforme se observa no comunicado conjunto proferido por Lula e Hu Jintao, em 24 de maio de 2004, por ocasião da visita do

Presidente Lula à China, disponível em Lima (2016, p.283), os Chefes de Estado manifestaram o apreço por uma abordagem verdadeiramente desenvolvimentista da Rodada Doha.

As duas partes chamaram atenção para os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento diante da globalização econômica e reafirmaram a importância de se consolidar o sistema do comércio multilateral em bases equitativas. Consideraram que a nova rodada das negociações comerciais multilaterais desempenhará um papel importante na promoção do desenvolvimento global, sobretudo para os países em desenvolvimento, cujas preocupações devem ser pontos prioritários a serem resolvidos nas negociações. Sublinharam, nesse sentido, o papel central das negociações em agricultura e o papel construtivo desempenhado pelo G-20. As duas partes manifestaram sua disposição em continuar a fortalecer a coordenação entre si na Rodada de Doha e impulsionar as negociações com vistas a alcançar os resultados que reflitam interesses de todas as partes, em especial do mundo em desenvolvimento, para que ela se torne verdadeiramente uma Rodada do Desenvolvimento.

Essa ênfase foi manifestada também no Plano de Ação assinado em 2010. No documento, reproduzido integralmente em Lima (2016, p.370), Lula e Hu Jintao mais uma vez dispõem que:

As duas Partes fortalecerão a coordenação em tópicos relacionados ao comércio nos fóruns e organizações multilaterais para promover o comércio global e o desenvolvimento econômico sustentável. As duas Partes estão prontas para intensificar a coordenação e a cooperação no âmbito da Organização Mundial de Comércio e, em particular, do G-20, grupo de países em desenvolvimento com interesse especial em agricultura. As duas Partes estão prontas para oporem-se conjuntamente a qualquer forma de protecionismo e empenharem-se em alcançar brevemente uma conclusão e um resultado abrangente e equilibrado da rodada de negociações de Doha, preservando os resultados já alcançados. A realização das metas da rodada de desenvolvimento beneficiará os membros em desenvolvimento, ajudará os países a superar a crise e promoverá a cooperação regional e inter-regional.

Assim, observa-se a ênfase da PEG no comércio multilateral, especificamente em interesses agrícolas. Os excertos acima mostram a existência de vasos comunicantes entre a cooperação bilateral e a plurilateral, ampliando a importância da sinergia sino-brasileira junto ao G-20 da OMC, quando a liberalização aliada ao desenvolvimento tornam-se possíveis por meio da atuação conjunta de Estados que tem legitimidade para esporar mudanças capazes de reduzir disparidades. Conforme defendeu o Embaixador Huguene (2004), o G-20 emite a mensagem de que há uma alteração no equilíbrio das negociações em favor de uma atitude mais positiva para as questões de desenvolvimento.

2.2.2.2.4 G-20 Financeiro

A estabilidade financeira mundial passou por uma reestruturação em um período recente. A crise do *subprime*, desencadeada em 2008, com epicentro localizado nos Estados Unidos, constituiu a motivação central para que se realizasse um expressivo *tour de force*, afim de se retomar a estabilidade nas finanças globais. Nesse cenário, um grupo de Estados cujas economias se caracterizam por serem desenvolvidas e em desenvolvimento passa a ter papel de protagonismo na coordenação e no reordenamento das finanças globais. Esse grupo é o G-20, que não foi criado no contexto desta última crise, mas sim de maneira preventiva, considerando momentos de instabilidade anteriores.

A criação do G-20 financeiro remete aos anos de 1990. Aquela década foi marcada por instabilidade econômico-financeira em escala global, em que os exemplos mais proeminentes são percebidos por meio das Crises Mexicana (1995), Asiática (1997) e Russa (1998). Esse momento de fragilidade constituiu forte estímulo para a mobilização de um grupo que pudesse lidar com o problema, de maneira coordenada, no âmbito multilateral. Foi nesse contexto que se decidiu pela articulação do G-20 financeiro, formando-se, em 1999, em decorrência daquelas crises que assolavam as economias mundiais.

Os membros do grupo representam considerável parcela da economia e da população globais. É formado, portanto, pelo antigo G-8, ou seja, as 8 maiores economias do mundo, Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Federação Russa - sendo que a Rússia fora retirada do G-8, em contexto recente - além da participação de um grupo de países com maior representação geográfica e econômica: Brasil, Argentina, México, China, Índia, Austrália, Indonésia, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul e Turquia, e a União Europeia conta em bloco como um único membro. As reuniões do G-20 contam com a representação dos Ministros de áreas econômicas de cada um de seus membros, a fim de tratarem de questões financeiras, assim como de representantes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

O G-20 é caracterizado por ser informal. É dotado de baixo grau de institucionalidade. Suas declarações não tem obrigação legal. No entanto, essa informalidade se coaduna com uma estrutura abrangente, como se observa por meio da Cúpula Parlamentar do G-20¹¹⁰, que tem por finalidade conferir transparência e compreensão para que legisladores participem da

¹¹⁰ Mais informações ver <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/RELACOES-EXTERIORES/196695-MARCO-MAIA-PARTICIPARA-DA-2ª-CUPULA-PARLAMENTAR-DO-G-20.html>, disponível em 20 de janeiro de 2017.

agenda, de maneira mais próxima, a fim de que possam facilitar a criação de medidas mais amplas no plano doméstico dos Estados, caso necessário.

Woulter e Willemyns (2016, p.183) chamam a atenção para o fato de que o grupo reúne as economias mais importantes para discutir questões globais em uma organização bastante informal. Os encontros do G20 se dão anualmente, e a principal função do grupo é a de desenvolver projetos que fortaleçam a economia global, unindo a estabilidade das economias mais avançadas com as economias emergentes, e, assim, garantindo maior estabilidade financeira global. Entre outras motivações, como lembra Hajnal (2014, p.11), esse grupo organizou-se em reconhecimento de que importantes países emergentes não estavam adequadamente representados na governança econômica global.

A relevância do chamado G-20 financeiro é bastante significativa. Os membros são detentores de, aproximadamente, 90% do Produto Interno Bruto mundial, 80% do comércio internacional, 84% das emissões dos gases do efeito estufa e 65% da população global (HAJNAL, 2014, p.2). Ademais, o G-20 representa uma oportunidade para que as economias emergentes possuam um fórum privilegiado nas tomadas de decisões financeiras no âmbito global, apesar de ainda haver resistência ao aumento de tais privilégios pelos representantes das economias mais avançadas.

Ao contrário do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, entre outros exemplos, o G-20 não se adequa à categoria organizações internacionais (OIs). Não possui uma sede física, nem secretariado permanente, ou mesmo recursos próprios, e a responsabilidade de organizar as reuniões anuais fica a cargo da presidência rotativa, também decidida anualmente: a presidência de turno é decidida a partir de critérios de regiões geográficas e entre países emergentes. Isso motiva reflexões sobre o papel das OIs na contemporaneidade, as suas fragilidades e, em que medida, elas são transformadas por meio de instituições informais como o G-20.

As organizações internacionais (OIs), que estão entre os principais executores do multilateralismo, tem sofrido falta de efetividade. Atentos a essa dinâmica, Abbott et al (2015) criaram o conceito de orquestração, que consiste na utilização de atores intermediários que são recrutados para auxiliar as OIs na consecução das metas das OIs. Testando esse modelo teórico, Viola (2015) acredita que o conceito de orquestração se adequa ao modelo de governança buscado pelo G-20, pois esse grupo define regulação branda, evitando custos de soberania. A autora descreve que, frente às adversidades do sistema econômico global em 2008, a atuação do G-20 como ator da orquestração possibilitou controle da regulação financeira sem haver cessão de poder a um nível supranacional.

Dentro desse perfil organizacional, o grupo tem atribuições audaciosas. Entre suas principais responsabilidades, conforme dispõe o Ministério das Relações Exteriores do Brasil¹¹¹, o G-20 se propõe i) a coordenar políticas econômicas e financeiras, a fim de evitar crises como as que ocorreram em meados dos anos 90, ii) a promover a regulamentação financeira, iii) e a disponibilizar projetos de reformas da arquitetura financeira internacional. O que não era imaginado, em 1999, era que um fórum de discussão financeira, ou seja, um local com restrições temáticas, poderia se tornar o principal palco de discussões financeiras, econômicas, constituindo parte importante da arquitetura do sistema financeiro internacional. Isso, de alguma forma, causou impacto na Relações Internacionais contemporâneas, como afirma Dellios (2011, p. 64):

For International Relations (IR) as a field of study there is a clear implication: it can no longer be assumed that the world will continue to operate in accordance with Western constructs of thought. In 2008–09, for example, the global recession saw the traditional Western-centric G8 marginalised in clear preference for the G20. Great power multilateralism continued as an international practice, but the interests of non-Western states were now being asserted. Such interests represent diverse genealogical roots. (...) The Middle Kingdom developed independently of Western philosophy, recasting foreign ideas—including Marxism and Capitalism—within its own of templates of thought.

Assim, o G-20 é visto como um exemplo de como emergem mecanismos de reordenamento nas Relações Internacionais. A necessidade de atuação coordenada com países emergentes - os quais tinham relevância significativa no sistema, mas vinham sendo preteridos - ficou evidenciada durante a crise do *subprime*. Como defende Haibin (2010), a instabilidade no sistema financeiro, portanto, facilita uma reacomodação de forças no tratamento dessas questões: desde 2008 até o presente, o G-20 tem assumido a liderança de um modelo de articulação que marca o novo desenho da governança financeira global.

A cúpula mais recente do grupo revela o escopo que essa alteração vem alcançando. A 11ª Cúpula do G-20, realizada entre 4 e 5 de setembro de 2016, em Hangzhou na China, constituiu um marco na história do G-20, pois nesta cúpula, a China tomou a posição central do reordenamento global das questões econômicas. A essência que, amiúde, permanecia centralizada no G-7 e na Rússia, altera-se: o G-20 ganha, ainda mais, o status de ser um dos principais fóruns de debate de assuntos globais. De acordo com o presidente Xi Jinping, em

¹¹¹ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/118-g20>.

sua mensagem para o encontro de 2016¹¹², tais metas mencionadas anteriormente ficam mais claras:

We should strive to build an innovative, invigorated, interconnected and inclusive global economy and explore new ways to drive development and structural reform, injecting impetus into the growth of individual countries and energizing the global economy. We should embrace the vision of a global community of shared future, enhance economic connectivity and exchanges among countries and improve global economic and financial governance so as to address inequality and imbalance in global development and ensure that the benefits of economic growth will be equitably shared by people of all countries. In the course of making preparations for the 2016 G20 summit, China will work with all other parties to pull in one direction in the spirit of win-win partnership.

Esse trecho do discurso demonstra que, na percepção chinesa, o G-20 tem capacidade para desencadear articulação mais ampla e complexa. Transparece, nas palavras do líder, a insatisfação chinesa com a falta de coesão diante de determinadas questões, o que poderia ser superado por meio de reformas estruturais: por isso chama a atenção para o multilateralismo, colocando a China no centro de tais reformas, como centro catalizador¹¹³. Esse posicionamento emite sinais claros da reivindicação de um reconhecimento de liminaridade.

Para além da pauta econômico-financeira, a reunião trouxe reconhecimento sobre a legitimidade de uma agenda mais ampla para o grupo. A China retomou um tópico que já estava na pauta, anteriormente, mas ganha expressão nesse encontro: a questão ambiental, que constitui mais um elemento que engrandece e torna o G-20 mais robusto. O governo chinês anunciou a importância de tornar o sistema financeiro do país ambientalmente mais sustentável e, nesse sentido, reforça a ideia de desenvolvimento inclusivo. Para tanto, o governo chinês tomou tal iniciativa em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)¹¹⁴. A questão ambiental foi de grande relevância neste encontro do G-20, como pode ser notado no documento produzido durante a reunião:

The Second G20 Sherpa Meeting was convened in Guangzhou, China from 6 to 8 April, 2016, and in relation to climate change, agreed on the following broad common understanding:
1. Climate change is one of the greatest challenges facing the world today.
We welcomed the adoption of the Paris Agreement at the 21st Session of the

¹¹² Disponível em: <http://www.g20.org/English/China2016/G202016/201512/P020151210392071823168.pdf>.

¹¹³ Essa medida também possa ser relacionada com uma possível mudança paradigmática do governo chinês em sua política externa.

¹¹⁴ Ver em: China impulsiona sistema financeiro sustentável durante o G20 – ONU Brasil, 02/09/2016. Disponível 19 de fevereiro de 2017, em: <https://nacoesunidas.org/china-impulsiona-sistema-financeiro-sustentavel-durante-encontro-do-g20/>.

Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), and were satisfied that G20 members had played a key role in facilitating this progress.

2. We recognized that the Paris Agreement is a comprehensive, balanced and ambitious document, which reflects the principles of the Convention, including the principles of equity and of common but differentiated responsibilities and respective capabilities, in the light of different national circumstances. It marked a milestone in global climate cooperation.

3. We shall work to promote the implementation of the Paris Agreement, including by signing the Agreement on 22 April, 2016 or thereafter, taking into account our respective domestic steps to join the Agreement with a view to bringing the Paris Agreement into force as soon as possible.¹¹⁵

A inclusão de dispositivos concernentes ao tema ambiental descortina uma interpenetração de temas na agenda. O G-20, por meio dessa abordagem, manifesta que compreende a existência de uma conexão entre meio ambiente e finanças, confirmando a percepção de alguns autores a esse respeito. Para Kim e Chung (2012) o perfil, a autoridade e a legitimidade do G-20 seriam ingredientes fundamentais para que o grupo pudesse influenciar positivamente na governança em mudanças climáticas. No mesmo sentido, Kirton e Kokotsis (2015, p.306) acreditam que *"the G20 is now becoming the leader in effective climate governance"*. A efetividade e o êxito da coordenação do G-20 expande a concepção de que as finanças compõem um assunto que está vinculado a outras agendas.

Isso confere destaque ainda maior à atuação coordenada entre Brasil e China no eixo plurilateral da Parecia Estratégica Global. Isso revela que há uma grande diversidade temática nas quais Brasil e China estão trabalhando juntos e podem cada vez mais aprofundar tais laços. Há, portanto, um elo que une BRICS, BASIC, G-20 da OMC e G-20 financeiro e que tem sido percebido com perspicácia por Brasil e China na sua Parecia Estratégica Global. A cooperação no setor econômico financeiro entre os dois países recebe esforço que a projeta a uma escala multilateral. Entre outros documentos, essa diretriz é reforçada no Plano de Ação 2010-2014, disponível em Lima (2016, p.377), que, em seu artigo 7 dispõe:

(...) As duas Partes almejam alcançar os seguintes objetivos por meio dos trabalhos da Subcomissão: (...) Fortalecer a cooperação em foros multilaterais econômicos e financeiros. As duas Partes promoverão coordenação frequente de posições em fóruns econômicos multilaterais (incluindo G-20, BRICs, bem como em organizações econômicas multilaterais como FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e outros bancos de desenvolvimento regionais); intensificarão a cooperação com vistas à superação da crise financeira e à reforma do sistema financeiro internacional; aumentarão a

¹¹⁵ Presidency Statement on Climate Change at the G20 Sherpa Meeting, 2016. Disponível em: http://www.g20.org/English/China2016/SherpaMeeting/201604/t20160408_2232.html.

representatividade e a voz dos mercados emergentes e dos países em desenvolvimento; advogarão conjuntamente o estabelecimento de um sistema financeiro internacional ordenado, abrangente, justo e igualitário.

Como já mencionado, a dinâmica contida nos projetos políticos por meio dessas coalizões internacionais mostram, em alguma medida, uma interpenetração nos assuntos. Considerando o efeito que uma coalizão tem sobre outras, o trabalho de Woulter e Willemyns (2016, p.196) propõem o modelo de 'uma lente em quatro facetas', para teorizar sobre a interação entre G-20 financeiro e a OMC e testa a existência de quatro efeitos do primeira sobre a segunda, que ora estão presentes, ora ausentes: i) o efeito complementar é identificado, em que G-20 e OMC se complementam, em clara interação, ii) o efeito competitivo inexistente, iii) o efeito de reequilíbrio mostra que G-20 promoveu maior participação de países emergentes no cenários financeiro global, iv) o efeito substituição foi considerado inexistente. A interação entre G-20 e OMC, portanto, é reconhecida, ainda que incorra de maneira limitada.

Ao se verificarem os meandros da cooperação sino-brasileira, observa-se que a PEG configura um perfil de atuação original. Isso se ampara na argumentação de que a PEG i) foge ao receituário euro-americano, desviando de uma mácula identificada no Orientalismo, ii) possibilita o mapeamento de uma China que se afirma como ator liminar e que, por isso, enfrenta a rejeição de Estados que se sentem ameaçados pela reemergência chinesa, iii) evidencia uma estratégia de adesão a parâmetros ocidentais, a fim de promover uma releitura autóctone e iv) transparece gestar uma cultura estratégica desenvolvimentista que desafia as regras impostas pelo núcleo ocidental.

CAPÍTULO 3 - A COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A cooperação em Ciência Tecnologia e Inovação (CTI) representa a parte mais transformadora da parceria entre Brasil e China. Ter consciência sobre a maneira pela qual essa cooperação científico-tecnológica pode ser compreendida como parte da sinergia construída entre os dois países, conforme se refletiu no capítulo anterior, é um desafio. Porém, de que maneira CTI insere-se na Parceria Estratégica Global (PEG)? Qual é a importância da cooperação científico-tecnológica para o Brasil e para a China e quais são as consequências trazidas para as suas capacidades de poder? Uma rede de acordos de cooperação em CTI tem sido tecida desde os anos de 1980 e chega ao seu estágio mais avançado por meio dos Planos de Ação Conjunta e dos Planos Decenais de Ação Conjunta, que evidenciam uma intensa cooperação em CTI, distribuída em uma gama de sub-setores.

A verificação da essência tecnológica da PEG, considerando a sua evolução e a sua efetividade, possibilitará uma análise sobre a existência de um novo padrão de cooperação no final da pesquisa. Nesse processo, é crucial compreender o significado que CTI tem nos eixos bilateral e plurilateral da PEG: a mensuração do progresso dos acordos em CTI, nas relações sino-brasileiras, permitirá avaliar os meandros da cooperação nesse setor. Além disso, como visto no capítulo anterior, as dinâmicas de atuação em BRICS, BASIC, G20 da OMC e G20 financeiro consideram CTI como um tema de alta relevância em seus conteúdos.

Uma estreita afinidade foi percebida entre o perfil de cooperação sino-brasileira e o processo de integração regional, em que a Amazônia ocupa posição singular na articulação continental em sua vocação científica e tecnológica. O ideal sul-americano de superar a histórica preterição que relega o continente à condição permanente de periferia do sistema coaduna-se com os intentos da PEG sino-brasileira. Essa confluência de propósitos confere protagonismo a CTI, pois valoriza o setor em uma equação estratégica viável para o Brasil, para a China e para América do Sul. A Pan-Amazônia, compreendida como uma macrorregião composta por território soberano de 9 países, destaca-se como fronteira tecnológica, haja vista a extensa biodiversidade para a produção de CTI a ser revertida em benefício dos países que detém a soberania da floresta. O banco genético sul-americano que se concentra na Amazônia é crucial para o horizonte científico do continente.

3.1 CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E PODER

A transformação técnico-científica sempre ocasionou efeitos contundentes na sociedade. Nos últimos anos, as descobertas em CTI têm obtido difusão - ainda que, por vezes, de maneira desigual e segregada, amparada por uma globalização perversa, conforme adverte Santos (2000) -, e têm contribuído para modificar a relação do homem com o seu meio. A tecnologia é importante para a condição humana e a sua respectiva evolução transformadora¹¹⁶. Dessa maneira, o meio técnico-científico, interfere em aspectos individuais e coletivos, os quais se evidenciam no espaço e no tempo, na maneira de pensar e de produzir, nas relações interpessoais ou civilizacionais e se projeta nas relações de poder dos Estados.

Deve-se atentar para o fato de que os termos ciência e tecnologia têm significados diferentes. Tanto Charles Weiss (2005, p. 297) quanto Ian McNeil (1990, p. 3) admitem que, se, por um lado, a ciência é produto daqueles que interpretam e verificam as leis do universo; por outro lado, a tecnologia se desenvolve como maneira pela qual se busca operacionalizar o conhecimento produzido nas descobertas científicas. Porém, embora difiram entre si, ciência e tecnologia são tratados comumente, em conjunto, reconhecidas nos estudos especializados por Ciência e Tecnologia (CT) e, mais recentemente, por Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI).

Na contemporaneidade, um documento que contribui para aprimorar e unificar a compreensão sobre o conceito de inovação é o *Manual de Oslo*. Seguindo os caminhos de uma experiência que o antecedeu, o *Manual de Frascati*, de 1962, o *Manual de Oslo* é um livro de orientações que foi organizado pela OCDE com o objetivo de estabelecer diretrizes e de criar compreensão sobre conceitos e processos, a fim de se identificar o que, de fato, se concebe como CTI, o que é e o que não é inovação, quais são os tipos, como mensurar.

Nesse contexto, o pensamento sobre a ampla influência do campo da CTI nas Ciências Sociais tem encontrado cada vez mais espaço. Os efeitos de CTI são reconhecidos amplamente: isso pode ser visto no esforço intelectual de autores¹¹⁷ que acreditam que CTI compõem estudos que devem ser compreendidos em um campo de pesquisas interdisciplinar autônomo, o que tem tomado forma nos Estudos de Ciência e Tecnologia (*Science and Technology Studies-STs*). Esses estudos têm como principal característica a premissa de que CTI se trata de um tipo de conhecimento que não pode ser compreendido por meio de uma

¹¹⁶ Segundo, Mackenzie & Wajcman (1999, p.3), a alteração tecnológica decorre de avanços científicos e seus efeitos projetam-se sobre a sociedade. A mudança tecnológica, portanto, não é um fator inesperado e inédito. A própria mudança da sociedade decorre em maior ou menor medida por meio da evolução tecnológica.

¹¹⁷ Entre outros, Jasanoff et al (2001), Sismondo (2010), Fuller (2007).

única vertente científica isoladamente e que por isso é importante acolher contribuições de outros campos científicos.

Embora não se restrinja a estudos internacionais, os STS tem somado esforços para o crescimento das reflexões sobre CTI nas Relações Internacionais. Isso pode ser observado quando a proposta dos STS converge com as sugestões de Charles Weiss (2005, p. 309), para quem *"It is time that science, technology and international affairs be recognized as an independent sub-discipline, analogous to political economics, which has firmly established its place within the discipline of international relations"*. Isso demonstra que há uma consciência de que CTI é um assunto sub-representado nas Ciências Sociais. No entanto, ainda que esteja aquém do lugar que merece, CTI tem encontrado espaço profícuo nas RI, como se comprova na programação de alguns dos principais eventos acadêmicos do mundo¹¹⁸.

Portanto, o campo de CTI é considerado como um elemento crucial na formação de poder dos Estados. John Mearsheimer (2006, p.72), afirma que o poder dos Estados se baseia na capacidade material de quem o controla e que isso ocorre em função de ativos militares que possui. Para o autor, há uma modalidade de poder que é classificada como poder latente, o que se pode compreender como um elemento complementar ao poder militar, como riqueza, população e tecnologia. Portanto, a guerra não é a única maneira pela qual os Estados ganham poder: a tecnologia é uma dessas formas. Segundo Mearsheimer (2001), a produção de tecnologia importa para o exercício de poder dos Estados no sistema interestatal.

Em outra abordagem, Susan Strange desenvolve o conceito de poder estrutural. Para a autora, a produção de conhecimento, em que se inclui CTI, é um dos pilares desse poder. No livro *State and Markets: an introduction to International Political Economy*, Strange (1988, p. 26) a autora defende que o poder estrutural pode ser concebido em formato piramidal, um tetraedro, em que cada lado corresponde aos temas de defesa, produção, finanças e conhecimento. Para Strange (1988, p.127), o desenvolvimento da tecnologia, que é uma das expressões do conhecimento, tem impacto nas outras faces no tetraedro (produção, finanças e segurança), e um dos exemplos disso é encontrado na revolução causada pela informação, que aumentou produção, mobilizou as finanças globais e interferiu sobremaneira na formação de novos conceitos de segurança.

¹¹⁸ Uma consulta, usando as palavras-chave Ciência, Tecnologia e Inovação (Science, Technology and Innovation), nos programas das convenções anuais da ISA - *International Studies Association* e da IPISA - *International Political Science Association*, revelou uma crescente produção de artigos científicos sobre o tema. Essas instituições são representativas, porque agregam pesquisadores de todas as partes de mundo, de maneira bastante inclusiva, nos campos de Ciência Política e de Relações Internacionais.

Portanto, observa-se que CTI tem um duplo impacto no modelo da autora. Considerando que cada uma dessas facetas retroalimenta as demais, conclui-se que o conhecimento, na forma de CTI, não somente é importante por constituir um dos lados do tetraedro, mas também por estimular e alterar o conteúdo das outras faces do poder em formato poligonal. Assim, o desenvolvimento de CTI amplia os mecanismos de defesa, amplia a capacidade produtiva dos Estados e transfigura as potencialidades financeiras.

Essa natureza transformadora inerente a CTI tem sido capitalizada nas relações entre Brasil e China. A crescente participação e interesse em criar um novo perfil de participação no sistema interestatal, capaz de produzir nova regras, é uma necessidade identificada por Yan (2011) e Qin (2010a e 2010b), resultando na condição da liminaridade (Rumelili, 2012) e possibilitando a formação de uma cultura estratégica desenvolvimentista que se guia por parâmetros próprios. Isso constitui um descolamento da verdade ocidentalista, promovendo o uma alternativa à mentalidade puramente euro-americana nas diretrizes sistêmicas.

3.2 A COOPERAÇÃO SINO-BRASILEIRA EM CTI

O Brasil tem cooperação em CTI com muitos países. Há acordos de cooperação nas mais diversas sub-pastas do campo de CTI com uma gama de Estados que, amiúde, são compreendidos como tradicionais parceiros tecnológicos do Brasil, como Alemanha, Japão, Estados Unidos, França, entre outros. Porém, alguns fatores particulares são determinantes para direcionar a agenda de pesquisa científico-tecnológica-inovadora dos países, onde as realidades sociopolítica e econômico-cultural mostram-se decisivas.

Esses matizes diferenciados são fundamentais para se perceber o caráter restritivo de alguns aspectos de CTI. Um dos mais proeminentes exemplos está no caráter dual de algumas categorias científico-tecnológicas, o que se traduz como a capacidade de funcionamento para fins civis ou militares, pacíficos ou belicosos. Entre outros exemplos dessas tecnologias de uso dual, destacam-se: a energia nuclear, para dissuasão ou ataque de destruição em massa ou para geração de eletricidade; os foguetes lançadores, de satélites ou de mísseis; os próprios satélites, para o monitoramento geográfico, comunicações e formação de políticas públicas ou para executar atividades de inteligência prevenindo e / ou promovendo conflitos.

Não obstante esses receios que se manifestam de maneira generalizada, a cooperação internacional em CTI tem constituído uma atividade efervescente, ainda que, muitas vezes, não se direcionem às necessidades prementes de todos os países. Isso acontece, em alguma medida, com os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. Para Strange (1986,

p.117), a estrutura de conhecimento determina o que vai ser descoberto: isso significa que há tanto o caso da tecnologia que se desenvolve voltada para o mercado quanto o caso daquela que se concentra nos avanços que interessam mais a Estados desenvolvidos, em prejuízo dos que são menos desenvolvidos. Isso converge tanto com as concepções de Winner (1980) e de Momford (1964), para os quais há uma interrelação entre tecnologia e política, quanto com as de Theotônio dos Santos (2014), que é um dos autores que atentam para essa clivagem, afirmando que as tecnologias não necessariamente atendem a demandas universais e que povos diferentes têm demandas tecnológicas diferentes.

Há também, com bastante frequência, aqueles avanços tecnológicos que somente são compartilhados depois de já estarem ultrapassados. Há casos em que a própria noção Schumpeteriana de tecnologia destruidora serve como estratégia de segregação tecnológica: quando, após haver um processo mais avançado, em que se exaure a serventia de um aparato tecnológico em uma sociedade mais evoluída tecnologicamente, aproveitam-se as tecnologias ultrapassadas, as obsoletas, para suprir as carências dos menos desenvolvidos e para proporcionar uma sobrevida àqueles produtos defasados, que já não têm tanta serventia nas sociedades desenvolvidas em que foram criadas.

Cada Estado, considerando sua realidade geográfica, econômica, ambiental, social, carece de uma tecnologia autóctone, que propicie lidar com os seus próprios desafios. Por esse motivo, a transferência de tecnologia tão aclamada nem sempre satisfaz as expectativas do receptor. Conforme defende Niosi (2010), países em desenvolvimento e menos desenvolvidos enfrentam desafios particulares que não encontram espaço nas agendas de países desenvolvidos. No entanto, além de compartilhar esse entendimento, Theotônio dos Santos (2014) vai mais além e atinge o cerne da questão: há países pobres que enfrentam problemas com enfermidades específicas e não podem contar com investimentos bilionários, não somente porque os investidores não tem interesse no problema que não lhes afeta, mas também porque não haverá uma recompensa via mercado, haja vista que aquele que precisa, de fato, não terá recursos para adquirir o medicamento.

A cooperação sino-brasileira em CTI demonstra uma outra abordagem nesse cenário, ensejando o surgimento de uma cultura política própria. Um dos elementos basilares dessa parceria está no fator identitário, pois os dois são países em desenvolvimento, lidam com a pobreza e a miséria, buscam a superação de desafios parecidos, carregam em suas determinações a vontade de participarem de maneira ativa no ambiente internacional. Os anseios sino-brasileiros se projetam em várias dimensões, como bem expressa a densidade da

Parceria Estratégica Global, compreendo uma ampla agenda temática, em que o campo de CTI é considerado um dos mais notáveis.

Constata-se uma linearidade em total coerência e convergência em termos históricos. As diferentes ênfases encontradas nas lideranças políticas de Brasil e China não alteraram nem o discurso nem a práxis da articulação entre os dois países, mostrando um fio condutor clarividente entre os acordos inaugurados por Saraiva Guerreiro em 1982 e os passos mais recentes desta cooperação, por meio dos Planos de Ação Conjunta e dos Planos Decenais de Cooperação. Ainda que os grupos políticos, sobretudo no Brasil, conservem maior ou menor afinidades quanto à relevância de programas sociais, não há sinais de associação ou empecilho ideológicos de nenhuma natureza: há, sim, total persecução de pragmatismo que se manifesta como uma característica que cimenta a continuidade.

Convém, primeiramente, fazer menção aos acordos mais importantes da cooperação sino-brasileira em CTI, em suas diferentes etapas, desde o restabelecimento das relações em 1974 até o presente, destacando o contexto dos setores em que mais se destaca o fator co-produção de CTI. Além disso, avalia-se a difusão da sinergia da PEG sino-brasileira na região sul-americana, considerando a capacidade de envolvimento da Amazônia nesse processo. Isso possibilitará avaliar, no capítulo seguinte, as condições de se conceber algo diverso do que já vem sendo construindo historicamente. Considera-se, ainda, que a cooperação entre Brasil e China pode servir de base para atuação em outros países latino-americanos.

3.3 UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

A cooperação em Ciência Tecnologia e Inovação (CTI) não esteve nos planos dos dois países, quando se retomaram as relações sino-brasileiras em 1974. Considerando as fragilidades desse processo evolutivo, em meio a contexto de ideologia da Guerra Fria, a aproximação não pressagiava suas potencialidades desde o início. No entanto, essas oportunidades não demoraram em ser avistadas e postas em prática, em termos operacionais, cujo símbolo maior é o Acordo Quadro de Cooperação Científica e Tecnológica, assinado em 1982.

Nesse contexto, a visita do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro à China, realizada em 1982, constituiu a pedra angular da cooperação em CTI entre Brasil e China. Toda a

arquitetura bilateral destinada a criar entendimento sobre CTI entre os dois países tem como alicerce primaz aquele acordo¹¹⁹.

A engenharia jurídica deste acordo mostra a intenção sino-brasileira de criar uma plataforma que comportasse uma atuação abrangente e de longo prazo. Em um primeiro momento, atrai a atenção o artigo 2º, que delimita de que maneira a cooperação científica e tecnológica vai ocorrer e, entre as modalidades previstas, o item 3 enfatiza a pesquisa conjunta, mostrando a vocação dos dois Estados para co-produzir ciência e tecnologia. Esse dispositivo do acordo manifesta a vontade dos dois países em promover uma articulação ampla na produção de ciência, tecnologia e inovação, conjuntamente.

Outro aspecto que sobressai no Acordo de 1982 é a previsão de ajustes complementares. O artigo 3º dispôs sobre a criação de uma base sólida para a implementação de acordos em diversos ramos de Ciência e Tecnologia, funcionando como um acordo guarda-chuva. Se, aparentemente, essa norma estabelecida pode ser vista como cláusula corriqueira em documentos internacionais, por outro lado, pelo contexto internacional de negação ao acesso de tecnologia a países em desenvolvimento e pela natureza do que se propõe, ou seja, a co-produção de tecnologia, essa cláusula se evidencia bastante provocativa.

O terceiro dispositivo que deve ser realçado no acordo é o artigo 4º, porque lança a Comissão Mista Brasil-China de Cooperação Científica e Tecnológica. É salutar nessa comissão o vínculo entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério das Relações Econômica e Comércio Exterior da China. A disposição sobre as reuniões e as responsabilidades da Comissão constituem um protótipo que, ao longo do tempo, contribuirá para inspirar a criação da COSBAN, nas décadas seguintes. No entanto, o que mais se destaca é o conteúdo de cooperação em igualdade, mostrando os esforços de dois países em desenvolvimento, desejosos em avançar tecnologicamente, por meio da cooperação¹²⁰.

Uma intensa mobilização diplomática foi direcionada ao campo da Ciência e Tecnologia, por meio do conjunto de acordos assinados em 29 de maio de 1984. Além de um Ajuste Complementar de natureza abrangente, multitemático, houve outros acordos específicos em Ciências Puras e Aplicadas e em Energia Nuclear. Entre esses instrumentos, o

¹¹⁹ A consulta à documentação diplomática disponibilizada pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), por intermédio do Sistema de Atos Internacionais (SAI), da Divisão de Atos Internacionais (DAI) tornou acessível a consulta integral aos Ajustes, Protocolos e outros instrumentos diplomáticos que formalizaram a articulação sino-brasileira em CTI e que se escoraram no Acordo selado por Guerreiro, em 25 de março de 1982.

¹²⁰ Isso remete à reflexão da Embaixadora Vera Machado, em entrevista a Biato Jr (2010, p.299): “... os anos 1980 representaram, portanto, uma fase muito interessante para nós, até porque à época o Brasil tinha uma avanço sobre a China numa série de campos tecnológicos e empatava em termos de comércio - creio até que, em 1984, o Brasil exportava mais do que a China.”

Ajuste Complementar possibilitou condições para consolidar e expandir a cooperação científico-tecnológica, funcionando como uma plataforma preparatória para acordos futuros e encaminhando projetos que surtem efeitos até o presente: além de estabelecer diretrizes de atuação para a Comissão Mista Brasil-China de Cooperação Científica e Tecnológica, esse ajuste delimitou áreas de atuação bastante específicas.

Alguns dos setores delimitados neste Ajuste têm relevância até os dias de hoje. Entre as principais propostas, consta i) o intercâmbio de germoplasma e de material genético de plantas e de animais, ii) a oficialização das pesquisas conjuntas entre Embrapa e da Academia de Ciências Agrícolas da China, cuja importância se faz sentir no presente, nos projetos de co-produção de biotecnologia, iii) a micro-eletrônica e informática e iv) a espacial, incluindo satélites de comunicação, de sensoriamento, foguetes lançadores e de sondagem. Essas iniciativas definem, portanto, etapas estruturais basilares da aproximação científico-tecnológica sino-brasileira.

A partir desse contexto, a dinâmica de cooperação ganha novo impulso. O conteúdo dos acordos de 1984 revelava as ambições sino-brasileiras no campo de Ciência e Tecnologia, as quais foram consolidadas por meio da visita de João Figueiredo à RPC, em julho daquele ano. Essa visita teve uma significativa simbologia: como afirmou enfaticamente o Presidente Figueiredo ao seu congênere anfitrião, em discurso, durante banquete oferecido no Grande Palácio do Povo, em Beijing¹²¹:

Quero crer, Senhor Presidente, que o ano de 1984 é, a este respeito, de valor simbólico. Assinala um decênio de normal e profícuo relacionamento diplomático e está marcado, no histórico das vinculações bilaterais, pela primeira visita de um Chefe-de-Estado e de Governo do Brasil não apenas à China, mas à Ásia continental.

O Presidente do Brasil, por intermédio dessas palavras, notificava a importância conferida à China. O discurso marca a etapa em que países em desenvolvimento, distantes geograficamente, e durante os últimos suspiros do período marcado pela divisão ideológica da Guerra Fria, ousavam promover estreitamento de laços à margem da competição entre as superpotências. Acordos em CT incorporavam setores diversos e sinalizavam para uma articulação que viabilizasse desenvolvimento econômico e social, criando mecanismos de

¹²¹ Discurso disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/figueiredo/visita-do-figueiredo-a-republica-popular-da-china-maio-1984/view>

ignição para um empreendimento maior cujo objetivo central era a superação de restrições ao conhecimento, as quais ampliavam as disparidades entre os povos.

A mobilização positiva, nesse cenário, legou um ativo diplomático que a administração seguinte soube capitalizar. Nos primeiros meses da administração Sarney, em 1 de novembro de 1985, Brasil e China assinaram protocolo na área de Geociências, prevendo pesquisas conjuntas, entre outras áreas, em recursos minerais e energéticos, além de sensoriamento remoto, na área espacial. Na esteira dessa mobilização, a visita do Presidente José Sarney à Pequim, em julho de 1988, seria marcada por uma nova rodada de acordos assinados, abrangendo os temas de i) energia elétrica, incluindo hidrelétricas, ii) tecnologia industrial e iii) produção de satélites.

É nesse contexto, portanto, que a oportunidade de produção conjunta de tecnologia espacial agrega ímpeto cada vez mais expressivo. O Protocolo de Cooperação Espacial, assinado em 6 de julho de 1988, recebe status de prioridade, conforme afirma o Embaixador Roberto Abdenur, que acompanhou esse processo e as articulações empreendidas nele¹²², as quais demonstram que a cooperação espacial tornou-se um dos expoentes da cooperação tecnológica. O caráter salutar do argumento tecno-científico foi enfatizado com eloquência pelo Presidente José Sarney, em discurso na Universidade de Pequim, durante a visita de Estado realizada em julho de 1988¹²³, evento no qual denunciou a segregação tecnológica e manifestou os projetos sino-brasileiros para romper esse nexos.

A desigualdade assim introduzida, na escala mundial, entre os países que podem permitir-se desenvolver pesquisa científica e explorar industrialmente os sistemas técnicos dela derivados e os demais países, designados como meros usuários dessas novas tecnologias, é menos brutal, talvez, do que a antiga forma de exploração colonial direta, mas provavelmente mais insidiosa e aguda.

Na percepção daquele presidente, Brasil e China seriam atores privilegiados por terem a possibilidade de promover conhecimento que poderá ser repartido com os povos mais pobres. Em momento final do mesmo discurso, Sarney afirma:

A China e o Brasil, devido a características próprias em termos de espaço, recursos naturais e população, são países em desenvolvimento que dispõem, como poucos, da capacidade de dominar uma vasta gama de elementos do

¹²² Em entrevista a Biato Jr. (2010) o Embaixador Roberto Abdenur, que liderava a missão brasileira na China, revela que lhe foi conferida prioridade máxima à cooperação espacial.

¹²³ Trecho extraído da página 324. Discurso obtido na página da biblioteca digital da Presidência da República, disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1988/57.pdf/view>, em 12 de dezembro de 2016.

sistema técnico contemporâneo. Nossos países já se lançaram à conquista dos setores estratégicos de alta tecnologia: energia nuclear, foguetes e vetores de lançamento, indústria aeronáutica, telecomunicações, biotecnologia, microeletrônica e outros mais. O mundo do século XXI será o mundo da grande transformação pelos avanços da ciência e tecnologia. (...) Brasil e China são países semelhantes: território, produção industrial, inconformidade com o imobilismo, certeza do nosso espaço, recursos naturais e humanos. Vamos reunir esforços para juntos dominar tecnologias, romper monopólios e estender a mão aos nossos irmãos mais pobres.

O principal projeto tecnológico sino-brasileiro para alterar em algo essa desigualdade é o espacial. Um dos exemplos mais notáveis nos esforços sino-brasileiros anunciados por Sarney está na cooperação espacial. Com o intuito de aferir em que contexto ocorreu a cooperação sino-brasileira, em meio a segregação tecnológica anunciada no discurso presidencial brasileiro, e de que maneira o assunto era tratado no meio diplomático da Guerra Fria, convém colacionar as análises contidas no seguinte excerto de Cervo (2008, p.282):

A Cooperação tecnológica entre Brasil e China apresenta perfil próprio em razão, precisamente, da autonomia das políticas exteriores nas últimas décadas. A cooperação em áreas sensíveis, como a espacial, recusada ao Brasil pela União Soviética sob pressão americana e, depois, pela Rússia, refugiou-se e vicejou naquela autonomia de inserção internacional à que já se fez alusão. Para não provocar as potências estratégicas, bem como em razão da dessemelhança das políticas de segurança, desenvolveu-se a construção conjunta de satélites para fins ambientais.

O autor destaca as fragilidades sistêmicas e as diretrizes restritivas das potências da época. Nesse quadro de consciência acerca das capacidades da cooperação entre Brasil e China em modificarem a tendência desigual, que se faz sentir por meio da produção tecnológica, o projeto espacial foi o que recebeu maior notabilidade. No entanto, isso foi realizado sem se desprezar outros setores, o que, no âmbito do lançamento da Parceria Estratégica (1993), foi cada vez mais evidente.

3.4 A AGENDA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA PARCERIA ESTRATÉGICA

Conforme observou-se em capítulo anterior, a Parceria Estratégica sino-brasileira lançada (1993) ergueu-se de maneira *sui generis*. Sem planejamento prévio nem conteúdo específico, a elevação da importância das relações bilaterais ocorreu em meio a cenário político conturbado, mas que ocasionou frutífera oportunidade de aproximação e consolidação dos valores compartilhados pelos dois Estados. O contexto que marcava aproximadamente 20 anos de relações diplomáticas havia delineado um horizonte frutífero, em que benefícios

compartilhados lhes servia nos planos bilateral e sistêmico. Um dos elementos basilares dessa sinergia era a possibilidade de cooperar em áreas que lhes eram negadas, como no campo de Ciência e Tecnologia. Assim, dando continuidade ao que se vinha realizando nos anos de 1980, a articulação científico-tecnológica seguiu a dinâmica inaugurada na década anterior.

Como já vinha se demonstrando, a cooperação espacial foi a que granjeou maior impulso, ainda que sem ofuscar as investidas em outros ramos setoriais. As outras ambições científicas e tecnológicas seguiram recebendo atenção considerável, como atestam os Ajustes Complementares nas áreas de Biotecnologia e de Novos Materiais, assinados em 1994. Esses últimos dois acordos, em uma estrutura textual parecida, previram tanto a execução de estudos conjuntos (Artigo 2) quanto o desenvolvimento de atividades conjuntas com a participação de centros de pesquisa, de universidades e de empresas (Artigo 4). Eles forneceram elementos importantes para iniciativas que floresceriam ao longo do tempo. O lançamento do Centro Brasil-China de Biotecnologia e do Centro Brasil-China de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia (Cbc-nano), estabelecidos em 2012, são exemplos disso.

Naquele mesmo contexto do ano de 1994, outras iniciativas adquiriram importância na cooperação bilateral. Memorandos de entendimentos, entre Brasil e China, foram assinados nas áreas de i) Combustão de Carvão Mineral em Leito Fluidizado, com o objetivo de aprimorar tecnológicas no processo de combustão do carvão, ii) geração de energia hidrelétrica, para otimização dos recursos hídricos, por meio de construção de barragens, iii) de tecnologia espacial, concebendo o setor como chave para a promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural bem como para o fortalecimento dos meios de comunicação, além de expandir o conhecimento dos territórios e dos recursos naturais de seus países. Procurava-se, de toda forma, ampliar o conhecimento em satélites, sensoriamento remoto, comunicação e microgravidade, além do interesse em implementar serviços de veículos lançadores.

Durante aproximadamente dez anos, entre os acordos de 1994 e os de 2004, a dinâmica diplomática sino-brasileira em Ciência e Tecnologia gravitou em torno de alguns nichos específicos: metrologia, qualidade industrial, espacial e recursos hídricos. No setor de metrologia e qualidade industrial, o Ajuste Complementar (1997) tratou, entre outros temas, da constituição de um grupo de trabalho para promover a participação conjunta em pesquisa e desenvolvimento, a fim de desenvolver cooperação técnica e científica nos campos de metrologia científica e legal, credenciamento de organismos de certificação, laboratórios de calibração e testes, instituições de inspeção, sistemas de qualidade e certificação de auditores.

A cooperação no setor de recursos hídricos direcionou-se a aspectos energéticos e à resolução de desafios por que passavam os dois países nesse tema. Abordaram-se, em momentos diferentes, dois aspectos: primeiro, dedicando-se ao aproveitamento de recursos em hidroenergia, o Protocolo de entendimento de 1995 insere-se na agenda bilateral em cooperação científica-tecnológica por meio do tema das Pequenas Centrais Geradoras, tecnologia que vinha sendo desenvolvida na China e que passava a fazer parte das políticas públicas no Brasil; segundo, uma mobilização tecno-científica ampla no setor foi implementada pelo Memorando de Entendimento de 2003, dispondo sobre pesquisa e desenvolvimento de tecnologias conjuntas para lidar com manejo e uso da água, projetos de deslocamento em longas distâncias, sistemas de alerta de inundação, prevenção de desastres, monitoramento hidrológico, entre outras medidas.

No campo espacial, que recebeu maior ênfase, cumpriu-se uma importante etapa sobre a operacionalidade do projeto CBERS. Um conjunto de documentos¹²⁴ passou a sistematizar não somente os estágios do projeto, em que se dispôs sobre desenvolvimento, montagem, integração, teste, transporte e lançamento dos satélites, mas também criaram-se regras para lidar com modelos de engenharia e de voo dos satélites, além dos demais equipamentos de suporte. Promoveu-se, ainda, nessa etapa, a expansão do projeto CBERS, que passou a contemplar os satélites CBERS 3 e 4, os quais passariam a ser construídos em bases igualitárias, com igual percentual de inversões. Nesse cenário virtuoso, adotaram-se medidas para o desenvolvimento de satélites de comunicações e de órbitas baixas, para telecomunicações móveis.

¹²⁴ Durante o período destacado, 6 acordos marcaram a cooperação espacial. São eles: 1) Acordo sobre segurança técnica relacionada ao desenvolvimento conjunto dos satélites de Recursos da Terrestres (Beijing, 13 de dezembro de 1995); 2) Ajuste complementar ao acordo de Cooperação Científica e Tecnológica e ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica na área de intercâmbio de especialistas para cooperação técnica. (Beijing, 13 de dezembro de 1995); 3) Ata de entendimento sobre o fortalecimento e a expansão da cooperação tecnológica espacial Brasil-China (Beijing, 13 de dezembro de 1995); 4) Declaração conjunta relativa às aplicações pacíficas da ciência e tecnologia espacial (Brasília, 8 de novembro de 1996); 5) Protocolo sobre Cooperação em Tecnologia Espacial (Brasília, 21 de setembro de 2000); 6) Protocolo Complementar ao Acordo Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a continuidade do desenvolvimento conjunto de satélites de Recursos Terrestres (Brasília, 27 de novembro de 2002).

3.5 CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA PARCERIA ESTRATÉGICA GLOBAL (PEG)

O desenvolvimento da cooperação em CTI encaminhou-se para uma etapa mais aprofundada e mais complexa, dentro do mesmo escopo que vinha sendo aprimorado progressivamente. A agenda aprimorou-se de maneira substancial, como se pode observar por intermédio dos comunicados conjuntos, dos Planos de Ação, dos Planos Decenais e das atas de reuniões da COSBAN. Isso se projetou no eixo bilateral da PEG, que prevê continuidade em projetos que vem sendo gestados em conjunto e que engendra mecanismos de co-produção científico-tecnologia em setores a serem desbravados. Isso será constatado no planejamento cuidadoso, do qual os exemplos mais proeminentes são os Planos de Ação Conjunta e os Planos Decenais de Cooperação a serem verificados no decurso desse capítulo, os quais comportam propostas de desenvolvimento conjunto de tecnologia.

Contudo, de maneira complementar, isso corre junto a uma projeção muito expressiva no Eixo Plurilateral. No BRICS há uma agenda consolidada em CTI, como se constata não somente no Memorando de Entendimento em Ciência, Tecnologia e Inovação (2015), mas também em uma série de declarações e de mecanismos institucionais; no BASIC, CTI se manifesta como parte das soluções propostas para combater as mudanças climáticas, que demandam alterações tecnológicas contundentes, a fim de que se reduza a interferência antrópica sobre as condições do clima: são resultados geralmente associados a avanços em tecnologias limpas; no G-20 da OMC, CTI tem sido vista como um elemento de intervenção na agricultura, pois traz conteúdo tecnológico e representa nova perspectiva comercial; no G-20 financeiro, sobretudo na última reunião, em 2016, há diversas declarações e documentos formais cujo cerne é CTI, abrigando incentivos que sejam capazes de ampliar a capacidade de remodelamento da estrutura econômica e das finanças globais. O eixo plurilateral indica de que maneira a projeção tecnológica bilateral tem impacto multilateral.

Portanto, inicialmente, convém contemplar as iniciativas na perspectiva estritamente bilateral, embora se poderá verificar que, frequentemente, os temas bilaterais refletem um transbordamento ou uma interconexão com aspectos pluri e multilaterais. Respeitando a mesma racionalidade cronológica desenvolvida anteriormente, no capítulo sobre as relações entre Brasil e China, que tinha por função delimitar as dinâmicas dos impulsos diplomáticos, este tópico de agora tem por finalidade perscrutar os meandros das iniciativas lançadas no campo de CTI, *a priori*, no eixo bilateral da PEG e, *a posteriori*, no eixo plurilateral da PEG.

3.5.1 O Eixo Bilateral da PEG e sua ênfase em CTI

O ano de 2004 constituiu um marco nas relações sino-brasileiras. Nesse contexto, a mudança qualitativa que resultou na sintonia para os comunicados conjuntos, para a criação da COSBAN e para a continuidade dos empreendimentos anteriores com a mesma ousadia, inaugurou um momento de maior intensidade nas relações sino-brasileiras. Esse ambiente foi favorecido, também, pela visita do Presidente Lula à China, que, entre as consequências práticas, deflagrou a percepção de que os dois países tinham expressivo potencial a ser aproveitado. Em um plano geral, isso resultou em uma articulação mais intensa no campo dos investimentos, do comércio, da atuação plurilateral e multilateral conjunta e, como não poderia ser diferente, isso teve impactos no campo de Ciência e Tecnologia e Inovação.

Assim sendo, inaugurou-se uma tendência de intensificação das relações sino-brasileiras. Embora a Parceria Estratégica Global tenha surgido, de fato, somente em 2012, a fecundação dela teria ocorrido nessa etapa, quando as relações cumpriam seu terceiro decênio. As consequências disso para o plano de cooperação em Ciência Tecnologia e Inovação resultou em uma tônica mais inclusiva, permitindo que a cooperação bilateral tivesse um transbordamento para o contexto multilateral, conforme demonstra o projeto espacial, o setor mais avançado da cooperação, que resultou no compartilhamento gratuito de dados de sensoriamento a países mais pobres, como revelou a proposta CBERS para a África (*CBERS for Africa*) e, posteriormente, foi estendido para todos os países gratuitamente. Isso demonstra a evolução de uma cultura política sino-brasileira própria, que oferece alternativas ao Orientalismo de Said (1996 e 2011).

Ademais, algumas áreas ganharam atenção no campo de CTI, ainda naquele ano de 2004. Durante a visita, há acordos sobre saúde, ciências médicas e ciências espaciais. No primeiro caso, propôs-se planejamento e implementação de pesquisas conjuntas sobre controle de doenças infecciosas, saúde pública, entre outros temas, além de se promover uma articulação afinada nas reuniões da Organização Mundial da Saúde. No setor espacial, promove-se a extensão do escopo do projeto CBERS e começa-se a sinalizar o entendimento de que os benefícios do Projeto CBERS deveriam ser oferecidos a outros países. Ademais, no mesmo evento, a COSBAN foi estabelecida com o intuito de orientar e coordenar as diretrizes do relacionamento.

O arcabouço do Projeto CBERS também foi ampliado nesse cenário. Em 21 de novembro de 2004, Brasil e China estipulam regras para o sistema de aplicações CBERS e reforçaram a intenção de estender a outros países, inclusive dispendo sobre a Política de

Dados, que definiu as regras para recepção, processamento e disseminação de imagens, em que consta, ainda, que poderiam decidir pela transferência gratuita de dados (BRITO, 2013). Na mesma data, em outro acordo apartado, decidiu-se sobre o desenvolvimento do satélite CBERS-2B, aproveitando etapas e processos do CBERS-1 e CBERS-2.

O reconhecimento da biodiversidade e a manipulação genética também receberam atenção. Em 2005, o memorando de entendimento sobre cooperação em conservação da biodiversidade florestal tratou sobre intercâmbio de germoplasma e previu a realização de pesquisas conjuntas e de desenvolvimento de experimentos: Brasil e China estabeleceram um grupo de trabalho conjunto para o desenvolvimento dessas pesquisas. Essas etapas mostravam o ânimo em seguir cooperando e contribuiriam para a formação do Centro Brasil China de Biotecnologia, criado em 2012.

Por isso, admite-se que essa nova etapa das relações sino-brasileiras compreendia uma ênfase mais profunda e complexa. Um exemplo disso é a assinatura do Acordo em Matéria de Defesa (Pequim, 12 de abril de 2011) - neste momento, em tramitação - que prevê cooperação na área de tecnologia de defesa e contempla participação conjunta em pesquisa e desenvolvimento de programas de aplicação, além de designar que o Comitê Conjunto de Defesa Brasil-China (2010) responsável pela implementação das deliberações. Esse mecanismo chamado de Diálogo Def-Mil seria aprimorado no escopo do Plano de Ação Conjunta 2015-2022, como consta em Lima (2016, p.452). Na mesma ocasião da realização do Acordo de 2011, os dois países realizaram, ainda, o Diálogo de Alto Nível Brasil-China em Ciência, Tecnologia e Inovação¹²⁵.

O ano de 2015 traz importante mobilização diplomática, em que o II Diálogo de Alto Nível Brasil-China em Ciência, Tecnologia e Inovação é um dos resultados desse momento. Em uma das reuniões preparatórias, em Taiyuan, na China (10 de dezembro de 2014) o Ministro desta pasta, Clelio Campolina Diniz, antecipava o interesse sino-brasileiro em ofertar algum tipo de serviço para a América Latina e para a África, assim como ocorreu com as imagens de satélite. O II Diálogo aconteceu em 19 de junho de 2015, em Brasília¹²⁶, conferindo ênfase a plataformas e sistemas de governança, criando ambiente favorável para desenvolvimento de ciências agrárias e de alimentos, biotecnologia, novas energias e novos

¹²⁵ Nessa ocasião, Ministros de Ciência, Tecnologia e Inovação trataram sobre cooperação e abordaram parcerias em agricultura, energias renováveis, nanotecnologia, segurança alimentar e tecnologias da informação. Informações disponíveis em <http://www.aeb.gov.br/ministro-campolina-assina-acordo-de-colaboracao-espacial-com-a-china/> em 17 de dezembro de 2016.

¹²⁶ Dados disponíveis em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/10263-ii-dialogo-de-alto-nivel-brasil-china-de-c-t-i-brasilia-19-de-junho-de-2015>, em 17 de dezembro de 2016.

materiais, nanotecnologia, entre outras áreas. Na mesma ocasião, foi assinado o Memorando de entendimento sobre Cooperação Bilateral em Ciência, Tecnologia e Inovação na Área de Parques Científicos e Tecnológicos, em que se busca maior integração entre universidades, laboratórios e centros de pesquisa¹²⁷.

Portanto, a visita do Primeiro Ministro Li Keqiang ao Brasil, em maio 2015, lança uma rodada de acordos em CTI. Os temas relativos a CTI foram amplos, definidos em diversos sub-campos, o que demanda uma observação sintética, mas acurada, de cada um dos direcionamentos adotados. Primeiramente, no que se refere ao setor espacial, antes mesmo dessa visita, o Relatório de Trabalho sobre a construção do CBERS-4A (20 de abril de 2015), abriu espaço para o documento que ambos os representantes assinaram em Brasília, o Protocolo Complementar para o desenvolvimento conjunto do CBERS-4A (19 de maio de 2015), definindo as regras para tarefas de desenvolvimento, montagem, integração, teste: o lançamento está previsto para 2018.

Outro instrumento importante, em CTI, assinado naquela ocasião, foi o Acordo para Colaboração Científica entre Observatório Astronômico de Shanghai e Observatório Nacional do Brasil (2016-2020). Criando articulações por meio do Observatório Nacional, que é uma das instituições científicas mais antigas do País, tendo sido criada por Dom Pedro I, em 1827¹²⁸, o objetivo dessa iniciativa é monitorar fragmentos espaciais e realizar pesquisa de navegação de satélite, prevendo perigo de colisão e incorporando o Sistemas de Navegação Global por Satélite (GNSS). Isso deriva do êxito do acordo que cobriu o período 2012-2015: o telescópio ótico localizado em Valinhos foi aperfeiçoado e, agora, opera automaticamente; a Estação de Monitoramento GNSS foi instalada no Observatório Nacional, no Rio de Janeiro (RIOS), e envia informações automaticamente à China. Ademais, Brasil e China convencionaram construir novo telescópio ótico na Estação do Observatório Magnético de Vassouras (RJ)¹²⁹ e uma nova Estação de Monitoramento GNSS no Observatório Magnético de Tatuoca (PA)¹³⁰, localizado na foz do rio Amazonas, próximo à linha do Equador.

A cooperação sino-brasileira na área de Defesa mostra-se bastante dinâmica. Tanto o Acordo em Matéria de Defesa (2011), em tramitação até a presente data, quanto o Memorando de Entendimento sobre Mecanismos de trabalho conjuntos, entre os Ministérios

¹²⁷ informações disponíveis em http://www.mcti.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/jIPU015RgRmq/content/brasil-e-china-assinam-memorando-de-cooperacao-em-parques-tecnologicos, em 10 de dezembro de 2016.

¹²⁸ Extraído de <http://www.mcti.gov.br/on>

¹²⁹ Ver <http://www.on.br/portal/vassouras.html>

¹³⁰ Dados disponíveis em <http://www.on.br/conteudo/coge/omta.html>

da Defesa (2015) conferiram destaque a Sensoriamento Remoto, Telecomunicações e Tecnologia da Informação. Tendo por objetivo estabelecer cooperação na área de defesa, um dos principais ingredientes no Memorando de 2015 foi criação do Grupo de Trabalho Gestor (GTG), que tem por atribuição desenvolver uma agenda comum e que será co-presidido pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) e pela Administração Estatal de Ciência Tecnologia e Indústria Nacional de Defesa (SASTIND) .

A Declaração Conjunta sobre Mudança do Clima (2015) constituiu um estímulo em diferentes escalas. Concebendo a questão climática como um dos maiores desafios do século XXI e reconhecendo a legitimidade do ambiente multilateral, por meio tanto das Nações Unidas (UNFCCC) quanto do Protocolo de Kyoto, China e Brasil reforçam a relevância de atuação conjunta no cenário internacional. Reconhecem, expressamente, a articulação junto ao grupo BASIC nas Convenções Climáticas e interligam sua cooperação plurilateral à Parceria Estratégica Global, conforme dispõe o item 8 da Declaração. Enfatizam, ainda, a importância em intensificar cooperação em energia solar e em fomentar a indústria de células e de painéis fotovoltaicos.

3.5.1.1 Os Planos de Ação Conjunta e os Planos Decenais de Cooperação

Os Planos de Ação Conjunta e os Planos Decenais de Cooperação são os documentos de maior importância para se compreender a PEG. Eles constituem uma plataforma de atuação cuja densidade é bastante elevada, definindo as diretrizes bilaterais, plurilaterais e multilaterais que contemplam a cooperação sino-brasileira. Esses instrumentos configuram as linhas mestras da cooperação entre os dois países, agregando a ela maior efetividade, quando as relações atingem níveis de complexidade cada vez maior.

A análise de cada um desses planos revela a existência de uma identidade nos objetivos perseguidos por Brasil e China. Na busca por concretizá-los, os planos destinam-se a organizar uma agenda prioritária e, dessa maneira, o conteúdo desses documentos convalida uma rede de interesses que se interpenetram nos escopos bilateral, plurilateral e multilateral. Em cada uma dessas escalas de atuação, uma variável pode exercer influência sobre a outra escala, demarcando uma cultura estratégica própria. Programas bilaterais podem causar efeitos nos plurilaterais e multilaterais; da mesma maneira que os projetos plurilaterais, afetam as relações nos bilaterais e multilaterais e, por sua vez, os planejamentos multilaterais alteram as perspectivas nos bilaterais e plurilaterais.

A consecução dessa estratégia contida nos Planos de Ação Conjunta e nos Planos Decenais possibilita que se contemple uma programação de longo prazo sem que se engesse a estrutura de cooperação. Esse tipo de planejamento admite que a continuidade das relações sino-brasileiras encontra o seu *leitmotiv* em um desenho cujo espectro temporal seja amplo, assinalado por uma cooperação que se faça perene. Contudo, China e Brasil compreendem que essa resistência e essa durabilidade têm maiores chances de êxito caso seja possível a constante aplicação de ajustes, limitando ao máximo o enrijecimento da estrutura, ou seja, é desejável que haja um mecanismo eficiente e flexível, que viabilize fácil adaptação e reformulação no curto e no médio prazo. Por esse motivo, a CONBAN, funcionando como núcleo gestor operacional, tem importância medular no encaminhamento desse processo.

Assim sendo, a PEG evidencia um conteúdo dinâmico. A natureza dessa política revela, de um lado, a compreensão acerca da necessidade de incentivos à consolidação da sinergia sino-brasileira, de outro lado, a constatação de que há necessidade em se definir uma articulação célere, deslocando uma posição previamente estabelecida ou inovando em área ou setor que a contemporaneidade exija atenção mais acurada. Considerando que a competição pelos benefícios das invenções tecnológicas distinguem-se por dinamismo, constrói-se, portanto, uma estrutura assaz flexível, que procura corresponder às necessidades do setor de CTI.

Grosso modo, os assuntos propostos nesses documentos-guias não são novidade. Tratam-se de temas que já ocupavam a agenda de cooperação dos dois países há mais tempo. Podem-se mencionar alguns exemplos: o Acordo Comercial (1978), negociado por Azeredo da Silveira, na administração Geisel, previa uma Comissão Mista Comercial¹³¹ que deveria se reunir a cada dois anos, em Brasília e Pequim, alternadamente, e que talvez seja o embrião da articulação via COSBAN; o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (1982), negociado por Saraiva Guerreiro, na administração Figueiredo, já previa o intercâmbio de cientistas, especialistas e a realização de pesquisas conjuntas¹³²; o Ajuste Complementar ao Cooperação Científica e Tecnológica (1984), já dispunha sobre cooperação envolvendo engenharia genética, pesquisa conjunta entre Embrapa e Academia de Ciências Agrícolas da

¹³¹ Essa comissão está prevista no artigo 9 do referido acordo, disponibilizado pela Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br>, 15 de agosto de 2016.

¹³² Diretrizes elencadas no artigo 2 do referido Acordo. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br>, 15 de agosto de 2016.

China, além do desenvolvimento de energia limpa e renovável¹³³. Isso mostra que os Planos de Ação Conjunta e os Planos Decenais não são invenções recentes, mas são relevantes tanto para a verificação dos avanços logrados quanto para o replanejamento das prioridades.

Portanto, o nicho temático e a ousadia não são incipientes. É possível que a audácia, o desembaraço e o pragmatismo sejam uma característica congênita das relações Brasil-China. Uma razoável parcela do que se exprime formalmente já havia sido agregada à agenda sino-brasileira no decurso do tempo, o que não desacredita os avanços trazidos por esses documentos recentes. Há que se reconhecer a existência de ingredientes novos que modificam qualitativamente essas relações, conferindo-lhas autêntica legitimidade. Contudo, a novidade, de fato, está no protagonismo desempenhado pelo setor de CTI, no planejamento em longo prazo, no acompanhamento da evolução temática e na agilidade do progressivo aperfeiçoamento.

3.5.1.1.1 O Plano de Ação Conjunta 2010-2014

O primeira espécie de planejamento pragmático de médio prazo das relações sino-brasileiras foi o Plano de Ação Conjunta (PAC) 2010-2014. Embora esse plano tenha sido criado quando ainda não havia sido lançada a PEG, ele fez parte do processo de gestação dela, introduzindo um aparato em que substância e forma delineiam diretrizes abrangentes. Procurou-se, assim, fornecer as ferramentas que viabilizassem a efetiva atuação da COSBAN. Esse PAC inaugural integrou parte do processo que conduziu à formação da PEG, anunciada em 2012. Portanto, ele antecipou um formato de atuação bilateral que foi ampliado para que a PEG seguisse ganhando vitalidade no decurso da evolução dela. Conforme dispõe o preâmbulo do PAC 2010-2014:

A Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (doravante denominada COSBAN) adota, portanto, o Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China 2010-2014 (doravante denominado Plano de Ação Conjunta), o qual fornece orientações estratégicas e abrangentes para o desenvolvimento da Parceria Estratégica bilateral e de cooperação em áreas relevantes.

¹³³ Ver Anexo do Ajuste Complementar ao Cooperação Científica e Tecnológica (1984). Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br>, 15 de agosto de 2016.

Esse primeiro Plano de Ação Conjunta, portanto, trazia indicações bem delimitadas sobre o perfil de atuação que os dirigentes desejavam executar. Dispondo sobre extenso espectro temático, abrangendo articulação política, econômico-comercial, econômico-financeira, em energia e mineração, em agricultura, entre outros, o setor de CTI recebeu atenção tanto de maneira dispersa, no bojo do documento, quanto por uma abordagem direta, dedicada a CTI, como se pode observar no texto do documento disponível em Lima (2016, p.387):

Artigo 12.

Área de Ciência Tecnologia e Inovação.

Fortalecer a cooperação. As Partes consideram que a ciência, a tecnologia e a inovação têm um papel estratégico na elaboração de políticas para o desenvolvimento econômico e para a competitividade de ambos os países... As Partes acordam que as áreas prioritárias de cooperação devem focar em bioenergia e biocombustíveis, nanotecnologia e ciências agrárias, a fim de fortalecer a cooperação bilateral, a transferência de tecnologia, bem como os projetos e pesquisas conjuntos.

Nesse cenário, a articulação política dos dois países confere destaque a CTI, concebida como um dos núcleos centrais da cooperação. A menção à *cooperação em projetos e pesquisas conjuntos* vai proporcionar aos dois países um direcionamento preciso aos nichos de investigação que consideram indispensáveis às suas qualidades de países em desenvolvimento.

Esse PAC confere ainda expressivo destaque a uma etapa anterior: o Plano de Trabalho sobre Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação. Conforme dispõe a ata da COSBAN, disponível em Lima (2016, p. 196), esse Plano foi assinado em 19 de maio de 2009, e teve sua importância reconhecida por designar campos prioritários, em que consta: i) bioenergia e biocombustíveis, ii) nanotecnologia, em que manifestam o desejo de criar o Centro Brasil-China em Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia, iii) ciências agrárias, onde sobressai a decisão da Embrapa e da congênere chinesa, a Academia Chinesa de Ciências Agrárias (CAAS) de estabelecerem Laboratórios Conjuntos na China e no Brasil, e iv) apoio ao Centro Brasil-China de Tecnologias Inovadoras para Mudança Climática e Novas Fontes de Energia, parceria entre a COPPE (UFRJ) e a Universidade de Tsinghua.

3.5.1.1.2 O Plano Decenal de Cooperação Brasil-China 2012-2021

Na esteira do PAC 2010-2014, criou-se o Plano Decenal de Cooperação Brasil-China 2012-2021. Nessa etapa, a PEG já havia sido constituída e, portanto, esse plano convinha para uma compreensão mais abrangente sobre como se chegou a essa cooperação, em que ela consistia e a que objetivos ela visaria. Isso está descrito de maneira bastante clara no corpo do preâmbulo deste Plano Decenal (LIMA, 2016, p.405-406):

Brasil e China são grandes países em desenvolvimento, que enfrentam desafios e oportunidades comuns e compartilham objetivos e estratégias de desenvolvimento convergentes. Ambos atribuem especial importância ao desenvolvimento sustentável em seus três pilares: econômico, social e ambiental. Desde a crise econômica internacional de 2008, os dois países vêm mantendo consultas frequentes para mitigar seus efeitos. Para refletir esse novo estágio das relações sino-brasileiras, ambos os países decidiram designá-las Parceria Estratégica Global. O aprofundamento ainda maior da Parceria Estratégica sino-brasileira, a qual transcende o campo bilateral, reflete a aspiração e o interesse de longo prazo dos dois povos em promover o desenvolvimento e a paz mundial. Para promover ainda mais a implementação do Plano de Ação Conjunta, os líderes dos dois países decidiram, em abril de 2011, elaborar o Plano Decenal de Cooperação (doravante denominado Plano Decenal), com objetivo de assinalar as áreas prioritárias e os projetos-chaves em ciência e tecnologia e inovação; cooperação econômica; e intercâmbios entre os povos dos dois lados de 2012 a 2021.

A redação do Plano Decenal revela o contexto em que a cooperação alcança nova projeção. O cenário político internacional e a convergência de interesses sino-brasileiros impulsionam uma cooperação estreita, em que os desafios e as oportunidades que perpassam a trajetória de Brasil e China desencadeiam um novo estágio nas relações que transcendem a natureza bilateral. A perspectiva de médio-longo prazo e a ousadia nos temas estabelecidos revela características do novo estágio das relações entre os dois países, em que se confere ênfase a CTI. Na sequência, o documento dispõe:

Objetivos Gerais. A elaboração e implementação do Plano Decenal têm por objetivo aprofundar a execução do Plano de Ação Conjunta assinado pelos líderes dos dois países, com foco na promoção da cooperação em ciência e tecnologia, econômica, cultural e entre os povos, num período de dez anos; e estabelecer prioridades e projetos-chaves, para elevar o nível da cooperação além da complementaridade hoje existente entre os dois países. (LIMA, 2016, p.406).

Consolidar e expandir. Esses são os verbos que sintetizam o argumento do estratagema sino-brasileiro, por meio da Parceria Estratégica Global, consolidando uma cultura estratégica

autêntica. É surpreendente que um dos documentos-guia da PEG sino-brasileira eleja o setor de Ciência e Tecnologia como um dos seus pilares. A busca por ampliação ainda mais significativa dessa complementaridade desencadeou a renovação dos compromissos assumidos anteriormente, incorporando as deliberações contidas no Plano de Ação Conjunta e reposicionando as diretrizes frente ao horizonte daquele momento. Sobre esse aspecto, dedica-se um capítulo específico no Plano Decenal, precisamente ao campo de CTI, convindo, portanto, reproduzir o trecho do documento, disponível em Lima (2016, p.407-408):

Capítulo 1.

Ciência, Tecnologia, Inovação e Cooperação Espacial

Brasil e China reconhecem o papel primordial desempenhado pela economia do conhecimento, como chave para garantir o desenvolvimento sustentável e a inserção competitiva de ambos os países na economia global.

Dentro desse espírito, os dois lados acordam:

Ciência, Tecnologia e Inovação

Continuar a implementação do Plano de Ação Conjunta de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em 19 de maio de 2009. Concentrar as ações nas seguintes áreas-chaves de cooperação:

- Programas e políticas de inovação, com vistas a incrementar a cooperação entre os dois países e a pesquisa e desenvolvimento (P&D), nos setores de alta tecnologia e intensivos em conhecimento.
- Tecnologias de energia renovável e de energia limpa, com ênfase em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em bioenergia.
- Nanotecnologia.
- Biotecnologia aplicada a: a) agricultura; e b) biomedicina e ciências da vida.
- Ciência e tecnologia agrária e florestal.
- Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).
- Popularização da Ciência, educação e difusão da Ciência.
- Indústrias Criativas.

Continuar a realizar cooperação por meio dos seguintes mecanismos, e de outros acordados:

- Diálogo de Alto Nível em Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Laboratórios Conjuntos e Centros de Pesquisa Conjunta, incluindo:
 - O Centro de Nanotecnologia Brasil-China;
 - Laboratórios conjuntos da EMBRAPA como o CAAS, CAS e CATAS (LABEX);
 - O Centro Brasil-China de Mudanças Climáticas e Inovação em Tecnologia da Energia;
- Programa de Intercâmbio de Jovens Cientistas;
- Cursos Técnicos de Treinamento;
- Fóruns e Seminários.

As diretrizes desse planejamento indicam a inovação, ao destacar os sub-setores que representam o ápice do desenvolvimento tecnológico. Dessa maneira, nanotecnologia e biotecnologia (esta aplicada a energia, alimentos e fármacos) inserem-se no interior da estrutura diplomático-institucional do Diálogo de Alto Nível em CTI. Conjugados, ainda, com laboratórios conjuntos e centros de pesquisa conjunta, proporcionam uma ampla estrutura de cooperação, cuja operacionalidade também está prevista no documento (LIMA, 2016, p.408-410):

Principais iniciativas e projetos:

Promover parcerias em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) entre instituições de pesquisa, agências governamentais, setores acadêmicos e empresas públicas e privadas.

Estabelecer mecanismo conjunto para o financiamento de iniciativas bilaterais, tais como programas de intercâmbio de pessoal, centros de pesquisa conjunta e seminários técnicos.

Criar o Centro de Biotecnologia Brasil-China, com foco em pesquisa e desenvolvimento (P&D) conjunto em Medicina e Ciências da Vida, Biomedicina, Bioinformática e Nanotecnologia, e suas aplicações às áreas acima mencionadas.

Criar o Centro de Nanotecnologia Brasil-China, com a participação do Laboratório Nacional de Nanotecnologia - LNNano, como órgão gestor brasileiro – e da Academia Chinesa de Ciências – CAS, Centro Nacional de Pesquisa em Engenharia de Nanotecnologia – como órgão gestor chinês. Do lado brasileiro, participarão também as seguintes instituições: Laboratório Nacional de Luz Síncrotron – LNLS; Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para o Carbono – INCT Carbono; e Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF.

Promover a cooperação bilateral no campo da tecnologia de bambu.

Fomentar a cooperação para o desenvolvimento sustentável nas seguintes áreas: proteção dos ecossistemas, biotecnologia, biodiversidade e biomedicina.

Reforçar a cooperação, o diálogo sobre políticas e coordenação das negociações internacionais sobre mudança climática, com foco em modelos matemáticos, mitigação, adaptação da agricultura, recursos hídricos, linhas costeiras, megacidades e sistemas de gestão de riscos de desastres naturais.

Reforçar a cooperação em recursos hídricos, com foco em regiões áridas e semiáridas. (...)

Ampliar o escopo e os recursos do Centro Brasil-China de Mudanças Climáticas e Inovação em Tecnologia de Energia [UFRJ e Universidade de Tsinghua], a fim de delinear, como áreas prioritárias, a cooperação em

pesquisa e desenvolvimento no campo das energias renováveis, especialmente eólica, solar e bioenergia.

Ao se designarem as instituições envolvidas no encadeamento do processo, o Plano Decenal combina o conteúdo abstrato, revelado anteriormente, com a mobilização concreta para se atingirem os fins almejados. É importante destacar que a articulação sino-brasileira denomina tanto os órgãos que estão em vias de serem criados, quanto os que já existem e são compreendidos como merecedores de maior protagonismo dentro da cooperação, seja pela importância, como agentes, dentro dos respectivos países, seja pela conveniência de servirem de ponte na interlocução científica.

Isso, por conseguinte, evidencia um planejamento segmentado. Entre as etapas, consta i) a criação de instituições-chave, sem deixar de sub-aproveitar as outras que já existem, e, portanto, reforçando-as; ii) a co-produção em CTI, que constitui uma estratégia de superação de fragilidades nacionais e sistêmicas iii) a conexão direta desses projetos-síntese com a cooperação plurilateral e a articulação no ambiente multilateral, iv) a representação que todo o conjunto configura ao lidar com as necessidades próprias de países em desenvolvimento.

Outro aspecto que se destaca no contexto da CTI é a criação e desenvolvimento dos centros binacionais de produção conjunta de conhecimento. O estabelecimento do Centro de Biotecnologia Brasil-China e do Centro de Nanotecnologia Brasil-China, além da consolidação e ampliação do Centro Brasil-China de Mudanças Climáticas Inovação em Tecnologia e Energia, os quais identificam e interconectam laboratórios, universidades e centros de pesquisas que já desenvolvem investigações conjuntas e estão envolvidos nessas atividades. Portanto, essas coligações entre instituições técnico-científicas promovem uma articulação que é basilar para a cooperação diplomática, e é importante ressaltar que isso acontece devido a um planejamento formal, induzido pelas administrações de Brasil e China.

No mesmo Plano Decenal, há também uma parte destinada à cooperação espacial. Reforçam-se os compromissos e as ambições desse projeto de atuação conjunta, que sempre foi um dos setores de destaque da parceria em CTI. Além da previsão do Plano Decenal de Cooperação Espacial e da previsão acerca do conteúdo nele esperado, houve o reconhecimento de compatibilizar a atuação da sub-comissão da COSBAN ao Acordo Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas em Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior (1994).

3.5.1.1.3 Plano Decenal de Cooperação Espacial 2013-2022

A cooperação espacial tem sido um dos setores de maior atenção na cooperação sino-brasileira em em CTI. Conforme se analisou anteriormente, essa política esteve entre os primeiros elementos de convergência percebidos por Brasil e China, o que se manifestou por meio do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (1984), que dispôs sobre intensificação na cooperação espacial, incluindo satélites de comunicação, de sensoriamento, foguetes lançadores e de sondagem¹³⁴. Desse momento em diante, a cooperação espacial converteu-se no projeto-síntese da cooperação tecnológica entre os dois países. Isso ocorreu de maneira tão intensa, como comprovam os esforços diplomáticos no tópico anterior, a ponto de converter essa cooperação em um dos elementos que mais contribuiu para a formação de uma Parceria Estratégica (1993).

O êxito dessa política fortaleceu os vínculos que vinham sendo cultivados entre Brasil e China. O Plano Decenal de Cooperação Espacial 2013-2022 testemunha não somente a renovada atenção que o setor recebeu, mas também a relevância dele no contexto que Brasil e China pretendem realizar. Assinado em Guangzhou, em 2013, esse Plano Decenal designa de que maneira ocorrerá a cooperação espacial, que será atualizada a cada ano. É um instrumento bastante sintético: i) define a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a *China National Space Administration* (CNSA) como as principais agências executoras; ii) esclarece acerca do uso pacífico do espaço exterior; iii) e designa diretrizes para a cooperação no lapso 2013-2022.

O Apêndice a este Plano Decenal revela um mapeamento amplo e complexo da cooperação espacial. Descrevem-se 7 áreas de cooperação: i) Tecnologia Espacial, ii) Aplicações Espaciais, iii) Ciências Espaciais, iv) Serviços de Lançamento, v) Apoio de TT&C¹³⁵; vi) Unidades, Componente e Sistemas de Solo e vii) Formação de Pessoal. Embora o CBERS seja apenas um entre os 16 programas referentes a essas áreas, expressiva parcela dos programas se direciona para os propósitos do CBERS. Apresentam-se, ainda, neste apêndice, informações sucintas sobre a natureza dos programas, o conteúdo deles e as organizações nacionais sino-brasileiras envolvidas. Isso reitera o compromisso sino-brasileiro no setor espacial, que tem recebido atenção diplomática constante desde seus primeiros traços em 1982 e viabilizou espaço para a Carta de Intenções sobre Cooperação Relativa a Novos Satélites (9 de dezembro de 2014).

¹³⁴ No artigo primeiro do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Brasil e China, assinado em Beijing, em 29 de maio de 1984, Brasil e China concordaram em intensificar cooperação em diversas áreas, entre elas a espacial. O anexo a este acordo demonstrou, ainda, o interesse em cooperar na construção de satélites de comunicação, de sensoriamento, foguetes lançadores e de sondagem.

¹³⁵ A sigla se refere ao Sistema de Rastreamento, Telemetria e Controle.

O Projeto CBERS consistiu no exemplo mais expressivo da cooperação tecnológica sino-brasileira. O impacto do Projeto CBERS ofereceu aos dois países os incentivos para que continuassem cooperando nesse setor, o que proporcionou o lançamento de satélites co-produzidos por Brasil e China. Como resultado, houve uma autêntica produção tecnológica Sul-Sul, entre países em desenvolvimento, enfrentando intensas restrições políticas e orçamentárias e representando dificuldades de grande envergadura, sobretudo ao Brasil. No entanto, isso reflete uma atuação que tem contribuído para a formação de uma cultura estratégica desenvolvimentista própria, contribuindo para a correção de deficiências apontadas por Said (1996 e 2011).

Porém, o Projeto CBERS simboliza mais do que uma conquista tecnológica a que os países desenvolvidos tinham restringido aos demais. Esse programa tem posto em prática um comportamento diametralmente oposto àquele exercido pelos países que já detinham essa tecnologia e que alegavam a impossibilidade de compartilhá-la: Brasil e China divergem desse nexos segregacionista e mostram que podem compartilhar os benefícios dos seus inventos com os países menos desenvolvidos tecnologicamente, de maneira gratuita. Brito (2013, p.12) menciona que:

Como resultado, em 2004 foi anunciada a nova política de distribuição gratuita de imagens CBERS para todo território brasileiro, sendo essa mesma política seguida pela China no ano posterior. Em 2007, o Brasil junto com o parceiro chinês anunciou a distribuição gratuita de imagens CBERS para os países da América do Sul ao alcance da antena de Cuiabá. Na ocasião, a China também se comprometeu a distribuir gratuitamente imagens CBERS para seus países vizinhos.

As facilidades para tornar dados de sensoriamento remoto mais acessíveis rompem com toda a estrutura argumentativa dos países que já possuíam essa tecnologia. Isso evidenciou que mesmo sendo países com estruturas de produção tecnológica dotadas de menos recursos materiais, financeiros e científicos, a maneira de pensar a difusão tecnológica diverge da restrição aplicada por outros países. O ensinamento que aplica um novo padrão de atuação foi tão impactante que, como esclarece Brito (2013,p.12) *“A política pioneira sino-brasileira também pressionou os países desenvolvidos, tendo como resultado a adoção de uma política de distribuição gratuita de imagens dos satélites norte-americanos Landsat em 2008 e, em 2010, da série europeia Sentinel”*. Assim, a cultura estratégica implementada por Brasil e China, por muitos interpretada como política de generosidade, tem servido de ferramenta política. Assim, a ampliação da acessibilidade gratuita das imagens, constitui uma

medida avessa ao ocidentalismo, impulsionada por uma natureza de liminaridade, o que tem gerado constrangimentos a outros Estados.

A interpretação de direcionamentos políticos como esse encontra argumentação insuficiente nas teorias dominantes das Relações Internacionais. As teorias racionalistas das Relações Internacionais não oferecem argumentos suficientes para lidar com a perspectiva chinesa ou brasileira nesse sentido. Por isso, para se compreender a cooperação sino-brasileira há que se desfazer da necessária associação a essas tendências teóricas racionalistas. É mais crível considerar que se está diante de uma postura não-ocidental (Said 1996 e 2011), que se vale de hibridismo (Bhabha, 1985), para alcançar uma posição liminar (Rumelili, 2012) e que resulta na consecução de uma nova cultura política, sob cultura estratégica própria. Concebe-se, por conseguinte, uma lógica que diverge da interpretação etnocêntrica estreita, cujos antolhos não permitem que outra perspectiva seja visualizada.

Por isso, para entender o Projeto CBERS, é necessário considerá-lo parte da construção de uma nova política. Se usamos o conceito *Warfare*¹³⁶, compreendido como maneira engajar-se em guerra e concebemos, como um espelho ou um par oposto, o conceito de *Peacefare*, manifestando a ideia de uma "maneira de engajar-se na paz", pode-se afirmar que Brasil e China demonstram a capacidade de se construir uma nova maneira de fazer paz¹³⁷. Isso vai ser verificado também na perspectiva plurilateral que se vai explorar adiante, neste capítulo: esses arranjos plurilaterais representam a capacidade de construir política internacional por outros meios. Contudo, por enquanto, no campo de CTI, sobressai o fato de que, por intermédio da articulação sino-brasileira, muitos povos que não tem possibilidades de construir aparatos tecnológicos devido ao acentuado grau de pobreza, agora têm acesso a imagens para administrar, de maneira mais eficiente, os seus territórios, seus recursos naturais, conhecendo melhor as riquezas brindadas a eles pela natureza¹³⁸, contribuindo para a evolução de uma cultura estratégica com matizes próprios.

¹³⁶ Ver Keegan (1995, p.79)

¹³⁷ Não se deseja propor que China ou Brasil tencionam abandonar a capacidade de atuação militar. O que se pretende sopesar é o fato de que o compartilhamento gratuito de recursos tecnológicos, como ocorre por meio do CBERS, é uma maneira de se arrefecer tensões políticas e potenciais conflitos armados. Isso pode conduzir a uma ideia de *Peacefare*, quando uma maneira de engajar-se em mecanismos de pacificidade ocorre por meio da difusão de CTI.

¹³⁸ Brito (2013) verifica que a distribuição gratuita de imagens de satélites, no escopo do projeto CBERS, teve impacto positivo, sobretudo, para países latino-americanos e africanos. Os países menos desenvolvidos, devido à exclusão tecnológica, não tinham acesso a esses recursos: a cooperação espacial entre Brasil e China contribui para alterar essa lógica. Isso converge para a identificação de que há interesse estratégico em uma ampla difusão de desenvolvimento que independe dos limites territoriais dos Estados (portanto, contradizendo uma lógica Westfaliana). Isso transparece que o interesse em difundir desenvolvimento em parâmetros coletivos é parte de uma estratégia sino-brasileira.

3.5.1.1.4 Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2015-2021

Seguindo a linha estabelecida pelo Plano de Ação Conjunta 2010-2014 e pelo Plano Decenal de Cooperação 2012-2021, anteriormente assinalados, este documento constitui uma orientação à Parceria Estratégica Global. Sendo global tanto quanto à abrangência (em todo mundo) quanto à temática (sobre todos os assuntos) este Plano de Ação Conjunta (PAC) 2015-2021 apresenta-se como um instrumento que resulta de relações sino-brasileiras que se encontram em estágio bastante avançado e de maneira inovadora e que, por esse motivo, devem ser acompanhadas por meio de mecanismos mais eficientes de implementação e verificação.

Para se cumprir essa finalidade, Brasil e China estabeleceram a COSBAN como pedra angular desse processo. Lançada em 2004, quase uma década antes da formalização da PEG, essa comissão gestora tem sido fortalecida durante esses anos, e o PAC 2015-2021 consolida esse horizonte, conforme se esclarece no próprio preâmbulo do Plano de Ação Conjunta 2015-2021, disponível em Lima (2016, p.445) *“A COSBAN... elaborou a presente atualização do plano de ação conjunta... que provê orientações estratégicas e abrangentes para o desenvolvimento da Parceria Estratégica Global Brasil-China”*

Assim, o PAC 2015-2021 deve ser compreendido como resultado de uma engenharia política na qual a COSBAN atua como principal agente. Entre os objetivos gerais deste Plano de Ação Conjunta, está a coordenação bilateral e multilateral, os quais formam a base da PEG. Como foi analisado previamente, por meio do que se chamou de eixo bilateral e eixo plurilateral, a PEG forma uma arquitetura densa que articula assuntos bilaterais, plurilaterais e multilaterais, em que projetos bilaterais não somente impactam no ambiente multilateral: muitas vezes, neles se interpenetram. Nesse caso, a COSBAN segue como o órgão decisório *par excellence* dessas relações.

O campo de CTI é um dos elementos basilares do PAC 2015-2021. Seguindo um padrão semelhante ao PAC 2010-2014, o PAC 2015-2021 é um documento multitemático, abrangendo diferente aspectos das relações sino-brasileiras em suas diversas escalas - bilateral, plurilateral e multilateral - e desnuda uma estrutura complexa e audaz. Este documento contempla assuntos que permeiam as relações entre Brasil e China, formalizando a existência de uma agenda constituída por um conteúdo bastante diversificado. A função de destaque no PAC 2015-2021 é consolidar a tradicional cooperação em CTI e ampliar o

planejamento das relações sino-brasileiras, funcionando, de maneira complementar ao Plano Decenal de Cooperação tratado anteriormente.

Os assuntos relacionados a CTI estão dispersos no interior do documento. CTI, portanto, é um eixo temático que transpassa grande parte do PAC, demonstrando que é um elemento agregado ao planejamento em diferentes áreas. Isso se observa com notoriedade nos artigos que tratam de energia e mineração, agricultura, indústria e tecnologia da informação, cooperação espacial, além do tema de ciência, tecnologia e inovação, propriamente dito.

3.5.1.1.4.1 Energia

A parte do PAC que cuida de temas energéticos deposita atenção à co-produção de energia limpa e renovável. Prevendo pesquisa conjunta em geração, desenvolvimento e transmissão, os dois manifestam o interesse em dedicar-se à energia nuclear e a novas fontes energéticas, incluindo renováveis, em menção direta a energia eólica, solar, hidrelétrica e nuclear, além de biocombustíveis e de biomassa. Esse é um tema de especial relevância para a China, que é o maior consumidor de energia elétrica do planeta e maior investidor em fontes renováveis (MORAES, 2015) e o Brasil que tem uma crescente demanda *per capita* de energia (MONTALVÃO, 2008).

Brasil e China têm protagonismo no setor energético baseado em fontes renováveis. Se o Brasil tem aproximadamente 70% de sua matriz energética baseada em energia hidroelétrica, China é o principal produtor de energia hidrelétrica, eólica e solar, com capacidade instalada 27 vezes superior que o Brasil, além de representar a maior linha de produção de painéis fotovoltaicos, responsável por 47% do mercado mundial desse produto, segundo Moraes (2015, p.113). A China tem sido um ator-chave na redução de custo dos painéis fotovoltaicos e na conseqüente difusão da energia solar, que encontra condições cada vez mais promissoras.

Portanto, no setor de energia solar, a China destaca-se como país de expressiva relevância. Para Xiaomei et al (2013, p.1), China lidera investimento em infraestrutura de energia renovável, particularmente em energia solar e eólica, o que os autores afirmam que se comprova por meio de 124 empreendimentos em 33 países, na última década, sendo 41 em energia eólica, 81 em energia solar e 2 nos dois setores simultaneamente. Sendo a China um dos importantes produtores de turbinas eólicas e estando o setor no Brasil com previsibilidade de regulação, além de abrigar as condições propícias para o uso dessa tecnologia, o PAC 2015-2021 favorece a transferência e a co-produção de tecnologia nesse campo.

Os dois países cooperam também em exploração de petróleo. Brasil tem pioneirismo em exploração de petróleo em águas profundas. Liu (2013, p.6) assevera que a China é o segundo maior consumidor de petróleo, depois dos Estados Unidos, e infere que Brasil é um importante aliado, por contribuir com 80% da produção petróleo em águas profundas (*offshore*), tornando-se o 3ª maior produtor do Ocidente. De maneira complementar, isso converge com o que defendem Araújo e Lu (2010, p.112), acerca de benefícios mútuos por meio da uso de etanol brasileiro adicionado a outros combustíveis na China.

Por isso, os biocombustíveis também são contemplados no PAC 2015-2021. O Anexo ao Ajuste complementar ao Acordo de 1982, assinado em 1984, já mencionava a cooperação em biodigestores. Hoje, havendo pesquisas avançadas nos dois países acerca de biocombustíveis, essa área mostra-se extremamente promissora. Porém, Koizumi (2013, p.109) adverte para o fato de que, na China, há risco de que biocombustíveis afetem a segurança alimentar: a exceção a esse processo ocorre somente se o processo não estiver baseado em alimentos ou quando se trata do biocombustível celulósico. No Brasil, é linguagem comum a produção de biocombustíveis de 1ª, 2ª e 3ª geração, estando em vias de desenvolvimento, o de 4ª geração. Milanez et al (2015, p.285) anunciam a produção em larga escala de etanol de 2ª geração, no Brasil, a custos próximos ao do petróleo, em que uma revolução desencadeada pelas biorrefinarias amplia o conhecimento científico em química renovável e reduz o atraso do País no campo da química industrial. China e Brasil preveem, em sua cooperação, os melhoramentos nessa área, por meio de pesquisa conjuntas.

A energia nuclear também está entre os objetivos de Brasil e China e oferece oportunidades. Segundo Montalvão (2008, p.7), Brasil é um dos 3 países que domina o ciclo de enriquecimento do urânio e, ao mesmo tempo, dispõe de reservas dessa matéria. O autor destaca o fato de que as energias renováveis tem caráter complementar, pela dificuldade de estocagem, e ainda estão em processo de redução de custo. Isso ganha relevância quando, conforme Santos (2014, p.49) se verifica que a energia nuclear representa 10% da produzida no mundo em 2012, embora tenha havido redução mundial após o acidente de Fukushima em 2011. No entanto, enquanto o Brasil tem a produção dessa energia concentrada nas Usinas de Angra 1 e Angra 2, a China se destaca no setor por participar ativamente da produção de energia nuclear por intermédio de parâmetros tecnológicos modernos; conforme verifica Santos (2014, p. 40-41) isso fica evidente, quando se constata o domínio da China na construção dos reatores de geração III+, participando na elaboração não somente de unidades do reator AP1000 da Westinghouse, mas também do reator EPR (*Evolutionary Power*

Reactor), o que corresponde ao estado da arte na produção dessa matriz energética na atualidade.

Há, no PAC, compromissos para a criação de conglomerados em CTI, a fim de que se possa promover tecnologias chinesas no Brasil e brasileiras na China. Isso descortina uma vultosa capacidade para desencadear facilidades e para incentivar a produção conjunta: isso poderia ensejar, por exemplo, produção de biocombustível na China e de tecnologia solar e eólica no Brasil. De qualquer maneira, a intenção das autoridades foi deixar o caminho livre para novas oportunidades.

3.5.1.1.4.2 Agricultura

O PAC prevê visitas ministeriais para a promoção de diálogo constante e aumento de conhecimento mútuo. No entanto, o que é mais significativo é a referência a pesquisas conjuntas, como se observa no documento (LIMA, 2016, p.462):

As duas Partes intercambiarão informações e conduzirão pesquisas conjuntas nas áreas de plantas de qualidade premium, recursos de germoplasma, biotecnologia, tecnologias de energia a partir de biomassa e tecnologias de produção agrícola, levando em consideração as legislações pertinentes bem como os direitos de propriedade intelectual.

A co-produção no setor de biotecnologia tem-se manifestado bastante relevante para os dois países. A biotecnologia tem influência direta na produção de energia, de alimentos e de fármacos. Vieira (2002, p.56) esclarece que *“Germoplasma representa o conjunto de materiais hereditários de uma espécie... a conservação de recursos genéticos implica na manutenção de coleções in situ, ou seja, nos seus locais de ocorrência, ou ex situ.”* Esse material genético é fundamental para as pesquisas sino-brasileiras em biotecnologia. Os biocombustíveis são parte dessa realidade: se, por um lado, inserem os mais tecnologicamente desenvolvidos em condições favoráveis, como se tem buscado por meio de exemplos como o da Cana Energia¹³⁹, resultado de modificação genética em que se aumenta a produtividade de etanol enquanto se reduz o tamanho das colheitas; por outro lado, segundo revela Omena et al (2013, p.96) a indução de avanços neste setor tem implicações geopolíticas, pois amplia o

¹³⁹ A Cana Energia deriva de intervenção genética com base no cruzamento de diferentes espécies de cana. Isso se destina a alterar as características da planta em benefício da produção de biocombustível, tornando-a adaptável a diferentes condições climáticas e aumentando a produtividade de etanol sem precisar expandir a área de plantio.

controle do território e fornece meios de expandir a matriz produtiva, o bem estar da população, enquanto contribui para choque positivo no campo ambiental.

Por meio do PAC, reforça-se a cooperação entre a Academia Chinesa de Ciências Agrícolas (CAAS) e a Empresa brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). A cooperação entre essas instituições está entre as mais tradicionais nas relações Brasil-China, pois, desde o Ajuste complementar de 1984, há intensa mobilização governamental para que essas instituições pesquisem conjuntamente.

A sinergia no campo da agricultura se projeta também para uma atuação conjunta em Organizações Internacionais. O interesse é unir forças para administrar convergências na atuação em organismos multilaterais. Nesse caso, busca-se promover uma concertação bilateral que cause impactos favoráveis aos dois países no ambiente multilateral, pois como o PAC dispõe (LIMA, 2016, p.463):

As duas Partes continuarão a fortalecer a comunicação e coordenarão posições nas discussões sobre agricultura nas organizações internacionais competentes, como a OMC, a FAO, a UNCTAD e a OIE, com vistas ao desenvolvimento de um sistema de comércio justo e robusto, tão bem como regras que protejam os interesses dos agricultores em países em desenvolvimento. As duas Partes reconhecem a grave distorção causada pelos subsídios às exportações de bens agrícolas no comércio internacional e reiteram seu compromisso em apoiar as negociações da OMC para a eliminação do uso desse instrumento pelos países, conforme afirmado na Declaração da Conferência Ministerial da OMC, adotada em Bali, em 2013.

A determinação sino-brasileira em atuar conjuntamente mostra harmonia bastante profícua. Essa sintonia tem repercussão sobre projetos plurilaterais, pois a ampliação de energia renováveis e de matriz limpa é um assunto que está no cerne das discussões sobre aquecimento global, onde Brasil e China se encontram no BASIC. Ademais, a engenharia genética que expande a produtividade de um setor agrícola baseado em bens intensivos em tecnologia, contribui para que Brasil seja um dos líderes na produção de alimentos no mundo, o que tem ocasionado impacto na posição do Brasil e da China em sua cooperação junto ao G-20 da OMC.

3.5.1.1.4.3 Área de Indústria e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

As tecnologias industriais e as tecnologias de informação e comunicação estão cada vez mais presentes na lógica produtiva contemporânea. Produtos os mais variados têm em sua essência componentes de informação seja qual for o setor produtivo: defesa, alimentos,

eletrônica, aeronáutico, entre outros. A eficiência industrial relaciona-se intimamente com a capacidade de absorver as inovações da Tecnologia da Informação e da Comunicação, o que tem anunciado o prenúncio de uma revolução industrial em curso, o que alguns chamam de Indústria 4.0, de Quarta Revolução Industrial ou de Internet das Coisas¹⁴⁰.

Interessados em cooperar nessa direção, Brasil e China estabeleceram esse tema como um canal específico em sua cooperação estratégica. O objetivo sino-brasileiro nesse caminho, como se dispõe no PAC, é i) compartilhar experiências quanto ao desenvolvimento de tecnologia industrial e tecnologia de informação e comunicação, ii) explorar potencial de cooperação e iii) incentivar cooperação entre empresas de cada um dos países. A proposta mostra-se pouco ambiciosa, embora construa canais de comunicação importantes, quanto a abrangência de seu escopo, como se dispõe no PAC (LIMA, 2016, p.446):

Cooperação em áreas industriais como recursos minerais, indústria da aviação civil, equipamento para energia elétrica, equipamento de engenharia marítima, equipamento para conservação energética e proteção ambiental, automotiva e de autopeças, equipamentos de engenharia, etanol-combustível para motores, utilização abrangente de resíduos de mineração, indústria leve e têxtil, construção de parques tecnológicos, utilização de energia renovável etc.

Cooperação nas áreas de indústria da tecnologia da informação (IT) como internet das coisas, computação em nuvem, TV digital, tecnologias móveis, indústria eletrônica e de informações, automação bancária, cidades digitais e inteligentes etc.

Intercâmbio e cooperação entre pequenas e médias empresas (PMEs) nos dois países.

A disponibilidade de atuação nesses diversos setores converge com os interesse em ampliar investimentos chineses no campo produtivo no Brasil. O Embaixador Francisco Mauro¹⁴¹ esclarece, de maneira acurada, a mobilização sino-brasileira nesse tópico da agenda os investimentos chineses estão migrando da sojicultura, do minério de ferro e do petróleo, para setores industriais de alta tecnologia, de equipamentos pesados e de automóveis. Esse ambiente é muito favorável ao fomento do que o PAC descreve como construção de parques tecnológicos. Para Magacho (2010), esse planejamento que envolve a criação de um ambiente

¹⁴⁰ Uma nova geração de tecnologias tem alimentado o prenúncio de uma outra revolução científica. Embora essa percepção seja amplamente aceita, não há uniformidade sobre a nomenclatura nem sobre as características dessa nova etapa no meio acadêmico. Algumas das classificações são: Quarta Revolução Científica (DREXLER, 2013, 39); Quarta Revolução Industrial (ANGANG, 2011, p.2); Indústria 4.0 (BLAU, 2014); uma nova onda de inovação (HEADRICK, 2014).

¹⁴¹ Entrevista concedida ao canal audiovisual do Ministério da Relações Exteriores, por ocasião da Cúpula dos BRICS em Fortaleza, em 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=y3nU28VFeCQ>, em 26 de setembro de 2016.

em torno da dinâmica governo - indústria - academia é muito vantajoso para o objetivo de proporcionar uma lógica produtiva inovadora.

A indústria da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) está entre os setores mais dinâmicos no campo de inovação tecnológica em termos mundiais. Essa indústria refere-se a material eletrônico básico, máquinas de escritório, equipamentos de informática, aparelhos de telefonia, transmissores e receptores de rádio e televisão, gravadores e reprodutores de áudio e vídeo. Kubota (2009, p.2) revela que, nesse setor, *“o investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) pelos grandes players é extremamente significativo, sendo que 7 das 20 maiores empresas inversoras em P&D no mundo pertencem ao setor.”* Para o autor, um dos maiores desafios do Brasil é desfazer-se da dependência de importação de componentes eletrônicos, sobretudo quando as empresas brasileiras estão alijadas dos novos padrões tecnológicos. Esses são fatores que a China conseguiu driblar e que, portanto, tem sido percebido como um nicho de atuação conjunta, como demonstra o texto do PAC.

3.5.1.1.4.4 Área de cooperação espacial

O PAC reforça a importância da cooperação espacial na PEG. A menção expressa ao Plano Decenal de Cooperação Espacial 2013-2022 e a renovação dos compromissos na cooperação, por meio de tecnologia espacial, ciência espacial, aplicações espaciais, educação e treinamento, consolidam as intenções sino-brasileiras em contemplar sua tradicional cooperação espacial na PEG. Nesse cenário, o principal baluarte deste setor é o projeto CBERS, com o qual se comprometem a dar seguimento, incluindo a confirmação do plano CBERS para África .

O Centro Regional na Ásia e no Pacífico para educação em Ciência e Tecnologia Espaciais (RCSSTEAP) foi considerado no PAC como um centro tecnológico convergente com a os propósitos da PEG. A sede do RCSSTEAP está localizada na Universidade de Beihang, que comporta um instituto de educação e treinamento apoiado pelo Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (COPUOS). Segundo a página institucional do RCSSTEAP, a instituição conta, hoje, com 10 membros, sendo o Brasil um

deles¹⁴². De acordo com o PAC, por meio desta instituição busca-se “*eleva o nível das ciências e tecnologias espaciais de ambos os países.*”

A China tem alcançado desenvolvimento expressivo em CTI no campo espacial, o que torna ainda mais valiosa a cooperação sino-brasileira. Entre os maiores exemplos do desenvolvimento chinês nesse campo, está o recém-lançado satélite quântico, o primeiro no mundo. Embora a computação quântica não seja novidade, além de ser dominada também pela Rússia e pelos Estados Unidos, como demonstram Bacsardi e Imre (2011), são relevantes as implicações do primeiro satélite quântico chinês denominado Micius, lançado em 16 de agosto de 2016. Conforme apontam as pesquisas de Raska (2016), uma das implicações dessa tecnologia é o estabelecimento de uma fonte de comunicação anti-hacker, indevassável, além de outras implicações civis e militares: inicialmente, destina-se à realização de experiências científicas, mas há também a expectativa de formar uma rede de satélites quânticos até 2030, dentro do escopo do Programa de Prioridade Estratégica sobre Ciências Espaciais (2011), do qual Micius é a 3ª missão.

Outro exemplo da alta tecnologia chinesa no setor espacial são os laboratórios espaciais Tiangong-1 e Tiangong-2. Cordesman (2016, p.6) dimensiona o poder chinês no setor ao referenciar os laboratórios:

Early in 2012 the PRC achieved its first manned space docking at its space lab Tiangong-1. On September 15, 2016 China successfully launched its second space lab, Tiangong-2, into orbit. Tiangong-2 will operate until China can achieve its stated goal of building a 60-ton space station for future missions by the year 2020. In 2013, China conducted the first “soft landing” on the moon since 1976 when it landed the Yutu rover. Additionally, China has and plans to launch a Mars rover in 2020.

A expertise da China no setor espacial mostra um país que, mesmo enfrentando restrições próprias dos países em desenvolvimento, tem êxito em criar inovação tecnológica. China destaca-se como um dos principais no setor de CTI espacial, mas não restringe suas conquistas: ofereceu a utilização dos laboratórios Tiangong 1 e Tiangong 2 à comunidade científica internacional, em padrões similares ao que Brasil e China fizeram na proposta CBERS para África. Como se tem argumentado, essa mobilização tem fortalecido uma argumentação quanto à implementação de uma cultura política própria.

¹⁴² Segundo as informações fornecidas na página institucional do RCSSTEAP, os 10 membros são: Argélia, Argentina, Bangladesh, Bolívia, Brasil, China, Indonésia, Paquistão, Peru e Venezuela. Disponível em <http://www.rcssteap.org/Article/lists/category/27.html> em 20 de dezembro de 2016.

Essa cooperação espacial sino-brasileira é extremamente benéfica ao Brasil, que não dispõe da proeminência chinesa em Ciências Espaciais. O Brasil vive um estágio modesto, utilizando tecnologia estrangeira para o planejamento dos Programas PRODES e DETER¹⁴³, que monitoram o desmatamento da Amazônia por satélite, além do Programa Canasat¹⁴⁴, que monitora os canais do Centro-Sul do País. Ademais, o Brasil ainda tem recorrido a serviços de lançamento estrangeiros, como o de seu primeiro Satélite Geoestacionário¹⁴⁵, previsto para 2018.

3.5.1.1.4.5 Área de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI)

O PAC destina um artigo do documento especificamente para tratar do tema de CTI, o que reflete o quanto CTI é percebido como parte medular da estratégia sino-brasileira e qual é a importância que o setor tem na PEG. Sendo um tema tradicional na cooperação entre os dois países, como se constatou na parte inicial deste capítulo, por intermédio do Acordo de 1982, que serviu como uma plataforma de atuação para a cooperação que se desencadeou desde então, Brasil e China perceberam as vantagens de ampliarem suas habilidades ao unirem-se nesses projetos tecnológicos.

Nesse contexto, convém que o artigo 12, que dispõe sobre CTI no PAC, seja verificado de maneira segmentada. Trata-se de um dispositivo bastante extenso que carrega em si a intenção de estabelecer um compromisso amplo e audaz, mas que concentra muitos temas e, em alguns momentos, demonstra sinais de redundância em meio a complexidade. Contudo, é possível compartimentar o extenso artigo nos seguintes temas: i) articulação política, ii) áreas prioritárias, iii) implementação econômico-financeira, iv) construção de plataformas operacionais, v) planejamento para impulsionar as áreas prioritárias. O artigo do documento está disponível em Lima (2016, p.469 e seguintes).

¹⁴³ O Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite - PRODES foi criado nos anos de 1970. Complementarmente, como extensão do programa PRODES, em 2004, foi criado o Projeto DETER (Detecção de Áreas Desflorestadas em Tempo Real) Rupert e Maciel (2015) asseveram que esses mecanismos tem sido ferramenta eficiente para mensurar os avanços e recuos do desflorestamento da Amazônia.

¹⁴⁴ Florenzano (2009) identifica que o Projeto CanaSat, criado pelo INPE em 2003, tem suprido a demanda de previsão e de monitoramento dos canais da região Centro-Sul do Brasil, haja vista que essa região representa 60% de toda a produção do País. Silva et al (2015) complementam essa análise, pois avaliam que, mesmo sendo os satélites de baixa resolução, o programa tem sido útil ao oferecer possibilidade de compreensão mais ampla sobre a dinâmica de uso dos canais no Estado de São Paulo.

¹⁴⁵ A contratação do primeiro satélite do Sistema Geo-estacionário Brasileiro (SGB) é parte do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) e está previsto no Plano Plurianual 2012–2015 (PPA).

i) Articulação política

A parte destinada ao estabelecimento de mecanismo de cooperação política em CTI enfatiza o sentido estratégico do setor para a PEG, como se pode averiguar textualmente:

As duas Partes consideram que ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) desempenham papel estratégico na elaboração de políticas para o aprimoramento da competitividade e o desenvolvimento econômico em ambos os países. Ambas as Partes fortalecerão o papel preponderante da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da COSBAN e do Diálogo de Alto Nível em Ciência, Tecnologia e Inovação entre Brasil e China; promoverão estreita comunicação e cooperação entre os Ministérios de Ciência e Tecnologia de ambos os países; e explorarão novas oportunidades de cooperação nesses campos.

A função estratégica de CTI tem realce sobretudo no plano de aperfeiçoar a competitividade e o desenvolvimento econômico. Nesse cenário, os dois principais mecanismos de articulação são a COSBAN e o Diálogo de Alto Nível em Ciência, Tecnologia e Inovação, que se desenvolvem tendo como condutores o Vice-Presidente do Brasil e o Vice-Primeiro Ministro da China, no que se refere à COSBAN, e os Ministros de Estados em Ciência e Tecnologia, no que tange ao Diálogo. A intenção de explorar novas possibilidades mostra que a atenção dos países tem seu foco no que está para surgir, de acordo com a sensibilidade dos líderes para oportunidades supervenientes, em que o topo hierárquico da política, nos dois países, deve estar de prontidão para decisões precisas.

ii) Áreas prioritárias

As prioridades de cooperação em CTI são reforçadas aqui, mas algumas têm previsão em outros trechos do PAC, como se pode ver:

As duas Partes concordam que são áreas prioritárias de cooperação: energias renováveis; bioenergia e biocombustíveis; novos materiais e nanotecnologia; ciências agrárias; mudança do clima; tecnologia de bambu e ratã; clima espacial; economia criativa e indústria criativa; inovação; cidades inteligentes; tecnologias da informação e comunicação (TIC) e computação em nuvem; e biomedicina e saúde. Ambas as Partes concordam em fortalecer a cooperação bilateral em transferência avançada de tecnologias e projetos e iniciativas conjuntos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), assim como em planejamento estratégico, previsão e governança de processos de inovação.

Entre os aspectos que mais chama a atenção, nessas áreas prioritárias, é a intensificação do processo tanto de transferência avançada de tecnologias quanto de projetos e iniciativas conjuntas de pesquisa e desenvolvimento. As áreas prioritárias descritas

compreendem um vasto campo de atuação que demandam extrema sofisticação científico-tecnológica e, muitas vezes, não contam com o interesse em inversões do setor privado, pelo custo de investimento. Nesse cenário, os Estados arrogam essas atribuições e as elegem para que façam parte na sinergia estatal sino-brasileira.

iii) Implementação econômico-financeira

O trecho do artigo 12, que dispõe sobre como implementar a CTI, estabelece mecanismos que viabilizam a concretização dessas ousadas propostas:

As duas Partes desenvolverão, financiarão e implementarão projetos conjuntos de pesquisa nas áreas acima mencionadas de interesse mútuo, baseados em políticas públicas e instrumentos de investimento de ambos os países com vistas a aprimorar o desenvolvimento da inovação. Ambas as Partes trocarão informações sobre políticas, programas e iniciativas em ciência e tecnologia, levando em conta a necessidade de fortalecer a inovação nos dois países.

A concretização desses planos, sobretudo no que se refere à parte financeira, ocorrerá por meio de planejamento dos Estados e de incentivos a entes privados. Como defende Mazzucato (2015) o Estado é o agente principal no setor de inovação, precedendo o agente privado, que, geralmente, vale-se de setores que receberam investimento público e sobre eles projetam seus produtos, em nichos de mercado abertos pelo Estados. A criação de facilidades para que empresas participem da cooperação sino-brasileiras é de suma relevância para ampliar as vantagens a serem ceifadas pela PEG.

iv) Construção de plataformas operacionais

A construção de plataformas de atuação tem por objetivos prover os meios com os quais se vai trabalhar para a consecução do planejamento:

As duas Partes concordam em construir plataformas e/ ou instrumentos bilaterais que tenham voltados para a troca de informações em projetos e programas de ciência, tecnologia e inovação nos seguintes tópicos: a) parques tecnológicos, parques científicos e cidades inovadoras; b) instituições, programas, práticas e processos para financiamento e apoio a modelos de negócio; c) pesquisa e desenvolvimento em setores de alta tecnologia e intensivos em conhecimento; e d) cadeias de valor e de fornecimento em setores prioritários para o desenvolvimento científico, tecnológico e empresarial.

O próprio PAC enumera os mecanismos de consecução da cooperação. Os parques tecnológicos e científicos têm passado por modificações: segundo, Birch (2015, p.6) a estrutura contemporânea das universidades, concebidas como elementos sinérgicos junto a empresas e governo, foram construídas desde os anos de 1950 e tem passado por intensa transformação espacial e organizacional. Para o autor, isso tem aumentado o envolvimento desses centros tecnológicos com a municipalidade em que estão localizadas, ensejando cidades inovadoras, conferindo novas funções e oferecendo novos nexos, em meio a uma intensa revitalização urbana. Schimidt e Balestrin (2014), creem que essa organização geográfica causadas por incubadoras e Parques Científicos-Tecnológicos são importantes para um desenvolvimento que supera benefícios intra-tecnopolos, o que favorece o surgimento de cidades inovadoras.

O Brasil tem desempenhado esforços nesse sentido, mas a China tem se destacado em nível global. Enquanto o Brasil tem-se empenhado para incorporar a lógica tradicional dos Parques Tecnológicos no estilo americano, francês e inglês, a China buscou conhecer as características desses parques para construir o modelo de Parque de Alta Tecnologia (*high-tech park*), com particularidades chinesas. Jenn-Hwan e Tse-Kang (2011) afirmam que, entre os exemplos que se pode mencionar desse modelo estão o Parque de Alta Tecnologia de Zhongguancun (ZGC)¹⁴⁶, localizado em Beijing, e o Parque de Alta Tecnologia de Zhangjiang (ZJP)¹⁴⁷, em Shanghai.

Para esses autores, duas políticas foram determinantes: o Plano 863 e o Programa Torch. Enquanto, por um lado, o Plano 863, também conhecido como Plano Estatal para Desenvolvimento de Alta-Tecnologia, lançado em 1986, reuniu recursos e cientistas para desencadear alta tecnologia; por outro lado, o Programa Torch, lançado em 1988, buscou compreender os ingrediente centrais na formação, consolidação e sucesso do Vale do Silício,

¹⁴⁶ Sendo Jenn-Hwan e Tse-Kang (2011,p.11), o Parque de Alta Tecnologia de Zhongguancun, em Beijing, é composto por uma macrorregião onde estão localizadas 10 Zonas Econômicas, cada uma delas especializada em um setor de alta-tecnologia. As zonas econômicas são: 1) Haidian (1988), 2) Fengtai (1991), 3) Changping (1991), 4) Cidade Eletrônica (Electronic Town) (1997), no distrito de Chaoyang, 5) Yizhuang (1997), 6) Desheng (1999), 7) Yonghe (2006), 8) Daxing (2006), 9) Tongzhou (2006), 10) Shijingshan (2007). Informações também disponíveis em <http://www.zhongguancun.gov.cn/>, em 24 de dezembro de 2016.

¹⁴⁷ De acordo com as pesquisas de Jenn-Hwan e Tse-Kang (2011,p.117), o Parque de Alta Tecnologia de Zhangjiang (ZJP), foi planejado preliminarmente baseando-se no Vale do Silício, dedicando-se com maiores esforços aos campos de Tecnologia da Informação, Semi-condutores e Biotecnologia, seguindo o modelo conhecido na China como Cooperação Tripartite, ao unir a academia, os parques de alta-tecnologia e a comunidade local. Para os autores, o distrito de Yangpu constitui o resultado mais importante dessa iniciativa, integrando os seguintes institutos: 1) Parque Científico de Fudan, 2) Parque Científico de Tongji, 3) Centro de inovação Tecnológica de Yangpu, 4) Parque Científico do Instituto Tecnológico de Shanghai, 5) Parque Científico da Universidade Oceânica de Shanghai, 6) Parque de Propriedade Intelectual de Shanghai, 7) Universidade de Finanças e Economia de Shanghai. Isso convergiu para um processo de urbanização inovador.

que constitui um dos primeiros parques tecnológicos no mundo. Essas foram as condições para a formação dos Parques de Alta Tecnologia (*high-tech park*) de Zhongguancun e de Zhangjiang, os quais inspiraram outros empreendimentos similares na China.

Os outros pilares da plataforma auxiliariam na formação da estrutura, com a finalidade de operacionalizar os projetos. O PAC prevê a organização de financiamento e de mecanismos econômico-financeiros, por meio de instituições destinadas à viabilização da coordenação que está sendo criada; no mesmo sentido, opera a realização de pesquisa e desenvolvimento que justifiquem essas etapas; ainda, há a previsão de formação de cadeias de valor que viabilizem esses projetos

v) Planejamento para impulsionar as áreas prioritárias

Este trecho do artigo 12 destina-se a reforçar o encaminhamento de projetos que se encontram em diversas fases de maturação. Ainda que alguns estejam em estágio inicial e outros em estágio avançado, a intenção do Brasil e da China, aqui, é cimentar projetos que são considerados como prioridades da cooperação em CTI. Como um dos objetivos é trazer evidências sobre projetos sino-brasileiros em atividade, buscar-se-á abordar de maneira sucinta cada um dos tópicos designados nessa etapa do artigo 12 do PAC, que compreende os seguintes assuntos: a) Energias renováveis e biocombustíveis, b) Nanotecnologia, c) Ciências Agrárias, d) Energia Renováveis e Mudança do Clima, e) Clima Espacial, f) Cidades Digitais e Inteligentes, g) computação em nuvem, h) construindo plataformas para a cooperação em inovação.

a) Energias renováveis e biocombustíveis

Parceiros de cooperação: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Universidade Tsinghua, Academia de Ciências Agrárias de Guangxi, Academia Chinesa de Ciências Agrárias Tropicais (CATAS), entre outros a serem definidos por ocasião dos Diálogos de Alto Nível ou reuniões da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Ações e projetos iniciais:

Produção de biodiesel por meio da catálise enzimática ou química usando algas e outros óleos e gorduras de baixa qualidade e não comestíveis; produção de biocombustíveis de segunda geração a partir de biomassa, principalmente do bagaço da cana-de-açúcar; produção de combustíveis e químicos a partir de variedades e resíduos de biomassa altamente eficientes, como mandioca açucarada e algas, usando processos químicos, bioquímicos e termoquímicos.

O centro da atenção vai para as instituições parceiras e para os projetos que lideram a agenda de cooperação entre esses institutos. Assim, delimitam-se processos de produção tecnológica que já estiveram em pauta entre Brasil e China. Sobressai o fato de que a UFRJ e a Embrapa representam pontes na articulação em CTI junto a Academia de Ciências Agrárias de Guangxi e a CATAS na elaboração de 2 projetos específicos: 1) o biodiesel por catálise enzimática, que Sousa et al (2015) descrevem como sendo uma maneira de fabricar biodiesel de maneira mais eficiente e econômica e 2) os biocombustíveis de segunda geração a partir da biomassa, que, conforme esclarecem Rosa e Garcia (2009), é uma tecnologia que utiliza resíduos agrícolas e industriais e que diminui a pressão no dilema sobre produzir combustível ou alimentos.

b) Nanotecnologia

Parceiros de cooperação: pelo lado chinês, o Centro Nacional para Nanociência e Tecnologia e o Centro Nacional de Pesquisa em Engenharia de Nanotecnologia, e, pelo lado brasileiro, o Laboratório Nacional de Nanotecnologia, entre outros a serem definidos por ocasião dos Diálogos de Alto Nível ou reuniões da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Ações e projetos iniciais:

Avançar no desenvolvimento do Centro Brasil-China para Inovação e Pesquisa em Nanotecnologia, principalmente nas áreas de meio ambiente, energias renováveis, biomedicina, nanotubos de carbono, grafeno e telas eletrônicas.

O suporte governamental a iniciativas que já compõem a cooperação em CTI entre os dois países serve de medida suplementar e denota, tacitamente, o contentamento com a cooperação em nanotecnologia que tem seus primeiros estímulos nos acordos dos anos de 1980. O envolvimento das instituições designadas revela a crescente maturidade das pesquisas conjuntas entre os dois países, apontando para um estágio que já tenha superado a etapa inicial de planejamento, em uma interlocução que vai além dos contatos entre pesquisadores.

Dessa maneira, Brasil e China tanto determinam as instituições que deverão liderar a cooperação quanto direcionam as pesquisas específicas e prioritárias. O aspecto mais importante desse trecho é o incentivo ao Centro Brasil-China para Inovação e Pesquisa em Nanotecnologia¹⁴⁸, pois ele constitui uma base institucional da pesquisa sino-brasileira neste

¹⁴⁸ O MCTI descreve o grau de participação junto a essa iniciativa binacional. Disponível em http://www.mcti.gov.br/investimentos-em-inovacao-nas-eps/-/asset_publisher/iQdYhHIISE1C/content/centro-brasil-china-de-nanotecnologia;jsessionid=E4F3298FC3C23A21E4EF4816078F547D, em 24 de dezembro de 2016.

setor. Considerando as múltiplas aplicações da nanotecnologia, o PAC estabelece setores específicos em que sobressaem nanotubos de carbono, grafeno e telas eletrônicas. Zarbin e Oliveira (2013, p.1533) ensinam que *“Dentre todos os novos(?) materiais oriundos da N&N [Nanotecnologia e Nanociências], talvez os mais sintomáticos são os conhecidos genericamente como nano- materiais de carbono, dos quais os nanotubos de carbono (NTC), e mais recentemente o grafeno, são os mais representativos”* .

A escrita dos autores, marcado o sinal gráfico de interrogação, após “novos”, abriga uma crítica à defasagem brasileira. O setor de novos materiais não são tão novos assim. No entanto, o que se deseja destacar é que essa tecnologia encontra maior desenvolvimento em outros países, em um circuito em que o Brasil não estão inserido. Zarbin e Oliveira (2013, p.1537) descrevem que:

Enquanto países desenvolvidos (como EUA, Japão e Inglaterra) e em desenvolvimento (como a China e Índia) produzem mensalmente toneladas de nanotubos de carbono, a produção de nanotubos de carbono no Brasil está restrita a poucos laboratórios de universidades e institutos de pesquisa.

Junto a outros países, China se destaca na difusão desse setor. A cooperação sino-brasileira determinada no PAC tende a instituir mecanismos de expansão dessa tecnologia no Brasil. Ademais, segundo Jesus et al (2012, p.14), *“Devido as excelentes propriedades do grafeno, este aparece como substituto em potencial do silício na indústria de microeletrônica”* ; assim, para os autores, por suas propriedades eletrônicas, térmicas, mecânicas e condutividade, o grafeno tem sido considerado como importante elemento na evolução da indústria eletrônica¹⁴⁹ .

Pesquisadores que avaliam a evolução das inovações perceberam o aumento da importância de um processo científico baseado na Nanotecnologia¹⁵⁰. Entre os ramos da nanotecnologia, está a biotecnologia, dedicada à manipulação de organismos vivos e que tem implicações sobre todos os campos que envolvem sistemas biológicos. Para Fazzio (2011), a cooperação entre Brasil e China em Nanotecnologia significa o fortalecimento conjunto de um campo que será um dos mais influentes, permeando diferentes setores produtivos.

¹⁴⁹ Jesus et al (2012) descrevem que a aplicabilidade dos nanotubos de carbono são extensas, entre elas: condutor de energia, centenas de vezes mais eficiente que o cobre, sendo esperada a substituição dos chips feitos de silício; resistência, dezenas de vezes mais maior que o aço, porém em matéria de menos densidade; excelente condutor térmico; aplicações na medicina, contemplando, inclusive, a possibilidade de entrar em uma célula.

¹⁵⁰ Essa ciência consiste na capacidade de manipulação da matéria na precisão de um átomo.

c) Ciências Agrárias

Parceiros de cooperação:

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Academia Chinesa de Ciências Agrárias (CAAS), entre outras a serem definidas por ocasião dos Diálogos de Alto Nível ou reuniões da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Ações e projetos iniciais:

Avançar no desenvolvimento dos Laboratórios Conjuntos de Ciências Agrárias no Brasil e na China (LABEX). Promover intercâmbios bilaterais de recursos humanos no campo de ciência e tecnologia agrárias; conduzir pesquisas conjuntas básicas e aplicadas no campo de recursos de germoplama, biotecnologia agrária, tecnologia alimentar e produtos lácteos.

Anteriormente, neste capítulo, averiguou-se o artigo do PAC que descreve a cooperação na área agrária. Comentou-se sobre a cooperação sino-brasileira com enfoque preciso na articulação entre Embrapa e CAAS, inclusive reconhecendo como uma das mais tradicionais modalidades de cooperação em CTI, entre os dois países. No entanto, essa sessão traz a previsão dos Laboratórios Conjuntos de Ciências Agrárias no Brasil e na China, dentro do escopo do Projeto Labex, determinando a intensificação. Assim, se, por um lado, há traços de redundância temática no mesmo documento, por outro lado, pode-se interpretar essa repetição como uma ênfase, a fim de reforçar a densidade esperada no setor e depositada nas instituições.

d) Energias Renováveis e Mudança do Clima

Parceiros de cooperação:

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Tsinghua, entre outros a serem definidos por ocasião dos Diálogos de Alto Nível ou reuniões da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Ações e projetos iniciais:

Apoiar as atividades do Centro Brasil-China de Mudanças Climáticas e Tecnologias Inovadoras para Energia; promover a expansão das atividades do Centro; promover a industrialização de tecnologias enzimáticas para a produção de biodiesel; promover pesquisa e desenvolvimento (P&D) em células de combustível e novas energias; promover pesquisa e desenvolvimento (P&D) em energia solar e eólica; apoiar ações de pesquisa e desenvolvimento (P&D) voltadas para a promoção da sustentabilidade urbana (cidades inteligentes e sustentáveis); apoiar ações e eventos voltados para a transferência e comercialização de tecnologia entre Brasil e China.

O tema da energia renovável e sua associação com mudanças climáticas foi bastante recorrente no texto deste PAC. A cooperação entre a UFRJ e a Universidade de Tsinghua,

sobretudo associada ao Centro Brasil-China de Mudanças Climáticas e Tecnologia Inovadoras para Energia, é complementada por meio de projetos específicos na área de biocombustíveis, energia solar e eólica, novos conceitos de urbanização e difusão tecnológica. Assim, observa-se que essa articulação tem associação direta com a PEG plurilateral, em sintonia com os objetivos do BASIC.

e) Clima Espacial

Parceiros de cooperação:

Centro Nacional de Ciência Espacial da Academia Chinesa de Ciências (NSSC, na sigla em inglês), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e outros a serem definidos por ocasião dos Diálogos de Alto Nível ou reuniões da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Ações e projetos iniciais:

Apoio a atividades de pesquisa do Laboratório Conjunto Brasil-China de Clima Espacial. O INPE e o NSSC trabalharão em conjunto para utilizar, manter e assegurar equipamentos e instalações para o monitoramento do ambiente espacial.

O Laboratório Conjunto é mais uma iniciativa que comprova os benefícios de cooperação binacional. Os parâmetros expostos, aqui, soam repetitivos, mas reforçam o caráter salutar das ciências espaciais no escopo da PEG.

f) Cidades Digitais e Inteligentes

Parceiros de cooperação:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul (RS), Huawei do Brasil Telecomunicações Ltda., Governo do Estado do Tocantins (TO) e ZTE Corporation, entre outros a serem definidos por ocasião dos Diálogos de Alto Nível ou reuniões da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Ações e projetos iniciais:

Implementar o acordo sobre cooperação estratégica e técnica entre o Governo do Rio Grande do Sul e a Huawei; auxiliar no desenvolvimento do sistema de ciência, tecnologia e inovação do Rio Grande do Sul com a intenção de desenvolver cidades inteligentes no estado; implementar o acordo “projeto Cidade Digital” assinado entre o Governo do Estado do Tocantins e a ZTE.

O conceito de cidades inteligentes (*smart cities*) revela uma nova tendência de urbanização. Sendo o tema interligado com outras modalidades aqui verificadas, as cidades inteligentes aumentam o dinamismo produtivo, criam condições para melhorias na eficiência administrativa dessas cidades, gerando fluxo de dados para proporcionar redução de custos,

eficiência na gestão e aperfeiçoamento em todos os serviços prestados, o que se converte em qualidade de vida. Analisando casos europeus, Selada e Silva (2013) asseveram que as cidades inteligentes se afirmam como um novo paradigma urbano.

A inserção desse assunto na pauta da PEG sino-brasileira demonstra que o PAC aborda compartilhamento de experiências e auxílio mútuo na construção desse novo conceito de urbanização. O trecho selecionado do PAC confere protagonismo tanto à parceria entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Huawei, quanto ao Projeto Cidade Digital entre Estado de Tocantins e ZTE. Para Rezende (2012), modelos como esse ampliam o exercício da cidadania, pois facilitam a comunicação do cidadão e da administração, interferindo no planejamento, incentivando instrumentos de participação coletiva na política e provendo transparência e efetividade nos serviços prestados. Nos dois casos, as empresas chinesas estão entre as principais companhias de Tecnologia da Informação do Mundo.

g) computação em nuvem

Parceiros de cooperação:

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Huawei do Brasil Telecomunicações Ltda., entre outros a serem definidos por ocasião dos Diálogos de Alto Nível ou reuniões da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Ações e projetos iniciais:

Implementar o Memorando de Entendimento sobre Computação em Nuvem e Mega-Dados entre o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e a Huawei; desenvolver tecnologias de computação em nuvem no Brasil, incluindo a utilização de plataformas eletrônicas de educação, de saúde e de Governo; promover mobilidade e oferecer bolsas de estudo na área de tecnologia da informação e comunicação (TIC).

Trata-se de um exemplo de cooperação entre ente público e companhia privada. O diálogo de Alto nível é um instrumento que serve ao binômio publico-privado, mostrando a versatilidade da plataforma de cooperação sino-brasileira. E isso ocorre para alavancar o setor de computação em nuvem, que tem recebido progressiva importância na contemporaneidade. Mansur et al (2011) esclarecem que a evolução tecnológica que se tem desencadeado oportuniza novos paradigmas educacionais, por meio de aprendizagem colaborativa, o que tem sido recepcionado na academia pelo nome Educação em Nuvem (*cloud education*). Isso possibilita a difusão de nova perspectiva pedagógica que foi pouco pesquisada academicamente, mas que deixa claras as suas potencialidades. No mesmo sentido, na área de saúde, Vasques et al (2016) analisam a gestão de informações para o setor e associam essa

ferramenta à lógica de inteligência empresarial (*business intelligence*) na área de saúde. Ademais, trata-se de uma tecnologia que pode expandir o número de assistência em escala geográfica ampla, além de reduzir o custo e otimizar não somente a oferta de serviços de saúde, mas também em outros setores.

h) construindo plataformas para a cooperação em inovação.

Parceiros de cooperação:

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e Centro Chinês de Intercâmbio em Ciência e Tecnologia; Associação Brasileira de Parques Científicos e Tecnológicos e Incubadoras de Empresas; parques científicos e tecnológicos no Brasil e na China; Centro de Desenvolvimento de Alta Tecnologia e Indústria e Parques Tecnológicos e Científicos da China - Torch; Academia Chinesa de Ciência para o Desenvolvimento (CASTED) e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre outros a serem definidos por ocasião dos Diálogos de Alto Nível ou reuniões da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Ações e projetos iniciais:

Construir plataformas para a troca de informações e cooperação em ciência e tecnologia; promover cooperação entre parques de alta tecnologia para fomentar a inovação; discutir modelos de gerenciamento e financiamento da cooperação bilateral em Parques Tecnológicos; entre outras estratégias para promover a inovação; construir estratégias para a diplomacia da inovação entre ambos os países.

A implantação de instrumentos operacionais para concretizar a cooperação em CTI está no cerne desta mecanismo. A organização de instituições que propiciem a capacidade de financiamento, criando recursos para a implementação de parques, a capacitação física dos locais onde se pretende implantar os empreendimentos, o preparo educacional e a regulamentação da atividade empresarial junto a esses projetos constitui o foco do planejamento definido no texto destacado. Trata-se de contextualização fundamental para a efetividade dos planos traçados.

3.5.2 O Eixo Plurilateral da PEG e sua ênfase em CTI

As políticas de coalizões que fazem parte do eixo plurilateral da PEG sino-brasileira contemplam, direta ou indiretamente, relações com o desenvolvimento de CTI. Entre os projetos políticos que fazem parte dessa categoria plurilateral, somente o BRICS tem um vertente formalmente destinada a CTI. O G-20 financeiro tem destinado atenção a uma

complexa rede de incentivos a CTI, embora essa diretriz tenha-se desencadeado recentemente (2016). Nos outros grupos que compõem a face plurilateral da PEG, a relação com CTI está implícita ou correlacionada com os propósitos de Brasil e China junto ao BASIC e ao G-20 na OMC.

Convém realizar uma verificação sobre grau de atenção que CTI ocupa em cada um dos projetos plurilaterais implicados na PEG. O objetivo desta análise é revelar a intensidade da existência de nexos entre CTI e os grupos plurilaterais, para que se possa apurar se isso mantém conexão com uma nova maneira de fazer política ou um padrão sino-brasileiro de cooperação estatal. Portanto, essa sessão avaliará cada um dos grupos que participam no eixo plurilateral da PEG, ou seja, BRICS, BASIC, G-20 na OMC e G-20 Financeiro.

A abordagem de CTI nesses diferentes projetos políticos mostra que a cooperação sino-brasileira tem íntima aproximação com elementos que são fundamentais nessas políticas. A cooperação conjunta que vem sendo arquitetada por Brasil e China se enquadra em intensa harmonia com parte das soluções tecnológicas buscadas nesses projetos plurilaterais. Convém, por conseguinte, analisar em que medida a cooperação sino-brasileira em CTI serve de horizonte para as iniciativas engendradas por esses grupos.

3.5.2.1 BRICS

Entre os grupos que fazem parte do eixo plurilateral da PEG, somente o BRICS tem uma estrutura formal para lidar com CTI. Embora essa estrutura esteja em fase de desenvolvimento, ela encontra-se em estado bastante avançado, efetivando-se por intermédio de uma arquitetura que conta com reuniões regulares de Ministérios de CTI, Altos Funcionários e Grupos de Trabalho. O planejamento e a coordenação têm criado áreas prioritárias, mecanismos de financiamento e interlocução que se demonstram bastante frutíferos. Muitos dos setores em CTI que se incentivam no BRICS constituem parte medular da cooperação sino-brasileira. Convém, assim, conhecer o mecanismo de funcionamento da cooperação em CTI no BRICS.

A primeira Reunião Ministerial sobre Ciência Tecnologia e Inovação do BRICS resultou na Declaração da Cidade do Cabo¹⁵¹. Realizada em 10 de fevereiro de 2014, essa declaração manifesta o interesse em identificar os caminhos para se institucionalizar a

¹⁵¹ Ver http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/category-english/21-documents/187-first-brics-science-technology-and-innovation-ministerial-meeting-cape-town-declaration, disponível em 4 de janeiro de 2017.

cooperação, atendendo aos comentários e às sugestões no âmbito do BRICS de outros encontros, para fortalecer anseios em CTI, contudo sem deixar de considerar o ser humano como centro dos benefícios. É nesse contexto que os membros do BRICS descrevem as características basilares do documento que foi assinado, posteriormente, durante a Cúpula de Fortaleza (2014), determinando uma estrutura estratégica intergovernamental e delimitando as áreas de CTI que devem ser contempladas. Ademais, foi ainda na Declaração da Cidade do Cabo que se estabeleceram os 5 passos iniciais de cooperação em CTI, em que cada membro deve dedicar-se a um setor: a) Preservação e mitigação de desastres naturais, Brasil; b) Recursos hídricos e tratamento de poluente, Rússia; c) Tecnologias geoespaciais, Índia; d) recursos energéticos novos e renováveis e eficiência energética, China e) Astronomia, África do Sul.

Como já se esperava, a Cúpula de Fortaleza (2014) começa a estabelecer o caminho que consolida a arquitetura de cooperação em CTI. O Acordo de Cooperação Multilateral do BRICS sobre Inovação, assinado em 16 de Junho de 2014, e tendo como partes os bancos estratégicos de cada um dos BRICS, sinalizou o estabelecimento dos mecanismos para co-financiar iniciativas em CTI sobretudo em infraestrutura e energia, além de incentivar inovação financeira. No entanto, esse acordo enquadra-se em um processo que se iniciou em 2010, quando acordaram sobre mecanismo de cooperação de longo prazo, e que perpassa o Protocolo de Acesso do Banco da África do Sul (2011), o Mecanismo de Cooperação Interbancária (2011), o Acordo Mestre sobre Mecanismos de Extensão de Créditos Moeda Local (2012) e o Acordo de co-financiamento e cooperação multilateral dos BRICS. A intenção foi criar meios para investir em CTI, o que demanda estabelecimento de meios para o co-financiamento dos projetos.

Isso foi importante para que se instituísse um acordo-quadro que estruturasse cooperação em CTI. Nesse contexto - atendendo aos apelos da Declaração de Sanya (2011) e considerando as recomendações do 1º, 2º e 3º encontro de altos funcionários de CTI em 2011, 2012 e 2013 -, em 18 de março de 2015, assinou-se o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Ciência Tecnologia e Inovação. Entre os objetivos perseguidos está a co-geração de produtos e conhecimentos inovadores, bem como a possibilidade de promover parceria conjunta com outros países em desenvolvimento. A área temática priorizada converge com que Brasil e China estabelecem no âmbito bilateral. O memorando estabelece como prioridade, entre outros setores, agricultura, segurança alimentar, desastres naturais, energia renovável, nanotecnologia, computação, biotecnologia, água, parques tecnológicos, TIC, tecnologia de carvão limpo, gás, ciências polares e oceânicas, tecnologias espaciais.

Além disso, cria-se uma estrutura destinada a impulsionar as iniciativas do grupo no setor de CTI. Nesse quadro, constam como mecanismos principais: i) a conferência ministerial, que determina iniciativa financeira e institucional, entre outras atribuições, ii) a reunião de altos funcionários, que irá implementar decisões, revisar o progresso dos projetos implementados e fazer recomendações e iii) o grupo de trabalho, que funciona como secretariado do BRICS no tema de CTI.

Na mesma data, houve a 2ª Reunião Ministerial sobre Ciência Tecnologia e Inovação dos BRICS, que resultou na Declaração de Brasília (2015). Dando encaminhamento a propostas anteriores, inclui-se o setor de biomedicina entre as áreas prioritárias, e se acata a proposta do Brasil em negociar um Plano de Trabalho 2015-2018 (que foi lançado em 2016, na Cúpula de Goa)¹⁵², dispondo sobre as 5 áreas prioritárias coordenadas por cada um dos países, conforme já dispunha a Declaração da Cidade do Cabo. O Plano de Trabalho lançou uma Iniciativa de Pesquisa e Inovação do Brics, contendo: a) infraestrutura de pesquisa, b) coordenação de programas nacionais, c) programa de financiamento, d) estabelecimento de Plataforma Conjunta para formação de parcerias em Pesquisa e Inovação. A declaração apoia a criação do Fórum de Jovens Cientistas e a Estratégia de Parceria Econômica, que seguia em negociação e que contempla CTI.

A 3ª Reunião Ministerial sobre Ciência Tecnologia e Inovação dos BRICS ocorreu na Rússia, em 28 de Outubro de 2015. Dela resultou a Declaração de Moscou, que registrou o avanço por meio da 1ª Reunião das Partes sobre Financiamento de CTI dos BRICS, que incluiu: estrutura de pesquisa, abrangendo projetos de mega-ciência, ii) coordenação de programas nacionais, iii) desenvolvimento e implementação de Programa Quadro para financiamento de projetos de pesquisa conjuntos, iv) a Plataforma de rede de inovação e Pesquisa. Além disso, propõe-se a possibilidade de uso do Novo Banco de Desenvolvimento, como financiamento adicional.

Outra medida inovadora da Declaração de Moscou foi a inclusão de uma outra rodada de 5 novos setores de CTI na cooperação segmentada por país membro. Assim, propôs-se esforço comum nos desafios e no avanço de liderança em novas iniciativas: criação do Fórum de Jovens Cientistas, cooperação em biotecnologia e biomedicina (Brasil e Rússia); Tecnologia da Informação e computação (China e África do Sul); C&T polar e oceânica

¹⁵² Esse Plano de Trabalho foi adotado em outubro de 2015 (na Cúpula de Moscou) e revisado em outubro de 2016 (na Cúpula de Goa). O conteúdo encontra-se disponível em http://www.frccsc.ru/sites/default/files/BRICS%20STI%20Work%20Plan%20Final%202016_10_08.pdf?219, em 5 de janeiro de 2017.

(Brasil e Rússia), Nanotecnologia (Índia e Rússia) e Fotônica (Índia e Rússia). Reconheceu-se, ainda a Universidade em Rede do BRICS, que segundo a CAPES, o Brasil contribui com 12 programas em diversas áreas¹⁵³.

A 4ª Reunião Ministerial sobre Ciência Tecnologia e Inovação dos BRICS ocorreu em Jaipur, em 8 de outubro de 2016. Embora nenhum órgão dos membros dos BRICS tenha disponibilizado a Declaração de Jaipur, até o presente, as redes de notícias descrevem o principais temas abordados na reunião¹⁵⁴. Uma das novidades é a abordagem de três pontas: 1) construção institucional, 2) implementação e integração, 3) resposta inclusiva e soluções coletivas. Isso converge com o propósito de intensificar, diversificar e institucionalizar as propostas em CTI, por meio de inovação e pesquisa. Ademais, na Cúpula de Goa, lançou-se um Programa de Parceria em Inovação e Empreendedorismo, com a finalidade de incentivar CTI no BRICS.

Em uma observação global do tratamento de CTI no BRICS, sobressai uma carência muito expressiva no tratamento de temas de CTI que se destinem a proporcionar melhorias nas condições humanas. Isso dá vitalidade ao que afirma Khan (2015, p.208), para quem *“os BRICS são um poderoso bloco de produção econômica, política e científica”*. Todos os projetos em CTI propostos tem como foco principal a determinação em proporcionar avanços que se concentram em benefício generalizado. São tecnologias com ênfase muito grande na necessidade de países em desenvolvimento e que encontram mútuo interesse na superação de adversidades e de desafios. A cooperação entre Brasil e China estão no cerne de muitas das propostas desenvolvidas por meio do BRICS.

3.5.2.2 BASIC

O objetivo do BASIC é contribuir para encontrar meios viáveis para um acordo efetivo e justo no esforço para controle das mudanças climáticas. O grupo mobiliza-se não somente para fortalecer o propósito de representar interesses de países em desenvolvimento, mas também para proporcionar mecanismos de expressão dos países menos desenvolvidos. As responsabilidades comuns porém diferenciadas, que é uma das tônicas da Conferência da Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), constituem a essência de

¹⁵³ Informações disponíveis em <http://capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/7845-universidade-em-rede-do-brics-contara-com-12-programas-brasileiros> em 25 de dezembro de 2016.

¹⁵⁴ Na Índia, <http://currentaffairs.gktoday.in/tags/jaipur-declaration>, disponível em 22 de janeiro de 2017.

países que não aceitam ser comparados com aqueles que exauriram os seus recursos, porque poluíram o planeta e destruíram sua natureza. A Cooperação entre Brasil e China em CTI está em sintonia com as tecnologias que proporcionam os objetivos do BASIC.

Nesse contexto, CTI tem uma forte interação com os propósitos do que pregam os membros do BASIC e defendem junto a UNFCCC. A matriz energética dos países é um dos elementos que contribui para intensificar ou para reduzir os níveis de poluição. O uso de combustíveis fósseis tem expressivo impacto nas mudanças climáticas, e os projetos de CTI entre Brasil e China têm expressiva relevância nesse contexto. Os ambiciosos projetos enumerados nos Planos de Ação Conjunta, nos Planos Decenais e na história da relações sino-brasileiras em CTI evidenciam a contribuição que os dois países podem concretizar tanto no âmbito bilateral quanto no BASIC.

China é o maior consumidor de energia do planeta. A densidade demográfica é intensa, mas o uso de energia *per capita* não se compara aos níveis de consumo dos Estados Unidos ou de outros países do Ocidente europeu. Além de outras fontes de energia renovável, a intensificação na produção de tecnologia fotovoltaica, em que a China produz 47% da oferta de aparelhagem, junto a participação crescente na evolução da energia eólica, em que o país se destaca na produção das turbinas eólicas, justifica o pensamento de Oliveira (2011), quando destaca a importância da China na era das TE (tecnologias da energia). Isso ressalta a legitimidade chinesa como sendo um dos atores mais importantes para o futuro do planeta e mostra a importância deste país na capacidade de afetar os rumos das discussões sobre o tema.

O Brasil tem matriz energética com forte ênfase em energia limpa. O uso da energia hidroelétrica, cujas estatísticas apontam para valores próximos a 70 % da energia consumida, não esmorece o País na busca por energias com menor potencial de emissão de gases de efeito estufa. Um exemplo disso é o setor de biocombustíveis, em que o Brasil se destaca na criação desta tecnologia. A biotecnologia e a engenharia genética, temas tratados com frequência nos acordos bilaterais com a China, têm alcançado avanços que podem ser difundidos e que se encontram em sintonia com o que une os países em torno do BASIC.

A articulação sino-brasileira junto ao Centro Brasil-China de Mudanças Climáticas e Tecnologias Inovadoras para Energia, contribui para os objetivos do BASIC. O esforço bilateral operacionalizado, por meio da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade de Tsinghua, demonstra o impacto da cooperação dos dois países tanto no BASIC quando no ambiente multilateral. Essa instituição que, como foi observada anteriormente, constitui peça chave nos propósitos da PEG, fortalece a legitimidade de Brasil e China na consecução de suas metas junto ao BASIC e tem condições de tornar-se objeto de

compartilhamento, como ocorreu com o projeto CBERS no âmbito espacial: uma tecnologia a que todos possam ter acesso.

3.5.2.3 G-20 da Organização Mundial do Comércio (OMC)

A pedra fundamental da articulação junto ao G-20 da OMC é a liberalização agricultura. Arraigados em fundamentações protecionistas as mais diversas, muitos países, em sua grande parte os mais desenvolvidos, contrariam essa racionalidade. A consequência disso se projeta na concessão de subsídio a produtores, no encarecimento do preço de alimentos, na dificuldade de países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos competirem com os protegidos. Entre os que mais concedem subsídios aos agricultores estão os Estados Unidos¹⁵⁵ e a União Europeia¹⁵⁶, os quais são os principais países que se contrapõem ao ímpeto do G-20 na OMC.

A cooperação em CTI entre Brasil e China tende a ampliar esse descompasso, a medida que os avanços em biotecnologia, engenharia genética, entre outros setores, ganhem impulso. Os Planos Decenais, os Planos de Ação Conjunta e as iniciativas anteriores demonstram uma ênfase intensa da cooperação sino-brasileira nessas áreas. Isso, inclusive, tem especial importância quando se pensa na densidade demográfica chinesa, que tem impactos na organização do Estado, o qual persegue a garantia da segurança alimentar. Em termos históricos, acompanhando a crítica de Sene (2011), a inserção do Brasil no sistema interestatal, de maneira subordinada e dependente, como ofertante de matérias primas, contribuiu para o que Sarti (2013 e 2014) chama de lugar cativo na periferia. Por um outro lado, em alguma medida, essa dedicação desmesurada ao setor primário-exportador incentivou a que países como Brasil conferissem maior atenção a uma agricultura dotada de alto conteúdo científico e tecnológico. Nos últimos decênios, isso se traduziu em uma intensa transformação modernizadora.

A cooperação sino-brasileira em CTI com enfoque nas ciências agrárias tende a ampliar o dinamismo e a eficiência dos dois países nesses setores. Um dos elementos basilares da cooperação entre Brasil e China, que contribuem para o aumento da eficiência da

¹⁵⁵ Segundo Kirwan e Roberts (2016) os programas de apoio ao setor de agricultura receberam expressiva atenção desde os anos de 1930, no contexto da Grande Depressão, e representam um dos maiores programas de transferência dos Estados Unidos.

¹⁵⁶ A União Europeia baseia-se em justificativas que expressam preocupações com a segurança alimentar, proteção dos agricultores, proteção do meio ambiente, entre outras motivações. Informações disponíveis em https://europa.eu/european-union/topics/agriculture_pt, em 27 de outubro de 2016.

agricultura e para ampliação do setor, é a articulação que envolve a Embrapa e a CAAS. Tratam-se de instituições cuja importância em seus países é fundamental, sobretudo nas pesquisas em biotecnologia, e que estão cooperando em pesquisas conjuntas, em perspectiva de longo prazo, desde os anos 1980.

O avanços em CTI aplicados à agricultura se projetam tanto na perspectiva alimentar quanto na energética. As modificações genéticas tem criado variações mais apropriadas e adaptadas, produzindo progressos com significados expressivos na produtividade e no aproveitamento das colheitas. Avanços em CTI têm proporcionado a otimização da cultura de alimentos resistentes a pragas e a condições ambientais, além de proporcionar o surgimento de variações que possibilitam maior produtividade em biocombustíveis. Entre os exemplos de inovações no setor está a Cana Energia, que, como comenta o Embaixador especial da FAO, Roberto Rodrigues (2015):

Mas uma das mais extraordinárias novidades é a chamada “cana- energia”. (...) Com maior participação da *S. Spontaneum* nos cruzamentos com a *S. Officinarum*, ela facilmente supera as 100 toneladas por hectare. Além disso, a cana energia tem um sistema radicular muito mais forte do que as variedades hoje cultivadas, de modo que tem muito maior brotação das socas, o que lhe dá uma vida útil mais longa e melhor resistência a secas eventuais. Isso também permite seu cultivo em regiões com menor pluviosidade que aquelas atualmente utilizadas em canaviais. E tem mais: com a cogeração de eletricidade a partir da biomassa de bagaço e palha, a cana energia se torna uma alternativa agrícola muito melhor, notadamente com o avanço do etanol de segunda geração. Com seu uso, as atuais usinas de açúcar e álcool se transformarão em biorefinarias modernas e competitivas, produzindo uma gama de novos produtos de maior valor agregado.

Esse produto resultante de engenharia genética contribui para aumento virtuoso da produtividade em biocombustíveis, no Brasil. Entre outras empresa, GranBio, Odebrecht Agroindustrial e Raízen Energia já estão inserindo a Cana Energia na sua matriz produtiva em larga escala. Ramos (2016) menciona que a escala industrial da Cana Energia está associada a Vignis, empresa de melhoramentos genéticos, que acompanha a safra dessas grandes empresas do setor de biocombustíveis. Isso ressalta como a agricultura deve ser respeitada como matriz produtiva altamente dotada de recursos científicos e tecnológicos, ampliando a margem de cooperação sino-brasileira no setor. São esses ganhos de produtividade, que também aconteceram com a soja, o milho, o algodão, entre outros, que justificam a competitividade de países como o Brasil e outros membros do G-20 da OMC.

3.5.2.4 G-20 Financeiro

A mobilização política em torno do G-20 financeiro, abordada em capítulo anterior, mostrou que a compreensão vai além de elementos estritamente financeiros. Os países membros estão cada vez mais conscientes de que existe um conjunto de questões que precisam ser enfrentadas de maneira contundente para que a economia mundial opere com menos sobressaltos e de forma mais estável. O tema de CTI tem sido um dos principais assuntos compreendidos como necessários à renovação e à reestruturação do sistema econômico-financeiro global. Mais uma vez, observa-se a relevância de uma interpenetração de projetos sino-brasileiros que perpassam as relações bilaterais, conformando um núcleo que atua em múltiplas escalas e adotando CTI como um tópico fundamental.

As discussões têm atraído a atenção das lideranças mundiais para a importância de CTI como um tema central da articulação do grupo que chega ao seu clímax na Cúpula de Hangzhou (2016). O perfil dos encontros e o conteúdo dos compromissos delineados nesta reunião demonstram a densidade dos compromissos assumidos pelos líderes do G-20, costurando uma pauta em que há correlação entre finanças globais e outros mecanismos que envolvem CTI. As medidas previstas para otimizar as finanças globais perpassam um complexo planejamento que tem como uma de suas molas mestras o setor de CTI, concebido como um processo que deve ser inclusivo, acessível a todos.

O discurso do presidente Xi Jinping naquela ocasião, enfatizou os contornos que as finanças globais devem assumir, para que se possa dotar essa estrutura de eficiência. Nesse cenário, CTI teve um papel de destaque, sendo considerado um dos temas relevantes na reestruturação econômico-financeira internacional, como se depreendeu tanto no discurso do líder anfitrião quanto nos outros documentos elaborados e lançados pelo G-20 durante o encontro: entre eles, o Plano de Ação sobre Inovação do G-20, o Plano sobre Crescimento Inovador do G-20 e o Plano de Ação da Nova Revolução Industrial do G-20.

O Plano sobre Crescimento Inovador do G-20

Esse plano funciona como um documento que consegue transparecer a visão de conjunto de todas as iniciativas em CTI lançadas durante a Cúpula de Hangzhou. Abordando uma perspectiva ampla e complexa sobre, em que medida, CTI constitui a espinha dorsal no G-20 e na esperada estabilidade financeira global, o plano tem por finalidade criar meios para viabilizar projetos de médio-longo prazo junto a crescimento econômico dos países. A tônica do Plano está em 3 aspectos: a inovação, a Nova Revolução Industrial (NRI) e a Economia

Digital, os quais se baseiam nos preceitos do Manual de Oslo sobre inovação e contribuem para a adoção do Plano de Ação sobre Inovação de 2016 e do Relatório sobre Inovação do G-20, feito por meio da OCDE. A NRI, mencionada no documento, descortina as novas tendências da alta tecnologia, que terão impacto decisivo na economia mundial, conforme se observa no texto do documento¹⁵⁷:

The New Industrial Revolution (NIR) presents new opportunities for industry, particularly manufacturing and manufacturing-related service industries, to transform production processes and business models and enhance mid-to-long term economic growth. Significant advances are being made in many emerging technologies, such as the Internet of Things (IoT), Big Data, cloud computing, Artificial Intelligence (AI), robotics, additive manufacturing, new materials, augmented reality, nanotechnology and biotechnology. These technological developments are enabling smart manufacturing, customization, collaborative production and other new production modes and business models. However, there are also challenges for enterprises, workers, consumers, governments and other stakeholders in this new environment. We will make best efforts to identify these challenges and opportunities in developed and developing countries to minimize social costs and take full advantage of the opportunities presented by the NIR.

Espera-se que essas tecnologias emergentes sejam o combustível da estabilidade mundial e do co-desenvolvimento de todos. Os membros do G-20 reconhecem a nova fronteira em CTI, que tem ênfase em internet das coisas, *big data*, computação na nuvem, inteligência artificial, robótica, manufatura aditiva, realidade aumentada, nanotecnologia e biotecnologia, fomentem um horizonte de prosperidade sem desordem na economia mundial. Nesse contexto, o planejamento aponta para que esse desenvolvimento tecnológico desencadeie e liberte um novo modelo fabril, proporcionando a difusão de manufatura inteligente, customização, produção colaborativa, novos modos de produção e modelos de negócios. Esse esforço encontra-se instrumentalizado por meio do Plano de Ação da Nova Revolução Industrial do G20¹⁵⁸, que conta com o suporte de instituições como OCDE, UNCTAD, UNIDO.

A Tecnologia da Informação e Comunicação tem papel basilar nesse processo: é um dos elementos centrais desse planejamento. Reconhecendo esses valores, os membros do G-

¹⁵⁷ Ver sob o título em língua inglesa o *G20 Blueprint on Innovative Growth*, disponível em http://www.g20chn.com/xwzxEnglish/sum_ann/201609/P020160912341449502867.pdf, em 20 de dezembro de 2016.

¹⁵⁸ Conforme documento disponível em http://www.g20chn.com/xwzxEnglish/sum_ann/201609/P020160912341429630547.pdf, em 23 de dezembro de 2016.

20 adotaram a Iniciativa de Cooperação e Desenvolvimento Digital, sincronizando esforços com a Agenda Connect 2020 e reafirmando o Compromisso de WSIS de Tunis, o que reconhece que a expansão de acessos, a liberdade de expressão, a liberdade de informação, as ideias e conhecimentos, que são fundamentais para o desenvolvimento esperado.

O G-20 propôs, também, a Agenda Fortalecida da Reforma Estrutural (*the Enhanced Structural Reform Agenda*)¹⁵⁹. Oriunda do contexto da Estrutura do Grupo de trabalho para Crescimento Forte, Sustentável e Equilibrado, essa Agenda tem sido compreendida como o caminho para se assegurar o aumento da produtividade e do potencial produtivo. Esse elemento são contemplados como a via principal para, nas palavras do documento, ampliar-se uma “parceria multidimensional”.

O futuro de um mundo em que as finanças globais sejam aperfeiçoadas deve incluir a difusão de CTI e esporar o crescimento dos menos desenvolvidos. A Inovação, a NRI e a Economia Digital devem ser pensadas dentro de uma lógica de desenvolvimento inclusivo, seguindo os preceitos dispostos nos Mecanismos de Facilitação de Tecnologia da ONU e atendendo a demanda candente da Assembléia Geral das Nações Unidas, que, na Resolução A/Res/70/294¹⁶⁰, identifica a necessidade do lançamento do Banco de Tecnologia para os Países Menos Desenvolvidos. Essa iniciativa, como expresso no Plano sobre Crescimento Inovador do G-20, encontrou a devida consideração e convém investigá-la.

O Plano sobre Crescimento Inovador do G-20

Entre as principais características deste plano está a enumeração de premissas que legitimam o programa e organizam áreas prioritárias de atuação do G-20. Nesse documento, os países membros reconhecem a função da inovação para que se promova prosperidade econômica sustentável. O próprio texto do plano evidencia esse direcionamento¹⁶¹:

We, the G20 members, agree that innovation is one of the key driving forces of global sustainable development, playing a fundamental role in promoting economic growth, supporting job creation, entrepreneurship and structural reform, enhancing productivity and competitiveness, providing better services for the citizens and addressing global challenges. The G20 members aim to encourage innovation through practical actions to promote sustainable

¹⁵⁹ Documento disponível em <http://www.mofa.go.jp/files/000185875.pdf>, em 22 de dezembro de 2016.

¹⁶⁰ Conteúdo da Resolução disponível em <http://www.un.org/en/ga/70/resolutions.shtml>, em 05 de janeiro de 2017.

¹⁶¹ Documento disponível em http://www.g20chn.com/xwzxEnglish/sum_ann/201609/P020160912341435721966.pdf, em 24 de dezembro 2016.

economic growth today and lay a solid foundation for tomorrow. The G20, as a premier forum for international economic cooperation, comprises the world's leading economies, with 90% of global GDP, more than 80% of global R&D investment and 70% of the global patent applications. The G20 members fully recognize the importance of embracing a dialogue on innovation in existing cooperation fora to encourage innovation-driven growth and foster a strong and sustained world economy... The G20 supports efforts to promote voluntary knowledge diffusion and technology transfer on mutually agreed terms and conditions. Consistent with this approach, the G20 supports appropriate efforts to promote open science and facilitate appropriate access to publicly funded research results on findable, accessible, interoperable and re-usable (FAIR) principles. In furtherance of the above, the G20 emphasizes the importance of more open trade and investment regimes to facilitate innovation including through IPR protection, and improving public communication in science and technology.

Os países membros reconhecem a transformação do grupo e mostram-se concientes das credenciais que representam. O trecho demonstra que a representatividade do G-20 se faz sentir mundialmente, quando compreende 90% do PIB, mais de 80% dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento e 70% dos pedidos de patentes. O excerto inclui, ainda, uma base principiológica, referente ao acesso a resultado de pesquisas, os princípios FAIR, na sigla em inglês: encontráveis (*findable*), acessíveis (*accessible*), interoperáveis (*interoperable*) e reutilizáveis (*re-usable*).

Além disso, outros temas impuseram um rol de propostas junto a essas iniciativas. Os membros concatenaram ainda um conjunto de outras metas relacionadas a CTI, como i) a erradicação da pobreza extrema e a redução das desigualdades sociais, ii) o incentivo a revisão do Manual de Oslo, que dispõe sobre a conceituação e o reconhecimento do que é inovação, iii) a consideração do Relatório sobre Inovação no G-20, formulado pela OCDE, que enfatiza as potencialidades do grupo em CTI, iv) o apoio ao Mecanismo de Facilitação de Tecnologia das Nações Unidas e a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que tratam de uma base multilateral inclusiva.

O Plano de Ação da Nova Revolução Industrial do G20.

Este plano é considerado como a pedra fundamental do G-20 nas considerações sobre a irradiação de uma nova revolução industrial que está em curso. Os Estados membros do G-20 reconhecem os benefícios da disseminação tecnológica e declaram que estão dispostos a coordenar um plano no qual se espera acelerar um processo que contemple uma perspectiva inclusiva. Essa *rationale* teve impactos na proposta de voltarem a atenção, também, para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos. A recuperação do sistema econômico envolve a evolução qualitativa da indústria, como aponta o documento:

Currently, G20 members share a common vision to jointly promote global economic recovery, leading to medium and long-term sustainable economic growth. Industry, particularly manufacturing and manufacturing-related services, is one of the key factors to achieve the aforementioned goal. We are in the midst of a new industrial revolution which has the potential to transform conventional production processes and business models and create new industry models.

A indústria e os serviços relacionados a ela funcionam como correias de transmissão para o funcionamento do sistema financeiro. Por isso esse plano encoraja também i) a pesquisa conjunta em CTI, ii) um maior papel às pequenas e médias empresas, portadoras de expressiva parcela das inovações, iii) a adaptabilidade da força de trabalho nessa transição, iv) o reforço ao direito de propriedade intelectual, v) o apoio à industrialização dos países em desenvolvimento e dos menos desenvolvidos.

Ao se analisar o esforço do G-20 no propósito de repaginar a estabilidade financeira global valendo-se de CTI, observa-se uma confluência de ideias-força na concepção sobre como deve ser o mundo. Se, de um lado, hoje, os membros do G-20 reconhecem a necessidade de se implementarem iniciativas que busquem instrumentalizar a melhoria de uma estrutura em uma articulação em que se coadunam o coletivo e o inclusivo, por outro lado, como visto anteriormente neste capítulo, Brasil e China vem desencadeando cooperação em regime de co-produção de alta-tecnologia desde os anos 1980. Isso evidencia que, no clube dos países que orquestram a direção econômico-financeira do mundo, Brasil e China compõem um núcleo duro em que experiências vem sendo bem sucedidas.

3.6 A DIFUSÃO DE CTI DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS PARA A AMÉRICA DO SUL

Nas páginas precedentes, observou-se uma intensa mobilização sino-brasileira bilateral e plurilateral, com repercussões no âmbito multilateral. Nessas múltiplas escalas, a PEG tem transparecido um esforço que não se reserva a pretensões puramente individuais, contemplando o compartilhamento de experiências e convertendo os resultados para circuitos mais abrangentes. Isso possibilita a visualização de que a PEG mantém expressivo grau de afinidade com o que buscam outros países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos.

É nesse contexto que os resultados da PEG entre Brasil e China são admitidos como um elemento convergente com as ambições regionais sul-americanas. A capacidade sino-

brasileira de desencadear cooperação em CTI aponta para o favorecimento regional sul-americano, por meio de dois atributos principais: i) o fortalecimento do processo de integração regional, que assume características próprias, em que CTI ocupa uma posição central na superação dos desafios do continente, e ii) a Pan-Amazônia, que corresponde a uma capacidade científica incomensurável, devido aos recursos genéticos da floresta e à capacidade de transformação do continente, por meio das oportunidades que a nova fronteira tecnológica tende a proporcionar.

A aproximação entre Brasil e China reforça a prioridade que dedicam em relação a seus vizinhos. Se, por um lado, no Brasil, isso está estabelecido de maneira intensa, a ponto de estar inserido na parte mais importante da Constituição Federal, por outro lado, na China, essa ênfase não é menos pujante, como ensinou o professor Yuang Peng¹⁶², confirmando a prioridade da China em relação ao seu entorno geográfico. No entanto, pensando no entorno geográfico do Brasil, ao se refletir o entendimento sino-brasileiro com a América Latina e o Caribe, Lyrio e Pontes (2016, p.137) afirmam que a região oferece não somente oportunidades de comércio, mas também ambiente de investimento seguro, pacífico e estável, o que é fundamental para uma convergência em foros multilaterais. Isso favorece sobremaneira a disseminação da PEG sino-brasileira para a escala regional.

Assim, sendo a China um ator extra-regional, convém compreender os traços da aproximação entre ela e a América do Sul, que ganha densidade nos anos de 1970. Naquela ocasião, a RPC começa a participar de maneira ativa do sistema, aproximado-se dos Estados Unidos (1971) e sendo reconhecida nas Nações Unidas (1974). Embora haja exemplos históricos que atestem relações sino-sul-americanas no século XIX, o contexto do anos 1970 favorece à adoção de ações pragmáticas, centradas na segurança energética e na criação de mercados para as empresas chinesas. Para Fujita (2014), a política Nixon-Kissinger proporcionou a inserção de novo eixo de relações da China com a América do Sul¹⁶³.

É nesse contexto que Domingues (2006) identifica uma convergência política. Assim, China e América do Sul encontram interesses mútuos no estreitamento de laços, independente

¹⁶² No dia 28 de maio de 2014, o professor Yuang Peng, vinculado ao CICIR (*China Institutes of Contemporary International Relations*), ministrou aula sob o título "A China e sua inserção em uma ordem internacional em transformação", no Instituto Rio Branco em 2014, Brasília. Conteúdo disponível no canal da Fundação Alexandre de Gusmão, em <https://www.youtube.com/watch?v=0N6Ipz8gqvs>, em 16 de agosto de 2016.

¹⁶³ Embora houvesse traços de dependência ideológica dos Estados Unidos, como alguns autores alertam para momentos de alinhamento automático durante a Guerra Fria (CERVO & BUENO, 2002) o Brasil estreita laços com a China por sua agenda política de diversificação de parcerias.

do viés político¹⁶⁴. Naquelas circunstâncias, a consolidação de relações objetivava, sobretudo, a prostração tanto do apoio à República da China (Taiwan) quanto do discurso diplomático que defendia a existência de duas Chinas, sustentado por alguns Estados¹⁶⁵.

A partir dos anos de 1970, a China encontra-se cada vez mais enraizada na dinâmica política sul-americana. Entre outros exemplos, a China incentiva a atividade de suas multinacionais e empreende parcerias políticas estratégicas em formato bilateral ou coletivo. No primeiro caso, isso fica patente por meio da diplomacia do petróleo com a Venezuela; no segundo¹⁶⁶, isso se verifica, seja por meio da Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC)¹⁶⁷, seja por meio de perspectiva temática, conforme demonstram as parcerias por meio de colisões de geometria variável (BRICS, BASIC, G-20 financeiro, G-20 da OMC), em que a PEG sino-brasileira funciona como o seu principal dínamo. Esse processo é positivo, entre outros motivos, porque favorece ao planejamento dos países continentais, porque não está atrelado a condicionalidades sociopolíticas nem econômicas e porque enquadra-se de maneira harmônica com a disseminação de CTI.

Um elemento significativo a ser sopesado é o fato de que a região é prioridade para a política externa brasileira. Além de articulador de coalizões, o Brasil atua como protagonista na região¹⁶⁸, afirmando-se como principal potência na América do Sul e posicionando-se

¹⁶⁴ Domingues (2006) dá mais ênfase ao anseio da China em estreitar laços, mas há que se considerar que o Brasil era um dos países que buscava a diversificação de parcerias, o que, inclusive era argumento já aventado na Operação Pan-América (1958), na Política Externa independente (PEI) e na política externa dos governos militares, após a administração Castelo Branco (GONÇALVES & MYAMOTO, 1993), que representou o passo fora da cadência, por meio da teoria dos Círculos Concêntricos (CERVO & BUENO, 2002).

¹⁶⁵ A conjuntura política internacional de 2017 aponta para ambiente de tensões no que concerne a esse discurso, já que ele está emergindo na estratégia do presidente estadunidense, em que sinaliza simpatia pela administração de Taipei: como se poderia esperar, o diálogo vem sendo rechaçado pela RPC, inclusive, por meio do Livro da Política da China para a América Latina e Caribe (2016).

¹⁶⁶ Ainda que seja uma abordagem teórica criticada pelo seu predomínio e pelo caráter etnocêntrico na Relações Internacionais, é importante realizar algumas observações. Se, para Ikenberry (2008), a lógica institucional serve como um limitador ao comportamento da China, pois as instituições seriam reguladoras do poder chinês, sobretudo quando se pensa nas instituições multilaterais, como as Nações Unidas e as suas agências; no caso da articulação da China junto a CELAC, que enseja algum grau de institucionalização, a formação de nexo institucional une o modelo autóctone de regionalismo latino-americano à China. Nesse segundo caso, isso dá sentido a novo perfil de relações que aponta relações as quais precisam ser mais bem estudadas.

¹⁶⁷ Seguindo os argumentos de Ellis (2014), o Fórum China-CELAC, criado na 2ª reunião da CELAC, em Havana, em 2014, reforça argumentos hostis à República da China (Taiwan) e angaria apoio à atividade chinesa no Mar do Sul da China. Isso ocorre ao mesmo tempo em que fortalece a exclusão dos Estados Unidos na América Latina, a reivindicação das Ilhas Malvinas além de apresentar-se como mediador em disputas regionais.

¹⁶⁸ Em meios a assédios e descasos, o Brasil se esforça para ser reconhecido como interlocutor regional. Comporta-se como um *“core state”* (RIVAROLA, 2011) e, desde o século XIX, por meio do americanismo de José Bonifácio (CERVO & BUENO, 2002) ou a Doutrina Andrada (ANJOS, 2007), propõe coesão continental governada por interesses coletivos.

junto à China, ainda que submetido a desafios¹⁶⁹. Historicamente, a cúpula realizada em Brasília, em 2014, quando Brasil promove encontro entre a China e essa região é um marco para a aproximação sino-sul-americana, em que o Brasil tem participação notável como articulador, viabilizando que esses países ingressassem em um novo período de relações caracterizado por estreitamento de laços¹⁷⁰. Como dispõe o Livro da Política da China para a América Latina, no final da 2ª parte, essa aproximação facilitada pelo Brasil tem contribuído para fortalecer a plataforma China-CELAC.

Conforme demonstra a cúpula de Brasília (2014), o Brasil apoia um ativismo da China na América Latina, e, sobretudo, em um recorte geográfico mais preciso em que se encontra a América do Sul. Ainda que haja a crítica sobre os riscos de que a China atue como pagador de última instância e sobre um ofuscamento do Brasil como fornecedor de bens industriais na América do Sul e na África, há um conteúdo bastante promissor em formação. Esse quadro de expectativas positivas tem-se construído em torno de elementos concretos, como o Primeiro Fórum China-CELAC sobre Ciência Tecnologia e Inovação, realizado em setembro de 2015, em Quito, criando plataforma para uma parceria industrial, tecnológica, geopolítica, que seja de fato estratégica, o que encontra convergência com o que se expressa no Livro da Política da China para a América Latina e para o Caribe, em suas versões de 2008 e de 2016.

Na América do Sul, o protagonismo chinês recebe cada vez mais destaque, sobretudo após a crise do *subprime* de 2008, atingindo o seu ápice em 2015, como demonstram o Forum China-CELAC e as iniciativas em CTI. Torna-se locomotiva econômico-financeira e contribui na montagem de engenharias políticas importantes, sendo, inclusive, um apoiador da integração regional proposta na primeira década do século XXI¹⁷¹. O cenário de

¹⁶⁹ Há um debate vigoroso quanto à participação chinesa no equilíbrio ou desequilíbrio de poder na América do Sul. As divergências apontam para existência de ônus ou bônus para os Estados regionais. Ao se abordarem interesses individuais dos Estados, pode haver desequilíbrio; contudo, coletivamente, a América do Sul apresenta-se como beneficiária no projeto de construção de autonomia. Entre as críticas contundentes, que serão analisadas adiante, alega-se que os interesses do Brasil no seu entorno imediato parecem ser mais desafiados do que favorecidos, pois haveria competição entre manufaturados brasileiros e chineses. A presença da China como parceiro comercial cada vez mais forte dos países do Sul enfraqueceria os laços entre Brasil e sul-americanos, desviando comércio. Nesse contexto, para alguns grupos de interesse, há o temor de que a China possa substituir o Brasil como líder regional na acumulação de capital no sub-continente.

¹⁷⁰ Isso, inclusive por ter verificado por meio da criação do Forum China-CELAC (2014) e do lançamento do Forum China-CELAC em Ciência, Tecnologia e Inovação (2015), do qual resultou a criação de laboratório conjunto em tecnologia TD-LTE (2015), conforme descrevem Dong et al (2015). Para melhor compreensão sobre a relevância da tecnologia TD-LTE, Aldmour (2013) assevera que o desenvolvimento desse ramo científico-tecnológico tem impacto significativo no campo de tecnologia da informação e comunicação.

¹⁷¹ Isso foi percebido por Gonçalves (2011, p.145), para quem *“além do apoio pela via do comércio, a China tem também apoiado a integração regional. Naturalmente que é de seu interesse enfraquecer posição norte-americana na área, ao mesmo tempo em que fortalece a sua. Consoante esse propósito, os chineses têm realizado importantes investimentos na área de construção de infra-estrutura da região”*.

desarticulação regional identificada por Palma (2004)¹⁷² encontra alteração na política empreendida pela China, rearticulando forças produtivas, gerenciando o espaço sul-americano e cumprindo o papel que se esperava que os Estados Unidos ou o Brasil pudessem realizar.

A atuação da China na região, portanto, cria mecanismos para a construção da autonomia sul-americana, causando desconfiança à potência estadunidense em declínio relativo. Embora, oficialmente, o governo chinês negue o interesse em contrapor os Estados Unidos, há empreendimentos que causam preocupações a Washington: um deles é o Canal da Nicarágua¹⁷³. Ainda marcado por indefinições, caso construído pela Hong Kong Nicaragua Canal Development Investing Company (HKND)¹⁷⁴, o canal constrange os EUA ao propor uma passagem que interliga oceanos de maneira mais eficiente que o Canal de Panamá¹⁷⁵. Contudo, o canal é somente um entre outros elementos nesse ambiente geopolítico¹⁷⁶.

Esse “efeito China” que se constata no continente mostra a capacidade para que ela contribua para o fortalecimento do processo de integração regional sul-americano. Isso faz mais sentido, quando se acompanha a mobilização chinesa para a criação de ganhos compartilhados, o que pode ser visto no Livro da Política da China para América Latina e Caribe (2016), em seu preâmbulo: *“A China está disposta a alargar as convergências de interesses com todos os países para promover a construção de relações internacionais de novo tipo que tem como núcleo a cooperação e ganhos compartilhados e criar uma comunidade de destino comum para a humanidade.”* Isso explica a propositura, em 2008, de

¹⁷² Palma (2004) compara o modelo de dispersão da cadeia produtiva que o Japão empreende na Ásia, nos anos de 1980, mencionando a imagem do Japão como ganso líder do processo de integração regional, com o Estados Unidos na América Latina, denominados “patos vulneráveis”. Para o autor, além dos Estados Unidos não liderarem a promoção de cadeia produtiva, eles competem com as economias da região, desorganizando uma estratégia regional pela ausência de líder.

¹⁷³ Nesse contexto, alterações no quadro político não devem ser descartadas. Ainda que membros da comunidade científica aleguem substancial agressão ao meio ambiente e a povos autóctones (HUETE-PÉREZ, 2014) e que militares estadunidenses declarem não haver preocupações maiores do que a possibilidade de intervenção militar chinesa em área bastante próxima aos EUA (WALBORN, 2014), há que se considerar uma alteração no quadro geopolítico regional, sobretudo na América ao Sul do Rio Grande.

¹⁷⁴ Dados fornecidos por meio da página eletrônica do empreendimento (<http://hknd-group.com/>).

¹⁷⁵ Atualmente, o Canal de Panamá possibilita, de maneira mais eficiente, o deslocamento da marinha de guerra americana entre as costas Leste e Oeste dos Estados Unidos. Ainda há poucas análises sobre em que medida a abertura do Canal da Nicarágua pode ser positiva ou negativa aos interesses estadunidenses. No entanto, Walborn (2014) vaticina benefícios para Estados sul-americanos e preocupações para os EUA. Neste caso, para o autor, se a obra for concluída, governos clientelistas ganham expressão, o que não é desejável; se a obra não for concluída, há a possibilidade de criação de um Estado falido, próximo ao território estadunidense.

¹⁷⁶ Sem haver a intenção de esgotar o rol de perspectivas estratégicas envolvendo a China, pode-se mencionar projetos como a Aliança do Pacífico (formada por Peru, Colômbia, Chile e México) e a Parceria Transpacífico (que compõe iniciativa transregional, conjugando interesses de asiáticos, estadunidenses e latino-americanos). Uma corrente de autores acredita que estes projetos têm propósitos geopolíticos e visam a interferir na estratégia chinesa junto à região (CUNHA, 2015; PECEQUILO, 2013; PADULA, 2013)

uma Parceria de Cooperação Abrangente China-América Latina e Caribe, fundada em igualdade, benefício recíproco e desenvolvimento comum.

O Livro de 2016 propõe ainda a elevação dessa Cooperação Abrangente a um novo patamar, formando uma estrutura de quinteto, conforme dispõe a parte 3 do documento¹⁷⁷:

A parte chinesa está se empenhando em forjar uma nova estrutura de "quinteto" das relações China-América Latina e Caribe, composta por [1] sinceridade e confiança mútua na área política, [2] cooperação e ganhos compartilhados na área econômica e comercial, [3] intercâmbio e aprendizado mútuo na área cultural, [4] colaboração estreita nos assuntos internacionais, [5] fomento mútuo entre a cooperação integral e as relações bilaterais, com o fim de elevar a nossa Parceria de Cooperação Abrangente a um novo patamar, fazendo com que a China e a América Latina e o Caribe se tornem em uma comunidade de destino comum do desenvolvimento conjunto.

Essa nova estrutura de quinteto, renovando a Parceria de Cooperação Abrangente, consolida a trajetória em que se estrutura a construção do novo patamar anunciado. Assim sendo, China ocupa espaço cada vez mais proeminente na geopolítica e na geoeconomia da América Latina e do Caribe e, por conseguinte, na América do Sul. Isso acontece por intermédio de brechas no sistema, as quais ocorrem em desfavor dos EUA.

Para a China, a aproximação com a América do Sul, com o apoio do Brasil, representa ampliação dos seus recursos de poder e otimização de sua articulação político-diplomática. Segundo Mendes (2010, p.41), *"por fim, todas estas manobras diplomáticas e a presença chinesa na África e na América Latina contribuem para a crescente afirmação da RPC como potência mundial."* Isso vai mostrar que a maneira pela qual a China tem interagido com a América do Sul importa para que o País do Meio amplie a sua importância como potência mundial e como ator liminar (RUMELILI, 2012). Essa estratégia chinesa tem transparecido uma compatibilidade com os anseios regionais, demonstrando, ainda, uma abordagem que se diferencia do que ocorreu historicamente com o Brasil e com a região. A cooperação sino-brasileira, ao servir de plataforma para reproduzir os seus êxitos em escala continental, consolida a importância do Brasil e da China no espaço sul-americano.

3.6.1 O processo de integração regional

¹⁷⁷ Disponível em <http://www.fmprc.gov.cn/ce/cgrj/pot/zlghd/t1419352.htm>, em 1 de dezembro de 2016.

O cenário político atual evidencia uma notória convergência entre a PEG sino-brasileira e os objetivos perseguidos pela América do Sul. Brasil e China favorecem a uma perspectiva que é bastante benéfica ao continente e que tem sido a tônica do projeto de integração sul-americano. O sentido maior do processo de integração sul-americano, em sua perspectiva contemporânea, tem sido mais bem interpretado por Sarti (2013), para quem a integração sul-americana tem como meta-síntese a superação da posição periférica do sistema interestatal, a qual tem sido perpetuada historicamente, pois contribuiu para consolidar a noção de território produtor de matérias primas, garantindo vaga cativa para a América Latina na periferia do sistema.

Isso indica uma sinergia que tem acalentado um processo integrador com características próprias, no qual se identifica uma convergência significativa com a PEG sino-brasileira. A cooperação, por meio da PEG, ocorre *pari-passu* com o que o processo integrador sul-americano está desencadeando. É possível reconhecer uma identidade entre a essência da cooperação sino-brasileira e o processo integrador sul-americano, sobretudo quando se verifica a relevância da dinâmica que impulsiona CTI junto à força motriz da integração regional percebida por Sarti (2013 e 2014).

Assim, é importante reconhecer que o regionalismo constitui um elemento basilar na identificação e na implementação de estratégias para superar a condição de periferia. Durante a política externa empreendida pelos governos Lula e Dilma, entre 2003 e 2016, a América do Sul engajou-se em um modelo que buscasse suplantar o estado de marginalização sistêmica que subjuga o continente. Esse é um dos objetivos centrais do regionalismo que esteve em pleno curso, tencionando implementar sua própria via (SARTI, 2013) e conferindo densidade a um desenvolvimento social e econômico autônomo dotado de teor geopolítico (SARTI, 2014; RIVAROLA, 2011). Embora diferentes dinâmicas de integração convivam no território continental¹⁷⁸, é a União Sul-americana de Nações (UNASUL) que expressa uma unidade, na intenção de reorganizar o espaço sul-americano e operacionalizar um genuíno processo de desenvolvimento (NERY, 2016 e CARVALHO, 2013).

¹⁷⁸ As últimas décadas registram a emergência de regionalismo formado por diversos projetos de integração, que inserem o continente em perspectiva regional peculiar. Por meio de ênfase distintas, entre outras iniciativas, podem-se mencionar projetos em escalas diferenciadas: 1) regional, União Sul-americana de Nações (UNASUL); 2) sub-regional, Comunidade Andina, Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) Aliança Bolivariana (ALBA), Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA); 3) macrorregional, Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC); 4) acordos interregionais, como a Aliança do Pacífico e a Parceria Trans-Pacífico.

Uma das características predominantes da América do Sul é a assimetria entre os Estados. O ponto-chave desse tema é que, ao compreenderem que o reconhecimento de desigualdades é passo inicial para o conceito de integração regional no século XXI, os países sul-americanos primam por desenvolver políticas capazes de reduzir essas diferenças. Essa percepção se materializa no projeto da Unasul, pois os Estados membros entendem que esse é o caminho para se consolidar uma política externa autônoma, capaz de criar inclusão social e de impulsionar nova perspectiva em educação, direitos civis, defesa, ciência, tecnologia e inovação, entre outros aspectos.

A integração regional sul-americana é o ingrediente nuclear para se construir desenvolvimento nacional nas diferentes unidades políticas do continente, com redução de desigualdades sociais. Por meio da consolidação da Unasul, os Estados vêm superando desconfiança e se esforçando para romper o modelo do tipo arquipélago, criticado por Furtado (2003), em que cada unidade comporta-se de maneira desintegrada e isolada. A inserção soberana e a superação da condição periférica contribuem, portanto, para a criação de regionalismo com características genuinamente sul-americanas (SARTI, 2013), em que se abandona o tradicional “*desarrollo hacia fuera*” (PREBISH, 1949) e se abraça um desenvolvimento para dentro, estabelecendo consensos em meio à pluralidade de interesses.

Nesse contexto, o regionalismo sul-americano constrói paulatinamente sua própria trajetória. Isso explica por que a teoria da integração regional europeia não se aplica ao caso sul-americano. É, aliás, um equívoco que as análises sobre integração tomem como paradigma a integração europeia: ainda que a compreensão de processos, como o da União Européia, sejam indispensáveis para interpretar a política contemporânea, não se pode ignorar que cada projeto de integração tem seu próprio contexto histórico e sua própria razão de ser (SARTI, 2013). No caso da América do Sul, tanto Carvalho (2013) quanto Nery (2016) afirmam que o processo de integração regional passa por uma reapreciação de temas como institucionalidade, desenvolvimentismo e estratégias geopolíticas. Isso se reflete na arquitetura institucional da Unasul, já que, entre outras características, prestigia o funcionamento de conselhos concebidos em áreas consideradas estratégicas.

Para se compreender como esse objetivo tem sido trabalhado, é necessário analisar, ainda que sucintamente, a espinha dorsal do corpo político sul-americano. Três níveis são predominantes: 1) a cooperação Brasil-Argentina, que abre caminho para o Mercosul; 2) A liderança Brasil-Venezuela, que possibilita forjar a Unasul; e 3) o papel do Brasil como potência emergente, núcleo da assimetria, mas que atua como indutor de estratégia Sul-Sul, aprofundando, inclusive, as relações do continente com a Ásia e a África.

Esse é o contexto político que fortalece o projeto de consolidação traduzido, teoricamente, por meio do conceito de integração ampliada sul-americana, de Sarti (2014). O surgimento da Unasul representa uma integração que vai além do âmbito sub-regional: uma chave para o desenvolvimento regional, do qual o Brasil pode ser observado com principal articulador. Criando nova verve desenvolvimentista, a arquitetura inovadora da Unasul confere densidade a interesses geopolíticos e sociais, em que os diversos conselhos destinam-se a proteger os diversos interesses da coletividade e a preservar a soberania¹⁷⁹. A participação social no processo decisório estabelece um desenvolvimento inclusivo, em meio a processo de integração multifacetado. Assim, de acordo com Sarti (2014, p.3):

Integration now, as it was symbolically in the past, is driven by the will to overcome the peripheral status of world capitalism where it has been placed since discovery and colonization. However, now, for the first time in the continent history, these ideals define policies which are simultaneously promoted by regional State governments.

A percepção da autora revela que o processo de integração regional comporta políticas desenvolvidas simultaneamente pelos Estados regionais. Trata-se de um ambiente integrador direcionado, de fato, para a supressão de desafios continentais, em suas particularidades, que acometem o continente. Isso revela a estreita complementaridade existente entre a cooperação sino-brasileira e o processo de integração sul-americano que se afasta do "Mercosul Fenício" (CAETANO, 2011) e que valoriza o surgimento de um novo modelo de integração que abrange uma estratégia de aproximação com países emergentes extra-continentais, como assevera Sarti (2012, p.10):

No obstante, en este milenio, la opción de gobiernos progresistas en favor de una mirada al Sur - con la subsecuente implementación de políticas ampliadas con un carácter que rebasaba la naturaleza meramente comercial - inaugura un nuevo modelo de integración. Esos gobiernos han navegado en aguas más o menos turbulentas, con estilos y recursos distintos y diversos resultados producidos, que sin embargo convergen al demostrar un desempeño estatal anclado en un trípode que privilegia las políticas sociales, el fortalecimiento del bloque regional y la aproximación sur-sur con países emergentes de otros continentes como estrategia para alcanzar la meta de la autonomía en el escenario internacional.

O Trípode de Sarti (2012, p.10) oferece instrumental epistemológico para se conceber uma sintonia entre a PEG, o processo de integração e a promoção de políticas sociais. Essa

¹⁷⁹ Carvalho (2013, p.19) demonstra o caráter inovador da arquitetura institucional da Unasul. A estrutura da organização demonstra a consciência coletiva acerca da necessidade de superar fragilidades que potencialmente afetam a soberania dos Estados membros.

percepção sulista do processo de integração regional converge com a cooperação em CTI proposta pela PEG sino-brasileira, baseando as suas perspectivas no pensamento de que paz e desenvolvimento são fundamentais tanto para a superação dos desafios regionais quanto para o multilateralismo que se deseja construir. Assim, o entendimento sobre a cooperação de Brasil e China contribuem sincronicamente para o que se busca no processo de integração: autonomia, resolução de desafios sociais, superação da posição periférica. Isso instrumentaliza a percepção da autora sobre o fortalecimento do bloco regional junto à aproximação Sul-Sul com outros países emergentes de outros continentes.

Em relação à África e à América Latina, Brasil e China têm uma percepção muito parecida. Embora as tomem com prioridades diferentes, essas regiões ocupam status de alta relevância tanto na política externa brasileira quanto na chinesa, o que se reflete na mobilização político-econômica desempenhada junto a essas regiões. Assim como o Brasil, que declaradamente assume a América do Sul como prioridade da sua política externa, por ser a sua região o seu entorno geográfico (FIORI, 2013), a China admite a sua preferência diplomática pela região em que ela se encontra. Isso significa que, ao contrário do Brasil, para a China, a América Latina, como um todo, não está entre as prioridades da sua política externa.

Mesmo assim, a região é considerada com forte apreço e alto grau de relevância. No caso do Brasil, o protagonismo e a ativa participação no processo de integração evidenciam a sua importância. No caso da China, ainda que ela não tenha uma política específica para a América do Sul, compreendendo-a na macro-política da América Latina, a região tem sua importância, como pode ser verificado por meio de alguns sinais, como demonstram i) as duas versões do Livro de Política da China para com a América Latina e o Caribe, de 2008 e de 2016, ii) a constituição do Fórum China-CELAC (2014) e iii) o Primeiro Fórum China-CELAC sobre Ciência Tecnologia e Inovação (2015).

O Livro de Política da China para com a América Latina e o Caribe (2016), lançado em novembro de 2016¹⁸⁰ é o documento mais atual para se traduzir as diretrizes chinesas para a macrorregião, o que se reproduz para a América do Sul. Ao esclarecer as pretensões da China em relação a América Latina e o Caribe, dois aspectos sobressaem: a) a agenda política que a China apresenta se parece com a versão atual da cooperação sino-brasileira, contudo em um estágio menos evoluído e, inclusive, contempla expansão de canais de financiamento e, b)

¹⁸⁰ Documento disponível em http://portuguese.xinhuanet.com/2016-11/24/c_135855243.htm , e 1 de dezembro de 2016.

há uma notável atenção a CTI, como prevê a parte IV do Livro, dispondo sobre “*aprofundar a cooperação China-América Latina e Caribe em todas as áreas*” e designando, entre diversos sub-tópicos, a inovação científica e tecnológica e a cooperação espacial:

(8) Inovação científica e tecnológica

Discutir e estudar de forma ativa a cooperação dos dois lados nas áreas de alta tecnologia, como a indústria de informação, aviação civil, energia nuclear civil e novas energias, entre outras, instalar juntos mais laboratórios conjuntos, centros de pesquisa e desenvolvimento ou parques de alta e nova tecnologia científica, apoiar as empresas inovadoras e instituições de pesquisa de ambas as partes a realizar intercâmbio e cooperação, promovendo pesquisa e desenvolvimento conjunto. Encorajar o diálogo e intercâmbio entre os profissionais de ciência e tecnologia dos dois lados, apoiando mais jovens cientistas eminentes dos países latino-americanos e caribenhos a fazer trabalho de pesquisa científica de curto prazo na China.

(9) Cooperação espacial

Discutir de forma ativa a cooperação dos dois lados nas áreas de satélites de comunicação e de sensoriamento remoto, aplicação de dados de satélites, infra-estrutura espacial e formação e educação espacial, entre outras, promover em conjunto a aplicação de tecnologias espaciais nas áreas de redução e prevenção de desastres, monitoramento de agricultura e silvicultura e da mudança do clima, entre outras, desenvolver de forma plena o papel impulsionador da tecnologia espacial para o desenvolvimento das indústrias e da ciência e tecnologia dos diversos países da América Latina e do Caribe, promovendo o desenvolvimento contínuo nas áreas de ciência e tecnologia e da economia.

Assim sendo, o Livro de 2016 confirma a ênfase da China em CTI e designa diversos setores que são de interesse chinês. A política chinesa para a macrorregião mostra a determinação em cooperar em temas similares aos identificados na perspectiva científico-tecnológica da PEG sino-brasileira. Ainda que se encontre em estágio diferente do que Brasil e China vem realizando, pois, neste caso, já há efetiva cooperação operacionalizada em diversos setores, a perspectiva do que a China planeja para a macrorregião, incluindo América do Sul - e que tem apoio do Brasil - confirma as potencialidades para uma atuação que não é retórica, senão efetiva, complementada por outros trechos do documento que apontam para desenvolvimento do setores industrial e de capacidade produtiva, multilateralismo inclusivo, energia, infraestrutura, mudanças climáticas, redução de pobreza, saúde, entre outros.

A terceira plataforma de cooperação que serve como exemplo e que demonstra sentido semelhante é o estabelecimento do Fórum China-CELAC (2014). Esse espaço de diálogo comprova o interesse e a ativa preocupação chinesa em criar espaço de convergência com Estados que se sentem preteridos na ordem sistêmica interestatal. O Brasil tem participado de maneira efetiva do processo de integração regional da América Latina e do Caribe, ainda que

isso ocorra de maneira mais enfática na América do Sul. Assim, tanto o apoio brasileiro à presença chinesa quanto a difusão de resultados da PEG na região, revertem-se em benefício do processo integrador sul-americano.

3.6.2 O lugar da Pan-Amazonia

A Amazônia é protagonista no processo arquitetado por meio da PEG sino-brasileira. Se a China oferece comprometimento com o desenvolvimento sociopolítico, econômico e tecnológico almejado pela América do Sul, ela indica ser um ator crucial nos projetos continentais. Somente por meio de estímulo à cooperação sul-sul ao nível tecnocientífico, com ênfase na industrialização e no aproveitamento mais eficiente dos recursos naturais de países historicamente oprimidos, poder-se-á modificar a lógica que consolida a condição periférica sul-americana, reprodutora de desigualdades.

Por esse motivo, a Amazônia sul-americana destaca-se como a nova fronteira do desenvolvimento continental, em que as relações sino-brasileiras favorecem à construção de CTI. Nesse contexto científico, dois setores se destacam: as Ciências Espaciais e a Biotecnologia. No primeiro caso, as condições geográficas favorecem ao desenvolvimento de CTI¹⁸¹. No segundo caso, é considerada como repositório do maior estoque genético do planeta, o aproveitamento desses recursos oferece meios para a superação da condição de periferia do sistema¹⁸². É nesse sentido que a Amazônia é concebida por Becker (2009) como parte da geopolítica na virada do III Milênio e avaliada por Loureiro (2009) como recurso de novo tipo de desenvolvimento.

A Amazônia abrange parte do território de Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e França¹⁸³. Esse território, compreendido coletivamente, representa a maior floresta megadiversa do planeta, um quinto da reserva mundial de água doce, um terço da área de floresta tropical do mundo e um quinto de todas as espécies animais

¹⁸¹ Entre outros projetos, isso se verifica por meio da Base de Alcantara (MA) - que, segundo Gaiosky (2012), está entre as mais bem localizadas do mundo - e da Estação de Monitoramento GNSS no Observatório Magnético de Tatuoca (PA), situada na desembocadura do rio Amazonas, junto à linha do Equador.

¹⁸² Essa articulação em CTI tem previsão institucional na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que prevê desenvolvimento conjunto de pesquisas científicas. Entre outros projetos, há a iniciativa brasileira que se materializa no Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), o qual se destina a investigações científicas com os recursos genéticos da floresta.

¹⁸³ Este último, participa devido à Guiana Francesa, que é um departamento ultramarino francês: “*Guiana Francesa, portanto, é uma região européia dentro da América do Sul*” (Granger, 2008:160). A página eletrônica do *World Factbook*, da Agência Central de Inteligência (CIA), também traz em seu banco de dados a posição política da Guiana Francesa como um departamento francês: consultada em 9 de março de 2016.

e vegetais existentes, das quais somente 30% foi catalogado (Becker & Stenner, 2008). Esse estoque significa bens altamente estratégicos, que devem ser preservados e monitorados para a geração de revoluções científicas.

O sentido comum existente entre a PEG e o processo de integração interferem positivamente na gestão eficiente dos múltiplos recursos continentais. Territórios plurinacionais valiosos, como a Amazônia, entre outros biomas, converteram-se em plataformas de desenvolvimento regional, em que a difusão de políticas voltadas para Ciência, Tecnologia e Inovação, junto a conhecimento de recursos sul-americanos, passa a ser uma das prioridades da Unasul. Isso pode ser observado tanto por meio do Conselho de Ciência, Tecnologia e Inovação (COSUCTI) da Unasul¹⁸⁴ quanto por intermédio outras instituições regionais, como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)¹⁸⁵.

A Amazônia, portanto, não somente importa para a construção de ciência, tecnologia e inovação, mas também para o capital estratégico que contribui para avanço socioeconômico do continente¹⁸⁶. A biodiversidade sul-americana - que não se resume à Amazônia, mas que se concentra nela - cria oportunidade de geração conjunta de tecnologia e converge com outras questões estratégicas, como ambiente favorável a bases espaciais de lançamento¹⁸⁷, acesso a minerais e água. No entanto, a maior riqueza amazônica é a biodiversidade, que precisa ser tratada com mais atenção nas políticas públicas nacionais e no planejamento do processo de integração regional. Isso fornece os ingredientes para investigar o quanto esses ativos estratégicos capacitam a região a superar o subdesenvolvimento.

Um outro ativo estratégico da Amazônia tem correlação com um elemento tradicional das relações sino-brasileira em CTI: a cooperação espacial. O Norte da América do Sul é

¹⁸⁴ Carvalho (2013, p.120) esclarece o conselho, criado em 2010 cumpre o propósito do tratado constitutivo da Unasul que previa implementação de pesquisa, inovação, transferência e produção de tecnologia. A criação do COSUCTI, portanto, representa um lastro de consolidação desse pensamento.

¹⁸⁵ O Tratado de Cooperação Amazônica - TCA (1978) constitui a base jurídica da OTCA (1998). Por meio dos artigos 7º e 9º do TCA, os Estados amazônicos manifestam o interesse em promover pesquisa científica e intercâmbio de informações e de pessoal técnico, além de incentivar estabelecimento de estreita colaboração nos campos da pesquisa científica e tecnológica

¹⁸⁶ Nota-se que dos doze países sul-americanos, somente quatro não são amazônicos: Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai. Isso não inviabiliza que esses países sejam beneficiados, pois, em meio a avanços tecnológicos, uma cadeia produtiva integrada abre espaço para atuação de todos os países sul-americanos.

¹⁸⁷ Nesse contexto, duas iniciativas ganham destaque: a Base Espacial de Alcântara, no Maranhão (Brasil) e o Centro Espacial Guianês, em Kourou (Guiana Francesa). A proximidade da linha do Equador favorece o lançamento, devido a fatores atmosféricos, A existência dessas bases, mostra a percepção do valor estratégico da Amazônia quanto a zona apropriada para lançamentos, ainda mais quando se observa que cidades como Macapá estão exatamente sobre a linha do Equador. Foi pensando nesse valores estratégicos e na capacidade de destacar-se nas ciências espaciais que o Brasil estabeleceu parceria com a Ucrânia, por meio do projeto Ciclone 4, e com a China, por meio do projeto CBERS, embora o Projeto Cyclone tenha sido denunciado pelo Brasil.

valioso para a Ciência Aeroespacial. A proximidade com a Linha do Equador proporciona condições mais vantajosas para lançamento de objetos espaciais, o que faz da Base Espacial de Alcântara, no Maranhão (Brasil), nas franjas da Amazônia, o centro de lançamento espacial mais bem posicionado no mundo¹⁸⁸. Consciente deste ativo estratégico, desde 1961 o Brasil empreende esforços para desenvolver capacidade tecnológica espacial, quando criou grupo de trabalho que resultou na CNAE - Comissão Nacional de Atividades Espaciais (1963). Isso demonstra a relevância do aprofundamento da cooperação espacial no âmbito da PEG sino-brasileira.

A posição geográfica favorece, ainda, devido a questões climáticas. As pesquisas realizadas por Marques et al (2012), verificando a radiação solar global, entre 2006 e 2008, no Estado do Amapá, constataram intensa incidência em diferentes estações meteorológicas¹⁸⁹, comprovando o significativo aproveitamento fotovoltaico durante todo o ano. Isso corrobora as análises de Tavares (2014) que, em uma investigação climatológica, avaliou positivamente a incidência solar em Macapá, já que a cidade está sobre a Linha do Equador, e, portanto, é favorecida em termos atmosféricos. Sendo a China um dos países mais importantes na tecnologia e na fabricação de painéis fotovoltaicos, como restou comprovado em sessão precedente, a PEG sino-brasileira aponta para setores com capacidade de promover um replanejamento na estrutura científica e energética, no Brasil, incluindo a região Norte, e em outros países sul-americanos.

Compensa, de fato, a exploração de petróleo ou o aproveitamento da hidroenergia na Amazônia, quando a energia solar é abundante? O relatório sob o título Manual de Investimento em Infraestrutura Renovável, publicado pelo Fórum Econômico Mundial, em dezembro de 2016, divulga a competitividade na produção de energia solar e realiza projeções sobre um custo que está para superar os combustíveis fósseis. Os Emirados Árabes Unidos já demonstram a capacidade de produzir energia solar mais barata do que petróleo¹⁹⁰.

Nesse contexto, o escopo em CTI da PEG sino-brasileira têm impulsionado projetos

¹⁸⁸ Com o propósito de fornecer dados técnicos que comprovam a afirmação, Gaioski (2012, p;10) afirma que *“Alcântara localiza-se a apenas 2° 18’ da linha do Equador, o que torna o CLA [Centro de Lançamento de Alcântara] o centro de lançamento espacial mais bem posicionado do mundo (para efeito de comparação, o centro de lançamento de Cabo Canaveral, na Flórida/EUA, localiza-se a 28° 30’)*. Isso significa que nenhuma outra base de lançamento no mundo desfruta de posição geográfica mais favorável.

¹⁸⁹ Os autores avaliaram as estações meteorológicas localizadas no Estado do Amapá, nas cidades de Macapá, Serra do Navio, Pacuí e Oiapoque.

¹⁹⁰ Ver plataforma VPRO, em <https://www.youtube.com/watch?v=mmyrbKBZ6SU&index=1&list=PLH1XCBAYN5aomzrpciGsSqAXKVaWKNwmX>, disponível em 5 de janeiro de 2017.

que se revertem em benefícios regionais e que têm a Amazônia como núcleo. Assim, a Amazônia é ativo pujante principalmente devido à biodiversidade e aos estoques de material biogenético que a floresta detém. A prospecção informacional oferece recursos científicos que operam por meio da estrutura diplomática e científica, orquestrando o desenvolvimento de uma cooperação que contribui para superar a condição de periferia sul-americana (SARTI, 2013). A própria PEG constitui um precedente para essa perspectiva.

Para a China, a Amazônia representa acessibilidade a bens estratégicos. Excetuando-se os casos de biopirataria - como já vem acontecendo, em atividades perpetradas por cientistas de países desenvolvidos, sem o tratamento adequado dos países a quem se submetem - para se promoverem pesquisas científicas legalmente estabelecidas, usando o banco genético amazônico, por exemplo, na biotecnologia, a China, ou qualquer outro país, deve ter interesse em obter licença ou em financiar laboratórios a fim de realizar a prospecção na floresta. No entanto, a bioprospecção ilegal tem ocorrido comumente, conforme denuncia Danley (2012, p.294-295):

Brazil has 10% to 20% of all biodiversity in the entire planet, more than any other nation. The Amazon forest holds most of the Brazilian biodiversity and is home to various indigenous communities... Biopiracy not only encompasses the illegal trade of species of animals and plants, but also the illegal appropriation and monopoly of the knowledge of traditional populations...

Products and byproducts derived from Amazon biodiversity are mostly used by the pharmaceutical and biotechnology industries (usually located in the North) and are also referred to as "green oil." Despite the very lucrative aspect of this activity, the exploited State (usually located in the South) and the indigenous communities whose knowledge helped the industry to find and market the green oil do not receive any percentage of the foreign companies' profits.

Biopiracy in the Amazon forest creates a vicious cycle. The foreign individuals and entities benefit from the traditional knowledge and buy the resources needed at a very low cost. A very simple formula of the exploitation emerges: free knowledge + cheap resource = millions of dollars worth of products. Biopiracy causes Brazil to lose \$16 million per day, mostly as a result of lack of better public policy and poor enforcement of existing legislation.

The pharmaceutical and biotechnology markets yield approximately \$700 billion per year. The market for medicinal plants alone, with the help of traditional knowledge, is \$43 million. Unfortunately, most of the resources are obtained through biopiracy. Brazil and the indigenous and other traditional communities do not participate.

As pesquisas de Danley (2012) apontam para cifras exorbitantes, ainda mais quando se tratam de pessoas entre as mais pobres do mundo, favorecendo conglomerados que estão

entre os mais ricos. O descaso, a corrupção, o desdém com a maior riqueza amazônica, a biodiversidade e os povos tradicionais, têm se convertidos em perdas incomensuráveis para a Ciência não somente no Brasil, foco deste estudo, mas nos povos da Pan-Amazônia. Isso põe em evidência o valor das Unidades de Conservação, e das áreas de preservação ambiental, mas, ainda, robustece esforços para uma estratégia regional de gestão soberana dos recursos naturais que, como defende Bruckmann (2013), precisa fundamentar uma perspectiva estratégica dos recursos naturais na geopolítica da integração latino-americana.

Nesse contexto, o Protocolo de Nagoya e o funcionamento de Sistema ABS contribuem sensivelmente para iniciar um tratamento adequado parte dessas questões. Tendo como nome oficial Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Advindos de sua Utilização, o arcabouço jurídico internacional trazido por esse instrumento - em vigor desde 2014, quando 51 Estados membros do Convenção sobre Diversidade Biológica o ratificaram - dispõe que registros de patentes devem comprovar a origem dos princípios ativos das substâncias que fundamentam as descobertas. O Sistema ABS, sigla das iniciais em inglês de *Access on Benefit-Sharing*, estabelece que os benefícios obtidos por meio dessas propriedades naturais devem ser compartilhados com os países de onde as substâncias foram extraídas. Isso direciona uma outra diretriz para o tema, que precisa ser mais bem compreendido pela comunidade científica, sobretudo pelo efeitos que causa aos biomas brasileiros, principalmente a Amazônia.

Há, ainda, a fragilidade da prospeção do acervo mineral. Entre outras reservas importante, há estoques de metais como o lítio, elemento crucial para a construção de aparatos eletrônicos, conforme ensina Bruckman (2013) e como o nióbio que se concentram na região e é essencial a industrias de defesa e aeroespacial devido a propriedades singulares do metal, como resistência combinada à leveza.

Ainda, em uma perspectiva estratégica sul-americana, a Amazônia destaca-se como reserva de hidrocarbonetos e da água. Quando se analisa petróleo e gás, há que se considerar que, além das reservas do pré-sal na costa atlântica, há fontes diversas, como o Vale do Orinoco, que consta entre as principais fontes de hidrocarbonetos do mundo, além de outros recursos exploráveis na região florestal. Contudo, problemas ambientais, como os causados pela Chevron Texaco em Yasuní, expõem o banco genético amazônico a risco, ameaçando a

biodiversidade, que é a maior riqueza florestal¹⁹¹. Em uma perspectiva mais bem sucedida, constatam-se os recursos gasíferos de Urucu (AM), operados pela Petrobras desde 2009¹⁹².

A abundância de água é uma das grandes marcas da Amazônia. A capilaridade hídrica da floresta que perpassa diferentes países conforma uma fonte incalculável de um dos mais preciosos bens: os recursos hídricos. Além do complexo ciclo hidrológico que transforma a floresta sazonalmente, há outros fatores que realçam a necessidade de estudos que não foram concluídos, mas que sopesam a relevância amazônica como fonte de água. Um exemplo disso é investigado por Souza et al (2013), que identificam a existência de diversos sistemas aquíferos na Amazônia, entre os quais está o Sistema Aquífero Alter do Chão, que representa o maior reservatório de água doce do mundo.

Convém pensar a água não somente no plano hidro-energético: ela é elemento vital a todos os seres vivos. Costa (2013, p.432) chega a mencionar que estrategistas do século XXI consideram que necessidades de água e de alimento são os dois novos desafios da humanidade: a América do Sul é abundante nos dois quesitos. O ouro azul (BECKER, 2009; BECKER E STENNER, 2008), facilita navegabilidade, proporciona produção de bens hidrintensivos, como soja e carne, e consagra a região com enorme capacidade hidrelétrica. Os projetos de transmissão em ultra e alta tensão, que estão sendo executados, neste momento, pela empresa chinesa State Grid, interligando Usinas de Belo Monte e Jirau a regiões consumidoras, exemplificam a PEG sino-brasileira sendo posta em prática.

Quanto a segurança alimentar, há destaque para o cinturão soja-boi. Becker e Stenner (2008) expressam que, por meio do plantio da soja e da pecuária bovina e bubalina, essas atividades podem ser danosas a uma política ecológica voltada à produção de bens vinculados a novo paradigma produtivo. Caso não regulamentadas, irão ampliar a ocupação nas franjas da floresta, expandindo também o arco do desflorestamento: ambos são influenciados pela

¹⁹¹ Isso tem encontrado intensa mobilização de diversos setores da sociedade equatoriana. Milanez e Santos (2016) analisam os impactos e as soluções propostas para lidar com o vazamento de petróleo que contaminou extensa área da Amazônia Equatoriana. Os autores apontam a Iniciativa Yasuni-ITT, propondo a moratória da exploração de recursos petrolíferos naquela região, ainda que não tenha sido implementada. Nesse contexto, enfatizando a importância indígena no debate equatoriano sobre a degradação ambiental no infortúnio em Yasuni, Santos e Guerra (2013) defendem que a mudança de paradigma de desenvolvimento é a única oportunidade de preservar as relações sociopolítica, econômicas e culturais, alterando as disparidades equatorianas.

¹⁹² A experiência de exploração de gás na Amazônia por meio dos recursos de Urucu (AM) é reveladora. Ainda que a maior riqueza seja a biodiversidade, a extração de hidrocarbonetos da floresta cria outro horizonte. Conforme defende (MENEZES, 2012), gasoduto Urucu - Coari - Manaus, operado pela Petrobras desde 2009, revela a capacidade energética revestida em favor dos interesses amazônicos. Conforme Novo (2008), analisando o trecho Coari-Manaus, as comunidades indígenas estão recebendo recursos provenientes deste gasoduto, o que considera positivo. No entanto, a autora reconhece que esse projeto de infraestrutura interfere negativamente na sobrevivência cultural de diversas comunidades indígenas.

demanda do mercado consumidor, inclusive o chinês, e, por serem produtos hidrintensivos, representam exportação de água virtual, a água contida no processo produtivo.

Nesse contexto, não se pode deixar de considerar que a maior parte da Amazônia pertence ao Brasil e que ela consolida o País como potência regional. A América do Sul é um espaço natural de projeção dos interesses do Brasil (FIORI, 2013), e a formulação de estratégias eficientes junto aos vizinhos amazônicos é fundamental para a realização de sua política externa. Empiricamente, ainda, Becker & Stenner (2008), entre outros, retomam a reflexão do papel da Amazônia tanto na perspectiva geopolítica quanto nas diretrizes da política exterior do Brasil.

O Brasil demonstra ter uma estratégia para se consolidar como potência regional por meio de suas relações com os Estados amazônicos. Desde os anos 1970, quando o contexto geopolítico ensejou a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (1978), e transformado em OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica), em 1998, até os dias de hoje o Brasil incentiva uma gestão coletiva entre os países amazônicos, a fim de garantir a soberania dos Estados amazônicos sobre a região. Isso converge com o que objetiva a Unasul e encontra complementaridade com os propósitos da OTCA.

É necessário um planejamento que comporte políticas nessa direção. Ennio Candotti (2014, p.14) toca no ponto nevrálgico dessa diretriz:

(...) desconhecemos grande parte do patrimônio genético da Amazônia, para não falar de outros biomas como o cerrado, pantanal etc. - que são compartilhados com outros países. Conhecer mais deve ser nosso propósito de integração sul-americana... Um navio de ferro vale um pouco mais que uma mala de chips, ou vale o mesmo que um frasco de veneno de jararaca. Criar cobra para tirar o veneno. Por que não? Os indianos fazem isso. Há um mercado de toxinas, fungos especiais que poderia muito bem ser explorado, mas é preciso investir, é preciso conhecer mais, se dedicar a isso... Para criar aranhas e cobras é preciso ter muita habilidade, e essa habilidade nossos ribeirinhos tem de sobra.

Isso demonstra o surgimento de novas relações sociopolíticas, econômicas e culturais com implicações diretas sobretudo para os Estados possuidores de biodiversidade. O material genético necessário para desenvolver inovações tecnológicas por meio de manipulação científica de toxinas, fungos, bactérias e propriedades que só existem na América do Sul constitui ativo estratégico que contribui para a superação da condição periférica. Isso fica mais evidente quando se analisa a pesquisa de Bastos et al (2016, p.9), que revelam a existência de um crescente mercado de veneno de cobras estimado em 40 bilhões de dólares

por ano¹⁹³. Considerando que essas cifras são somente para o veneno de cobras, o banco genético mais expressivo do mundo oculta valor científico e monetário que não se pode calcular, mas que somente vale se houver preservação.

Isso alardeia uma flagrante falha no planejamento dos gestores públicos. Deflagram-se incalculáveis perdas econômico-financeiras, quando se produz degradação ambiental e quando se desenvolvem políticas públicas que ignoram as riquezas materiais e intelectuais que serão mais bem aproveitadas transformando a floresta em um laboratório. Somente um mercado de toxinas de serpentes, em sua pequenez perto da imensa biodiversidade, evidencia a irracionalidade em destruir a selva em troca de benefícios ínfimos do extrativismo.

A biodiversidade, que tem sido desprezada em termos históricos, projeta-se não somente no corpo florestal mas também no mar. Os recursos genéticos demonstram amplitude ainda maior quando se referenciam mercados de toxinas mais amplos, contemplando outros animais: nesse sentido, abordando a validade da toxinas em uma perspectiva científica global, Utkin (2015, p.28-29) afirma:

Animal venoms are complex mixtures, compositions of which depend on species producing venom. The most known and studied poisonous terrestrial animals are snakes, scorpions and spiders. Among marine animals, these are jellyfishes, anemones and cone snails... which may serve as research tools or as templates for the development of novel drugs... According to the PubMed database, more than 1000 articles devoted to the study of venoms are published annually, and the total number of publications is more than 40000. About half of these publications deal with snake venoms.

As conclusões de Utkin (2015) mostram que as projeções de Candotti (2014) são singelas. Além da geração de riqueza por meio das toxinas encontradas nas florestas, a menção a animais marinhos atrai a atenção para a Amazônia Azul que detém riqueza biológica tão expressiva quanto a Amazônia florestal. As pesquisas que compreendem farmacologia, agricultura, medicina, entre outras, serão decisivas na elaboração e acomodação de uma nova sociedade que abrigará nova lógica produtiva e nova matriz energética. A biodiversidade existente na América do Sul precisa ser compreendida como uma ferramenta para inserir o continente em uma competição por esses estoques de material genético, mas sem reproduzir as desigualdades históricas que assolam o continente.

¹⁹³ Nas palavras dos autores, *"the concept of rational drug design has already been applied to proline-rich oligopeptides from Bothrops jararaca venom... Peptide drugs are an ever-growing branch of the pharmaceutical industry, with a market value estimated at more than 40 billion dollars per year"* Bastos et al (2016, p.9).

A OTCA é uma iniciativa que capitaliza essa consciência e que corrobora os anseios da região. Essa instituição resultou de compromissos sociopolíticos, econômicos, culturais e estratégicos, em que CTI é uma das prioridades¹⁹⁴. Tendo o Brasil como o principal articulador, isso mostra o esforço do país em comprometer-se com a integração real do continente e com a consolidação de sua posição como potência regional. Os empreendimentos da PEG sino-brasileira, tem possibilidade de, ao longo do tempo, direcionar parte dos seus esforços a essa região.

A Amazônia, nesse contexto, pode ser considerada como uma força que impulsiona a convergência de interesses entre os vizinhos. Isso pode, inclusive, mudar o eixos da bacia do rio da Prata e dos Andes para a Amazônia. No entanto, a complexidade desses empreendimentos, a construção de eixos viários que ampliam a destruição da matéria prima que deve ser protegida para servir a um propósito maior, a uma revolução tecnológica, obstaculiza o desenvolvimento desta riqueza em forma de biodiversidade. Soma-se, ainda, a escassa participação da população regional no processo, consolidando a desarticulação regional. Alguns defendem que isso atrai capitais transnacionais para favorecer a ampliação das cadeias produtivas baseadas em *commodities*; porém, o mais aparente é que se desfavorece o projeto de superação do subdesenvolvimento.

A Amazônia é parte importante nesse processo de desenvolvimento do continente. O conhecimento da natureza é fundamental para dinamizar a construção de ciência, tecnologia e inovação, contribuindo para a superação da condição de periferia que aflige a América do Sul. A arquitetura institucional da Unasul permite alcançar a multidimensionalidade da integração e contribui tanto para o novo posicionamento geopolítico do continente quanto para a renovação do fôlego da China, seja em seus propósitos em CTI, seja em sua trajetória expansiva global.

Assim, um desenvolvimento tecnológico que preserve o maior banco genético do planeta e o transforme em ativo científico e tecnológico é o que se pode integrar na PEG e no regionalismo sul-americano. Para que um formato seja efetivo, deve basear-se em um desenvolvimento local que seja conjugando à garantia integral dos recursos florestais. Esse é um formato marcado por sensatez, preservando o banco genético. O administrador público ainda não concebe os benefícios de uma possível intocabilidade que garanta ganhos por meio

¹⁹⁴ Os objetivos da cooperação constituem projeto audacioso. Entre outros elementos estratégicos descritos, o TCA (1978) prevê: desenvolvimento territorial harmônico (artigo 1), reciprocidade (artigo 3), pesquisa científica (artigos 7 e 9), cooperação em saúde (artigo 8), infraestrutura (artigo 10), conservação de riquezas etnográficas e arqueológicas (artigo 14), coordenação compartilhada (art.20 a 24).

científico, cujos privilégios econômico-financeiros sejam revertidos integralmente aos países possuidores da floresta: uma intocabilidade que restrinja as estradas, a urbanização, a prática extrativista, frente à abertura e à expansão de uma ocupação científica, liderada pelo Estado, apossando-se cientificamente de seu território.

A produção conjunta prevista na PEG sino-brasileira é um modelo a ser repetido na região. O Brasil tem assumido um papel de articulador continental, colocando em prática os compromissos assumidos na OTCA e no COSUCTI e contribuindo para a gestação efetiva de uma perspectiva em CTI que amplie a participação da China como parceiro continental e que coordene a ênfase em um modelo protetor da natureza e gerador de CTI em benefício dos países amazônicos. No contexto estratégico das relações sino-sul-americanas, verifica-se a importância da Amazônia, pois nesse bioma se concentra parte expressiva da riqueza biogenética do planeta, constituindo ampla fonte para a geração de inovações científicas, além da relevância de outras variáveis estratégicas.

CAPÍTULO 4 - A GESTAÇÃO DE UM NOVO MODELO

A cooperação sino-brasileira não pode ser apreendida de maneira adequada por intermédio das tendências dominantes das Relações Internacionais (RI). O comportamento de cada um desses Estados é guiado por perspectivas que se desassocia das linhas mestras dessas correntes teóricas cujo conteúdo racionalista e universalista transparece no etnocentrismo. Se, por um lado, essas análises racionalistas podem ser eficientes para compreender estereótipos ocidentais, por outro lado, não correspondem à realidade quando utilizados para interpretar todo e qualquer comportamento, o que fragiliza a análise sobre algumas unidades políticas, como ocorre com a China, o que macula uma análise acurada sobre as relações sino-brasileiras.

Após a investigação dos meandros das relações sino-brasileiras, das falhas teóricas sobre a China e da cooperação em CTI que se tem construído entre Brasil e China, convém depurar essas informações. A avaliação desses dados possibilita constatar que as teorias dominantes nas RI não são suficientes para interpretar o comportamento do Brasil e, sobretudo, da China no sistema interestatal, o que fomentou a proposição da hipótese sobre um novo modelo de relações entre os dois Estados. Embora isso tenha sido suscitado antes do Livro da Política Chinesa para a América Latina e Caribe (2016), este documento declarou o desabrochar dessas novas relações internacionais propostas pela China para a região. Então, a tarefa principal passou a ser a identificação de traços que dão credibilidade ou que atestam a descrença dessa intenção anunciada, tendo como foco as relações sino-brasileiras.

Verificou-se, portanto, a formação de uma política *sui generis*, caracterizada pela percepção de dois países preteridos pelo sistema e que se depararam com restrições similares. O decurso da história sino-brasileira, que nos seus primeiros traços foi desenhada por mãos portuguesas, encontrou uma dinâmica própria na década de 1970 e identificou desafios comuns entre povos dissemelhantes, construídos em tempos e espaços diferentes, inseridos em contextos geopolíticos diferentes, mas unidos pelo ardo dos arquitetos do sistema interestatal capitalista.

A aproximação tímida do estabelecimento de relações diplomáticas em 1974, constituiria um primeiro marco na consecução de um projeto destinado a divergir da lógica sistêmica. Os anos supervenientes deflagrariam uma virtuosa parceria que vicejou de maneira paulatina, tendo por objetivo alterar o sistema, aprimorá-lo, sem nutrir o interesse de destruí-

lo, pois, principalmente a China, tem-se beneficiado dele. Assim, as tensões ideológicas das grandes potências não obstaculizaram o vigor de Brasil e China na composição de um audacioso projeto de cooperação transformador, cuja pedra de toque foi o Acordo Quadro em Ciência e Tecnologia de 1984. A evolução desse cenário desembocou nos dias de hoje por meio de uma Parceria Estratégica Global (PEG), que provê uma complexa rede de cooperação multi-temática e multiescalar, projetando-se tanto em um eixo bilateral quanto em outro plurilateral e tendo CTI como um de seus principais vértices.

Isso contribui para se identificar uma transição de modelo de relações entre Estados, abrindo espaço para se refletir um outro padrão desconectado da lógica racionalista das Relações Internacionais. Ao seguir esse silogismo, identifica-se uma transição de modelo que se baseia no contexto de superação da posição periférica sino-brasileira do sistema, criando possibilidades para a difusão dessa experiência na região sul-americana. Essa verificação enseja uma reapreciação teóricas das relações sino-brasileiras, por meio das ferramentas epistemológicas usadas para identificar a fragilidade das teorias racionalistas das Relações Internacionais que predominam sobre a China.

Em ascensão vertiginosa, a China ainda se enquadra no conceito de país em desenvolvimento. Seu grau de desenvolvimento humano, seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a distribuição de renda, entre outros, contribuem para classificar a China como um país pertencente a um posto intermediário na hierarquia sistêmica. Por outro lado, a demanda acentuada por bens primários (CINTRA, 2013) e o *catch up* tecnológico (VLČKOVÁ, 2012)¹⁹⁵ que se manifesta nas exportações chinesas em bens de alto valor agregado, tem fundamentado a análise daqueles que afirmam que ela atua como centro de uma periferia que se mostra efusiva em fazer parte da cobiça chinesa por primários. Esses autores concluem que, junto ao gigantesco tamanho territorial e demográfico, além da sua importância na economia mundial, a China funciona ora como centro, ora como periferia na ordem global.

Detentora de meios tecnológicos cada vez mais eficientes e dinamizadora de centros fornecedores de matérias primas, a China encontra-se diante de uma bifurcação. Por um lado, ela pode perpetrar a lógica periferezadora, afeita àquela mesma racionalidade a que ela mesma

¹⁹⁵ Embora a pauta de produtos exportados pela China à América do Sul seja formada por bens de alto valor agregado, Li (2012, p.3) afirma que a China não desponta como exportador de produtos de alta tecnologia. Para o autor, isso é um mito, pois ela é exportadora de produtos intensivos em trabalho. A pesquisa de Vlčková (2012) é esclarecedora nesse sentido: ainda que haja divergências sobre a magnitude dos avanços, há certo consenso sobre um *catch up* tecnológico que altera a eficiência de trabalho na China, sem contudo alterar a importância do trabalho humano intensivo.

foi submetida como sujeito passivo durante os últimos dois séculos. Por outro lado, a China pode estar contribuindo para a implantação de uma lógica menos desigual, por meio da difusão de conhecimento em CTI, em consonância com as parcerias a que se propõe no âmbito Sul-Sul.

A primeira hipótese é similar ao que vem sendo posto em prática no decurso do sistema eurocêntrico, desde o século XV. Nesse ambiente, mantém-se a submissão das unidades políticas ao capital com a garantia do Estado, por meio da violência e, em última instância, tendo a guerra como elemento definidor da estrutura (METRI, 2007). A segunda hipótese mantém relação com a cooperação sul-sul ao nível científico-tecnológico (FUJITA, 2014). Mas, poderiam as relações sino-brasileiras encontrar seu epicentro na industrialização e no desenvolvimento em ciência, tecnologia e inovação? Isso é o que se tem construído entre Brasil e China, de maneira bastante evidente em CTI, desde os anos 1980, embora de maneira incipiente no campo da industrialização.

Quando se reflete a dinamização de comércio e de investimento em bens primários, há a preocupação quanto aos resultados dessas atividades. Ampliam-se a demanda e os investimentos chineses em recursos naturais e dinamizam-se as estruturas produtivas nos países parceiros (PINTO, 2013)¹⁹⁶; contudo, conseqüentemente, isso traz preocupações quanto ao mimetismo de uma preterição histórica que teria como flagrante resultado a consolidação do caráter periférico. Essa circunstância, caso descolada de incentivos ao desenvolvimento da indústria e da tecnologia brasileira ou sul-americana, poderia estar acentuando as limitações históricas da integração, fragilizando laços econômicos intrarregionais e tornando a China um agente perifizador.

4.1 PARA ALÉM DO RACIONALISMO: NOVAS FERRAMENTAS EPISTEMOLÓGICAS

O discurso de que a China pode representar uma ameaça ao sistema interestatal tem sido comum nas RI. A compreensão sobre a insuficiência interpretativa das teorias racionalistas, expressas por meio do Realismo e do Liberalismo, têm ensejado uma

¹⁹⁶ Entre 2000 e 2011, houve uma expansão enorme do quantum exportado pelos países do Mercosul (de 59,9% na Argentina, de 51,3% no Brasil, de 152% no Paraguai e de 82,2% no Uruguai) e uma forte elevação do valor unitário das exportações dos países da região (de 67,8% na Argentina, de 118,5% no Brasil, de 43,4% no Paraguai e de 71,0% no Uruguai). Consultar informações em Pinto (2013).

argumentação de que essas teorias não oferecem perspectivas plausíveis sobre as relações sino-brasileiras.

Consequentemente, essa carência teórica precisa ser suprida. Por isso, não somente há uma demanda por um outro acervo epistemológico, a fim de lidar com outras perguntas-problema, mas também espera-se encontrar outro nexos lógico que seja mais coerente com a interpretação sobre como a China atua junto ao sistema interestatal e sobre como deve ser interpretada a PEG sino-brasileira. Nesse sentido, alguns elementos da teoria pós-colonialista, junto a outras abordagens culturais, oferecem opções para outro tipo de silogismo intelectual bastante profícuo.

O argumento de que as relações sino-brasileiras aguçam confrontação entre a China e o Ocidente demonstra uma maneira europeia de pensar as RI, por alguns considerada como etnocentrismo. A premissa de que há um universalismo racionalista presente nas Ciências Sociais, o que se expressa nas RI por meio do Realismo e do Liberalismo, toma por indiferente as nuances culturais dos povos de todo o mundo. Isso se revela como uma fragilidade sobre parte do pensamento acadêmico que se produz sobre a China, sobretudo quando as teorias racionalistas são as que mais se dedicam a compreender o comportamento da China nas RI.

Isso induz ao raciocínio de que há limites para o que se considera como confronto desencadeado pela China contra o Ocidente. Nesse sentido, mais do que confronto, há sinais bastante fortes de que existe um descolamento da China quanto ao receituário Ocidental. Consequentemente, as relações entre Brasil e China, com repercussões sobre a América do Sul, desafiam alguns pressupostos dessas tendências dominantes, quando: 1) transcendem os problemas que fundamentam o Orientalismo proposto Edward Said (1996); 2) assumem um hibridismo, conforme conceituam Homi Bhabha (1985) e Jasanoff (2012), com o qual Brasil e China se identificam; 3) fortalecem um posição liminar, teorizada por Bahar Rumelili (2012) e Victor Turner (1969) e 4) compreendem a importância de uma perspectiva que contempla cultura política, no sentido de Lucian Pye (1988), e cultura estratégica autóctone, no entendimento de Alastair Johnston (1995), Scobell (2008), Booth (1979), entre outros.

Esses quatro eixos epistemológicos possibilitam uma interpretação menos influenciada pelo etnocentrismo que predomina nas Relações Internacionais em sua maneira de interpretar o mundo. Isso busca verificar uma compreensão mais coerente com o significado das relações sino-brasileiras. Cada uma das correntes teóricas, embora não tenham sido desenhadas para refletir a China ou o Brasil, exclusivamente, propõem interpretação ponderada sobre as motivações das relações entre Brasil e China, suprimindo carências que fragilizam as análises

racionalistas e oferecendo pensamento sobre uma racionalidade autônoma sobre essa cooperação.

4.1.1 Orientalismo

O conceito de Orientalismo contribui com uma crítica à maneira com que povos do Ocidente interpretam o Oriente. Para Edward Said (1996 e 2011) essa abordagem identifica um descompasso entre o que é realidade e o que é imaginário sobre o Oriente, em que há uma tendência em se analisar o Oriente por meio de uma perspectiva etnocêntrica ocidental. Consequentemente, nesse contexto, ignoram-se as características múltiplas e complexas de um vasto território plural que é visto, erroneamente, como unidade.

Assim, concebe-se que a interpretação ocidentalista do Oriente é parte de uma geopolítica de afirmação de poder e de conhecimento. Isso fragiliza diversas matrizes teóricas: nas RI, esse ocidentalismo é comumente identificado no Realismo e no Liberalismo, que são correntes teóricas muito valiosas para compreender as relações entre Estados em uma gama de circunstâncias que permeiam a sua complexidade, mas que transparecem algumas fragilidades, principalmente, no que tange a relação sino-brasileira no campo da CTI.

Quando a cooperação em CTI entre Brasil e China sobrepõe-se ao etnocentrismo e à ideologia identificados no orientalismo, isso possibilita novas interpretações sobre a PEG sino-brasileira. Rompe-se a lógica de submissão ao pensamento teórico universalista, suprimindo a suposta noção de inferioridade dos povos que foram dominados formal ou informalmente. Assim, as críticas de Wight (1966) e de Hoffman (1977) sobre relações internacionais construídas sob a perspectiva europeia se somam ao pensamento de Acharya e Buzan (2010, p.6) que denunciam uma dominação científica ocidental da Teoria das RI e de uma estrutura eurocêntrica das RI.

Ao se desassociarem de uma noção estritamente Ocidental, essa aproximação pode ser confundida como ameaça. A criação de relações políticas, fora de uma visão ocidental do mundo, apresenta-se como resposta à provocação de Said (1996, p.35), pois é libertária, não repressiva e não manipulativa. Essas correções de rumos estruturais estão entre as maiores marcas das coalizões internacionais que fundamentam o eixo plurilateral da PEG, que se articula por intermédio de BRICS, BASIC, G-20 da OMC e G-20 Financeiro, em que se aceitam as diferenças e as utilizam para a construção de uma condição sociopolítica menos desigual, construindo nova percepção sobre conhecimento e poder.

As oportunidades de cooperação entre Brasil e China no setor de CTI ajudam a construir uma versão sem as máculas criticadas no orientalismo. O fortalecimento do eixo científico-tecnológico-inovador aponta tanto para a ruptura de uma ênfase exclusiva na matriz agro-exportadora - muitas vezes, pouco intensiva em tecnologia - quanto para a concretização de uma parceria que propicia a co-produção em CTI, indicando a viabilidade de se descontinuar a lógica de periferação que aflige a China, o Brasil e a América do Sul, historicamente. As relações sino-brasileiras desfazem o pensamento de que há uma cultura ou um povo superior ao outro, em que se abandona a necessidade de uma adaptação compulsória à cultura de algum núcleo civilizacional.

4.1.2 Posição liminar

A aplicação do conceito de posição liminar para o campo das RI, por meio de Bahar Rumelili (2012), mostra que o ator liminar é visto com desconfiança, cuja mudança ou transição é tomada como ameaça e, portanto, seria subversiva. Para a pesquisadora, a posição liminar caracteriza-se pela não adequação a um discurso homogêneo nas RI. A autora descreve a posição liminar como a adoção de uma posição política, cultural, filosófica ou identitária que destoa de categorias dominantes. Isso fornece meios para que se analisem os limites e as contradições na estrutura social internacional, em que atores liminares nas RI são percebidos como instáveis e vulneráveis à subversão.

O conceito, portanto, traz a ideia de transição entre duas margens. No caso da China - sobretudo da China pós-Guerra do Ópio (1842) -, a posição liminar contemporânea representa uma transição da periferia ao centro. No caso do Brasil, embora não esteja na mesma posição liminar que a China, compartilha os anseios dela e mostra-se solidário à posição liminar chinesa. Isso se deve, sobretudo, às afinidades quanto a reformas de aspectos sistêmicos em que os dois países acreditam ser necessárias. Se o eixo bilateral da PEG, por meio da co-produção em CTI e da difusão das conquistas tecnológicas, sinaliza nessa direção, não menos revolucionário é o eixo plurilateral da PEG, cujo efeito alcançado por intermédio das coalizões difunde a importância global de CTI, ao mesmo tempo em que transforma o sistema por meio de participação mais plural haja vista que muitos povos deixam de ser somente *rule takers* para serem também *rule makers*.

Nesse contexto, a PEG poderia ser compreendida como um mecanismo de fortalecimento mútuo, em que o Brasil não somente proporciona acesso a recursos estratégicos, como energia, alimentos, minérios, mas também possibilita a consolidação de

uma cooperação que oferece força política para buscar a desconcentração de benefícios que, amiúde, favorecem majoritariamente os países desenvolvidos. Simultaneamente, a transição da China para a outra margem, para outro grau de maturidade, beneficia o Brasil, uma vez que as superações perseguidas pela China compõem também os anseios não somente do Brasil, mas também de outros países, como demonstra a convergência da PEG com o processo de integração sul-americano na percepção de Sarti (2010;2013;2014;2014b).

Há, ainda, como efeito reflexo, a difusão da causa sino-brasileira a outros países, possibilitando a exploração de afinidades com atores estatais também preteridos pelo sistema. Para os Estados sul-americanos, as relações com uma China vocacionada à posição liminar traz benefícios. Se, por um lado, até o momento, a oferta sul-americana de *commodities* ou de bens de baixo valor agregado têm sido a tônica das relações sino-sul-americanas, o que cria preocupações em parte expressiva da *intelligentsia* sul-americana, por outro lado, há uma mobilização em curso, em que a PEG sino-brasileira tende a impulsionar o crescimento conjunto por meio de cooperação em CTI.

Esse tipo de cooperação, que tem sido uma das marcas da PEG sino-brasileira, emite sinais de difusão. No caso do Brasil, ocupando a maior parte do continente sul-americano e fazendo fronteira com todos esses Estados, exceto Chile e Equador, tem sido um importante indutor da aproximação da China na região. Além de empreendimentos políticos por meio de coalizões de geometria variável, a relação bilateral ganha proeminência quando elevam a cooperação a uma Parceria Estratégica Global e estabelecem o Diálogo Estratégico Global, em 2012¹⁹⁷. Nesse processo virtuoso, a cooperação e a co-produção em CTI, que têm sido parte do núcleo central das relações sino-brasileiras desde os anos de 1980, evidenciam uma maturidade chinesa e fortalecem as características de sua posição liminar.

No que se refere à macrorregião latino-americana, embora a cooperação tecnológica ainda esteja em estágio embrionário, há uma sinalização pragmática nessa direção. Se as declarações no âmbito do Fórum China-CELAC sempre contemplaram o tema cooperação em CTI¹⁹⁸, isso ganha maior ímpeto por meio do Primeiro Fórum China-CELAC sobre Ciência Tecnologia e Inovação, realizado em setembro de 2015, em Quito. Nesta ocasião, a China anunciou formalmente o lançamento de uma Parceria China-CELAC em Ciência e

¹⁹⁷ O item 4 da Declaração conjunta de 17 de julho de 2014, no Brasil, por ocasião da Visita de Estado do Presidente Xi Jinping ao Brasil reforça esses elementos: disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/5712-declaracao-conjunta-entre-brasil-e-china-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-xi-jinping-brasilia-17-de-julho-de-2014>. Ver nota nº 3.

¹⁹⁸ Conforme informação na página oficial do grupo. Disponível em 25 de maio de 2016, em <http://www.chinacelacforum.org/eng/>

Tecnologia¹⁹⁹. Dessa maneira, estabeleceram-se as bases para um estreitamento de laços com a América Latina, o que inclui a América do Sul, de uma maneira inovadora: cria-se um modelo de relação que confere lastro ao compromisso sino-sul-americano para a construção de um novo modelo que difere sobremaneira do que a história dos povos latino-americanos registra.

A PEG sino-brasileira e o engajamento sino-sul-americano reforçam o papel da China como um ator liminar. Quando o comportamento de um país destoa do universalismo etnocêntrico ocidental, ele passa a ser percebido como subversivo ou anti-estrutural, pois atua segundo comportamento diverso do estabelecido. O estabelecimento de uma cooperação tecnológica com formato coletivo, como acontece no caso da CELAC, ou individual, como no caso do Brasil, podem ser traços de comportamento que se operam em desarmonia com o que Estados Unidos e países europeus fizeram anteriormente. A atuação por meios de coalizões interestatais, ao buscarem a alteração de normas e comportamentos no sistema, também funciona como elemento que produz sensação de ameaça aos líderes do sistema.

Nesse contexto, a PEG e a aproximação com a América do Sul funcionam como suporte ao ânimo liminar. A sinergia sino-sul-americana demonstra que há uma complementariedade de interesses sociopolíticos e consolida um formato em que prevalece o respeito aos interesses estratégicos de cada povo envolvido: essa cooperação multidimensional fortalece a legitimidade de se alterar o sistema em desfavor dos interesses estritamente ocidentais. Ademais, esse suporte sul-americano funciona tanto materialmente, por meio do suprimento de bens estratégicos, como energia, minerais, alimentos, quanto por apoio político, em que funcionam como aliados na mobilização por meio de convergência na formação de novas regras.

4.1.3 Hibridismo e heterogeneidade

O conceito de hibridismo avalia as causas e as consequências da interpenetração cultural entre colonizadores e colonizados. Esse conceito pode ser absorvido de maneira ampla, considerando não somente o controle dos mecanismos político-econômicos: há também que se considerar aspectos identitários e axiológicos, que se manifestam quando os colonizadores desejam difundir seus valores. Nesse sentido, segundo Bhabha (1985), o

¹⁹⁹ Informação obtida na base de dados do Fórum China-CELAC, disponível em 25 de maio de 2016, em http://www.chinacelacforum.org/eng/zyjz_1/zylyflt/kjcxlt/t1339155.htm

hibridismo mostra como o discurso do colonizador não concebe o colonizado como Outro, na antítese do Eu, mas sim como um híbrido, derivado, bastardo da cultura mãe colonizadora. É nesse sentido que o caráter híbrido resulta em resistência e reforça a heterogeneidade como um valor, conforme entende Jasanoff (2012), quando colonizados adotam o conhecimento do suposto mestre e podem pervertê-lo, desafiando ou recusando a autoridade.

Assim, pode-se identificar um hibridismo que, no caso chinês, funciona como uma ferramenta de resistência à modernidade ocidental. A apropriação chinesa da cultura, dos valores, da maneira de pensar e de agir do Ocidente representa, em alguma medida, uma via para se reformular as bases de interação entre os povos do mundo: essa apropriação serve como ingrediente para formar uma resistência ou um mecanismo de defesa, em relação ao sistema interestatal eurocêntrico. A cooperação sino-sul-americana confere ímpeto à alteração no modo de funcionamento do sistema interestatal, assimétrico e desigual.

O hibridismo de Bhabha (1985) propõe uma transfiguração cultural, a formação de uma terceira perspectiva, que não é a do colonizador, mas também não é mais a do colonizado. Em uma perspectiva sino-brasileira, isso precisa ser concebido como uma forma de desfazer uma colonização de pensamento, de valores, de axiomas. Enquanto a recente história do Brasil se delinea por uma interpenetração cultural múltipla que se define não somente por associação a ingleses e franceses, mas também por asiáticos, entre outros povos, como descrevem Freyre (2003), Leite (1992), entre outros, a China, invadida e forçada a aderir o sistema interestatal proposto pela cultura ocidental, passou a interagir intensamente com o *modus operandi* eurocêntrico, a partir de violência que culmina nos conflitos da Guerra do Ópio, cujos tratados desiguais começam a ser definidos em 1842.

Quando se pensa nas deficiências interpretativas das Relações Internacionais sobre a China e quando se considera o hibridismo de Bhabha como ferramenta analítica na dissolução desse problema, alguns autores chineses servem como comprovação. Isso se verifica por meio das teorias de Yan Xuetong (2011) e de Qin Yaqing (2010a e 2010b), que comprovam empiricamente a teoria de Bhabha, o que ocorre não somente pela importância de seus escritos, mas pelo que representam, como pesquisadores que estudaram em universidades americanas, que absorveram a maneira de pensar do corpo científico dominante e que usam esse arcabouço para ampliar a perspectiva política chinesa. Entre outros autores, sendo esses os mais proeminentes, eles funcionam não somente como propulsores de uma estruturação de pensamento, mas também como interpretes e como inteligência reversa no que se refere à maneira de fazer política à moda ocidental.

A formação híbrida do Brasil foi relativizada, quando, de maneira inquestionável, aceitaram-se como dominantes os atributos europeus, conforme critica Leite (1992), mas isso não criou uma cultura política própria, que reforça a sua altivez. Darcy Ribeiro (2006), um dos principais difusores da teoria que trata do "mito das três raças" na composição étnica brasileira (europeu, indígena e africano) reconhece essa hibridez logo nas primeiras gerações resultantes do intercuro entre essas etnias, quanto destaca que o ser resultante dessas mesclas, não era nem europeu, nem indígena, nem africano: era brasileiro.

A China tem conseguido alterar esse quadro, e isso tem acontecido sem se ignorar as características arraigadas na cultura chinesa. Assumindo a necessidade de adequar-se à lógica do sistema interestatal fundado com base nos valores ocidentais, a China tem-se valido desses pressupostos para recriar-se, o que tem sido constatado nos escritos de Kishore Mahbubani (2008 e 2009), para quem não somente a China, mas sim os povos asiáticos em geral, têm aprendido com o que denomina de Sete Pilares da Sabedoria Ocidental²⁰⁰ os quais fundamentam um novo hemisfério asiático, contribuindo para uma nova marcha para a modernidade. Assim, Mahbubani acredita que CTI é um dos pilares que os asiáticos aprenderam com o ocidente e o adaptaram, de acordo com as suas particularidades socioculturais.

Isso reforça a capacidade transformadora do campo de CTI nas relações sino-brasileiras. A co-produção de CTI entre Brasil e China representa uma maneira de criar mecanismos para que se possa adaptar as condições socioculturais por meio da alta tecnologia. Brasil e China enxergam-se como emergentes capazes de alterar suas participações no cenário internacional, usando a co-produção tecnológica como um recurso que conduz ao rompimento da dicotomia entre o Eu e o Outro, presente historicamente na relações coloniais. Embora haja características ímpares nas culturas de Brasil e de China, separadamente, esses países assumem suas diferenças e as transformam em capital para fortalecer o ímpeto de renovar o sistema, em que o campo de CTI é o elemento central, pois elimina nexos de subordinação.

4.1.4 Cultura Política e Cultura estratégica

²⁰⁰ Segundo Mahbubani (2008), os Sete Pilares da Sabedoria Ocidental são: i) economia de mercado, ii) ciência e tecnologia, iii) meritocracia, iv) pragmatismo, v) paz, vi) estado de direito e vii) educação.

A PEG sino-brasileira é interpretada com mais acuidade, quando se considera que ela responde a estímulos que não são necessariamente decodificados por meio do universalismo e do racionalismo científico. O elemento cultural é bastante significativo no resultado que se pretende alcançar por intermédio da cooperação entre esses dois países. Quanto ao Brasil, não há o que se contestar quanto a uma associação direta da influência cultural ocidental em todas as perspectivas; contudo, no caso da China, a maneira de se conceber a política e de se administrar não convergem, necessariamente, com a dos demais Estados. Constituindo uma civilização ininterrupta, a China traz em seu âmago aspectos psicossociais próprios e axiomas particulares que, muitas vezes, são incompreensíveis aos povos ocidentais.

A PEG traz essa marca e mescla atributos culturais diferentes, mas capitaliza pretensões que constituem identidade comum. Entre os fatores que precisam ser concebidos no contexto das culturas políticas de Brasil e China, em que a intercessão entre elas os une e cria vínculo identitário, há o fato de que são unidades políticas fadadas a infortúnios próprios de países periféricos e se sentem inacessíveis ao núcleo sistêmico. Conforme enfatiza Pye (1988), entre outros elementos, a figura paternalista é um dos exemplos marcantes e bem definidos de particularidade política chinesa, em que a administração do país é como a gestão da família, em que o líder age como um pai.

Brasil e China são países de continentes diferentes, formados em contextos geopolíticos, socioeconômicos e culturais diferentes, mas suas percepções quanto a iniquidades do sistema são as mesmas. A interrelação harmônica de países que aceitam suas diferenças psicossociais, com a finalidade de romperem o subdesenvolvimento e impulsionarem seus objetivos, enseja esforços que têm sido aproveitados por meio do campo de CTI. Essa mobilização científico-tecnológica, ao ser apartada de uma subordinação externa, intensifica a convergência entre países cujas particularidades deflagram tanto cultura política quanto cultura estratégica que se diferenciam, mas que se fortalecem em meio a diversidade.

O elemento cultura, seja na política, seja na estratégia não pode ser desprezado. Se, por um lado, a cultura política é definida por meio de crenças, valores, características antropológicas e psicossociais, que afetam a percepção política de um grupo social específico, por outro lado, a cultura estratégica significa que esse conjunto de valores particularistas de cada povo - a cultura - resulta em uma concepção de que cada unidade política conceberá o que é relevante estrategicamente para si, de uma maneira diferente. Portanto, ao contrário do que os valores euro-americanos preceituam, a China não é boa nem é má: para ser mais bem compreendida, convém considerá-la como uma unidade política que tem interesses e

estratégias próprias, de acordo com uma perspectiva autônoma. Esses dois conceitos, portanto, demonstram a importância de se evitar o etnocentrismo que se tem perpetuado nos estudos de política internacional.

A cultura política consolida a noção de que não há uma racionalidade política universal. Por isso, os elementos psicossociais, sociopolíticos e culturais são importantes e se coadunam com o que afirma Geertz (2008, p. 49), sobre a cultura como elemento inerente a natureza humana. As análises internacionais precisam considerar os valores que influenciam o propósito e o comportamento político dos povos, o que fundamenta a atuação dos Estados (Pye, 1988, p.29).

A cultura estratégica evidencia que o elemento cultural importa nas considerações estratégicas. Desde o artigo inaugural de Snyder (1977), incentivando um eixo de reflexão nesse tema²⁰¹, nega-se a existência de um *Homo Strategicus Universalis*, pois a estratégia de um povo é condicionada pelos valores que ele cultiva e pela maneira que ele pensa e concebe o mundo. Distorções culturais criam abismo entre fantasia e realidade. Assim, uma análise coerente sobre os interesses estratégicos chineses carece de considerações sobre a mentalidade e a tradição, de aspectos antropológicos e psicológicos dessa sociedade, o que tem sido ignorado com frequência nas análises internacionais.

As relações entre Brasil e China podem ser apreendidas nesse contexto. Johnston (1995 e 1996), Booth (1979), Marques (2008), Scobell (2005), Twomey (2006), Carriço (2016) entre outros, constatarem que a China tem sua própria dinâmica estratégica. Portanto, nas relações entre China e Brasil, com reflexos sobre a América do Sul, os atores envolvidos consideram que os aspectos culturais que fundamentam o comportamento político e os interesses estratégicos desses Estados não necessariamente se enquadram no que a lógica Ocidental preceitua, o que se pode observar por intermédio da cooperação em CTI.

A cooperação sino-brasileira em CTI materializa uma cultura estratégica que se baseia em romper as restrições científico-tecnológicas, o que precisa ser enfrentado de maneira pacífica. Quando se avança na co-produção de alta-tecnologia espacial, nanotecnologia, biotecnologia, entre outros campos tecnológicos, de acordo com as necessidades socioculturais próprias de Brasil e China, toma corpo uma mobilização estratégica própria de países em desenvolvimento, a qual guarda características que diferem dos interesses estratégicos dos países desenvolvidos. Assim, os interesses e os desafios são diversos. As restrições são diversas. A importância que os Estados conferem uns para os outros é diversa.

²⁰¹ Ver Booth (1979), Scobell (2008), Johnston (1995), Marques (2008).

Isso tem inspirado relações que transformam essas diferenças em um ativo estratégico, quando são respeitadas e buscam complementação, não submissão.

4.2 UMA TRANSIÇÃO DE MODELOS

O novo modelo de relações entre o Brasil e China está em estágio de transição. Embora o Livro da Política Chinesa para a América Latina (2016) preveja a formação de um novo modelo de relações entre a China e a região, o que compreende a perspectiva sino-brasileira, esse modelo está sendo gestado paulatinamente. A cooperação em CTI é um dos elementos mais importantes nessa transição de modelos, haja vista a possibilidade de dissolução ou arrefecimento do que Sarti (2013 e 2014) caracteriza como periferia do sistema.

4.2.1 Inconsistências na percepção da China como perifelizadora

O debate acerca da concentração comercial em bens primários e da conseqüente desindustrialização brasileira e sul-americana é muito importante, mas deve ser tratado com cautela e parcimônia. Embora a presença assertiva da China revele capacidade de gerar ambigüidades no campo comercial²⁰², como acontece quando compete com Estados da região²⁰³, vide exemplos como o Brasil²⁰⁴, a construção de parceria estratégica em diversos setores é muito relevante.

²⁰² A descrição sobre desequilíbrios causados pode ser encontrada em Porter (2014) *"Not only did China's cheap labor outcompete Latin American industry and draw most of the global manufacturing investment, but its appetite for Latin America's minerals, oil and agricultural products also raised the value of its currencies, making goods manufactured there even less competitive"*. Isso se coaduna com a reflexão sobre relações entre Brasil e China por meio de uma lógica marcada por dualidade, conforme defende Pecequillo (2013, p. 108), para quem esse Estados *"tanto possuem caracter regional como global, e tendências de cooperação e competição em ambos os níveis"*.

²⁰³ Uma análise bastante crítica nesse sentido pode ser encontrada em Guimarães (2013, p. 114): *"Quanto mais se especializarem os países na produção de bens primários para atender à forte demanda chinesa (que deve permanecer por muito tempo), quanto menor for a oferta exportável de bens industriais, devido à desindustrialização, quanto maior a demanda por bens industriais chineses de baixo custo, menores as possibilidades de intercâmbio comercial entre os países da região e menores os estímulos à integração econômica e política."*

²⁰⁴ A China constitui um desafio para o Brasil. Por reduzir a dependência dos Estados Unidos, a aproximação da China em direção ao continente é benéfica coletivamente. No entanto, o Brasil tem sido preterido em algumas áreas. Esse é um dos elementos identificados por Barbosa (2010, p.44), para quem *"as manufaturas brasileiras estão perdendo espaço para as chinesas aqui na região e aqui dentro do mercado interno também estão perdendo espaço. (...) a questão da presença da China aqui na América Latina e a perda de competitividade dos produtos brasileiros não está sendo enfrentada"*. Por mais que a China favoreça o projeto de autonomia regional, sob a perspectiva industrial, há que se considerar a possibilidade da incidência de efeitos deletérios para o Brasil.

Se há receios ou dúvidas sobre um cenário em que a China possa liderar o sistema no futuro, a presença da China na América do Sul já é uma realidade inconteste no presente. Ao analisar a correlação de forças sistêmicas na América do Sul, Gonçalves (2011) enfatiza que a China age com desenvoltura na região, por meio da aquisição de matérias primas, fortalecendo politicamente os governos²⁰⁵. Assim, embora haja avanço das relações bilaterais entre China e países sul-americanos, individualmente, há interpretações sobre a perspectiva de se tornarem mais frágeis e menos importantes os laços econômicos entre os Estados regionais. Outra consequência disso tem sido alegada por aqueles que mencionam haver um processo de desindustrialização²⁰⁶. Esse argumento geralmente é utilizado nas análises daqueles que creem em uma China que atuaria como agente perifizador²⁰⁷.

Porém, de maneira complementar, enquanto alguns analistas pensam nos aspectos negativos, há, também, uma outra possibilidade de consideração. Há que se ponderar que a presença chinesa em setores intensivos em recursos naturais pode ser considerada como um benefício para esses países, pois, em momento de crise internacional, essa mesma pauta comercial que se tem considerado pejorativamente, tem ajudado a arrefecer os efeitos da crise econômica mundial sobre países exportadores de matérias primas. Além disso, se, por um lado, temem-se os efeitos prenunciados na análise acerca da hipertrofia dos recursos naturais, advertindo sobre a potencial desindustrialização, por outro lado, é preciso também pensar sobre a disposição chinesa de fortalecer o setor industrial e de cooperar em CTI²⁰⁸.

²⁰⁵ O autor identifica que a desenvoltura da China se faz sentir na região, quando *“as colossais importações de matérias-primas que alimentam o desenvolvimento chinês beneficiaram os países sul-americanos e fortaleceram politicamente os governos de esquerda, que assim puderam apresentar resultados econômicos positivos e praticamente marginalizar as correntes liberais pró-americanas”* (GONÇALVES, 2011, p. 145).

²⁰⁶ Uma argumentação nesse sentido é provida por Gallagher e Porzecanski (2010, p.1): *“the dragon in the room that few are talking about is that China is simultaneously out-competing Latin American manufactures in world markets - so much so that it may threaten the ability of the region to generate long-run economic growth”*.

²⁰⁷ Um dos casos mais elucidativos é o Mercosul, em que tensões entre os países mais importantes (Argentina e Brasil) contribuem para a emergência de barreiras não-tarifárias. E, se Argentina temia a competitividade do Brasil, a aproximação da China acentuaria esse problema. Assim, há que se ponderar se a China tem potencial mais perifizador do que “complementar” aos processos de integração regional, pois se tratam de economias em razoável grau de disparidade.

²⁰⁸ Entre outras análises que se pode fazer para testar empiricamente a existência de benefícios ou de ilusões nas relações sino-sul-americanas, está a ênfase das relações da China com países emergente, durante a crise de 2008, que privou muitos deles de consequências restritivas. Por um lado, de maneira alentadora, Cintra (2013, p. 34) esclarece que *“durante a crise econômica esperava-se que a demanda chinesa pudesse amenizar ou até mesmo anular os efeitos negativos da mesma. Passada a crise, o que constatamos é que a curva das exportações para a China (em dólares americanos) para os países analisados nesse estudo continuou em tendência de alta. No Peru, as exportações subiram 129% de 2007 a 2011, no Chile o aumento foi de 77% e na Venezuela, 284%.”*. No entanto, por outro lado, uma observação menos otimista se encontra em Cunha et al (2012), para quem, nesse mesmo período crítico, a atuação da China na América do Sul acentuou a dependência econômica da região, haja vista a especialização em bens primários. Esse pensamento é complementado por Wood & Mayer (2010), pois acreditam que a China comporta-se como agente causador de desindustrialização.

Nesse sentido, Brasil e China - e em grande medida América do Sul - compartilham o desejo de superar adversidades. Isso mostra um objetivo comum e uma disposição para geração de benefícios mútuos. Contudo, não se pode ignorar que uma das singularidades da China é ser um Estado dotado de características atípicas. Ao mesmo tempo em que se destaca na posição de primeira economia²⁰⁹, enfrenta enormes disparidades internas e sofre problemas próprios de países pobres. A densidade demográfica também torna a China um Estado *sui generis*: administrar uma população que corresponde a, aproximadamente, um quinto da humanidade representa lidar com desafios estratégicos de naturezas múltiplas, entre elas socioeconômica e geopolítica.

Porém, essas particularidades não afastam Brasil e China, mas, ao contrário, os unem. Isso ocorre devido a uma complementaridade que motiva um sentido estratégico da cooperação sino-brasileira, haja vista i) a abundância brasileira em água e alimentos²¹⁰, face a uma expressiva densidade demográfica chinesa ii) a atuação independente e participativa no cenário internacional e iii) a capacidade de cooperar em CTI, contribuindo para a ruptura de restrições estruturais e sistêmicas. Assim sendo, enquanto o Brasil é categoricamente um país em desenvolvimento, a China é um Estado que mescla características de países em desenvolvimento e de países desenvolvidos, obtendo importância crescente no ambiente político-econômico global.

Por outro lado, esse cenário de ênfase excessiva em bens primários, de aparente retrocesso, não ofusca progressos notáveis, sobretudo no campo do conhecimento. A produção chinesa de patentes aumentou sobremaneira nos últimos anos²¹¹. Parte desse resultado deve-se tanto a Ciência e Tecnologia quanto a Pesquisa e Desenvolvimento. A

²⁰⁹ É notável a maneira pela qual a China consolida a pujança fabril, amplia a participação como investidor em todos os continentes e ganha proeminência no campo militar, tecnológico, financeiro e educacional.

²¹⁰ A América do Sul destaca-se pela produção de excedente alimentar e pelos recursos hídricos. Costa (2013, p. 431) aponta que o continente possui os maiores recursos estratégicos do mundo: *“Indubitavelmente, é relevante o fato de que a América do Sul seja um território onde estão inseridos os maiores recursos estratégicos do mundo. No século XXI, os estrategistas estabelecem a existência de dois novos grandes problemas para a humanidade: as crescentes necessidades de alimento e de água doce. (...) Em síntese, temos na América do Sul uma grande parcela da área agricultável disponível e ainda não utilizada do planeta, concluindo que existe um amplo potencial e disponibilidade de recursos agrícolas e de água”*. Isso torna a América do Sul um aliado estratégico não somente da China, mas de outros países populosos, também conhecidos como países-baleia. Em análise que contempla a política externa do Brasil nessa questão, mas que simboliza a região como um todo, Souza (2008, p. 26) assevera que *“devemos priorizar os “países-baleias”, como China e Índia, que podem nos complementar em mercados e produção e são interlocutores importantes, capazes de transformar o cenário mundial”*. Nesse contexto, a América do Sul é desejável como aliada-chave para esse países.

²¹¹ Segundo o *World intellectual property indicators*, publicado em 2016 pela WIPO, a China é o países que mais apresentou pedidos de registro de marcas, patentes e design nos anos de 2014, 2015 e 2016. Disponível em http://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_941_2016.pdf em 10 de fevereiro de 2017.

produção de tecnologia chinesa no estado da arte é reconhecida em diversos setores²¹², entre eles o setor Espacial e o de Biotecnologia, cujas plantas fabris têm registrado avanços significativos, o que pode ser crucial na alteração do paradigma tecnológico. Almeida (2005) considera viável a emergência de competição interestatal pela liderança de uma matriz produtiva internacional²¹³, em que a China tem atributos para despontar como protagonista.

O posicionamento de Brasil e China, sobretudo por meio da PEG, em seus eixos bilateral e plurilateral, fortalece uma articulação que ultrapassa o âmbito bilateral. A atuação em fóruns internacionais, como BRICS, BASIC, G-20 da OMC e G-20 financeiro, tem mostrado que ambos os países defendem uma difusão de CTI de maneira inclusiva.

Portanto, como deve ser interpretada a atuação da China junto ao Brasil? Funciona como difusora de prosperidade ou promotora de estagnação? Para Fiori (2009), a China, simultaneamente, comporta-se com os dois perfis: tanto pode agir como potência periférica, atuando como centro para espaços menos dinâmicos, quanto pode desempenhar função de articuladora de política anti-recessiva. Isso é bastante perceptível quando se analisa a presença chinesa na África e na América Latina: mantém a lógica de aquisição de matérias primas e de fornecimento de bens de alto valor agregado, mas auxilia os Estados a incentivar setores da economia.

4.2.2 Um novo horizonte

As respostas para esse questionamento tem apontando para um possível novo modelo de cooperação, em benefício mútuo de Brasil e China e com consequências para a América do Sul, diferindo do desalento da reprodução de desigualdade. Historicamente, a América do Sul se manteve como periferia do sistema, mas esse quadro tem dado sinais de alteração, por meio da PEG sino-brasileira e da confluência de propósitos desta com o processo de integração regional sul-americano, além do panorama de cooperação conjunta de novas tecnologias entre Brasil, China e o continente²¹⁴. O desenvolvimento tecnológico da PEG sino-brasileira se

²¹² O documento sob o título *2014 Report to Congress of the US - China Economic and Security Review Commission*, disponibilizado para orientar o Congresso dos Estados Unidos, menciona o avanço tecnológico da China e os possíveis riscos que podem ocasionados àquele país, em uma competição tecnológica.

²¹³ Para o autor, esses setores poderiam constituir o prenúncio de uma Quarta Revolução Industrial, a qual poderia ser liderada pela China. Ver nota 140.

²¹⁴ As parcerias estabelecidas por meio de acordo entre China e Brasil em áreas intensivas em tecnologia, como as oficializadas em maio de 2015, dão impulso a uma cooperação tecnológica já existente entre os dois Estados. Nesse sentido, o estabelecimento, em 1988, do projeto CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite) é significativo. A investigação de acordos como o CBERS ou como os de maio de 2015 - que, neste caso,

coaduna com a estratégia sul-americana e com os seus anseios de abandonar a condição de periferia, contribuindo, ainda, para a expansão de poder da China

Não se pode ignorar que a dedicação exacerbada das relações sino-brasileiras a bens primários, ainda que não componha o cenário ideal, tem algum aspecto, em parte, positivo. Apesar de ser um setor que beneficia grupos políticos tradicionais de maneira concentrada, no Brasil e em outros países sul-americanos, isso passa, de fato, a ser pejorativo, quando é a única fórmula praticável, a única opção. Esse foi o conteúdo central das relações históricas precedentes no Brasil e na América do Sul. Todavia, o perfil que se tem observado mostra uma abordagem diferente em relação à China.

Caso se considere a cooperação em CTI que se tem desenvolvido desde os anos de 1980, entre Brasil e China sobressai um panorama diferente. Verificam-se os sinais de uma estratégia que representa uma dinâmica sociopolítica peculiar e que aponta para a superação do que vem se reproduzindo historicamente como fonte de periferização. Essas questões ocuparam expressiva parcela dos capítulos anteriores para se verificar se, de fato, há desenvolvimento tecnológico que pudesse ser identificado, mensurado e quantificado como um elemento válido nas relações sino-brasileiras, a ponto de ser capaz de romper a noção da China como promotora de sub-desenvolvimento. Se há hipertrofia do setor de bens primários, como sempre houve na história do Brasil ou do continente, agora, a cooperação com a China aponta para a possibilidade de se construir um novo horizonte que tem como sustentáculo CTI.

China tem demonstrado disposição para construir relações com o Brasil de maneira diversa das que se compuseram historicamente. Nessa relação, comércio e investimento são importantes, mas são apenas complemento de um plano mais audacioso. Brasil e China cultivam uma parceria que tem grande parte de suas expectativas em CTI, em que esse enfoque proporciona a capacidade de produzir conhecimento conjuntamente, no grau de estado da arte²¹⁵.

A capacidade tecnológica de Brasil e China, junto ao interesse em tornar essa cooperação extensiva à América do Sul, não deve ser subestimada. O notável

contemplam não só tecnologia espacial, mas também outras tecnologias sensíveis como nuclear, cibernética, nanotecnologia, biotecnologia, entre outras modalidades - servem de modelo ou de plataforma para uma cooperação que contemple o continente sul-americano.

²¹⁵ Ver nota 209.

desenvolvimento científico e tecnológico da China²¹⁶, a experiência do país como receptor de transferência de tecnologia, os saltos tecnológicos realizados²¹⁷ e a íntima cooperação em CTI articulada com o Brasil são elementos úteis para se verificar as potencialidades de uma parceria que supera interesses meramente comerciais. Além disso, e mais relevante, há o desenvolvimento de uma revolução tecnológica que está em curso²¹⁸, na qual a PEG sino-brasileira é bastante significativa.

Angang Hu dimensiona o quanto a China participa nessa nova etapa tecnológica e descreve a evolução esperada para o futuro próximo²¹⁹. Para o autor, a China não somente representa o motor da economia, do comércio e do investimento mundial. A missão chinesa vai além, pois está próxima do que caracteriza como uma nova revolução industrial que se baseia em quatro vértices: *“they are the four mutually reinforcing revolutions: science and technology revolution, ICT [Information and Communication Technology] revolution, energy technology revolution, nano and biotechnology revolution”* (ANGANG, 2011, p.11). O autor acredita que essas revoluções são fundamentais para realizar uma outra, a Revolução Verde²²⁰, que terá impacto no panorama socioeconômico mundial, como um todo. Constata-se que os 4 vértices apontados por Angang (2011) são elementos basilares dos Planos de Ação Conjunta e dos Planos Decenais, firmados entre Brasil e China.

Portanto, há um outro cenário que se comprova tanto na retórica do discurso quanto na efetividade da práxis. Como foi observado, de maneira breve e sintética, o continente é prioridade da política externa do Brasil e, embora não desponte como primeira opção da China, representa alta importância para a política externa dela. Assim, enquanto, por um lado, constata-se uma cooperação em estado incipiente nos vetores “Brasil - América do Sul” e “China - América do Sul”, por outro lado, a sinergia sino-brasileira abriga projetos em diferentes estágios, uns avançados e outros iniciais ou em vias de construção. Isso significa que a PEG sino-brasileira e a sua ênfase em CTI podem constituir um protótipo para as relações desses dois países com o continente sul-americano.

²¹⁶ Guimarães (2013, p.132) chama a atenção para a formação de engenheiros quantitativamente: supera a de qualquer outro país. De maneira complementar, por meio do documento sob o título *2014 Report to Congress of the US - China Economic and Security Review Commission*, os Estados Unidos reconhecem o desenvolvimento tecnológico da China em grau de inovação.

²¹⁷ A China é conhecida por sua experiência como receptora de transferência de tecnologia. Um dos setores que obteve êxito foi o automotivo, conforme se pode observar em Gallagher (2006). Verifica-se, portanto, a disposição da China em compartilhar tecnologias que domina ou em desenvolve-las conjuntamente.

²¹⁸ Ver nota 140.

²¹⁹ Ver Angang (2007; 2011; 2011a e 2014) e Angang et al (2014).

²²⁰ Essa percepção converge com o que Demailly & Verley (2013) denominam como o surgimento de uma Revolução Industrial Verde.

Há um formato de negociação entre Brasil e China que converge com os anseios sul-americanos. Nesse sentido, desde os capítulos precedentes, tem-se apontado para a verificação de que, embora haja uma crítica contundente a uma China que tende a aprofundar a lógica perifelizadora, o que historicamente afeta o Brasil e a América Latina, por outro lado, há uma movimentação inequívoca de cooperação benéfica ao continente, envolvendo temas jamais contemplados nessa magnitude: CTI e industrialização de alta tecnologia.

4.2.3 Difusão do novo modelo

Não obstante o dinamismo da PEG sino-brasileira sinalize ampla cooperação multi-temática bilateral, há traços de que os benefícios possam ser difundidos no contexto sul-americano. Contrapondo-se a essa percepção, há um intenso ceticismo sobre a sinergia sino-sul-americana em alguns países da região. Isso mostra o relevo de uma *intelligentsia* sul-americana que denuncia o caráter perifelizador de uma China que estaria deprimindo uma das regiões mais pobres do sistema, consolidando uma política que funcionaria segundo a lógica de *plantation* em pleno século XXI. Essa problemática deve ser concebida com cautela, pois há traços dúbios: ora denunciando depressão perpetrada pela China, ora concebendo um salvacionismo cujo protagonista é o Estado chinês. Destacam-se, portanto, dois extremos imbuídos de emoção que podem atrapalhar uma análise científica.

Uma avaliação equidistante dessas paixões aponta para o reconhecimento de que há, de fato, algo perceptivelmente distinto. A China imiscui-se com Brasil e insere-se na América Latina - e, conseqüentemente, com a América do Sul como uma alternativa ao modelo que se desenvolveu anteriormente. Em parte dos intelectuais de região, observa-se um ressentimento em relação aos Estados Unidos e à Europa, os quais teriam subjogado o continente com violência e com subdesenvolvimento (GALEANO, 1971).

A atuação chinesa, por intermédio de concessão de recursos financeiros, geralmente tendo bens primários como contrapartida, tem servido como argumento para fundamentar efeitos negativos e reprodutores de subjogação do continente. Os contratos de empréstimos que viabilizam a atuação das empresas no exterior servem para interferir positivamente nos objetivos da diplomacia chinesa. É nesse sentido que se acredita na influência da China no ambiente político da América do Sul.

Embora historicamente a concessão de empréstimos seja característica de relações de subordinação, a China não exige condicionalidades, o que arrefece um teor de dominação e de intransigência. Os empréstimos concedidos a Estados, como houve com a Venezuela, entre 2007-2010, e como há com frequência com o Brasil, nos dois casos constituindo compra

antecipada de petróleo, muitas vezes estão associados à hipertrofia da matriz produtiva em recursos de baixo valor agregado, que, como muitos concluem²²¹, estaria relacionada à condição de periferia do continente. No entanto, isso pode ser visto por outro lado do prisma: estando a economia global engolfada na crise que teve ápice em 2008, sem as aquisições chinesas, possivelmente o quadro teria sido mais traumático para a região.

O aperfeiçoamento desse quadro depende das condições de superação do Brasil ou dos Estados sul-americanos. Inúmeros fatores contribuem para a contenção das potencialidades do continente ou para a renovação dos fatores que os restringem. A própria histórica condição periférica do continente serve de testemunho a isso. No entanto, o que aponta para um horizonte diferente é a existência de um país como a China, que se dispõe a co-produzir CTI e a fortalecer a estrutura industrial e tecnológica do Brasil.

A China, no entanto, sendo motor da economia, do comércio e do investimento no mundo, engendra um horizonte inédito. A principal marca dessa arquitetura é a criação de um novo tipo de relacionamento²²², como se deixa claro, textualmente, no preâmbulo do Livro da Política Chinesa para a América Latina (2016)²²³:

A China está disposta a alargar as convergências de interesses com todos os países para promover a construção de relações internacionais de novo tipo que tem como núcleo a cooperação e ganhos compartilhados e criar uma comunidade de destino comum para a humanidade.

A abordagem sino-brasileira aponta para uma transição para um novo modelo de relações internacionais. Enquanto, historicamente, Estados Unidos e países europeus negaram acesso à Ciência e Tecnologia e, em geral, limitaram-se a transferir tecnologias obsoletas, seletivamente, a sinergia sino-brasileira trabalha na co-produção de alta-tecnologia espacial, novos recursos energéticos, Biotecnologia, Nanotecnologia, além de uma gama de outros setores em grau de estado da arte. Isso possibilita a esses países a posicionarem-se no estudo da implementação de parques tecnológicos e no compartilhamento das conquistas, como se comprovou no projetos CBERS, que tornou o acesso às imagens um recurso aberto a todos.

²²¹ Entre outros: Silva & Dathein, (2012); Ray et al (2015).

²²² Para Appel (2013) e Appel & Costa (2014), a China atua de maneira diferente da Europa e dos Estados Unidos. Parte disso se observa, inclusive, pela não exigência de condicionalidades, quando há concessões de empréstimos chineses.

²²³ Documento disponível em <http://portuguese.people.com.cn/n3/2016/1124/c309806-9146399.html>, em 10 de janeiro de 2017.

Entre outros elementos, isso insere os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos como interlocutores do multilateralismo em construção.

No que se refere tanto ao Brasil quanto ao continente, um dos elementos que constitui combustível para a implementação de uma efetiva cooperação em CTI está na Amazônia. A mobilização sino-brasileira aponta para uma sinergia que contemple medidas em que os potenciais da floresta se revertam em benefício dos povos que a detém, garantido a soberania dos Estados que a possuem e protegendo-a contra degradação. No entanto, os modelos propostos até o presente ignoram o fato de que mais destroem, desagregam e desarticulam do que aproveitam sabiamente a grande riqueza desse território: sua biodiversidade. A facilitação da montagem de plantas voltadas à produção de tecnologia verde, complementadas ou associadas à biotecnologia e à nanotecnologia, em bases vinculadas à produção conjunta e à transferência tecnológica²²⁴ aponta benefícios para a China, para os Estados amazônicos e para a América do Sul, em formato de ganhos mútuos.

No entanto, Becker (1992) esclareceu os diferentes interesses externos e a dificuldade nacional em definir uma agenda autônoma para a Amazônia. Assim, investimentos de qualquer nacionalidade ou mesmo nacionais, desconectados com um propósito científico progressista e sem favorecimento a um avanço tecnológico que seja inclusivo e que proteja a biodiversidade, poderão ser fomentadores de uma desarticulação regional ou poderão criar margem de liberdade para projetos que desperdicem tempo, recursos e esforços, além de ameaçar o maior banco genético do mundo.

Nesse sentido, compreender a PEG sino-brasileira como um ativo estratégico para o processo de integração regional é um desafio determinante. Autores questionam se a China está contribuindo para a integração ou desintegração (TURZI, 2014), industrialização ou desindustrialização (WOOD & MAYER, 2010) dos países sul-americanos, o que inclui a Amazônia. Há temores de que a China constitua mais um caso de dominação econômica neocolonial para a região. Contudo, uma observação arraigada no imediatismo e em uma

²²⁴ Conquanto haja empreendimentos audaciosos, estes estão aquém das transformações desejáveis. Iniciativas como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), institucionalizada em 1998 (SILVA, 2010), e os projetos que tencionam a construção de 10 eixos de integração no seio da IIRSA, entre os quais 3 direcionam-se à Pan-Amazônia (CASTRO, 2012, p. 49), são projetos que, além de tímidos, perpetuam a lógica exploratória que contribui para a consolidação da região como periferia do sistema interestatal capitalista, demandante de tecnologia e fornecedora de bens primários. Esse quadro poderia ser diferente caso se valorizassem a biotecnologia e a bioindústria (BECKER, 2009, p. 159) e caso os Estados amazônicos desenhassem estratégias coletivas para valorizar avanços científicos. Pesquisas nessa direção, com enfoque na Amazônia, incluindo investigações no campo da nanotecnologia (GOUVEIA, 2015 e BUFALINO, et al, 2014), descortinam os primeiros passos para o futuro da ciência e para uma nova fronteira de possibilidades no desenvolvimento da Amazônia.

perspectiva de curto prazo, não possibilitam a visualização do horizonte que está sendo construído, em que CTI é uma das forças motrizes desse processo. Há uma sinergia entre a PEG sino-brasileira e a Unasul, que contribui para superar a integração baseada na noção de mercados integrados para exportar matéria prima, um perfil de integração que não se adequa às necessidades sul-americanas, como critica Sarti (2010, p.9):

La integración pretendida era la de los mercados del continente para la cual recomendaba la intervención directa de los Estados en la promoción de una estrategia de desarrollo económico basado en el fortalecimiento del mercado interno y en la industrialización que debería sustituir las importaciones. Sin embargo, no logró formar un sistema integrado y competitivo de Estados nacionales, ni remover el puesto cautivo de Sudamérica como región periférica exportadora de materias primas. Lugar que acaba por subrayar la histórica dependencia económica, y reserva a la política externa del siglo XX el carácter de “socio menor” de los Estados Unidos...

A articulação entre os anseios da PEG e a evolução da integração sul-americana, por meio da Unasul, constitui a oportunidade áurea de se alavancar esse novo tipo de relações, contribuindo para vencer o subdesenvolvimento. Num continente marcado pela supremacia política, econômica, cultural e militar dos EUA, a integração dos países latino-americanos esbarra na dicotomia ideológica daqueles que apoiam a liderança dos EUA e aqueles que acreditam na sua presença como entrave ao desenvolvimento independente da região (MEDEIROS, 2009). A Unasul vem para somar, quando contribui para criar autonomia soberana sem ocasionar ambiente de confronto.

O papel do Brasil no continente e as relações sino-sul-americanas encontram o seu ponto nuclear na industrialização e no desenvolvimento em CTI. Isso tem sido a tônica de Brasil e China no eixo bilateral e no plurilateral: está presente no conteúdos dos Planos de Ação Conjunta e nos Planos Decenais; no núcleo de ideias do BRICS, do G20 da OMC e do G20 financeiro; foi reiterado formalmente no Livro da Política Chinesa para a América Latina e Caribe (2016), manifestando o desejo de construção de um novo tipo de relações com a macrorregião latino-americana, e está disposto categoricamente nos documentos produzidos na Cúpula do G-20 em Hangzhou, em 2016.

4.3 CTI NO MODELO EM TRANSIÇÃO

As relações sino-brasileiras caracterizam-se por intensa atividade em CTI. Em capítulo anterior, avaliaram-se os detalhes dos documentos que retratam a coordenação de uma parceria entre Brasil e China em CTI, desde os anos de 1980, atingindo o seu apogeu por

meio de uma PEG que passou a instrumentalizar objetivos concretos, quantificados e segmentados em setores. Restou bastante explícita a intensa mobilização dos dois países no desenvolvimento de uma cooperação que seja capaz de gerar benefícios mútuos no âmbito bilateral, plurilateral e multilateral. Isso forneceu as coordenadas para um novo contexto de relações entre estados, por intermédio de um novo modelo.

Esse novo modelo de relação está atualmente em fase de construção. Embora as relações da PEG sino-brasileira revelem uma coordenação multisetorial que se encontra em um grau avançado, expressiva parcela dos projetos estão em fase incipiente ou em processo de maturação. Por esse motivo, considera-se que o novo modelo está em fase de gestação, progredindo de acordo com a concretização dos múltiplos projetos alinhavados na PEG, a medida que se vai tornando operacional e que surte efeitos.

O fato de estar em transição não significa que não há resultados práticos até o momento. Um dos exemplos mais notáveis das relações sino-brasileiras nesse sentido é o Projeto CBERS, que sedimentou a capacidade de se romper restrições e de compartilhar resultados. É nesse sentido que dois setores são proeminentes e destacam-se na revelação da transição de modelo apreciada nas relações sino-brasileiras: o setor espacial e a Biotecnologia. O primeiro está associado a uma cooperação com grau elevado de maturidade, entre outros motivos, devido aos lançamentos realizados, as conquistas, a e difusão de resultados. O segundo representa uma fronteira poderosa e revolucionária no campo de CTI, que, embora não se tenha iniciado recentemente, tem evoluído de maneira paulatina, causando impacto cada vez mais significativo na evolução de um novo horizonte científico. Esses dois setores compõem a maior marca de como CTI contribui para a alavancagem de um novo padrão de relações por intermédio da PEG.

Quando se fala em desenvolvimento, podem-se associar diversas matrizes de pensamento e diferentes discursos. O conceito de desenvolvimento sobre o qual esta pesquisa se baseia está relacionado ao pensamento de Ha-Joon Chang (2009), em que a construção de mecanismos para a proteção de setores estratégicos é considerada basilar para o desenvolvimento. Essa concepção difere daquela que foi adotada pelos organismos internacionais e que ficou bastante popularizada em discursos de diversas autoridades, em que desenvolvimento é sinônimo de redução de pobreza. Chang (2009) faz uma crítica contundente a essa ideia, afirmando que isso gera “desenvolvimento sem desenvolvimento”.

Para o autor, a proteção de indústrias estratégicas, a concessão de subsídios, a difusão de educação são os meios eficientes para a promoção de desenvolvimento. A produção de bens que agreguem valor tecnológico, por meio de empresas de países desenvolvidos em

países subdesenvolvido não gera desenvolvimento. Chang (2009) menciona o caso da indústria de eletrônicos nas Filipinas: se empresas estrangeiras deixarem aquele país, aquela indústria sofrerá colapso. Nesse sentido, o desenvolvimento precisa estar associado à produção de conhecimento.

4.3.1 O setor Espacial

O setor espacial é um dos campos de CTI que registra com mais intensidade um abismo entre aqueles que tem a tecnologia e que lideram o desenvolvimento neste setor e os aliados cientificamente dele. Há uma disparidade abissal entre os países que investem em ciências espaciais e dominam a tecnologia espacial e os que não participam do processo. Enquanto o Brasil está longe de ocupar um lugar cientificamente relevante em questões espaciais, a China está entre os países que mais participa do desenvolvimento das ciências espaciais.

A construção de um novo modelo de relações entre Brasil e China encontra no setor espacial um elemento-chave. A conjugação de esforços entre esses dois países em desenvolvimento, que tem tido acesso limitado ou negado a recursos tecnológicos, mas que passam a co-produzir esses recursos, revela que o setor espacial serve de protótipo para uma mudança de padrão nas relações sino-brasileiras. O êxito da cooperação junto à consolidação e ao aprofundamento da co-produção de CTI deflagram um novo tipo de relação entre Estados, em seu aspecto tecnológico. O fato de continuar em pauta e de gerar resultados efetivos mostra a participação do setor, como líder na mudança.

Isso se enquadra em uma perspectiva de evolução no setor espacial em nível global. Nas últimas décadas, a intensa evolução no campo de tecnologia espacial marca uma etapa efusiva, em que há uma participação cada vez mais ampla tanto de países em desenvolvimento quanto de atores privados. Isso se insere na capacidade de gerar desenvolvimento em consonância com os modelos propostos por Chang (2009), caracterizados por significativo potencial estratégico.

O setor espacial é um exemplo cabal de como Estados participam da criação de regras internacionais como *rule takers* ou *rule makers*. Entre as reivindicações sino-brasileiras, está a participação efetiva de construção de normas interestatais, face à metodologia anterior segundo a qual todos os estados deveriam aderir àquelas normas criadas por um pequeno grupo de Estados. A reivindicação Isso significa que poucos Estados criam regras, e os demais são obrigados a seguir, em uma participação fictícia, já que não têm meios de

interferir no processo de criação de normas. É muito difícil que um Estado não possuidor de tecnologia espacial possa contradizer algum país que produz ou que se destaca no setor: não há espaço para argumentação. Isso, de alguma forma, ocorreu na formação do Direito Internacional Espacial, em que poucos Estados dispunham de conhecimento que resultasse na aplicabilidade de ciência e tecnologia, o que resultou em um número reduzido de países que lideraram a pauta enquanto a larga maioria, que não dispunha da tecnologia e nem poderia contrapor-se aos mais fortes, foi obrigada a acatar as regras criadas para não ser excluída do processo.

O espaço tornou-se um domínio, como a terra, o ar e o mar. Com todo o aparato dominado pelos países mais desenvolvidos, conforme menciona Bloomfield Jr. (2013, p.9), hoje em dia, muitos países têm dependências e fragilidades no setor de comunicações baseadas em satélite: muitos dos países menos desenvolvidos tecnologicamente dependem de atores relevantes como os Estados Unidos. Ademais, a evolução desse segmento tecnológico interfere na infraestrutura de comunicação civil e militar, na vigilância territorial, na infraestrutura crítica dos Estados e na cibersegurança.

O panorama atual tem apontado para alteração do quadro restritivo. Face à negação ao acesso tecnológico, crescente número de países têm-se dedicado a pesquisas espaciais, havendo destaque para países em desenvolvimento, como a Índia, a China e o Brasil. No caso sino-brasileiro, conforme mencionado no capítulo 3, Cervo (2008, p.282) descreveu em que medida a cooperação espacial entre esses dois países buscou superar as restrições dessa tecnologia. Contudo, em uma perspectiva generalizada, essa busca pela superação de limitações tem proporcionado uma ampliação na participação crescente de países em desenvolvimento em discussões antes inacessíveis a Estados que estiveram fora do núcleo de países mais poderosos e que dominassem essa tecnologia. Para Solomone (2013, p.64), o setor espacial é um exemplo de como a China incorporou a cooperação sino-brasileira em um amplo planejamento.

The 1988 CBERS joint venture between China and Brazil is a good example of the cultural acceptance of China toward foreign business ventures. The Chinese name for CBERS, “Resources,” (资源) exemplifies a sense of practicality in China’s space culture during this timeframe. During the 1980s, growing economic influences made a great impression on Chinese space culture as the Chinese people were obsessed with making money, creating businesses, and growing the national economy.

O excerto traz a verificação de como o setor espacial está cada vez mais imerso no planejamento sociopolítico sino-brasileiro. Isso se coaduna com as pesquisas de Dare e Yi

(2014), que descrevem o esforço científico chinês junto ao projeto de construção do Satélite TanSat, que busca promover uma mobilização tecnológica para mensurar as emissões de gases de efeito estufa, ensejando o monitoramento de emissão de CO₂ via satélite. Isso converge com a PEG sino-brasileira em sua perspectiva bilateral e plurilateral, consolidando cooperação nas pesquisas espaciais conjuntas e impulsionando os propósitos do BASIC. Zhang et al (2016) afirmavam que o satélite seria lançado no final de 2016, o que somente ocorreu em 26 de dezembro.

Isso demonstra a capacidade de se agregar valor à cooperação sino-brasileira na área espacial, que foi a que primeiramente se destacou nas relações Brasil-China. Como se pôde observar durante a análise sobre a evolução da parceria científico-tecnológica, o Projeto CBERS converteu-se em uma meta-síntese das relações entre Brasil e China e, como relatou o Embaixador Roberto Abdenur, em Biato Jr. (2010), era uma das prioridades no momento em que se lançou a Parceria Estratégica (1993).

O êxito da cooperação espacial e o impacto que teve, por meio de uma concessão de dados de maneira abrangente, foram significativos. A concessão do acesso gratuito às imagens produzidas pelos satélites CBERS contribuiu para que, inclusive, países desenvolvidos fizessem concessões na mesma proporção, resultando em uma tecnologia bastante acessível a todos. No contexto das relações sino-brasileiras, o tema continua tendo protagonismo, obtendo tratamento prioritário, como se constata por meio da Subcomissão da Cooperação Espacial da COSBAN, dos Planos de Ação Conjunta (2010-2014) e (2015-2021), do Plano Decenal de Cooperação Brasil-China (2012-2021) e do Plano Decenal de Cooperação Espacial (2013-2022).

A China encontra-se em estágio de evolução avançado no setor de tecnologia. Uma ofensiva científica tem promovido alterações no panorama tecnológico da China, cujas diretrizes tecnológicas têm resultado, entre outros projetos, no lançamento de satélite quântico, na construção de estações espaciais e, inclusive, na capacidade de destruição de satélites. Isso evidencia avanço bastante expressivo neste setor. Por sua vez, o Brasil ainda encontra-se em estágio pouco avançado.

Atualmente, o Brasil empreende esforços em desenvolvimento tecnológico autóctone e em cooperação que signifique co-produção e transferência de tecnologia. Um exemplo disso ocorreu na parceria entre Brasil e Ucrânia, firmada em 2003, em que se definia a criação da

Alcantara Cyclone Space, Empresa binacional Brasil-Ucrânia²²⁵. Embora essa cooperação tenha sido denunciada pelo governo brasileiro em 2015²²⁶, ela consistia na exploração comercial de lançamentos de satélites, em que a Ucrânia ofereceria a tecnologia de Veículos Lançadores de Satélites e o Brasil ofereceria a Base de Alcantara para os lançamentos²²⁷.

Outros projetos demonstram a importância da América do Sul e da região amazônica para políticas espaciais. Isso pode ser observado por meio do Observatório Europeu do Sul (ESO), em Paranal (Chile) e do Centro Espacial Guianês (CSG), em Kourou (Guiana Francesa), que é território ultramarino da França (SILVA & RÜCKERT, 2009; GRANGER, 2008; ABS, 2013), mas está localizado em território amazônico. Nesse contexto, sobressai uma contradição: a região amazônica é a área mais adequada para lançamento, contudo os satélites que monitoram tanto a Amazônia quanto os países da região não são operados por Estados amazônicos. Portanto, as imagens geradas pelos satélites que monitoram a Amazônia são analisadas primeiramente pelas potências tecnológicas que controlam os satélites, antes de qualquer Estado da região.

Isso expõe fragilidades e desafios quanto a atividade de sensoriamento remoto. Vulnerabilidades são deflagradas, quando, à exceção da participação do Brasil no projeto CBERS, são as potências extrarregionais que fornecem o aparato tecnológico: LANDSAT/USGS (Estados Unidos), CBERS (Brasil e China), ALOS e PALSAR (Japão) e SPOT (França)²²⁸. Mais uma vez a cooperação entre Brasil e China dá sinais de ser chave na

²²⁵ Gaioski (2012) esclarece que a Ucrânia ofereceria possibilidade de cooperação com o Brasil no campo espacial. A Ucrânia tem a tecnologia de construção de veículos lançadores de satélite (VLS), mas não dispõe de meios vantajosos para realizar os lançamentos. Por sua vez, o Brasil não tinha (e ainda não tem) a tecnologia de VLS, mas possui a base de lançamentos mais bem localizada no mundo. Considerando essas oportunidades, foi lançado o Projeto Cyclone-4 que se refere à exploração comercial do uso do VLS Cyclone-4, por meio da base de Alcântara. A Ucrânia sinalizou possibilidade de transferência de tecnologia de VLS ao Brasil por meio de produção conjunta de uma nova geração de satélites, o cyclone-5; contudo, o Brasil denunciou o acordo em 2015.

²²⁶ Essa cooperação se justificava com base na lógica de que a inovação tecnológica causa forte expectativa sobre alterações na Economia Política Global, conforme preceitua Chase-Dunn (2006). Além da justificativa comercial, esse foi o espírito que guiou a cooperação Brasil-Ucrânia no projeto Alcântara Cyclone Space (ACS). Contudo, após mais de uma década de esforços de ambas as partes, o Brasil decidiu romper o acordo, alterando o encaminhamento de um projeto que indicava a capacidade do Brasil de participar ativamente do progresso científico espacial e que permitiria ao Brasil incorporar essa tecnologia que lhe tem sido negada pelo seu caráter dual.

²²⁷ Alguns fatores apontam interferência nessa decisão: receios dos Estados Unidos e descontentamento da Rússia. No caso estadunidense, não convém que a base de lançamentos espaciais mais bem posicionada no mundo ganhe projeção, pois poderia criar fragilidades de segurança nacional no imaginário dos estrategistas americanos. No caso russo, o conflito desse país com a Ucrânia criou um impasse, haja vista que Brasil tinha cooperação estratégica com a Ucrânia no Projeto ACS e com a Rússia no BRICS. Entre os dois argumentos, o segundo foi mais expressivo, devido a proporção que vem ganhando o BRICS.

²²⁸ Essa vulnerabilidade foi sentida em termos práticos quando os Estados Unidos interromperam os serviços prestados por meio do satélite GOES à América do Sul, em 1982. A região perdeu o acesso à informações

busca de autonomia do continente, o que possibilita a verificação de um modelo de relações internacionais em formação.

Nesse sentido, a principal estratégia sino-brasileira por meio do Projeto CBERS é a superação de restrições tecnológicas. De maneira paulatina, essa cooperação científico-tecnológica tem contemplado avanços expressivos, como se verifica por intermédio da intensa atividade diplomática em torno do CBERS. Contudo, conseqüentemente, a maneira pela qual o Brasil e a China têm geridos esses ativos estratégicos está gerando reflexos que superam o âmbito bilateral.

Se, no início do projeto, o propósito era a venda de imagens a países que não tinham acesso imagens espaciais de seus territórios, esse objetivo se transforma ao longo do tempo. O amadurecimento do projeto mostrou benefícios políticos em liderar um processo de ampliação generalizada das imagens, de maneira gratuita. Como defende Brito (2013), a concessão sino-brasileira de imagens de satélites sem uma contrapartida econômica pressionou os países mais avançados em Ciências Espaciais a compartilhar imagens no âmbito multilateral.

Portanto, a estratégia contida no Projeto CBERS tem capitalizado anseios que vão além do sentido de romper a limitação tecnológica de Brasil e China. A simbologia de uma cooperação entre países em desenvolvimento é mais forte do o resultado das pesquisas em si, sobretudo quando se considera que a China facilmente poderia desenvolver a tecnologia sozinha. O avanço do projeto CBERS contempla objetivos que superam benefício bilaterais, pois possibilita i) uma participação mais ampla na formação de regras internacionais, criando um maior número de Estados *rule maker*, capazes de interferir na construção normativa ii) o esfacelamento gradativo de um condomínio de conhecimento, que restringia o acesso à tecnologia, iii) a construção de legitimidade de Brasil e China em um ambiente multilateral, haja vista que isso fortalece seus papéis como lideranças que interpretam as apreensões de um expressivo número de Estados.

4.3.2 O setor de Biotecnologia

A Biotecnologia pode se referir tanto a técnicas bastante antigas quanto à experiência tecno-científica recente. Como descreve Sheila Jasanoff (2012), a biotecnologia remete não somente a tentativas pré-históricas bem sucedidas de alimentação, combustível, vestuário e abrigo, mas também àquelas que se referem a técnicas de alteração das estruturas celulares de

meteorológicas, sob a alegação americana de repreensão ao apoio sul-americano à Argentina na Guerra das Malvinas (GAIOSKI, 2012, p.7)

seres vivos, possibilitada após descoberta da estrutura do DNA (1953). A lógica adotada nesta pesquisa é a segunda hipótese, que desencadeia horizonte científico em expansão.

A produção na área de Ciência Tecnologia e Inovação em Biotecnologia constitui um saber estratégico. Dessa maneira, ainda que a cooperação por transferência de tecnologia possa ser proveitosa, em que alguns dos importantes países produtores de Biotecnologia, sem recursos primários, possam desenvolver pesquisas com a biodiversidade dos estados periféricos, acredita-se que a cooperação horizontal seja a modalidade que contribui para o desenvolvimento real dos países sul-americanos. Seguindo o raciocínio de Chang (2009), é nesta segunda hipótese que os benefícios desse setor serão ceifados e constituirão desenvolvimento.

Isso significa que a produção autóctone ou em regime de co-produção constitui autêntica estratégia desenvolvimentista. São essas diretrizes que capacitam os Estados a ampliarem sua importância no sistema interestatal. Assim, tem-se contemplado a ideia de que a evolução da Biotecnologia em países dotados de ampla biodiversidade, como se constata na América do Sul, é muito proveitosa para a constituição de um ativo estratégico.

Pesquisadores que avaliam as inovações científicas percebem o expressivo aumento da importância de processos relacionados à Biotecnologia. Para Gazit e Mitraki (2013), uma Revolução biológica iniciou-se no século XX e permanece em contínua expansão, constituindo uma nova fronteira tecnológica para o século XXI. Isso tem proporcionando o desencadeamento de inovações que se desdobram em novos campos, como a Nanobiotecnologia e a Bionanotecnologia²²⁹. Portanto, a Biotecnologia dedica-se à manipulação de organismos vivos e tem implicações sobre todos os campos que envolvem sistemas biológicos.

Dessa maneira, a Biotecnologia é um campo científico em pleno desenvolvimento. Esse ramo científico tem estado cada vez mais presente na realidade contemporânea. Incorporada paulatinamente à modernidade, a Biotecnologia tem lidado com desafios nas áreas de alimentos, saúde e energia, que são os três maiores desafios do século XXI (FREIRE, 2014, p.13). É nesse sentido que se acredita na possibilidade de uma resposta positiva, quando Jasanoff (2012) questiona se as revoluções tecnológicas dos nossos tempos irão favorecer a emancipação ou recolonização. Acredita-se que a modificação tecnológica na Biotecnologia pode se coadunar com o desenvolvimento econômico e social planejado na PEG sino-

²²⁹ A existência de diversos trabalhos sobre Nanobiotecnologia e Bionanotecnologia mostram que esses campos encontram elevado grau de consolidação acadêmica, como se observa em Jotterand (2008), Papazoglou & Parthasarathy (2007), Bergkvist & Cohen (2013), Gazit & Mitraki (2013).

brasileira, com reflexo sobre a América do Sul, que se esforça para superar a condição de periferia do sistema interestatal.

Concebe-se que há possibilidade de se contribuir para a implantação de uma lógica menos desigual, por meio de sinergia que gere difusão de conhecimento e que articule co-produção de CTI. Em consonância com as parcerias a que se propõe no âmbito Sul-Sul, verificam-se sinais de cooperação sul-americana no campo tecno-científico que englobam a difusão tecnológica (FUJITA, 2014). Portanto, considerando que a América do Sul possui um dos maiores bancos genéticos do planeta, há que se identificar a mobilização que está em curso e que contribui para que o continente encontre seu epicentro no desenvolvimento em CTI.

Em meio às expectativas sobre o progresso científico em Biotecnologia, Brasil e China já se posicionam como líderes nesse segmento²³⁰. No caso da China, a interação entre Estado, empresa e academia tem resultado em parques tecnológicos competitivos. Contudo, no caso do Brasil, é preciso aprimorar essa estrutura: ainda que haja mobilização insuficiente e ineficiente, o País vem articulando meios para desencadear uma sinergia Estado - empresa - academia²³¹ e, inclusive, tem legislação avançada para esse setor²³², havendo, ainda, a capacidade e o interesse em dividir sua experiência com a região, o que contribui para ampliar seu papel como potência regional. Ademais, o mapeamento das estratégias de inovação nacionais em Biotecnologia, descritas no relatório da Organização da Indústria de Biotecnologia (*Biotechnology Industry Organization*), confere destaque para os oito Estados no mundo, entre eles o Brasil e a China²³³.

²³⁰ Entre outras iniciativas, no setor de alimentos e de energia, o Brasil opera por meio da Embrapa (Faleiro e Andrade, 2009); no setor de saúde, por intermédio da Fiocruz (Borba et al, 2009). No caso da energia, no Brasil, já se desenvolve etanol de segunda geração (palha e bagaço), de terceira geração (micro-algas e termo-química) e de quarta geração (micro-organismos geneticamente modificados).

²³¹ Freire (2014, p.14) explica como tem acontecido a sinergia Estado-empresa-academia no campo da biotecnologia, no Brasil: “*Na esfera do mercado, os bens e serviços são produzidos primordialmente pela empresa privada em articulação direta com os outros atores nas esferas da ciência (universidades, institutos de pesquisa, laboratórios) e do Estado (governos, bancos e agências de fomento e de regulação). Além das empresas, há as incubadoras, que são palcos centrais para o nascimento de firmas*”.

²³² A lei de biossegurança (lei n. 11.105, de 24 de março de 2005) dispõe sobre regras à Biotecnologia no Brasil. No caso de comercialização desse material, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) é a instituição responsável por analisar as solicitações.

²³³ O relatório analisa os projetos em Biotecnologia dos oito Estados que mais de destacam nesse campo: Brasil, China, Índia (os únicos países em desenvolvimento), Coréia do Sul, Rússia, Cingapura, Suíça e Estados Unidos. De acordo com o relatório, são países que já possuem estratégia de pesquisa e desenvolvimento no setor, que é tratado como prioridade para os interesses estratégicos dos Estados: “*importância da biotecnologia para o futuro social e o desenvolvimento econômico é ilustrado por quase todos os estados atualmente*” (Pugatch, 2014, p.7).

Um dos projetos nacionais que pode ser expandido para escala regional é o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)²³⁴. Esse centro de pesquisa foi criado pelo Brasil com o propósito de realizar pesquisas com espécies endêmicas da Amazônia. Por meio do protagonismo que o Brasil desenvolve na região, há bastante possibilidade de o país comporta-se como indutor do processo de criação tecno-científica no continente, não somente por meio do COSUCTI, mas sobretudo por meio da estrutura institucional que compõe a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

A Biotecnologia associada à biodiversidade tem capacidade de transformar o panorama socioeconômico da América do Sul. O desenvolvimento tecnológico tem sido considerado uma barreira no desenvolvimento regional, mas, nos últimos anos, tem recebido maior atenção dos Estados sul-americanos: trata-se de um modelo de desenvolvimento pensado como parte de um esforço conjunto que encontra o seu cerne no processo de cooperação regional, o qual é concebido como um elemento geopolítico por Sarti (2014). Isso ocorre por meio de iniciativas regionais, sub-regionais e nacionais. Para fins conceituais, o artigo 2º da CBD (Convention on Biological Diversity) dispõe que:

"Biological diversity" means the variability among living organisms from all sources including, *inter alia*, terrestrial, marine and other aquatic ecosystems and the ecological complexes of which they are part: this includes diversity within species, between species and of ecosystems.

"Biological resources" includes genetic resources, organisms or parts thereof, populations, or any other biotic component of ecosystems with actual or potential use or value for humanity.

"Biotechnology" means any technological application that uses biological systems, living organisms, or derivatives thereof, to make or modify products or processes for specific use. (...)

A biodiversidade representa um ativo estratégico para os países que a detém. Embora a diversidade genética da América do Sul esteja inserida no contexto global há mais de um século, por meio da clandestinidade²³⁵, considera-se que o desenvolvimento da Biotecnologia deva beneficiar os possuidores de estoques genéticos: os Estados sul-americanos têm diante de si a oportunidade de tornarem-se protagonistas dessa revolução científico-tecnológica. Para considerar esses atributos é importante ter em conta a dimensão desses estoques.

²³⁴ O Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) foi criado por intermédio do Decreto no. 4.284, em 2002.

²³⁵ A prospecção de material biológico feito de maneira clandestina não é recente, haja vista patentes de espécies endêmicas da América do Sul registradas por empresas estrangeiras, como o Cupuaçu, entre outros. Além disso, há que se mencionar o empreendimento inglês no início do século XX, criando área de plantio de seringueira (espécie endêmica da Amazônia) na Malásia, causando a derrocada da produção do látex sul-americano, conforme descreve Furtado (2003) sobre o fim do ciclo da borracha na economia brasileira.

Um documento importante nesse sentido é o Relatório do PNUD (*United Nations Development Programme*) sob o título *The importance of biodiversity and ecosystems in economic growth and equity in Latin America and the Caribbean: an economic valuation of ecosystems*. Nesse Relatório, produzido por Bovarnick et al (2010, p.2) consta a informação de que:

LAC [Latin America and the Caribbean] countries are among the world's most well endowed in natural capital: biodiversity and ecosystems. South America has more than 40% of the Earth's biodiversity, more than one-quarter of its forests and is the single most biologically diverse area in the world.

Portanto, a biodiversidade e a Biotecnologia ampliam a capacidade de desenvolvimento socioeconômico dos Estados sul-americanos. Conforme o Relatório do PNUD (2010) descreve, é o maior repositório de biodiversidade do mundo, sendo que a maior parte dessa riqueza está na Amazônia.

A biopirataria tem sido um problema enfrentado pelos países sul-americanos. Segundo Magalhães (2010) a biopirataria tem servido para suprir necessidade do setor de inovação em Biotecnologia. Isso tem ocasionado a mobilização de países em desenvolvimento para alterar normas de Direito Internacional, sobretudo no TRIPS (Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights), que se refere às regras definidas na OMC (Organização Mundial do Comércio), e no Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), a fim de que haja a identificação da origem dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados e se possa pedir nulidade de patentes provenientes de biopirataria.

Entre os países atuantes nessa mobilização estão os que formam o Grupo dos Países Megadiversos (LMMC)²³⁶. Criado em 2002, o grupo é formado por 17 países²³⁷ que representam entre 60 a 70% da biodiversidade do planeta. Entre os membros, seis são países sul-americanos, o que reafirma a importância do continente no tema biodiversidade. Um dos principais trabalhos do grupo foi uma atuação assertiva em torno do Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios (2010)²³⁸.

²³⁶ Informações disponíveis em 15 de maio de 2016, em <https://lmmcgroup.wordpress.com>

²³⁷ Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Índia, Indonésia, Quênia, Madagascar, Malásia, México, Peru, Filipinas, República Democrática do Congo, Venezuela.

²³⁸ O Protocolo de Nagoya entrou em vigor em 2014, após o depósito 50º instrumento de ratificação. Informações disponíveis em 20 de abril de 2016, em <https://www.cbd.int/abs/>.

Dessa maneira, os esforços na construção de CTI junto à biodiversidade a ser pesquisada são percebidos como uma janela de oportunidade para a profícua PEG sino-brasileira, servido também de peça fundamental aos Estados sul-americanos. No âmbito regional, o Conselho de Ciência Tecnologia e Inovação (COSUCTI) da Unasul (União Sul-americana de Nações)²³⁹ tem sido o principal ambiente de cooperação regional. Nesse sentido, o documento *Propuesta de Programa Marco de Ciencia, Tecnología e Innovación de la UNASUR (2012-2016)*, reconhece CTI como um dos temas centrais para o fortalecimento da integração da Unasul. Esse documento menciona que, quando o Brasil presidia o grupo de CTI da Unasul, foi realizado o seminário Harmonização de Políticas Públicas para a América do Sul em Ciência, Tecnologia e Inovação, em que foram eleitas três áreas prioritárias: i) energias renováveis, ii) Biotecnologia e iii) intercâmbio de experiências. Isso demonstra como o mecanismo de integração regional sul-americano é importante no processo de articulação em CTI e como o Brasil tem sido um indutor desse processo.

É nesse sentido que a PEG sino-brasileira converge com os anseios sul-americanos. Enfatizando o perfil comercial e econômico, Bruckmann (2013, p.25), compreende a China como um elemento-chave na integração regional sul-americana:

La creciente relación comercial y económica con China representa la oportunidad de desarrollar una relación estratégica, que deje de reproducir en América Latina el modelo de exportaciones de materia prima de bajo valor agregado y se oriente a una estrategia de industrialización de sus recursos naturales basada también en un desarrollo científico y en la producción de conocimiento e información que eleve las condiciones de vida de su población.

Se hace necesaria una política regional de industrialización de los recursos naturales, sobre todo de aquellos en los que América Latina detenta reservas importantes. Esta política necesita apropiarse de la investigación científica y tecnológica en relación a los minerales, orientada a desarrollar tecnologías de extracción con el menor impacto ambiental posible, de conocimiento profundo de los materiales y su aplicación industrial, de innovación tecnológica y nuevos usos industriales.

O pensamento da autora tem significativa convergência com as constatações de Sarti (2010; 2013; 2014) e, em alguma medida, tem encontrado valorização também em uma perspectiva sub-regional. O que atrai a atenção nesse sentido é a plataforma de Biotecnologia

²³⁹ A Unasul reconhece que uma das características predominantes no continente é a assimetria entre os Estados. O reconhecimento dessas desigualdades é considerado um passo inicial para o conceito de integração regional no século XXI. Por meio da Unasul, os países sul-americanos primam por desenvolver políticas capazes de reduzir essas diferenças. Informações disponíveis em 10 e maio de 2016, em <http://www.unasursg.org>.

do Mercosul²⁴⁰, a BiotecSur²⁴¹. Esse mecanismo foi criado em 2005 como projeto permanente de cooperação para desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias no setor, vinculando governos, setor privado e academia. O Programa Biotech foi a primeira iniciativa executada, em que se implementou o Programa de Apoio ao Desenvolvimento das Biotecnologias no Mercosul (2005-2011). Atualmente, está em fase de execução o projeto Biotech II, iniciado em 2013. Embora seja parte da cooperação com a União Europeia, o BiotecSur trata de temas prioritários do Mercosul de maneira independente.

A aproximação entre China e América do Sul cria benefícios mútuos. Junto a essa problemática, há quem mencione o prenúncio de novo paradigma científico que pode ser liderado pela China. O grau de desenvolvimento esperado nas plantas fabris chinesas torna possível o desencadeamento de avanços na evolução científica, sobretudo no campo da Biotecnologia e da Nanotecnologia, o que pode ser crucial para a alteração do modelo tecnológico. É nesse sentido que Almeida (2005) considera viável a emergência de competição hierárquica pela liderança na produção de uma nova matriz produtiva internacional. Nesse processo, a Amazônia tem a sua importância ampliada, haja vista os estoques de biodiversidade e a prospecção informacional.

Sob esse aspecto, a China é vista como parceira na área de produção conjunta de tecnologia. Para Fujita (2014, p. 100), embora haja certo ceticismo em relação à transferência de tecnologia por parte da China, há a possibilidade de implementar o que se chama de “parceria sinérgica”²⁴², coligando empresa à institutos de pesquisa e desenvolvimento, o que complementa a análise de Freire (2014) quanto ao complexo Estado - Empresa - Academia no campo da biotecnologia, no Brasil. Isso é crucial para proporcionar o desenvolvimento de nova geração de produtos. Portanto, a difusão de ciência e a tecnologia é o cerne não só da proposta desenvolvimentista mas também da geopolítica que conciliaria todos os atores envolvidos.

²⁴⁰ O Mercado Comum do Sul (1991) é formado por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela. A Bolívia está em processo de adesão desde 17 julho de 2015. Informações disponíveis em 20 de maio de 2016, em <http://www.mercosur.int>.

²⁴¹ Informações sobre essas iniciativas podem ser encontradas em no site oficial do projeto. Disponível em 25 de maio de 2016, em <http://www.biotecsur.org/po/biotecsur.php>.

²⁴² Ao analisar a parceria de Estados do Leste Asiático com o Brasil, Fujita (2014, p. 100) caracteriza as relações com o Japão, nos anos 1960, como parceria de complementaridade, as relações com a China, a partir dos 1980, como parceria estratégica e as relações com a Coreia do Sul, na atualidade, como parceria sinérgica. Somente no último caso há maior tendência de paradigma de cooperação em bases paritárias e mutuamente benéficas.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão sobre o papel de CTI na história contemporânea ajuda a avaliar essas facetas que se afetam mutuamente nas relações sociopolíticas entre os Estados. Para David Landes, no livro *The Unbound Prometheus: technological change and industrial development in Western Europe from 1750 to the present*, os efeitos das inovações tecnológicas no desenvolvimento da capacidade produtiva, contribuem para a distribuição de poder entre unidades estatais. O autor defende que a evolução da Ciência e da Tecnologia foram elementos determinantes para a transformação no sistema interestatal. Ao diferenciar a revolução industrial (fenômeno sociológico) da Revolução Industrial (fato histórico), Landes (1969, p. 1) define:

The words “industrial revolution” - in small letters - usually refer to that complex of technological innovations which, by substituting machines for human skill and inanimate power for human and animal force, brings about a shift from handicraft to manufacture and, so doing, gives birth to a modern economy. In this sense, the industrial revolution has already transformed a number of countries, through in unequal degrees; others societies are in the throes of change; the turn of still others is yet to come.

A definição do autor incentiva algumas observações sobre os efeitos das inovações tecnológicas na sociedade. Além das externalidades de natureza econômica, Landes (1969) lança luz para o fato de que essas mudanças ocorrem de maneira desigual e competitiva. Ademais, isso enseja que os líderes na produção (científico-)tecnológica possam ser substituídos. As perspectivas do autor, quando se coadunam com o conceito de poder estrutural de Strange (1988), indicam o papel das tecnologias na alteração da dinâmica do sistema interestatal, o que enfatiza também os argumentos de Teotônio dos Santos (2014), para quem a produção científico-tecnológica autóctone é fundamental para que se supram os interesses dos países sub-desenvolvidos e em desenvolvimento.

No que se refere a essas mudanças, há autores que concordam com a afirmação de que CTI exerce influência nas relações entre as potências. De acordo com Mohan Malik (2010), três fatores são fundamentais para induzir mudanças no sistema interestatal: a guerra, a economia e o desenvolvimento tecnológico. Para o autor, isso enseja uma correlação entre a posição hierárquica de um país e suas capacidades em CTI, pois países de tecnologia avançada estabelecem normas e padrões de comportamento na política internacional.

Dessa maneira, Malik (2010) compartilha a percepção de Weiss (2005), para quem CTI impulsiona o sistema em quatro eixos: 1) mudança na arquitetura do sistema internacional; 2) mudança da dinâmica do sistema (diplomacia, guerra, comércio); 3)

surgimento de novas questões, constrangimentos e dilemas; 4) mudança na percepção de segurança. Por esse motivo, Tecnologia está entre os fatores mais relevantes para moldar as RI, em que a competição tecno-científica é fundamental na alteração ou na consolidação do status de determinado Estado no sistema.

É nesse sentido que se acredita que algumas modalidades de CTI têm maior capacidade de proporcionar mudanças qualitativas para o Brasil e, conseqüentemente, para países sul-americanos. Entre as que apontam nessa direção estão as Ciências Espaciais e a Biotecnologia, sobre as quais se acredita que sejam variáveis que interfiram na importância geopolítica dos países da América do Sul, sobretudo quando se reconhece a concentração de fatores geográficos favoráveis e de biodiversidade no continente. Esse recurso genético é fundamental para o desencadeamento de uma nova fronteira tecnológica na Biotecnologia e que coloca os povos sul-americanos como protagonistas desse desenvolvimento.

Isso demonstra a existência de uma correlação entre desenvolvimento, tecnologia e poder. Ainda que a falta de integração na América do Sul, descrita por Furtado (2003), tenha passado por sensíveis alterações e que a capacidade de inversões em CTI seja limitada, sobretudo quando comparada ao orçamento de outros países, há importantes iniciativas no continente a se considerar. Entre outros exemplos, a cooperação em CTI, que é uma das peculiaridades da PEG sino-brasileira, tem sido reconhecida como uma plataforma para desencadear avanços tecnológicos na América do Sul e também na América Latina, conforme simboliza o Primeiro Fórum China-CELAC sobre Ciência Tecnologia e Inovação, realizado em setembro de 2015, em Quito.

Nesse evento, no Equador, a China anunciou formalmente o lançamento de uma Parceria China-CELAC em Ciência e Tecnologia²⁴³. A proposta lançada aponta para um formato de cooperação inédito até o presente, criando expectativas de construção de novo paradigma que difere de uma perspectiva etnocêntrica e contribuindo para a superação da condição dos sul-americanos a que Theotônio dos Santos (2014, p.50) denominou de seres de segunda categoria, "*aquellos que no deciden y dependen de los que deciden*". No caso da sinergia Brasil-China, a busca pela ruptura desse modelo retrógrado, que se tem verificado historicamente, é um protótipo para o que se pode desencadear na América do Sul e na América Latina.

²⁴³ Informação obtida na base de dados do Fórum China-CELAC, disponível em 25 de maio de 2016, em http://www.chinacelacforum.org/eng/zyjz_1/zylyflt/kjcxlt/t1339155.htm

A cooperação entre Brasil e China em CTI mostra o que pode ser realizado entre China e CELAC. Considerando os êxitos de uma cooperação científico-tecnológica desde os anos de 1980, a cooperação sino-brasileira serviu de base empírica para se constatarem as vantagens de um plano de desenvolvimento em CTI com a América Latina. A experiência sino-brasileira mostra como é factível uma cooperação em CTI entre China e América Latina.

Assim, há um ambiente que contribui para que as consequências da parceria China-CELAC resultem em seus primeiros passos. Os projetos iniciais dessa parceria em CTI ocorrem subsequentemente ao Primeiro Fórum China-CELAC sobre Ciência Tecnologia e Inovação (2015), quando se lançou o Laboratório Conjunto TD-LTE, que tem por objetivo implementar mecanismo de transferência e co-produção de tecnologia de informação e comunicação. Segundo afirmam Aldmour (2013) e Dong et al (2015), a tecnologia de TD-LTE representa uma ferramenta importante na evolução da alta tecnologia em comunicação e informação, contribuindo para recursos mais eficientes no setor. Isso constitui um elemento empírico para a percepção acerca de uma parceria entre China-CELAC e corrobora a gestação de uma parceria que consiste na co-produção de CTI.

Nesse sentido, ao sopesar o pensamento de Candotti (2014), Sarti (2014a, p.313) afirma: “... *no solo hay que conocer sino preservar nuestros recursos, para poner el conocimiento al servicio de nuestras poblaciones, como subrayó Candotti: es necesario imprimir ese reto a la cooperación científica en Suramérica*”. É nesse contexto que se verifica uma atuação sino-brasileira que desempenha, junto ao continente, um papel negado por outras potências. Nas relações sul-americanas, a difusão das experiências da PEG sino-brasileira não somente ajuda a impulsionar a vocação tecnologia do continente, afim de capacitá-lo a superar a condição de periferia, mas também a proporcionar a construção do que Candotti (2014) chama de “cerebroduto”²⁴⁴, referindo-se à ampliação de capital humano na América do Sul, objetivando investigar riquezas do continente sob o enfoque da ciência, da tecnologia e da inovação.

A cooperação em CTI entre Brasil e China estabelece um sentido que evidencia a construção de um novo padrão. Esse modelo não se explica por meio das teorias racionalistas.

²⁴⁴ O conceito de cerebroduto, nas palavras de Candotti (2014, p.44), significa que: “... *más que gasoductos, necesitamos también un “cerebroducto” que conecte a nuestros países amazónicos. Para construir un “cerebroducto” se necesita apenas 2% de lo que se gasta en un gasoducto; menos de 2% de los presupuestos de las hidroeléctricas que ocupan los países de la región o de las carreteras que unen el Oceano Pacífico con el Atlántico. Com apenas 2% de todo eso podríamos financiar la cooperación científica regional y permitir que los secretos de la inmensa biblioteca natural de América del Sur que es la Amazonia pueda ser revelados y estudiados por los jóvenes que tanto reclaman por más espacio para el conocimiento*”.

As características psicossociais das sociedades brasileira e chinesa mostram que há benefício, quando há uma sinergia na expansão e na produção de tecnologia, conjuntamente. Essa racionalidade não se equipara à lógica estritamente ocidental, como, historicamente, se verifica. O desafio imposto pela China aos EUA e, em alguma medida à Europa, na região, decorre mais da inércia destes e da legitimidade daquela, do que do anseio chinês em constranger os EUA ou outros Estados, a fim de controlar o sistema ou subvertê-lo.

A PEG sino-brasileira capitaliza a percepção de que não há sentido em submeter-se à estrutura de poder que se pretende impor inflexível e imutável. O questionamento das características do sistema e a busca de acomodação de interesses que abrangem a satisfação de maior número de unidades políticas e de pessoas no planeta criam maior legitimidade às políticas engendradas por Brasil e China, sobretudo aquelas cujo cerne localiza-se em CTI. Embora a intenção não seja confrontar as potências que lideram o núcleo de poder do sistema, essa mobilização ocorre em desfavor dos interesses deste núcleo sistêmico que se esforça por consolidar a existência de um panorama científico racionalista etnocêntrico.

A alteração de particularidades do sistema, em direção a um benefício que contemple um número mais amplo de Estados, é um elemento central nas relações entre Brasil e China. A cooperação em CTI na PEG sino-brasileira eleva a importância da Amazônia nesse processo, que ocupa posição basilar na consecução do processo de integração sul-americano. Ademais, o eixo plurilateral da PEG, em que são protagonistas as coalizões internacionais que buscam meios para que se dilua a concentração de beneficiários, compõe estrutura medular das relações entre Brasil e China e geram benefícios que não bastam em si e que por isso são compartilhados com outros países.

É coerente conceber que a China administra o presente e o futuro de 1.3 bilhões de habitantes, aproximadamente, e que isso enseja a necessidade de se reduzir vulnerabilidades. Em meio ao reiterado interesse dos Estados Unidos de seguir sendo árbitro da política asiática e em meio a uma vizinhança que impõem desafios perenes à China, a América do Sul oferece acesso seguro a fontes de energia, alimento e matérias primas, sendo um aliado na superação das adversidades e restrições, ao mesmo tempo em que se beneficia da ascensão chinesa, da sua disponibilidade em fomentar revitalização industrial adequada à contemporaneidade, do propósito de co-produzir e de difundir CTI com os que são preteridos pelo sistema.

O desenvolvimento conjunto de CTI significa um multiplicador de benefícios. Se, por um lado, não há espaço para rivalidade entre Brasil e China, por outro lado, as relações sino-americanas encontram um objetivo comum de edificar condições sistêmicas que atinjam interesses mais abrangentes. A co-produção de CTI aponta para um horizonte em que a

percepção de Sarti (2010, 2013 e 2014) sobre a vaga cativa na periferia, está em processo de dissolução, rompendo a lógica de preterição que macula a experiência vivenciada intensamente nos últimos 500 anos pela América Latina, sobretudo a América do Sul.

Nesse contexto, confirma-se, parcialmente, a hipótese proposta. Verificou-se que não se deflagrou um novo modelo, mas sim um processo que tende a ocasioná-lo. Assim sendo, o conceito de Parceria Ascendente de Cervo (2008) continua válido, ainda que a mobilização sino-brasileira esteja encaminhando para a superação dele como reflexo do presente, já que a formação da PEG sino-brasileira e a ênfase dela em CTI demonstram um paulatino direcionamento a esse modelo inaugural que vem sendo gestado desde os anos de 1980 e que consolida um dinamismo desenvolvimentista. Isso ocorreu, ao longo do tempo, demonstrando que as relações sino-brasileiras não emergem como um modelo rival nem ameaçam a subverter o sistema, muito menos a fundar nova gestão hegemônica. Constatam-se, portanto, as fragilidades científico-metodológicas em se traçar uma análise comportamental baseada nas conclusões racionalistas da Relações Internacionais, embora não se ignore que a PEG sino-brasileira surja como um projeto que tente alterar as características do sistema que evoluiu sob a bandeira europeia há 500 anos.

CONCLUSÃO

A análise investigativa proposta corroborou uma confirmação parcial da hipótese. O *leitmotiv* da pesquisa doutoral baseou-se na hipótese de que a cooperação entre Brasil e China teria inaugurado um novo padrão de relações no século XXI, diferente daquelas tecidas com outros países historicamente: Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) é o principal elemento de verificação desse novo parâmetro, nas relações sino-brasileiras. Nesse sentido, a co-produção de CTI foi proposta como tema basilar para a análise empírica, a fim de constatar ou rechaçar a existência desse modelo.

As linhas mestras das relações entre Brasil e China foram delineadas, percorrendo os meandros históricos e o planejamento político contemporâneo. Não se objetivou explorar detalhes minuciosos sobre a evolução científica de setores no campo de CTI, embora em alguns momentos tenha sido importante situar em que contexto evolutivo determinada sub-área se enquadra. Propuseram-se indagações sobre a coerência das análises políticas sobre as relações entre Brasil e China, acoplando na pergunta-problema o significado da cooperação em CTI. Constatou-se um esforço hercúleo dos dois países em busca da superação de restrições sistêmicas, sobretudo tecnológicas, cujo desfazimento revela uma natureza transformadora.

Partindo dessa estrutura hipotética, teve-se por objetivo geral avaliar a relevância do campo de CTI na formação da possível existência desse novo padrão de relações sino-brasileiras no século XXI. Nesse contexto, identificou-se que as teorias racionalistas das Relações Internacionais (RI), que constituem as tendências dominantes desse campo científico, têm fragilidades que inviabilizam uma verificação acurada das relações sino-brasileiras, no campo da CTI. A principal marca desse vício interpretativo foi detectado no conteúdo etnocêntrico dessas tendências dominantes, já que ignoram contextos psicossociais e socioculturais de diferentes países, tomando as RI como parte de uma ciência universalista.

O contexto cultural, portanto, serviu de referência para uma proposição de metodologia que oferecesse bases mais adequadas à consecução da análise epistemológica. Apurou-se que não haveria razoabilidade em interpretar as relações sino-brasileiras em CTI por meio do cabedal racionalista. Isso foi uma crítica muito presente e positiva durante a qualificação do projeto de tese, resultando em um balizamento do conteúdo, da forma e do contexto proposto na tese apresentada.

O aporte teórico utilizado para se contornar as fragilidades racionalistas encontrou

amparo em tendências teóricas oriundas de diferentes campos das Ciências Sociais. A perspectiva expressa, sobretudo, por meio de Edward Said, Homi Bhabha, Acharya Amitav e Sheila Jasanoff, entre outros, foi bastante útil na compreensão do que seria um etnocentrismo que precisa ser diluído na interpretação das relações sino-brasileiras. As ferramentas científicas da Antropologia, em torno do conceito de posição liminar, elaborado por Gennep (1908), consolidado por Turner (1969) e traduzido para as RI por meio de Rumelili (2012) auxiliaram uma compreensão mais ampla da *Raison d'Être* da cooperação sino-brasileira e da sua interface em CTI.

Ainda no que se refere a preceitos metodológicos, verificou-se que a cultura pode ser considerada como elemento crucial nas interpretações políticas e nas consequentes apreciações estratégicas. A teoria produzida por Pye (1985 e 1988) e por Jacques (2009) foi proveitosa na avaliação sobre a cultura política chinesa, em uma análise destinada a reapreciar as relações sino-brasileiras fora de parâmetros etnocêntricos. Por sua vez, o conceito de cultura estratégica, tendo como referência um expressivo grupo de autores²⁴⁵, viabilizou a possibilidade de clarificar as falhas racionalistas e incentivar uma proposição mais adequada ao estudo das relações sino-brasileiras.

A pesquisa histórica e sociológica das relações entre Brasil e China foi fundamental para se perceber o curso das relações contemporâneas e o conteúdo da sinergia na cooperação por meio da Parceria Estratégica Global (PEG), sobretudo na sua interface em CTI. Foram avaliadas lacunas na pesquisa histórica e na investigação de política internacional sobre marcos importantes nas relações sino-brasileiras. Ademais, deparou-se com a necessidade de se investigar a essência de uma política quase inexplorada na academia brasileira: a PEG, lançada em 2012. A depuração do sentido da PEG sino-brasileira foi indispensável para uma contextualização atual das relações entre esses dois países. Isso possibilitou compreender a cooperação de maneira mais abrangente e deu força ao argumento de se apurar o caráter transformador do campo de CTI.

A apreciação da PEG sino-brasileira e a sua ênfase em CTI possibilitou testar as potencialidades do empreendimento político bilateral e plurilateral. Por intermédio de uma investigação principalmente qualitativa e documental, buscaram-se indicadores que pudessem validar os dados empíricos necessários para confirmar ou repudiar a hipótese central. Nesse *tour de force*, foram visitados autores de variadas tendências e averiguados dezenas de

²⁴⁵ Entre outros, Snyder (1977), Booth (1979), Johnston (1995), Scobell (2005), Marques (2008), Carriço (2016), Twomey (2006).

documentos, pronunciamentos, comunicados conjuntos e acordos de diversas naturezas voltados para CTI, os quais confirmaram uma mobilização destinada a consolidar uma sinergia capaz de conduzir as relações sino-brasileiras a outro modelo de relações internacionais. Os diversos segmentos de CTI, tanto no eixo bilateral quanto no plurilateral, revelaram um audacioso planejamento político em condições atípicas em termos históricos.

Foi verificada, ainda, a perspectiva de espraiamento dos resultados da PEG e dos benefícios da cooperação em CTI em uma escala regional. Constatou-se que há efeitos bastante relevantes da PEG sino-brasileira para o continente sul-americano e que a Amazônia ocupa posição central na ruptura da preterição sofrida pela região, historicamente. Nesse contexto, a crítica contida em Sarti (2010, 2013 e 2014) foi elementar tanto para que se propusesse a pergunta epistemológica quanto para que se reconhecesse as condições de dissolução da vaga cativa sul-americana na periferia do sistema interestatal.

O último capítulo serviu para cruzar as informações trazidas ao longo da pesquisa, apurando e certificando a coerência metodológica proposta, frente ao contexto de cooperação em CTI. Essa verificação resultou na conclusão de que a hipótese se confirmou parcialmente, haja vista que o novo modelo está em fase de gestação. Se, por um lado, a co-produção de CTI em termos de Ciência Espacial encontra-se em razoável grau de maturação, por outro lado, as diferentes etapas de evolução de outros projetos em CTI - muitos em estágio incipiente - demonstraram que se está perpassando uma fase de transição que pode ou não resultar na instauração, de fato, de um novo padrão.

A busca sino-brasileira de superação do caráter periférico, atualmente por meio da PEG, aponta para uma possibilidade bastante plausível de se alcançar um novo padrão. As iniciativas exitosas de co-produção de CTI, iniciadas nos anos de 1980 e intensificadas no século XXI, servem de base empírica para esse processo investigatório. Contudo, a transição para esse outro padrão pode-se concretizar ou não: isso irá depender tanto da continuidade na convergência de interesses estruturais quanto na superação das adversidades conjunturais que venham testar os fundamentos da arquitetura política sino-brasileira.

Havendo total consciência sobre a transitoriedade das pesquisas científicas, buscou-se proporcionar uma investigação mais abrangente sobre o significado das relações sino-brasileiras e sobre a relevância das pesquisas em CTI nesse cenário. A pesquisa doutoral possibilitou a constatação de que há um horizonte científico amplo a ser perscrutado no âmbito das relações entre Brasil e China. Espera-se que sirva de inspiração para novas pesquisas que contemplem uma interpretação livre do etnocentrismo que fragiliza o cientificismo nas RI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, Kenneth; GENSCHEL, Phillipp; SNIDAL, Duncan; ZANGL, Bernhard. *Orchestration: global governance through intermediaries. International Organizations as orchestrators*. Cambridge University Press, pp. 3-36. 2015.

ABS. SSL delivers ABS-2 satellite to launch base in Kourou. *News*. 2013. Disponível em <http://www.absatellite.net/wp-content/uploads/2013/12/ABS-2-Shipped-FINAL-9-Dec-2013.pdf>

ACEBRÓN, Rafael Martínez. **Impactos sócio-ambientais gerados pela construção de gasodutos de transporte em áreas tropicais sensíveis – propostas visando uma integração energética sul americana menos impactante**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Interunidades de Pós-graduação em Energia da Universidade de São Paulo. 2006.

ACHARYA, Amitav & BUZAN, Barry. Why is there no non-Western international relations theory? An introduction, In _____. **Non-Western International Relations Theory: perspectives on and beyond Asia**. Routledge, pp. 1-25. 2010.

ACIOLY, Luciana, ALVES, Maria Abadia S. & LEÃO, Rodrigo Pimentel F. A internacionalização das empresas chinesas. 2009. Nota Técnica: Ipea, disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/2009_nt01_maio_deint.pdf

AKANDE, Charles. What's Wrong With the Cairns Group?. *Geneva Watch*, vol. 15, nº5. 2015.

ALDMOUR, Ismat. LTE and WiMAX: Comparison and Future Perspective. *Communications and Network*, vol. nº 5, pp.360-368. 2013.

ALMEIDA, PR. O Fim de Bretton-Woods? A Longa Marcha da Organização Mundial do Comércio. *Contexto Internacional*, vol. 16, nº2, pp. 249-282. 1994.

ALMEIDA, Paulo Roberto. O Brasil e a nanotecnologia: rumo à quarta revolução industrial. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 52, Ano V. 2005.

AMSDEN, Alice H. **A ascensão do resto: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia**. Editora UNESP, 2009. 2001.

ANGANG, Hu. China and the world: assessment and prospect of the "Post-Crisis" Era. **TMD Working Paper Series**, nº 40, Department of International Development, University of Oxford. 2011. Disponível em <http://www3.keh.ox.ac.uk/pdf/ptmd/SLPTMD-WP-040.pdf>

ANGANG, Hu. **China in 2020: a New Type of Superpower**. Brookings Institution Press. 2011a.

ANGANG, Hu. **China: Innovative Green Development**. Springer. 2014.

ANGANG, Hu; YAN, Yilong e WEI, Xing. **China 2030**. Springer. 2014.

ANGANG, Hu (2015) Embracing China's "New Normal: Why the Economy Is Still on Track. *Foreign Affairs*. vol. 94, nº 3.

ANJOS, João Alfredo dos. **José Bonifácio: primeiro Chanceler do Brasil**. Brasília: Editora Funag. 2007.

APPEL, Tiago Nasser. "The rise of China and its effects on the north-south balance of power. What's in it for Latin America? ". **Anais do VII Congresso Asociación Latinoamericana de Ciencia Política - ALACIP**. Bogotá, Colômbia. 2013.

- APPEL, Tiago Nasser e COSTA, Armando João Dalla. A China e a África na nova Economia Mundo: possibilidades e aspirações. In **Política Externa**, vol. 23, nº1, p. 63-80. 2014.
- ARAUJO, Marcelo. Chineses no Rio de Janeiro: o século XX e a migração em massa. **Revista Encontros**. ano 13, nº 25, pp. 68-82. 2015.
- ARAÚJO, Marcelo. Chineses no rio de janeiro: O século XX e a migração em massa, **Revista Encontros**. Vol. 13, No 25, pp 68-82. 2011.
- ARAUJO, Renata Rodrigues de e LU, Kangjuan. The Ethanol Trade Development Between China and Brazil. **Journal of Cambridge Studies**. vol. 5, Issue 1, pp.104-113. 2010.
- ARKHANGELSKAYA, Alexandra A. Fifth Brics Summit, IBSA – Past? BRICS – Future?. **Working paper**, Fifth Brics Summit. 2015.
- ARRAES, Maria Célia Berardinelli. Cooperação Financeira Internacional do Banco Central do Brasil. **Revista da Procuradoria Geral do Banco Central**. vol. 9, nº 2, pp. 18-43. 2015.
- BACSARDI, Lazlo e IMRE, Sandor. Analyzing the Quantum Based Satellite Communications. **Procedia Computer Science**. nº7, pp. 256–257. 2011.
- BARBOSA, Rubens. A integração latino-americana: 50 anos da ALALC/ALADI, In FUNAG (org). **A integração latino-americana: 50 anos da ALALC/ALADI**, FUNAG. pp 7-78. 2010.
- BASTOS, Viviane A.; GOMES-NETO, Francisco; PERALES, Jonas; NEVES-FERREIRA, Ana Gisele C.; VALENTE, Richard H. Natural inhibitors of snake venom metalloendopeptidases: history and current challenges. **Toxins**, vol. 8, nº250, pp 1-20. 2016.
- BECKER, B. Articulando o complexo urbano e o complexo verde na Amazônia. In Becker, B; Costa, F; Costa, W. (Orgs). **Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições**. 1a ed.. Brasília, DF: CGEE, v. 1:39-86. 2009.
- BECKER, B. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? In BECKER, B; EGLER, C. (org). **Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo**. Bertrand Brasil, 1992.
- BECKER, B; STENNER, C. **Um Futuro para a Amazônia**. Oficina de Textos, 2008.
- BECKER, Gary S. **A treatise on the family**. Cambridge: Harvard University Press. 1991.
- BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa**. São Paulo: Editora Perspectiva. 1976.
- BERGKVIST, Magnus and COHEN, Brian A. Virus-Based Nanobiotechnology. XIE, Yubing (ed). **The Nanobiotechnology Handbook**. Taylor & Francis Group. pp 145-180. 2013.
- BHABHA, Homi K. Signs Taken for Wonders: Questions of Ambivalence and Authority under a Tree outside Delhi. *Critical Inquiry*, 12:1. 1985.
- BIATO JUNIOR, Oswaldo. **A parceria estratégica Sino-Brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)**. Brasília: Editora FUNAG. 2010.
- BIJOS, Leila Maria da Juda e FERREIRA, Patrícia Caldas Meneses Pires. Brasil e China: breve análise de uma parceria estratégica. In DEL OLMO, Florisbal; FERREIRA, Gustavo Assed e LOBATO, Anderson Orestes Cavalcante (org). **Direito Internacional I**, em XXV Encontro Nacional do CONPEDI - Brasília/DF, 2016.

- BIRCH, Eugenie L. From Science Parks to Innovation Districts, Research Facility Development in Legacy Cities on the Northeast Corridor. **Working Paper 2015/008**, Penn Institute for Urban Research University of Pennsylvania. 2015.
- BLAU, John. Revolutionizing Industry the German Way **Research-Technology Management**, 57, no. 6. 2014.
- BLOOMFIELD JR. Lincoln P.. Introduction, IN KREPON, Michael e THOMPSON, Julia (eds) **Anti-satellite Weapons, Deterrence and Sino-American Space Relations**, Stimson, 2013.
- BOOTH, Ken. **Strategy and ethnocentrism**. Holmes & Meier Publishers. 1979.
- BOVARNICK, A.; ALPIZAR, F.; SCHNELL, C. (ed). **The Importance of Biodiversity and Ecosystems in Economic Growth and Equity in Latin America and the Caribbean: An economic valuation of ecosystems**. United Nations Development Programme. 2010.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII, o tempo do mundo**. São Paulo: Martins Fontes. 2009.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. 2a ed. Série Debates, nº 131, Perspectiva. 2009.
- BRICS (2015). **The BRICS Handover Report: 2015-2016 from Russia as current chair of BRICS and host of the Seventh BRICS summit in 2015 to India as the incoming chair of BRICS and host of the Eighth BRICS**. Summit in 2016. Disponível em 1 de novembro de 2016, em en.brics2015.ru/load/885248
- BRITO, Lana Bauab. O futuro nebuloso da cooperação sino-brasileira área de satélites. **Boletim Meridiano 47**, vol. 14, n. 136, pp. 10 a 17. 2013.
- BRUCKMANN, Mónica. Recursos Naturales, biodiversidad y medio ambiente en UNASUR: una visión estratégica, ponencia presentada a la conferencia de la Inición de las Naciones Suramericanas sobre recursos Naturales y Desarrollo Integral de la Región, Caracas, 27 al 30 de mayo de 2013.
- BORBA, Cíntia de Moraes; COSTA, Marco Antonio F. da; PEREIRA, Maria Eveline de Castro; CARVALHO, Paulo Roberto de e VALLE, Silvio. Biossegurança e boas práticas laboratoriais. In MOLINARO, Etelcia Moraes (org). **Conceitos e métodos para a formação de profissionais em laboratórios**. Escola politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz. pp. 21-66. 2009.
- BUCKLEY, Peter **Foreign direct investment, China and the world Economy**. Palsgrave - McMillan. 2010.
- BUFALINO, L. et ally. New products made with lignocellulosic nanofibers from Brazilian amazon forest. **Anais da 2nd International Conference on Structural Nano Composites (NANOSTRUC 2014)**. Realizada entre 20 e 21 de maio em Madrid, Espanha, 2014. Disponível em http://iopscience.iop.org/1757-899X/64/1/012012/pdf/1757-899X_64_1_012012.pdf, em 9 de março de 2015.
- BURGES, Sean. Brazil as a bridge between old and new powers?, **International Affairs**, vol 89, nº3, pp. 577-594. 2013.
- CAETANO, Gerardo. Breve historia del MERCOSUR em sus 20 años. Coyunturas e instituciones (1991-2011), In CAETANO, Gerardo (org). **MERCOSUR 20 años**. CEFIR, pp. 21-71. 2011.

- CANDOTTI, Ennio. Diez mil hacia el Sur. In BRUCKMANN, Monica (org.) **Ciencia, tecnología, innovación e industrialización en América del Sur: hacia una estrategia regional**. Foro de la Unión de Naciones Suramericanas sobre Ciencia, tecnología, innovación e industrialización en América del Sur, Rio de Janeiro, 2 a 4 de dezembro de 2013. Unasul. 2014.
- CARRIÇO, Alexandre. A cultura estratégica da China: evolução na continuidade. **Proelium X**, vol. 10, pp. 57-88. 2016.
- CARVALHO, Glauber Cardoso. **A América do Sul em processo de transformação: desenvolvimento, autonomia e integração na Unasul**. Dissertação de Mestrado em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013.
- CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana, **Caderno CRH**. vol. 25, nº64, pp 45-61. 2012.
- CASTRO, Victor Raul Paredes e FELIX, Makio. O Gasene e a sua importância para o desenvolvimento Baiano. *Sitientibus*, n. 39, p.37-51. 2008.
- CASTRO NEVES, Luiz Augusto de e DALAQUA, Renata Hessmann. De Estocolmo 72 à Rio+20: uma análise sobre a atuação brasileira nas principais conferências internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento, **Cadernos Adenauer XIII, Edição Especial, Caminhos para a Sustentabilidade**, 2012, pp. 13-29.
- CEBC. **Boletim de Investimentos Chineses no Brasil 2012 – 2013**. Conselho Empresarial Brasil China. Março de 2014.
- CEBC. China Brazil Update. **Relatório do Conselho Empresarial Brasil China**. edição 11, janeiro de 2015, disponível em http://www.cebc.org.br/sites/default/files/china-brazil_update_v.final_oficial.pdf, em 25 de novembro de 2016.
- CEBC. **CEBC Alerta. Informativo do Conselho Empresarial Brasil China**. nº 63, outubro 2016. 2016.
- CEBC. Investimentos chineses no BRASIL 2014- 2015. Relatório do Conselho Empresarial Brasil-China. Março de 2016. 2016a
- CERVO, Amado Luis. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva. 2008.
- CERVO, Amado Luiz, BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Ed. UnB. 2002.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Editora UNESP. 2004.
- CHANG, Ha-Joon. Hamlet without the Prince of Denmark: How Development Has Disappeared from today's development discourse, forthcoming. In S. Khan & J. Christiansen (eds.). **Towards New Developmentalism: Market as Means rather than Master** (Routledge, Abingdon), 15 February 2009 version. Disponível em <https://www.sussex.ac.uk/webteam/gateway/file.php?name=chang-hamletwithouttheprinceofdenmark.pdf&site=25> em 3 de março de 2015.
- CHASE-DUNN, Christopher; NIEMEYER, Richard e ALLISON, Juliann. Futures of biotechnology and geopolitics. **Irows Working Paper # 23**, v. 5, pp 31-06, 2006.
- CHIN, Gregory T. The BRICS-Led Development Bank: Purpose And Politics Beyond The G20. **Global Policy**, V. 5 nº 3, 09-2014, p.366. 2014.

CHUNLAI, Chen e DUNCAN, Ron. Achieving food security in China: implications of WTO accession. In CHUNLAI, Chen e DUNCAN, Ron (org). **Agriculture and food security in China :what effect WTO accession and regional trade agreements?** Asia Pacific Press. pp. 1-27. 2008.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo e PINTO, Eduardo Costa. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Textos para discussão 006**, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2015.

CINTRA, Maria Rita Vital Paganini. **A presença da China na América Latina no século XXI – suas estratégias e o impacto dessa relação para países e setores específicos**. Dissertação de mestrado em Economia Política Internacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013.

CORDESMAN, Anthony H. Chinese Space Strategy and Developments. **Center for Strategic & International Studies, Burke Chair in Strategy**. 2016. Disponível em https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/160819_Chinese_Space_Strategy_Developments_0.pdf , em 3 de janeiro de 2017.

COSTA, Darc. A América do Sul: o destino do Brasil. In SARTI, Ingrid; LESSA, Mônica; PERROTA, Daniela e CARVALHO, Glauber (orgs.) **Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI**. FOMERCO, vol. 1, Perse, pp. 429-440. 2013.

COX, Robert W. Social forces, States and World Orders: beyond International Relations Theory. In KEOHANE, Robert O. (ed) **Neorealism and its critics**. Columbia: Columbia University Press. pp. 204-54. 1986.

CONCEIÇÃO, Rafael Garcia; ANDRADE, José Antonio Bento de; FERREIRA, Carlos Henrique e ALBUQUERQUE, Carlos Jesivan. Transmissão de energia elétrica em ultra alta tensão: o Complexo Hidrelétrico Belo Monte. **Revista Eletrônica Teccen**. vol. 9, nº1, pp. 66-74. 2016.

CUNHA, Aline. O investimento chinês e a integração regional da infraestrutura sul-americana. **Anais do VIII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, da Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP)**, realizado na Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 a 24 de julho de 2015.

CUNHA, André Moreira; LÉLIS, Marcos Tadeu Caputi; BICHARA, Julimar da Silva. O Brasil no espelho da China: tendências para o período pós-crise financeira global. **Rev. Econ. Contemp.**, v. 16, n. 2, p. 208-236. 2012.

CUNHA, Guilherme Lopes. The United States, China and Brazil in the Geopolitics of regional integration process. **Anais do International Association Studies 56th Annual Convention**. New Orleans, Estados Unidos. 2015.

CUNHA, Guilherme Lopes & APPEL, Tiago Nasser. Geopolítica e trajetórias de desenvolvimento comparadas: América do Sul e Leste da Ásia. **Revista Científica General José Maria Cordova**, v. 12, p. 89-105. 2014a

DAHL, Robert A. **Poliarquia e Oposição**. São Paulo: Editora da USP. 2005.

DANLEY, Vanessa Danley. Biopiracy in the Brazilian Amazon: Learning from International and Comparative Law Successes and Shortcomings to Help Promote Biodiversity Conservation in Brazil. **Florida A & M University Law Review**. Volume 7, Number 2, pp. 291-327. 2012.

- DARE, Lü e YI, Liu. Preface. **China Scientific Bulletin**. vol. 59, nº14, pp. 1483–1484, Science China Press and Springer-Verlag Berlin Heidelberg. 2014
- D'ATRI, Fabiana. **Investimentos da China no Brasil 2014-2015**. Conselho Empresaria Brasil-China (CEBC). 2016.
- DELAGE, Fernando. **China y los países BRIC, IN Brasil, Rusia, India y China (BRIC): Una realidad geopolítica singular**. Madrid: Ministerio de Defensa.2011.
- DELLIOS, Rosita. International relations theory and Chinese philosophy. In Brett McCormick and Jonathan H. Ping (eds). **Chinese Engagements: Regional Issues with Global Implications**. Bond University Press, Robina, Qld, 2011, pp. 63-93. 2011.
- DELLIOS, Rosita. The Bandung Spirit: Connecting with the Future. **Culture Mandala: Bulletin of the Centre for East-West Cultural and Economic Studies**, Vol. 12, No. 1, September-December 2016, pp 45-49
- DEMAILLY, Damien e VERLEY, Patrick. The aspirations of the green industrial revolution/ a historical perspective. **SciencePo IDDRI Working Paper nº11**, 2013. Disponível em <http://www.iddri.org/Publications/Collections/Idees-pour-le-debat/WP1113EN.pdf>, em 15 de junho de 2015.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. 2a ed., Alameda. 2009.
- DOMINGUES, J. I. China's relations with Latin America: shared gains, asymmetric hopes. **Inter-American Dialogue China working paper**. 2006.
- DOMÍNGUEZ, Roberto. Diffusion of EU norms in Latin America: The cases of Mexico, Venezuela and Honduras. **Jean Monnet/Robert Schuman Paper Series**. Vol. 10 No. 1. 2010.
- DONG, Qingxia; DING, Gang and CHANG, Haiyuan. Research on Key Technology of TD-LTE Standard 4G Mobile Communications Network. **The Open Cybernetics & Systemics Journal**, 2015, vol.9, pp. 1436-1442. 2015.
- DREXLER, Eric K. **Radical Abundance: How a Revolution in Nanotechnology Will Change Civilization**. PublicAffairs. 2013.
- DUGGAN, Niall. BRICS and the Evolution of a New Agenda Within Global Governance. In M. Rewizorski (ed.). **The European Union and the BRICS**. Springer International Publishing Switzerland. 2015.
- ELLIS, Robert Evan. China's in Latin America demonstrates boldness of President XI. **The Manzella Report**. 2014. Disponível em <http://www.manzellareport.com>
- ETZIONI, Amitai. The Asian Infrastructure Investment Bank: A Case Study of Multifaceted Containment. **Asian Perspective**, vol. 40, pp.173–196. 2016.
- FAIRBANK, John King & GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história**. LP&M. 2006.
- FALEIRO, Fábio Gelape e ANDRADE, Solange Rocha Monteiro de (2009). **Biotecnologia, transgênicos e biossegurança**. Embarca Cerrados. 2009.
- FAORO, Raymundo. Existe um pensamento político brasileiro?. **Estudos Avançados**, v.1, nº1, pp.9-58. 1987.
- FAZZIO, Adalberto Fazzio. Brasil e China juntos no Futuro da Nanotecnologia. In FUNAG (org). **Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades**. Brasília: Editora Funag. pp 403-412. 2011.

- FERGUSON, Niall. **Civilização: Ocidente x Oriente**. Planeta. 2012.
- FIGUEIREDO, João. Visita do Presidente Figueiredo à República Popular da China, 28 de Maio, arquivos da Presidência da República. 1984.
- FIORI, José Luis. O Brasil e seu "entorno estratégico" na primeira década do século XXI. In SADER, Emir (org). **Dilma e Lula: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Editora Boitempo e Flacso Brasil. pp 31-5. 2013.
- FIORI, José Luís. **O Poder Global e a nova Geopolítica das Nações**. São Paulo: Boitempo. 2007.
- FIORI, José Luís. O poder global e a nova geopolítica das nações. **Crítica y Emancipación/**. (2): 157-183, primer semestre. 2009.
- FIORI, José Luís. O sistema mundial no início do século XXI. In FIORI, José Luís, MEDEIROS, Carlos Aguiar e SERRANO, Franklin (orgs). **O Mito do Colapso do Poder Americano**. Rio de Janeiro: Editora Record. 2008.
- FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Os Satélites e Suas Aplicações**. SindCT. 2008.
- FREIRE, Carlos Eduardo Torres. **Biotecnologia no Brasil: uma atividade econômica baseada em empresa, academia e Estado**. Tese de doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo. 2014.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. Editora Global, 2003.
- FRISCHTAK, Claudio; SOARES, André; CARIELLO, Tulio; ORTH, Camila Flores; Clara, SANTOS; STEFFEN, Patrícia. **Oportunidades de comércio e investimento na China para setores selecionados, Conselho Empresarial Brasil China (CEBC)**. 2015.
- FUJITA, Edmundo Sussumo . O Brasil e a Ásia do Leste - apontamentos para a construção de parcerias sinergias. **Revista Política Externa**, vol.23, n. 1, pp. 81-103.2014.
- FULLER, Steve . **New Frontiers in Science and Technology Studies**. Polity. 2007.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª ed. Companhia Editora Nacional. 2003.
- GAIOSKI, Alexandre. **A cooperação tecnológica no âmbito do Programa Espacial Brasileiro**. Monografia para a obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. 2012.
- GALEANO, Eduardo. **Venas abiertas de América Latina**. Siglo XXI España Editores, 2008.
- GALLAGHER, Kelly Sims. **China shifts gears : automakers, oil, pollution, and development**. The MIT Press. 2006.
- GALLAGHER, Kevin P e PORZECANSKI, Roberto. **The Dragon in the Room: China and the Future of Latin American Industrialization**. Stanford University Press. 2010.
- GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. 2a Ed., Contraponto e Fundação Alexandre de Gusmão. 2005.
- GARCIA-HERRERO, Alicia e XIA, Le. China's RMB bilateral swap agreements: what explains the choice of countries. **Bank of Finland - BOFIT Discussion Papers**, nº12, Institute for Economies in Transition. 2013.
- GAZIT, Ehud; MITRAKI, Anna. **Plenty of Room for Biology at the Bottom: an Introduction to Bionanotechnology**. Imperial College Press. 2013.

- GELBER, Harry G. **O dragão e os demônios estrangeiros: a China e o mundo de 1100 A.C. aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Editora Record. 2007.
- GENNEP, Arnold van. **Los ritos de paso**. Madri: Alianza Editorial, S.A. 1908.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. LTC, 2008
- GONÇALVES, W. A inserção do Brasil na América do Sul. **Revista OIKOS**, v. 10, n.2, pp. 133-149. 2011
- GONÇALVES, Williams and MYAMOTO, S. Os militares na política externa brasileira. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 6, pp. 211-246. 1993.
- GOUVEA, Raul. Designing a Nano Infrastructure for Brazil's Amazon Water Resources: A Quadruple Helix Approach. **Journal of Water Resource and Protection**. vol. 7, pp 72-78, 2015.
- GRAÇA LIMA, José Alfredo. Perspectivas das relações sino-brasileiras após a visita do presidente Xi Jinping. In LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). **Brasil e China : 40 anos de relações diplomáticas : análises e documentos**. Brasília: Editora FUNAG. 2016. pp 21-34
- GRANGER, Stéphane. Guiana Francesa, um território europeu e caribenho no caminho da sul-americanização. **Ateliê Geográfico**, v.2, n.2, pp. 156-168. 2008.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **O imperialismo, o sistema internacional e o Brasil: Reflexões sobre a política internacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.
- HAIBIN, Niu. Emerging Global partnership: Brazil and China. **Rev. Bras. Polít. Int.**, vol. 53, pp. 183-192. 2010.
- HAJNAL, Peter I. **The G20: evolution, interrelationships, documentation**. Ashgate. 2014.
- HEADRICK, Dan. Advanced Manufacturing: Rethinking How Things Get Made. **Research-Technology Management**, vol 57, no. 6. 2014.
- HERZ, Monica et al. Os BRICS e a Segurança Internacional. Policy Brief, Núcleo de Política Internacional e Agenda Multilateral BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS, 2011. Disponível em <http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/967/doc/5183057.pdf> , em 15 de agosto de 2016.
- HOFFMAN, Stanley. An American Social Science: International Relations. **Daedalus**, Vol. 106, No. 3, pp. 41-60. 1977.
- HOLANDA, Francisco Mauro Brasil de. Embaixador Francisco Mauro Brasil comenta a relação Brasil-China, Ministério das Relações Exteriores — Brasil, Canal do Youtube, 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=y3nU28VFeCQ> , em 12 de janeiro de 2017.
- HOLANDA, Francisco Mauro Brasil de. 40 anos das relações Brasil-China: de onde viemos, onde estamos, para onde vamos, In LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos**. Brasília: Editora FUNAG. 2016. pp. 35-56
- HOLANDA, Francisco Mauro Brasil de. Brasil e China: Inserção na Economia Internacional e Agenda de Cooperação para os Próximos Anos. **Cadernos de Política Exterior**. Ano I, nº1, pp. 27-46. 2015

HO-FUNG, Hung. **The China boom : why China will not rule the world**, Columbia University Press, 2016.

HOUNSHELL, Blake. BRICS: a short History. **Foreign Policy**, February 21. 2011. disponível em <http://foreignpolicy.com/2011/02/21/brics-a-short-history/> , em 2 de setembro de 2016.

HUETE-PÉREZ, Jorge A.; *et.al.* Critical Uncertainties and Gaps in the Environmental- and Social-Impact Assessment of the Proposed Interoceanic Canal through Nicaragua. **BioScience**, vol. 66, nº 8, pp. 632-645. 2016.

HUGUENEY, Clodoaldo. The G-20: passing phenomenon or here to stay?. **Dialogue on Globalization**, Briefing Papers Fes Berlin, Friedrich Ebert Stiftung. 2004.

IKEGAMI, Masako. New Imperial China: a challenge for the US-Japan alliance. **Asia Pacific Bulletin**, nº122. 2011.

IKENBERRY, John. The Rise of China and the Future of the West: Can the Liberal System Survive?. **Foreign Affairs**, vol. 87, nº1, pp. 23-37. 2008.

JACQUES, Martin. **When China rules de world: the rise of the Middle Kingdom and the end of the Western World**. Londres: Penguin Books. 2009.

JASANOFF, Sheila Biotecnologia e império: o poder global das sementes e da ciência, In MARQUES, Ivan da Costa et al. **Localizing the global**, Rio de Janeiro, História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v.19, n.3, jul.-set. 2012.

JASANOFF, Sheila; MARKLE, Gerald E; PETERSON, James C.; PINCH, Trevor J. (Eds.) **Handbook of Science and Technology Studies**. Sage Publications. 2001.

JESUS, Karla Acemano de; FREIRE, Estevão; GUIMARÃES, Maria José O. C. Grafeno: Aplicações e Tendências Tecnológicas. **RQI**, 4o trimestre, pp. 14-19. 2012.

JOHNSTON, Alastair Iain 1995 Johnston. Cultural Realism and strategy in Maoist China, In KATZENSTEIN, Peter (ed) **The culture of National Security: norms and identity in World politics**. Columbia: Columbia University Press. 1996.

JOTTERAND, Fabrice. Beyond Feasibility: Why Ethics Is Important for Bionanotechnology, IN JOTTERAND, Fabrice (ed). **Emerging Conceptual, Ethical and Policy Issues in Bionanotechnology**. Springer. pp. 3-12. 2008.

JYRKI, Käkönen. BRICS as a new power in international relations?. **Geopolitics, History, and International Relations**, V. 6, nº 2, 2014

KAHN, Michael. A cooperação dos BRICS na ciência, tecnologia e inovação: retórica e realidades. **Contexto internacional**, vol.37, n.1, pp.185-213. 2015.

KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KENNEDY, Scott (2012), China in Global Governance: What Kind of Status Quo Power? Kennedy e Cheng (2012), In From Rule Takers to Rule Makers: The Growing Role of Chinese in Global Governance, Research Center for Chinese Politics & Business, Indiana University International Centre for Trade & Sustainable Development. Disponível em <https://www.indiana.edu/~rccpb/wordpress/wp-content/uploads/2015/11/Chinese-Rule-Makers-RED-Sept-2012.pdf>

KIM, Joon Ho. Cibernética, ciborgues e ciberespaço: notas sobre as origens da cibernética e sua reinvenção cultural. **Horizontes Antropológicos**, ano 10, n. 21, p. 199-219. 2004.

- KIM, Joy Aeree e CHUNG, Suh-Yong. The role of the G20 in governing the climate change, *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics*, Springer, pp. 361-374. 2012.
- KINDER, Hermann & HILGEMANN, Werner (1966) *The Penguin Atlas of world history, volume 2: from the French Revolution to the present*. Londres: Penguin Books.
- KIRTON, John J. e KOKOTSIS, Ella. The global governance of climate changes: G7, G20, and UN Leadership, Ashgate. 2015.
- KIRWAN, Barrett E. e ROBERTS, Michael J. Who *Really* Benefits from Agricultural Subsidies? Evidence from Field-level Data. *American Journal of Agriculture Economics*, vol. 98, nº5. 2016.
- KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva. 2011.
- KOIZUMI, Tatsuji. Biofuel and food security in China and Japan. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, Vol. 21, pp.102–109. 2013.
- KRISTENSEN, Peter M. & NIELSEN, Ras T. Constructing a Chinese International Relations Theory: a sociological approach to intellectual innovation. **International Political Sociology**, v.7, pp. 19-40. 2013.
- KUBOTA, Luis Claudio. Indústria de Tecnologia da Informação e Comunicação. **Estudos Setoriais de Inovação**, da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial, 2009. Disponível em <http://www.abdi.com.br/Estudo/Indústria%20de%20Tecnologia%20da%20Informação%20e%20Comunicação.pdf>, em 2 de janeiro de 2017.
- LANDES, David S. **The Unbound Prometheus: technological change and industrial development in Western Europe from 1750 to the present**. Cambridge: Cambridge University Press. 1969.
- LAPA, José Roberto do Amaral. A Bahia e a carreira das Índias, *Brasiliana*, vol.338, São Paulo: Companhia Editorial Nacional, Universidade de São Paulo (USP). 1968.
- LEITE, Alexandre César Cunha e LIRA, Ellene Martins de. A corrida chinesa em busca de energia: a evolução da política energética chinesa em direção à África, América do Sul e Brasil. **Revista de Estudos Estratégicos (REI)**, vol. 2, nº1, pp 31-51. 2011.
- LEITE, Alexandre César da Cunha e MÁXIMO, Jessica Cristina Resende. Através dos olhos do dragão. Um estudo sobre o campo das RI na China. **Contexto Internacional**, vol. 35, nº1, pp 231-259. 2013.
- LEITE, José Roberto Teixeira. **A China no Brasil: influências, marcas, ecos e sobrevivências na arte e na sociedade do Brasil**. Tese de Doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 1992.
- LESSA, Antonio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. **Rev. Bras. Polit. Int**, vol.41, n. esp. 40 anos, pp. 29-41. 1998.
- LI, Jinzhang. **Discurso do Embaixador Li Jinzhang na Recepção em Comemoração do 65º Aniversário da Proclamação da República Popular da China e 40º Aniversário do Estabelecimento das Relações Diplomáticas entre China e Brasil**, em 7 de outubro de 2014, Brasília. Disponível em 4 de janeiro de 2017, em <http://br.china-embassy.org/por/zjsg/dsjh/t1227119.htm>

LI, Li Zhang; TIAN XIANG, Yue; WILSON, John P.; DING YI, Wang; NA, Zhao; YU, Liu; DONG, Dong Liu; ZHENG, Ping Du; YI, Fu Wang; CHAO, Lin; YU, Quan Zhang e HONG, Jian Guo. Modelling of XCO₂ Surfaces Based on Flight Tests of TanSat Instruments. *Sensors*. vol. 16, nº 1818.

LI, Mingde. As relações sino-brasileiras: passado, presente e futuro. FUJITA, Edmundo (org.). **O Brasil e a Ásia no século XXI – ao encontro de novos horizontes**. Brasília: IPRI, 2003

LI, Xing. Introduction: The Unanticipated Fall and Rise of China and the Capitalist World System. In LI, Xing e CHRISTENSEN, Steen F. (eds). **The Rise of China: the impact on Semi-Periphery and Periphery Countries**. Aalborg: Aalborg University Press, 2012.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org). **Brasil e China: 40 anos de Relações Diplomáticas**. Brasília: Editora Funag. 2016.

LIMA, Silvio Cezar de Souza. **Determinismo Biológico e Imigração Chinesa em Nicolau Moreira (1870 – 1890)**. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História das ciências da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz. 2005.

LINS, Rodolfo Luiz Ferreira. **Panorama da malha dutoviária de gás natural no Estado da Bahia e sua interligação ao gasoduto Sudeste-Nordeste - GASENE**. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Engenharia de Gás Natural da Universidade Federal da Bahia. 2011.

LISBOA, Henrique Carlos Ribeiro. **A China e os Chins: recordações de viagem**. Rio de Janeiro: FUNAG, 2016.

LIU, Honggang. **Risk-based work optimization for deep water drilling operations: Integration of risk analysis, maintenance and human factors on BOP operation**. Dissertação de mestrado em Administração de Ativos Industriais na Universidade de Stavanger (UIS), Noruega. 2013.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Editora Empório do Livro. 2009.

LYRIO, Maurício Carvalho e PONTES, Kassius Diniz da Silva. A estratégia de inserção internacional do Brasil. In LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org). **Brasil e China: 40 anos de Relações Diplomáticas**. Brasília: Editora Funag. 2016.

MACHADO, Vera. Entrevista. In BIATO JR. **A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)**. Brasília: Editora Funag, pp. 298-308. 2010.

MACKENZIE, Donald and WAJCMAN, Judy. **The Social shaping of technology**. 2nd edition. Open University Press. 1999.

MACKENZIE, Donald and WAJCMAN, Judy. **The Social shaping of technology**. 2nd edition, Open University Press. 1999.

MAGACHO, Lygia Alessandra Magalhães. **Parque de Inovação de Serviços para as Pessoas: Metodologias para o planejamento**. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). 2010.

MAGALHÃES, Vladimir Garcia. Regime internacional de acesso aos recursos genéticos e repartição de benefícios (RIABS). **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. v.105, pp. 473-491. 2010.

- MAGUIRE, Rowena e JIANG, Xiaoyi. Emerging powerful Southern voices: role of BASIC Nations in shaping climate change mitigation commitments. In ALAM, Shawkat; ATAPATTU, Sumudu; GONZALEZ, Carmen G.; RAZAQUE, Jona (eds). **International Environmental Law and the Global South**. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 214-236. 2015.
- MAHABUBANI, Kishore. The new Asian Hemisphere: the irresistible shift of global power to the East. **Public Affairs**. New York, 2008.
- MAHABUBANI, Kishore. **Can Asians think?**. 4ª ed., Cingapura: Marshall Cavendish Editions, 2009.
- MAHER Richard. The Rise of China and the Future of the Atlantic Alliance. **Orbis**, Vol. 60 No. 3, pp. 1-15. 2016.
- MALIK, Mohan. Technopolitics: How technology shapes relations among nations. **The interface of Science, Technology and Security: areas of most concern, now and ahead**. Workshop proceedings, Virginia Bacay Watson (ed.). pp 21-27. 2010.
- MANSUR, Andre F. Uebe; GOMES, Elizabeth L.; CARVALHO, Rogério A. de; BIAZUS, Maria Cristina V. Cloud Education: Aprendizagem Colaborativa em Nuvem através do Kindle e de Redes Sociais. **Cadernos de Informática**, vol. 6. nº 1, pp. 79-86. 2011.
- MANSUR, Tânia Maria P. G. A Política Externa Independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio. **Lua Nova**, vol. nº 93, pp. 169-199. 2014.
- MARQUES, Adriana A. Segurança estatal, cultura estratégica e doutrina militar. 2008. Artigo disponível em <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/31950-37375-1-PB.pdf>
- MARQUES, Derivan Dutra; BRITO, Alaan Ubaiara; CUNHA, Alan Cavalcanti da; SOUZA, Leandro Rodrigues de. Variação da radiação solar no estado do Amapá: estudo de caso em Macapá, Pacuí, Serra do Navio e Oiapoque no período de 2006 a 2008. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v.27, n.2, pp.127-138. 2012.
- MARTINS, Jayme. Imigração chinesa no Brasil: 200 anos. **Câmara Brasil China**. 2012. Disponível em <http://www.camarabrasilchina.com.br/publicacoes-ccibc/artigos/imigracao-chinesa-no-brasil-200-anos-jornal-bom-dia-jundiai-sp>
- MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. Portfolio-Penguin. 2015.
- MCNEIL, Ian. Introduction: Basic Tools, Devices and Mechanisms. **An Encyclopaedia of the history of technology**. Routledge. 1990.
- MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. Norton. 2001.
- MEARSHEIMER, John J. China's Unpeaceful Rise. **Current History**, vol. 105, nº 690, pp. 160-162. 2006.
- MEARSHEIMER, John J. The gathering storm: China's challenge to US Power in Asia. **The Chinese Journal of International Politics**, vol. 3, pp. 381-396. 2010.
- MEARSHEIMER, John J. Structural Realism. In DUNNE, T; KURKI, M and SMITH, S. **Internacional Relations Theories: discipline and diversity**. 3rd Edition. Oxford: Oxford University Press, pp. 77-93. 2013.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. China: entre os século XX e XXI. In FIORI, J.L. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Editora Vozes, pp. 379-414. 1999.

- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A Economia Política da internacionalização sob liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China. In FIORI, J.L. **O poder americano**. Petrópolis: Editora Vozes, pp. 139-178. 2007.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de e TREBAT Nicholas M. Modernização militar no progresso técnico e na inovação industrial chinesa. In CINTRA, Marcos Antonio Macedo; FILHO, Edison Benedito da Silva e PINTO, Eduardo Costa (org) **China em Transformação Dimensões Econômicas e Geopolíticas do Desenvolvimento**. IPEA. 2015.
- MELLO, Sebastião Luiz de e SILVA, Almir Liberato da. Plano Brasil de Infraestrutura Logística - PBlog, Conselho Federal de Administração (CFA). 2013.
- MENDES, Carmen Amado. A China e a cooperação Sul-Sul. **Relações Internacionais**, vol. 26, pp. 39-46. 2010.
- MENEZES, Alberto Luzerno de. **Gasoduto Urucu-Coari-Manaus: Impacto Ambiental e Socioeconômico no Município de Manacapuru-AM**. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia Física do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2012.
- MEMMI, Albert. **The colonizer and the colonized**. Boston: Beacon Press, Boston. 1971.
- METRI, Maurício. **Poder, moeda e riqueza na Europa medieval. Tese de doutorado em Economia**, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2007.
- MILANEZ, Artur Yabe; NYKO, Diego; VALENTE, Marcelo Soares; BONOMI, Luciano Cunha de Sousa Antonio; JESUS, Charles Dayan Farias de; WATANABE, Marcos Djun Barbosa; CHAGAS, Mateus Ferreira; CAVALETT, Otávio; REZENDE, Mylene Cristina Alves Ferreira; JUNQUEIRA, Tassia Lopes; GOUVÊIA, Vera Lúcia Reis de. De promessa a realidade: como o etanol celulósico pode revolucionar a indústria da cana-de-açúcar – uma avaliação do potencial competitivo e sugestões de política pública. **BNDES Setorial** 41, p. 237-294. 2015.
- MILANEZ, Bruno e SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. A Iniciativa Yasuní-ITT: uma análise a partir do Modelo de Fluxos Múltiplos, **Rev. Sociol. Polit.**, v. 24, n. 59, p. 39-65. 2016.
- MOFFIT, Michael. **O dinheiro do mundo: de Bretton Woods à beira da insolvência**. Coleção O Mundo hoje. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, vol. 45. 1984.
- MOMFORD, Lewis. Authoritarian and Democratic Technics. **Technology and Culture**, Vol. 5, nº1, pp.1-8. 1964.
- MONTALVÃO, Edmundo. Energia nuclear: risco ou oportunidade?. **Texto para Discussão nº108**, Núcleo de Estudos de Pesquisa do Senado. 2008.
- MORAES, Luciano Cardoso de. **Estudo sobre o panorama da energia elétrica no Brasil e tendências futuras**. Dissertação de mestrado em Engenharia Elétrica, submetida à Faculdade de Engenharia de Bauru, UNESP. 2015
- MORAES, Rodrigo Fracalossi de (2010). Instituições de segurança e potências regionais: a Organização para a Cooperação de Xangai (SCO) e a comunidade econômica dos estados da África ocidental (ecowas). **Boletim de Economia e Política Internacional - IPEA**, nº 2, pp. 37-47. 2010.

- NASSIRY, Darius e NAKHOODA, Smita. The AIIB and investment in action on climate change. **Working Paper 433**, Overseas Development Institute. 2016.
- NERY, Tiago. UNASUL: a dimensão política do novo regionalismo sul-americano. **Caderno CRH**, vol. 29, nº SPE 3, pp. 59-75. 2016.
- NIOSI, Jorge. Rethinking science, technology and innovation (STI) institutions in developing countries. **Innovation: Management, policy & practice**, vol. 12, pp. 250–268. 2010
- NOESSELT, Nele. Is There a “Chinese School” of IR?. **GIGA Working Papers**, nº188. 2012.
- NOVO, Viviane da Silva Costa. **Avaliação das potencialidades sócio-econômicas do Programa Gasoduto Coari- Manaus na Terra Indígena Sahu-Apé**. Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PRODERE, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). 2008.
- OCDE. **Manual de Oslo: Diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação**. 3ª ed., OCDE, Eurostat e Finep. 2005.
- OLIVEIRA, Amaury Porto de (2011) Brasil-China: buscar convergência nas TE. In FUNAG (org). **Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades**. Brasília: Editora Funag, pp. 413-428
- OLIVEIRA, André Luiz Soares de. **O investimento direto das empresas chinesas no Brasil - um estudo exploratório**. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2012.
- OMENA, Luiza Albuquerque, SOUZA, Roberto Rodrigues de e SOARES, Maria José Nascimento. O papel dos biocombustíveis na nova configuração geopolítica. **Revista de Geopolítica**, v. 4, no 1, p. 79 – 97. 2016.
- O’NEILL, Jim. Building Better Global Economic BRICs. **Global Economics Paper nº 66**, Goldman Sachs, London, 2001
- O’NEILL Jim; Dominic WILSON, Roopa PURUSHOTHAMAN and Anna STUPNYTSKA. How Solid are the BRICs?. **Global Economics**. Paper No: 134, Goldman Sachs. Disponível em 13 de julho de 2016, em <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/how-solid.pdf>.
- OURO PRETO, Affonso. **China Brasil, IN Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades**. Brasília: Editora FUNAG. 2011.
- P. PAKDEENURIT, N. Suthikarnnarunai Special Economic Zone: Facts, Roles, and Opportunities of Investment. **Proceedings of the International MultiConference of Engineers and Computer Scientists**, Vol II, IMECS. 2014.
- PADULA, R. A geopolítica da Bacia do Pacífico e a integração regional da América do Sul . **Revista do IMEA-UNILA**, Vol. 1, n.2, pp 30-47. 2013.
- PALMA, Gabriel. Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos EUA, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. In FIORI, José Luís (org.). **O Poder Americano**. Coleção Zero à esquerda, 2a edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2004
- CHENGXIN, Pan. Rethinking Chinese Power: a conceptual corrective to the “power shift” narrative. **Asian Perspective**, v. 38, pp. 387-410. 2014.

- PANNIKAR, K. M. (1959) *A dominação Ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias*. 3a Ed. Paz e Terra. 1977.
- PAPADAVID, Phyllis. China's balancing act: why the internationalization of the renminbi matters for the global economy, Overseas Development Institute, pp. 1-17. 2016. Disponível em <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/10223.pdf>
- PAPAZOGLU, Elisabeth e S., PARTHASARATHY, Aravind. **BioNanotechnology**. Morgan & Claypool Publishers. 2007.
- PARK, Yung Chul e WANG, Yunjong. The Chiang Mai Initiative and Beyond. **World Economy**, vol. 28, nº1, pp.91-101. 2005.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato - Política Internacional**, Brasília: Editora FUNAG. 2012.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China . **Carta Internacional**, Vol. 8, n. 2, pp. 100 a 115. 2013.
- PEREIRA, Carlos e NEVES, João Augusto de Castro. Brazil and China: South-South Partnership or North-South Competition?. **Policy Paper**, Foreign Policy at BROOKINGS, nº 26. 2011.
- PINTO, E. C. A dinâmica dos recursos naturais no Mercosul na década de 2000: “efeito China”, estrutura produtiva, comércio e investimento estrangeiro. **Texto para discussão 005**, 2013. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PIRES, Benjamim Videira. **A Embaixada Martir**, 2ª ed. Macau: Instituto Cultural de Macau. 1988
- PIRES, Benjamim Videira. **Taprobana e mais além... presenças de Portugal na Ásia**. vol. 9, Macau: Instituto Cultural de Macau. 1995.
- POP, Irina Ionela. Strengths and Challenges of China's “One belt, One road” Initiative. **Centre for Geopolitics & Security in Realism Studies Report**. 2016.
- PORTER, Eduardo. A Slowdown in China Bruises Latin America. **International New York Times**, December 18. 2014.
- PRATES, Alcides G.R. O Brasil e coordenação entre os países de porte continental numa perspectiva atual. **Rev. Bras. Polit. Int**, vol.39, nº2, pp. 33-50. 1996.
- PREBISCH, Raul. El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas. **Desarrollo Económico**, Vol. 26, nº 103, pp. 479-502. 1949.
- PUGATCH, Consilium. Building the bioeconomy: examining National Biotechnology Industry Development Strategies. **Briefing Paper**. Biotechnology Industry Organization. 2014.
- PURUSHOTHAMAN, Dominic Wilson Roopa. Dreaming With BRICs: The Path to 2050. **Global Economics Paper**, nº 99, Goldman Sachs, London. 2015.
- PYE, Lucian W. **Asian power and politics: the cultural dimensions of authority**. Cambridge: Harvard University Press. 1985.
- PYE, Lucian W. **The mandarin and the Cadre: China's political cultures**. v. 59, Michigan monographs in Chinese studies. Michigan: Michigan University Press. 1988.

- QIANQIAN, Liu. China's Rise and Regional Strategy: Power, Interdependence and Identity. **Journal of Cambridge Studies**, Volume 5, No. 4, pp.76-92. 2010.
- QIN, Yaqing. Why is there no Chinese international relations theory?. In ACHARYA, Amitav & BUZAN, Barry (ed). **Non-Western International Relations Theory: perspectives on and beyond Asia**. Routledge, pp. 26-50. 2010a
- QIN, Yaqing. International Society as a Process: Institutions, Identities, and China's Peaceful Rise. **The Chinese Journal of International Politics**, Vol. 3, pp. 129–153. 2010b.
- QIN, Yaqing. Rule, Rules, and Relations: Towards a Synthetic Approach to Governance, Chinese **Journal of International Politics**. vol. 4, nº 2, pp. 117-145. 2011.
- RAMOS, Camila Souza. Nova "cana energia" começa a ser usada em escala industrial. **Jornal Valor Econômico**, edição 16/11/2016 .
- RASKA, Michael. China's Quantum Satellite Experiments: Strategic and Military Implications. **RSIS Commentary**, No. 223, S. Rajaratnam School of International Studies. 2016.
- RAY, Rebecca; GALLAGHER, Kevin P.; LOPEZ, Andres; SANBORN, Cynthia. **China in Latin America: lessons for South-South Cooperation and Sustainable Development**. Boston University, Tufts University e Universidad del Pacifico. 2015.
- REZENDE, Denis Alcides. Cidade Digital Estratégica: Modelo e Aplicação em um Município Paulista. **Anais do VIII Simpósio Brasileiro de Sistemas de Informação**, realizado na Universidade de São Paulo, entre 16 a 18 maio de 2012.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.
- RICUPERO, Rodrigo. O estabelecimento do exclusivo comercial metropolitano e a conformação do antigo sistema colonial no Brasil. **História** (São Paulo) v.35, pp.1-30. 2016.
- RIVAROLA, Andrés Puntigliano. 'Geopolitics of integration' and the imagination of South America. **Geopolitics**, 16 (4), pp. 846-864. 2011.
- RODRIGUES, Roberto. A mais valia da Cana-Energia. **Globo Rural**, novembro de 2015. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16000/A%20MAIS%20VALIA%20DA%20CANA-ENERGIA.pdf?sequence=1> , em 5 de janeiro de 2017.
- ROMAN et al. Together Alone: Brazil, South Africa, India, China (BASIC) and the climate change conundrum. **Stockholm Environment Institute, Report Preview**, 2011. Disponível em: <https://www.sei-international.org/mediamanager/documents/Publications/Climate/sei-basic-preview-jun2011.pdf>.
- ROSA, Sergio Eduardo Silveira da e GARCIA, Jorge Luiz Faria. O etanol de segunda geração: limites e oportunidades. **Revista do BNDES** 32, pp.117-156. 209.
- ROSITO, Tatiana. Evolução das relações econômicas Brasil-China e perspectivas futuras, In LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). **Brasil e China : 40 anos de relações diplomáticas : análises e documentos**. Brasília: Editora FUNAG. 2016. pp 57-102.
- RUBERT, Cleber e MACIEL, Elio Andrei Pissaia. Uso de sistemas de informações geográficas na análise dos programas de controle do desmatamento da Amazônia. **Revista de Ciências Exatas e Tecnologia**, Vol. IV, No. 4, pp. 75-89. 2015.

- RUMELILI, Bashar. Liminal identities and processes of domestication and subversion in International Relations. **Review of International Studies**, 38, 495-508. 2012.
- SILVA, Gutemberg de Vilhena. **A cooperação transfronteiriça entre Brasil e França: ensaios e expectativas neste século XXI**. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2013.
- SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SANTOS, Elaine Cristina Silva dos e GUERRA, Sinclair Mallet Guy. Exploração petrolífera no Equador: o Parque Yasuni e a questão indígena. **Acta Científica XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS)**, realizado na Universidad de Ciencias Sociales, Universidad de Chile, entre 30 de setembro e 4 de outubro de 2013.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record. 2000.
- SANTOS, Ricardo Luís Pereira dos. **A energia nuclear no sistema elétrico brasileiro**, Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Energético, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2014.
- SANTOS, Theotônio dos. Para qué sirve la Grand Ciencia. In BRUCKMAN, Monica (org). **Ciencia, Tecnología, Innovación e industrialización en América del Sur: hacia una estrategia regional**. Secretaria Geral da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). pp. 49-59. 2014.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. Détente, diversidade, intranquilidade e ilusões igualitárias. In SARAIVA, José Flávio Sombra (org). **História das Relações Internacionais contemporâneas: das sociedades internacionais do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Editora Saraiva. pp. 231-352. 2007.
- SARNEY, José. Visita à República popular da China, Palestra sobre Ciência e Tecnologia, Universidade de Pequim Pequim, China, em 4 de julho, arquivos da Presidência da República. 1988.
- SARTI, Ingrid. Integración regional y participación social: logros y desafío en la institucionalidad de un Mercosur ampliado. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. nº23-24, año 2010, pp.7-17. 2010.
- SARTI, Ingrid. Desafios da integração ampliada da América do Sul. In SARTI, Ingrid et al (orgs). **Por uma integração ampliada na América do Sul no século XXI**. Perse. pp. XXIII-XXVII. 2012.
- SARTI, Ingrid. El rol de Brasil en la institucionalidad de la integración sudamericana ampliada. In MARTINS, Carlos Eduardo (ed.). **Los retos de la integración y América del Sur**. Buenos Aires: CLACSO, pp. 215-232. 2013.
- SARTI, Ingrid. Theoretical and developmental challenges to contemporary South American integration. **8th ECPR General Conference**. University of Glasgow, Scotland, September. 2014
- SARTI, Ingrid (2014a) Notas para el debate acerca de las políticas científico-tecnológicas en América del Sur y el rol de la Unasur. In BRUCKMANN, Monica (org.) **Ciencia, tecnología, innovación e industrialización en América del Sur: hacia una estrategia regional**. Foro de

la Unión de Naciones Suramericanas sobre Ciencia, tecnología, innovación e industrialización en América del Sur, Rio de Janeiro, 2 a 4 de dezembro de 2013. Unasul.

SARTI, Ingrid. Integração sul-americana, os desafios de um projeto estratégico. In SARTI, Ingrid et al (orgs). **Os desafios da integração sul-americana: autonomia e desenvolvimento**. Folio Digital. pp. 7-12. 2014b.

SCHMIDT, Serje e BALESTRIN, Alsones. Projetos colaborativos de P&D em ambientes de incubadoras e parques científico-tecnológicos. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 11, n.2, p. 111-131. 2014.

SCOBELL, Andrew. Strategic Culture in China: IR theory versus the fortune cookies?. **Strategic Insights**, v. IV, issue 10. 2005.

SELADA, Catarina e SILVA, Carla. As Cidades Inteligentes na Agenda Europeia: Oportunidades para Portugal. **II Conferência de PRU, VIII ENPLAN e XVIII Workshop APDR: “Europa 2020: retórica, discursos, política e prática”**. 2013.

SENE, Túlio Silva. **Economia Política Internacional, transportes e as origens da (des)articulação territorial no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2011.

SHUI, David Jye Yuan e CHEN, Tsung Jye. Integração cultural dos imigrantes chineses no Brasil, **Revista de Estudos Orientais**. nº6, 2008.

SHOJI, Rafael. Reinterpretação do Budismo Chinês e Coreano no Brasil. **Revista de Estudos da Religião**, nº 3, pp. 74-87. 2004.

SILAS, Thomaz da Silva; DATHEIN, Ricardo. Formação, expansão e internacionalização de grandes grupos empresariais chineses enquanto estratégias de desenvolvimento nacional arquitetadas pelo Estado Chinês. **Anais do XVIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Belo Horizonte, 2013.

SILVA, G. V. ; RÜCKERT, A. A. Território e Poder no Planalto das Guianas. **Anais do 7º Colóquio de Transformações Territoriais, Curitiba. Desenvolvimento, Integração Regional e Território – Marcos conceituais e de integração**. V.1. Curitiba: Editora Explendor, 2009.

SILVA, João Paulo da; ROMANI, Luciana Alvim Santos; GONÇALVES, Renata Ribeiro do Valle; ASSAD; Maria Leonor Ribeiro Casimiro Lopes. Monitoramento da dinâmica de uso da terra utilizando imagens de satélite de baixa resolução espacial. **Anais XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR**, João Pessoa-PB, Brasil, 25 a 29 de abril de 2015, INPE.

SILVA, Silas Thomaz da e DATHEIN, Ricardo. Formação, expansão e internacionalização de grandes grupos empresariais chineses como estratégias de desenvolvimento nacional arquitetadas pelo Estado chinês. **Texto para discussão UFRGS**. 2012.

SILVEIRA, Kássia de Souza. **A participação do Canal do Panamá nas relações comerciais do Brasil com os mercados do Pacífico**. Monografia apresentada no Curso de Administração Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. 2015.

SISMONDO, Sergio. **An Introduction to Science and Technology Studies**. Wiley-Blackwell. 2010.

SNYDER, Jack L. The Soviet strategic culture: implications for limited nuclear operations. A project Air Force. **Report prepared for the United States Airforce**, RAND. 1977.

SNYDER, Jack L. The concept of strategic cultures: caveat emptor. In JACOBSEN, C.G.; BOOTH, K.; KINCADE, W.; JONES, D.R. (ed.) **Strategic power: USA/URSS**. Palgrave Macmillan, pp. 3-11. 1990.

SOLOMONE, Stacey. **China's strategy in space**. Londres: Springer, 2013.

SOUSA, Gileno dos Santos de, BORGES, Gisele Alves, CARVALHO, Samir D'Aquino E SILVA, Edson Ferreira. Catálise Enzimática: uma estratégia promissora na produção de biodiesel. **Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa**, Vol.1, nº1, ano 2, pp. 159-169. 2015.

SOUSA, Maria Eduarda de Andrade e OLIVEIRA, Henrique Altemani de. As dinâmicas da cooperação China-África: perspectivas e controversias. **Boletim Meridiano** 47, vol. 14, n. 137, p. 27 a 34. 2013.

SOUZA, Amaury de. **A agenda internacional do Brasil: um estudo sobre a comunidade brasileira de política externa**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI. 2008.

SOUZA, Eliene Lopes de; GALVÃO, Paulo Henrique Ferreira; PINHEIRO, Cleane do Socorro da Silva; BAESSA, Marcus Paulus Martins; DEMÉTRIO, José Geilson Alves; BRITO, Wilker RODRIGUES, Roberto. Síntese da hidrogeologia nas bacias sedimentares do Amazonas e do Solimões: Sistemas Aquíferos Içá-Solimões e Alter do Chão. **Revista do Instituto de Geociências - USP**, v. 13, n. 1, p. 110-110. 2013.

STIGLITZ, Joseph E. **The Chinese Century**. Vanity Fair. 2015.

STRANGE, Susan. **States and Markets: an introduction to International Political Economy**. Pinter Publishers. 1988.

STUENKEL, Oliver. Identidade, Status e Instituições Internacionais: O Caso do Brasil, da Índia e do Tratado de Não Proliferação. **Contexto Internacional**. vol. 32, n. 2, pp.519-561. 2010.

SUSSANGKARN, Chalonghob. The Chiang Mai Initiative Multilateralization: origin, development and Outlook. **Asian Economic Policy Review**, vol. 6, pp. 203-220. 2010.

TAVARES, João Paulo Nardin. Características da climatologia de Macapá-AP. **Caminhos de Geografia**, v. 15, n. 50, p. 138-151. 2014.

TEIXEIRA, Manuel. **Macau e sua Diocese: a missão portuguesa de Malaca**. vol. 6. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar. 1963

THE UNITED STATES OF AMERICA. 2014 Report to Congress of the US - China Economic and Security Review Commission. One Hundred Thirteenth Congress, Second Session, november 2014, U.S. **Government Printing Office**. 2014.

TINGYANG, Zhao Rethinking Empire from a Chinese Concept 'All-under-Heaven' (Tianxia, 天下), **Social Identities**, Vol. 12, No. 1, January 2006, pp. 29-41.

TROITSKIY, Mikhail. BRICS Approaches to Security Multilateralism, IN ASPJ Africa & Francophonie, 2nd Quarter, 2015. Disponível em: http://mgimo.ru/upload/iblock/528/BRICS_Approaches_to_Security_Multilatera.pdf.

TURNER, Victor W (1969) **El processo ritual: estructura y antiestructura**. Madri: Taurus. 1988.

TURZI, Mariano. Asia y la (des)integración latinoamericana?. **Revista Nueva Sociedad**, n. 250, marzo-abril. pp 78-87. 2014.

TWOMEY, Christopher P. Chinese strategic cultures: survey and critique. **Relatório preparado para Defense Threat Reduction Agency**. Advanced System and Concepts Office. 2006.

UNITED NATIONS. **UN system task team on the post-2015 UN development agenda, IN United Nations Millennium Development Goals**. 2012. Disponível em <http://www.un.org/millenniumgoals/>, em 6 de agosto de 2016.

UTKIN, Yuri N. Animal venom studies: Current benefits and future developments. **World Journal Biological Chemistry**, vol. 6, nº2, pp 28-33. 2015.

VASQUES, Rafael Godoi ; NUNES, Alexandre Tadeu Pescuma; SACILOTTI, Adaní Cusin; JUNIOR, José Roberto Madureira. Computação em nuvem e BI: aplicação em ambiente hospitalar. **PBL2016 International Conference, Problem-based learning and Active Learning Methodologies**, Setembro 8-10, Universidade de São Paulo. 2016.

VAZ-PINTO, Raquel. A Grande Guerra e a ascensão da Ásia – a China e o Japão. **Relações Internacionais**, edição de junho, vol. 42. pp 107-116. 2014.

VEIGA, Pedro da Motta. Brazil and the G-20 Group of Developing Countries. **Managing the Challenges of WTO Participation: 45 Case Studies**. World Trade Organization. 2005. Disponível em https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/casestudies_e/casestudies_e.htm

VIEIRA, Maria Lucia Carneiro. Conservação de Germoplasma in vitro. **Biotecnologia Ciência & Desenvolvimento**, Brasília, v. 29, p. 56-60. 2002.

VIOLA, Lora Anne. Orchestration by design: the G20 in international financial regulation. **International Organizations as orchestrators**. Cambridge University Press, pp. 88-113. 2015.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2005.

VLČKOVÁ, Jana. Is China catching up? technological sophistication of chinese exports to European Union. **AOP**. vol. 20, nº3, 2012.

WALBORN, G.A.. **The americas in the balance: National Security Implications of Chinese Influence in Latin American**. Tese de doutorado em the U.S. Marine Corps War College, 2014. Disponível em <http://faoa.org/Resources/Documents/Walborn.pdf> , em 4 de março de 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. Trad. Beatriz Medina; apresentação Luiz Alberto Moniz Bandeira. São Paulo: Boitempo, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Para abrir as Ciências Sociais: relatório da Comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das Ciências Sociais**. Lisboa: Mem Martins Publicações Europa-América, 1996.

JENN-HWAN, Wang e TSE-KANG, Leng. High Tech Industrial Parks in Beijing and Shanghai: The Production of Space and Space of Production, *paper to be presented at the "Producing Space and Territory in Contemporary China" conference*, Institute of East Asian Studies, UC Berkeley, May 13-14, 2011

WEISS, Charles (2005) Science, Technology and International Relations. **Technology in Society**, v.27, pp 295-313.

WIGHT, Martin. Why there is no international theory?, **Diplomatic Investigations: essays in the theory of International Politics**, BUTTERFIELD, H & WIGHT, M. (ed.), Harvard University Press. pp.17-34. 1966.

WINNER, Langdon. Do Artifacts Have Politics?, **Daedalus**, *Modern Technology: Problem or Opportunity?* Vol. 109, n°. 1. pp. 121-136. 1980.

WOLL, Cornelia. Strategies of the Emerging Countries in the World Trade Organization. In JAFFRELOT, Christophe, **The Emerging States: The Wellspring of a New World Order**. Presses de Sciences Po, pp.244-255, 2008

WOOD, A.; MAYER, J. Has China de-industrialised other developing countries?, **QEH Working Papers Series**, n. 175. 2010.

WORLD ECONOMIC FORUM. Renewable Infrastructure Investment Handbook: A Guide for Institutional Investors, 2017. Disponível em http://www3.weforum.org/docs/WEF_Renewable_Infrastructure_Investment_Handbook.pdf

WOULTER, Jan e WILLEMYNS, Ines. The interplay between G20 and the WTO: informal law making in action, In CHAISSE, Julien e LIN, Tsai-yu (orgs.) **International Economic Law and Governance: Essays in honor of Mitsuo Matsushita**. Oxford: Oxford University Press. 2016.

XIAOMEI, Tan; YINGZHEN, Zhao; POLYCARP, Clifford; JIANWEN, Bai. China's overseas investments in the wind and solar industries: trends and drivers. **Working paper**. World Resources Institute. 2013.

YAN, Xuetong (2011) Why is there no Chinese School of International Relations Theory?, IN YAN, Xuetong (org), BELL, Daniel A & ZHE, Sun (ed.) **Ancient Chinese thought, modern Chinese Power**. Princeton University Press. pp. 252-260. 2011.

YAN, Xuetong and QI, Haixia. Football game rather than boxing match: China–US intensifying rivalry does not amount to Cold War. **The Chinese Journal of International Politics**, Vol. 5, pp. 105–127. 2012.

ZAKARIA, Fareed. **The post-American World**. W.W. Norton & Company. 2008.

ZARBIN, Aldo J. G. e OLIVEIRA, Marcela M. Nanoestruturas de carbono (nanotubos, grafeno): quo vadis?. **Quim. Nova**, Vol. 36, No. 10, pp. 1533-1539. 2013.

ZHAO, Hong (2016) AIIB Portents Significant Impact on Global Financial Governance. **ISEAS – Yusof Ishak Institute**. Issue 41. 2016.

Páginas consultadas:

18th BASIC Ministerial Meeting on Climate Change, 8 August 2014 New Delhi: <http://www.moef.nic.in/sites/default/files/press-releases/Joint-statement-18th-BASIC-New-Delhi.pdf>

Academia de Ciências da Rússia: <http://www.frccsc.ru>

Agencia de Noticias Xinhuanet : <http://portuguese.xinhuanet.com>

Agencia Espacial Brasileira: <http://www.aeb.gov.br>

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica: <http://otca.info/>

Banco Central do Brasil: <https://www.bcb.gov.br/en/#!/home>

Banco de Desenvolvimento do BRICS: <https://www.ndbbriics.org/br.html>

Banco de Investimento em Infraestrutura Asiático (AIIB): <http://euweb.aiib.org/html/aboutus/introduction/aiib/?show=0>

Biblioteca da Presidencia da República: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>
Biotechnology Inovation Organization: <https://www.bio.org>
BiotecSur: <http://www.biotecsur.org/po/biotecsur.php>
BRICS (MRE Brasil) : <http://brics.itamaraty.gov.br>
Câmara dos Deputados do Brasil: <http://www2.camara.leg.br>
CELAC: <http://www.celacinternational.org>
Centro Regional na Ásia e no Pacífico para educação em Ciência e Tecnologia Espaciais (RCSSTEAP): <http://www.rcssteap.org>
China-LAC Forum: <http://www.chinacelacforum.org/eng/>
China Radio International: <http://portuguese.cri.cn/101/2007/11/30/1@79904.htm>
Convention on Biological Diversity: [https://www.cbd.int/abs/Cúpula do G-20, Hangzhou \(2016\):](https://www.cbd.int/abs/Cúpula do G-20, Hangzhou (2016):) <http://www.g20chn.org/English/>
Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior: <http://capes.gov.br>
Divisão de Atos Internacionais: <http://dai-mre.serpro.gov.br>
Embaixada da China no Brasil: <http://br.china-embassy.org>
Forum China-Celac : <http://www.chinacelacforum.org/eng/>
G-20: https://www.g20.org/Webs/G20/EN/Home/home_node.html
Grupo de Cairns: <http://cairnsgroup.org/pages/default.aspx>
Grupo dos Países Megadiversos: <https://lmmcgroupp.wordpress.com>
Grupo HKND : <http://hknd-group.com>
Hino da China: <http://www.nationalanthems.info/cn.htm>
IEA: <http://www.iea.usp.br>
Ipea: www.ipea.gov.br
Itamaraty: <http://blog.itamaraty.gov.br>
Jornal Current Affairs: <http://currentaffairs.gktoday.in>
Jornal Folha S Paulo : <http://www.folha.uol.com.br>
Jornal Valor Economico : <http://www.valor.com.br>
Mercado Comum do Sul: <http://www.mercosur.int>
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação : <http://www.mcti.gov.br>
Ministério das Relações Exteriores da China : http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/
Ministério das Relações Exteriores do Brasil : <http://www.itamaraty.gov.br>
Ministério das Relações Exteriores do Japão : <http://www.mofa.go.jp>
Nações Unidas : <http://www.un.org>
Nações Unidas - Brasil: <https://nacoesunidas.org>
Nato Cooperative Cyber Defense Centre of Excellence: <https://ccdcoe.org>
Observatório Nacional: <http://www.on.br/index.php/pt-br/>
OCDE : <http://www.oecd.org>
Organização Mundial sobre Propriedade Intelectual: <http://www.wipo.int>
Parque Científico de Zhongguancun : <http://en.zhongguancun.gov.cn>

Plataforma para o Biofuturo: <https://www.biofutureplatform.org>
 Projeto Avalon: <http://avalon.law.yale.edu>
 Quinta Cúpula do BRICS: <http://brics5.co.za>
 Secretaria de Assuntos Internacionais - Ministério da Fazenda:
<http://www.sain.fazenda.gov.br>
 South China Mourning Post: <http://www.scmp.com/frontpage/international>
 The World Factbook (CIA) : <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>
 União Europeia : http://europa.eu/european-union/index_pt
 União Sul-americana de Nações: <http://www.unasur.org>
 Universidade Livre de Bruxelas : <http://www.iee-ulb.eu/en>
 Vibrant Gujarat: <https://vibrantgujarat.com>
 VPro backlight : <http://www.vpro.nl/programmas/tegenlicht.html>
 Youtube : <https://www.youtube.com>
 World Trade Organization: <https://www.wto.org>

Documentos Consultados

Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Brasil e China (25 de março de 1982)
 Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre Brasil e China (Brasília, 18 de maio de 1990)
 Acordo de Cooperação Multilateral do BRICS sobre Inovação (2014)
 Acordo em Matéria de Defesa (EM TRAMITAÇÃO) (12 de abril de 2011)
 Acordo entre Brasil e China para Cooperação para Cooperação nos Usos Pacíficos de Energia Nuclear (Beijing, 1 de outubro de 1984)
 Acordo entre Brasil e China sobre segurança técnica relacionada ao desenvolvimento conjunto dos satélites de Recursos da Terrestres (Beijing, 13 de dezembro de 1995)
 Acordo para Colaboração Científica entre Observatório Astronômico de Shanghai e Observatório Nacional do Brasil (2016-2020) (Brasília, 15 de maio de 2015)
 Acordo-Quadro sobre Cooperação em aplicações pacíficas de Ciência Tecnologia do Espaço entre Brasil e China (Pequim, 8 de novembro de 1994)
 Agenda da Reforma Estrutural Aumentada (2016)
 Ajuste complementar ao acordo de cooperação científica e tecnológica entre Brasil e China (Beijing, 29 de maio de 1984)
 Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Brasil e China em Matéria de Energia Elétrica, incluindo Energia Hidrelétrica (Beijing, 6 de julho de 1988)
 Ajuste complementar ao acordo de Cooperação Científica e Tecnológica e ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre ... na área de intercâmbio de especialistas para cooperação técnica (Beijing, 13 de dezembro de 1995)
 Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre Brasil e China (Brasília, 5 de março de 1993)

- Ajuste Complementar entre Brasil e China nas áreas de metrologia e da qualidade industrial (Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1997)
- Ajuste Complementar sobre Saúde e Ciências Médicas ao Acordo entre Brasil e China (Pequim, 24 de maio de 2004)
- Ajuste de Cooperação entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Academia de Ciências da China nos Campos de Ciências Puras e Aplicadas (Beijing, 29 de maio de 1984)
- Ajuste no setor de Biotecnologia aplicada a agricultura, complementar ao Acordo entre Brasil e China (Beijing, 4 de abril de 1994)
- Ajuste no Setor de Medicina Tradicional Chinesa e Fitofármacos complementar ao Acordo entre Brasil e China (Beijing, 4 de Abril de 1994)
- Ajuste no setor de Novos Materiais, complementar ao Acordo entre Brasil e China (Beijing, 4 de Abril de 1994)
- Ata de entendimento sobre o fortalecimento e a expansão da cooperação tecnológica espacial Brasil-China (Beijing, 13 de dezembro de 1995)
- Carta de intenções entre AEB e CNSA sobre a Cooperação Relativa a Novos Satélites (9 de Dezembro de 2014)
- Convenção de Pequim (1860)
- Convenção sobre Diversidade Biológica
- Declaração Conjunta da 8ª Reunião Ministerial do BASIC
- Declaração Conjunta da 23ª Reunião Ministerial do BASIC
- Declaração Conjunta da 29ª Reunião Ministerial do BASIC
- Declaração Conjunta (sobre Direitos Humanos) (22 de julho de 1999)
- Declaração Conjunta e Plano de Ação Conjunta China-Brasil (2015)
- Declaração conjunta entre Brasil e China relativa às aplicações pacíficas da ciência e tecnologia espacial (Brasília, 8 de novembro de 1996)
- Declaração Conjunta sobre Mudança do Clima (19 de Maio de 2015)
- Declaração de Brasília, em Ciência Tecnologia e Inovação do BRICS (2015)
- Declaração de Cidade do Cabo, em em Ciência Tecnologia e Inovação do BRICS (2014)
- Declaração de Moscou, em Ciência Tecnologia e Inovação do BRICS (2015)
- Declaração de Sanya (2011)
- Declaração de Tashkent (2016)
- Lei de Biossegurança (Lei n. 11.105, de 24 de março de 2005)
- Lei de criação do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)
- Livro da Política da China para América Latina e Caribe (2008)
- Livro da Política da China para América Latina e Caribe (2016)
- Manual de Investimento em Infraestrutura Renovável, publicado pelo Fórum Econômico Mundial, em dezembro de 2016
- Manual de Oslo (1997)

Memorando de Entendimento do Estabelecimento de Mecanismos de Trabalho Conjunto entre Ministério da Defesa do Brasil e Administração Estatal de Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa da China relativa à área de Sensoriamento Remoto, Telecomunicações e Tecnologia da Informação (19 de maio de 2015)

Memorando de entendimento em Ciência Tecnologia e Inovação do BRICS (2015)

Memorando de entendimento entre Brasil e China no campo dos recursos hídricos (Brasília, 24 de setembro de 2003)

Memorando de entendimento entre Brasil e China sobre cooperação em conservação da biodiversidade florestal (Pequim, 13 de outubro de 2005)

Memorando de entendimento Entre Brasil e China sobre Cooperação nos usos pacíficos da Energia Nuclear (Beijing, 29 de maio de 1984)

Memorando de Entendimento sobre a Cooperação para o Desenvolvimento de um Sistema de Aplicações para o Programa do Satélite CBERS (Pequim, 24 de maio de 2004)

Memorando de Entendimento sobre Combustão de Carvão Mineral em Leito Fluidizado (Pequim 5 de setembro de 1994)

Memorando de Entendimento sobre Cooperação Bilateral em Ciência, Tecnologia e Inovação na Área de Parques Científicos e Tecnológicos (Brasília, 19 de junho de 2015)

Memorando de Entendimento sobre Cooperação Econômica, Científica e Tecnológica (Pequim 5 de setembro de 1994)

Memorando de entendimento sobre Cooperação entre Instituto Rio Branco e a Universidade de assuntos estrangeiros da China (Pequim, 14 de setembro de 2010)

Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Pequim, 24 de maio de 2004)

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)

Planilha sob título *Estimativas populacionais das comunidades brasileiras no Mundo - 2015 (MRE)*

Plano de Ação Conjunta 2010-2014 (Brasília, 16 de abril de 2010)

Plano de Ação conjunta Brasil-China 2015-2021 (2015)

Plano de Ação da Nova Revolução Industrial do G20 (2016)

Plano de Ação sobre Inovação do G20 (2016)

Plano de Trabalho 2015-2018 do BRICS (2016)

Plano de trabalho sobre cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação(19 de maio de 2009)

Plano Decenal de Cooperação Brasil-China 2012-2021 (21 de junho de 2012)

Plano Decenal Sino-Brasileiro de Cooperação Espacial 2013-2022 (Guangzhou, 6 de Novembro de 2013)

Plano sobre Crescimento Inovador do G20 (2016)

Plataforma para o Biofuturo (2016)

Proposta de São Paulo para uma Futura Política Climática Internacional

Propuesta de Programa Marco de Ciencia, Tecnología e Innovación de la UNASUR (2012-2016)

Protocolo Complementar ao Acordo Quadro entre Brasil e China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a continuidade do desenvolvimento conjunto de satélites de Recursos Terrestres. (Brasília, 27 de novembro de 2002)

Protocolo Complementar para desenvolvimento conjunto do CBERS-4 (19 de Maio de 2015)

Protocolo Complementar sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia o Espaço Exterior para a Cooperação no Sistema de Aplicações CBERS. (Brasília, 12 de novembro de 2004)

Protocolo Complementar sobre Cooperação em Aplicações... para o desenvolvimento conjunto do satélite CBERS-2B (12 de novembro de 2004)

Protocolo de Cooperação entre Brasil e China em matéria de Geociências (Brasília, 1 de novembro de 1985)

Protocolo de Cooperação na área de Tecnologia Industrial entre Brasil e China (Beijing, 6 de julho de 1988)

Protocolo de Entendimento entre Brasil e China sobre Pequenas Centrais Hidrelétricas (Beijing, 13 de dezembro de 1995)

Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Compartilhamento Equitativo de Benefícios (2010)

Protocolo e Cooperação em Tecnologia Espacial (Brasília, 21 de setembro de 2000)

Protocolo entre MCT e Administração Nacional de Espaço da China sobre cooperação em aplicações pacíficas de ciência e tecnologia do espaço exterior (Brasília, 23 de novembro de 1993)

Protocolo entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia no campo da Cooperação Científica e tecnológica (Beijing, 29 de maio de 1984)

Protocolo sobre Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos da Terra, entre Brasil e China (Beijing, 6 de julho de 1988)

Protocolo sobre Desenvolvimentos adicionais aos satélites, entre Brasil e China (Beijing, 9 de novembro de 1993)

Protocolo sobre pontos principais para o desenvolvimento adicional dos satélites, entre Brasil e China (Brasília, 15 de setembro de 1993)

Protocolo suplementar sobre Aprovação de Pesquisa e Produção de Satélites de Recursos da Terra entre Brasil e China (5 de março de 1993)

Resolução nº 294 da 70ª Sessão da Assembleia Geral da ONU (2015)

Relatório do Pugatch Consolium (2014) Building the Bioeconomy: examining National Biotechnology Industry Development Strategies, a Briefing paper, April.

Relatório do PNUD (*United Nations Development Programme*) sob o título *The importance of biodiversity and ecosystems in economic growth and equity in Latin America and the Caribbean: an economic valuation of ecosystems*

Tratado de Cooperação Amazônica (TCA)

Tratado de Cooperação em Patentes (PCT)

Tratado de Tientsin (1858)

Tratado de Whampoa (1844)

Tratado de Münster e de Osnabrück (1648)

Tratado de Nankin (1842)

Tratado de Wanghia (1844)

Tratado suplementar a Nanjing (1843)

Troca de Notas (sobre pesquisa e produção conjunta do satélite sino-brasileiro de sensoriamento remoto). (Beijing, 30 de abril de 1988)

Universidade em Rede do BRICS (2016)